BRACARA AUGUSTA



REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. LXIII N.º 121 (134) ANO DE 2017

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. LXIII N.º 121 (134) ANO DE 2017

BRACARA AUGUSTA

DIRECTOR

LUÍS ALEXANDRE CABRAL DA SILVA PEREIRA
(Professor da Faculdade de Filosofia de Braga)

CONSELHO DE REDACÇÃO

LUÍS ANTÓNIO DE OLIVEIRA RAMOS
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

AURÉLIO DE OLIVEIRA
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

JOSÉ MARQUES
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

JOSÉ VIRIATO CAPELA
(Professor da Universidade do Minho)

ARMANDO MALHEIRO
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

ANTÓNIO FRANKLIM NEIVA SOARES
(Professor da Universidade do Minho)

MARIA DO CARMO FRANCO RIBEIRO
(Professor Auxiliar do ICS da Universidade do Minho)

MIGUEL BANDEIRA
(Vereador da Câmara Municipal de Braga;
Pelouros: Regeneração Urbana,
Património, Ligação à Universidade
e Planeamento, Ordenamento e Urbanismo;
Professor na Universidade do Minho;
Geógrafo)

COORDENAÇÃO GERAL

PELOURO DA CULTURA

Nota de Apresentação

O número 121, volume LXIII, da revista Bracara Augusta que hoje chega às mãos do leitor apresenta um conjunto variado e muito interessante de artigos que abordam temas que vão da diplomacia ao urbanismo.

O primeiro artigo, da autoria do Professor Doutor José Marques, aproveita a circunstância de estarmos a celebrar os 500 anos do foral manuelino de Tibães, outorgado em 4.9.1517, para analisar as inovações que ele introduziu relativamente à anterior carta de couto de 1110, concedida pelo Conde D. Henrique e D. Teresa, jurisdição que vigorou, portanto, durante 407 anos.

Do mesmo Professor José Marques temos um estudo que nos dá conhecimento do projecto de perdão geral para os cristãos-novos proposto por Filipe II de Portugal e as reações da Inquisição portuguesa. Estes acontecimentos, até ao presente desconhecidos dos investigadores, são-nos revelados a partir de um conjunto de cartas conservadas no Códice 42 do Seminário Conciliar de Braga, dirigidas ao arcebispo primaz de então, D. Agostinho de Jesus e Castro, cuja intervenção nesta problemática era considerada decisiva.

Da Doutora Teresa d'Almeida d'Eça temos um curioso ensaio que nos orienta numa visita à cozinha da Casa dos Biscainhos, no séc. XVIII. A autora aborda quer o que diz respeito à baixela utilizada na confeção das refeições, quer aos tipos de alimentos confecionados, que vão das carnes mais variadas ao peixe, às frutas e à doçaria. Significativa é a relação que estabelece com a pintura de Joachim Beuckelaer a qual revela ser a alimentação das famílias portuguesas mais abastadas sensivelmente igual à europeia. É este o primeiro de vários outros artigos já prometidos sobre o Museu dos Biscainhos que nos irão revelar aspetos menos conhecidos da vida quotidiana de uma das mais emblemáticas casas da cidade de Braga.

O Professor Doutor Salvador Mota, apoiando-se também em documentos existentes no Arquivo Distrital de Braga, e na linha do renovado interesse pela história cisterciense, analisa, no período que vai de 1504 a 1807, as origens sociais, a proveniência geográfica e as instituições formadoras dos doutores cistercienses em teologia que lecionaram quer na Universidade de Coimbra, quer no colégio do Espírito Santo, verificando-se que, após o doutoramento, outras possibilidades se abriam para além da docência universitária, como os cargos de Abades Gerais ou Conventuais, Procuradores, Bispos, Cronistas, Juízes do Santo Ofício e outras desempenhos administrativos, quer no âmbito da Igreja, quer no da sociedade civil.

De Luís Miguel Meneses recebemos um artigo que investiga as visitas pastorais dos Arcebispos de Braga a Guimarães, no séc. XIX e princípios

do XX. São eles D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, D. António de Freitas Honorato, D. Manuel Batista da Cunha, D. Manuel Vieira de Matos e D. António Bento Martins Júnior. De cada um deles nos dá o autor o resumo das respetivas visitas e o eco que tiveram na imprensa local.

No artigo da Doutora Lucília Verdelho da Costa podemos encontrar uma visão de conjunto sobre o património edificado que deixou em Braga e em cidades próximas o arquiteto Ernesto Korrodi. Começa a autora por salientar os princípios estéticos subjacentes à sua arquitetura na qual procurou adequar as formas à função dos edifícios e a um novo estilo de estar e de viver da sociedade bracarense. Depois vai analisando em pormenor cada uma das construções que deixou na cidade.

Por seu lado, o Dr. Rui Ferreira elabora uma análise sobre a grande tradição do culto a Nossa Senhora da Conceição em Braga, bem anterior à época da Restauração, quando D. João IV proclamou a Imaculada como padroeira de Portugal. Traça uma ampla retrospectiva da evolução deste culto ao longo dos séculos e do debate entre as duas correntes teológicas que nesta matéria se opunham, acabando por prevalecer a tese dos imaculistas. Seguidamente, vai identificando as principais iconografias da Imaculada expostas ao culto na cidade: a da capela dos Coimbrãs, do oratório de Nossa Senhora da Torre, da desaparecida Capela do Paço dos Arcebispos, da igreja da Ordem Terceira, do Convento da Conceição, do Recolhimento da Penha de França, da Senhora da Conceição do Monte das Penas e, finalmente, do santuário do Sameiro.

Muito interessante nos parece também o trabalho da Dr.ª Ana Isabel da Cunha Rodrigues sobre as cores da cidade de Braga. Dá-nos conta de um levantamento cromático dos edifícios da Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa. Temos a esperança de que outros levantamentos hão-de seguir-se. Uma cidade não é apenas casas e ruas ou as gentes que nela habitam. É também a sua cor, frequentemente até a primeira impressão que a cidade nos causa e que permanece duradouramente. Mas este trabalho da Dr.ª Ana Isabel tem sobretudo uma funcionalidade muito prática, a qual tem a ver com a memória cultural e a salvaguarda do património. Se um dia for necessário reconstruir um edifício poderemos, se quisermos, recuperar até a sua cor primitiva, porque ela estará identificada numa ficha individual deste arquivo cromático.

Desejamos agradecer a todos quantos colaboraram em mais este número da Bracara Augusta, *quer aos colaboradores habituais, quer aos que, pela primeira vez, nos honraram com os seus trabalhos. Temos a certeza de que não serão os últimos. Quer uns quer outros mostram bem que a investigação sobre a cidade e a sua região se continua a fazer com generosa dedicação e grande competência científica.*

Luís da Silva Pereira

O Foral do Mosteiro de Tibães: contexto e efeitos da sua outorga *

JOSÉ MARQUES **

1 – INTRODUÇÃO

Nesta breve exposição a propósito do V Centenário da outorga do Foral a este antigo e importante Mosteiro por D. Manuel I, em 4 de Setembro de 1517, procuraremos corresponder ao que nos foi solicitado, com plena consciência da delicadeza da abordagem deste tema, há pouco, tratado pelo Senhor Dr. José Carlos Gonçalves Peixoto nas *Memórias do Mosteiro de Tibães.*

Embora sendo inevitável regressar a alguns aspectos de referência obrigatória por quem voltar a ocupar-se deste tema, tentaremos, de preferência, insistir nos motivos conducentes à concessão da *carta de couto* e à outorga deste *foral,* verdadeiramente *novo,* como teremos ensejo de observar. Fixar-nos-emos, por isso, nestes dois documentos, determinantes na vida social e administrativa deste Mosteiro, tal como acontecia noutros, que se encontravam em situações idênticas, observações indispensáveis para se compreender a articulação das duas cartas de jurisdição civil, concedidas a esta importante instituição monástica, pela *autoridade régia,* decorridos mais de quatro séculos entre esses dois momentos.

Não nos fixaremos nas afirmações cronísticas, relativas à antiguidade deste mosteiro, mas não deixaremos de observar que

---

* Apresentado no Mosteiro de Tibães, em 2-9-2017.

** Professor Catedrático da Faculdade de Letras do Porto (ap.). O autor não segue o chamado acordo ortográfico.

o ano mais remoto em que ele nos aparece como beneditino remonta a 1072,[1] situando-se, por isso, nos alvores da presença da Ordem Beneditina, em Portugal, um ano após a restauração da Diocese de Braga (1071) e muito antes da instituição do Condado Portucalense (1095/96). Cerca de quatro décadas mais tarde, em 1110, os Condes Portucalense D. Henrique e D. Teresa, concederam-lhe carta de couto, que viria a ser transcrita no Foral outorgado por D. Manuel I, pormenor que constitui mais um motivo a impor a análise comparativa entre estes dois documentos régios.

Teremos, por isso, de situar a vida administrativa deste Mosteiro, na vigência da jurisdição derivada da carta de couto e, depois, do regime decorrente da articulação das disposições vigentes até 1517,com as introduzidas pelo Foral manuelino.

2. CARTAS DE COUTO

Desde os seus primórdios até à concessão da carta de couto pelos Condes Portucalenses, em 1110, o Mosteiro de Tibães viveu, exclusivamente, orientado pelas normas da *Regra de S. Bento,* procurando atingir os objectivos fulcrais, inerentes à síntese *Ora et Labora.*

A implantação das comunidades beneditinas, entre nós, processou-se com relativa rapidez, dado que dos oitenta (80) mosteiros designados de tradição visigótico-frutuosiana – e mais recentemente, como autóctones –, no âmbito da Arquidiocese de Braga, vinte e seis (26) optaram pela *Regra de S. Bento*, impondo-se acrescentar que, neste conjunto, cinco eram femininos[2].

Antes de prosseguirmos, convém esclarecer como este mosteiro ascendeu à condição de *couto* e *terra imune.*

Os Condes Portucalenses e o Infante e futuro Rei D. Afonso Henriques, mergulhados na acção política e militar, destinada a afastar a influência e a pressão galaico-leonesa, e, depois, profundamente empenhado em prosseguir o indispensável avanço da

---

1 *Espanha Sagrada*, vol. 22, p. 247. Cf. MARQUES, José, *O estado dos mosteiros beneditinos da arquidiocese de Braga, no século XV,* Braga, 1981, p. 8.

2 MARQUES, José,*O estado dos mosteiros beneditinos da arquidiocese de Braga, no século XV,* Braga, 1981, pp. 7-9.

Reconquista, não dispunham de estruturas nem de tempo para se dedicarem ao povoamento e organização administrativa do território, que ia sendo, lentamente, ampliado.

Em contraste com esta difícil situação dos governantes – Condes Portucalenses e Infante / Rei D. Afonso Henriques –, as novas comunidades beneditinas e outras congregações – crúzios e cistercienses –, que foram surgindo, subordinadas ao foro eclesiástico, como cabidos e colegiadas, revelavam possibilidades de âmbito administrativo, social e económico, de que os primeiros governantes poderiam beneficiar e foi o que aconteceu, mediante as conhecidas *cartas de couto.*

A concessão de uma carta de couto elevava o território do titular a quem era dirigida à condição de *terra* ou *território imune,* abdicando também os outorgantes dos seus *direitos judiciais, militares, económicos e fiscais,* passando a impender sobre o destinatário a responsabilidade de organizar e desenvolver convenientemente o espaço elevado à condição de terra imune.

O estatuto de imunidade destes territórios impedia os funcionários régios de aí entrarem e exercerem funções judiciais, militares e fiscais, de que, até então, estariam incumbidos. Em princípio, nem o monarca aí poderia entrar, sem autorização prévia do novo titular, ficando, no entanto, sempre reservada a possibilidade de recurso para o rei, uma vez esgotadas as possibilidades das justiças locais.

Para evitar confusões e situações litigiosas, normalmente, nas cartas de couto, indicavam-se os respectivos limites das novas terras imunes, como acontece no de Tibães, aspecto minuciosamente estudado pelo Sr. Dr. José Carlos Peixoto[3].

Não se pense que a concessão da carta de couto ao Mosteiro de Tibães constitui um privilégio exclusivo, pois desde os primórdios do Condado Portucalense (1095-1096) até 1211, foram concedidas mais de 220 carta de couto, como a seguir se documenta:

---

[3] PEIXOTO, José Carlos Gonçalves, *Memórias do Couto de Tibães,* Braga, Câmara Municipal, 2017, pp. 87-96.

Datas	Governo e reinados	Número de forais	Cartas de couto	Doações a particulares	Doações de castelos	Totais
1095-1112	Condes Portucalenses	8	13	8	–	29
1112-1128	D. Teresa	3	20	18	3	44
1128-1142	Inf. D. Afonso Henriques	5	**167**	36	1	271
1144-1185	D. Afonso Henriques	26		36	–	
1185-1211	D. Sancho I	**58**	**20**	53	6	137
1211-1223	D. Afonso II	28	–	–	–	28
1223-1245	D. Sancho II	24	–	–	–	24
12461275	D. Afonso III	**92(55)**	–	–	–	92
1275-1325	D. Dinis	**79**[4]	–	–	–	–

Quadro sinóptico da concessão de forais, cartas de couto e outras doações

A política de concessão de cartas de couto que, inicialmente, parecia contribuir para solucionar os problemas de povoamento e de organização interna do reino, de forma mais eficaz do que a outorga de forais, levou D. Afonso Henriques a conceder 167 cartas de couto em contraste com a outorga dos 31 forais conhecidos para o período de 1128 a 1185.

3 – OPÇÃO PELOS FORAIS

É certo que D. Sancho I, que, após o desastre de Badajoz (1169), colaborou com o monarca seu pai no governo do Reino e que, desde a assunção do governo em plenitude, em 1185, até à

[4] REIS, António Matos – *História dos Municípios [1050-1383],* Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p.127. Além destes 79 forais outorgados, o mesmo monarca, até 22.02.1321, confirmou também 20 forais anteriores (*O.c.,* pp. 134-135).

sua morte, em 1211, ainda atribuiu vinte (20) cartas de couto, mas foi-lhes contrapondo cinquenta e oito (58) forais.

Quer isto dizer que D. Sancho I cedo detectou que a atribuição sistemática de cartas de couto convertia o território nacional *num verdadeiro mosaico de terras imunes,* que, na prática, escapavam à sua jurisdição, e acabou por privilegiar a concessão de forais, tendo os seus sucessores erradicado completamente a outorga de cartas de couto.

Esta decisão régia indicia a série de sucessivas medidas que viriam a contribuir, progressivamente, para a centralização do poder régio, bastando recordar as inquirições de 1220[5], 1258[6] e a *lei da almotaçaria,*de 26 de Dezembro de 1253[7], sem esquecermos a enumeração das medidas determinantes de D. Afonso IV, que a seguir, se indicam.

Ao contrário das cartas de couto que, apenas, deixavam margem para a intervenção judicial régia nos casos de recurso de última instância, os concelhos ficavam plenamente sob a jurisdição do monarca. Não quer isto dizer que tudo corresse da melhor forma nos concelhos, pois o próprio D. Afonso IV, ao mesmo tempo que determinou *as inquirições às jurisdições senhoriais* (eclesiásticas e laicas), processo que decorreu entre 1329 e meados da década de 1340[8], instituiu também o *regimento dos corregedores***,** de 1332[9], aperfeiçoado e ampliado, no de 1340[10]. Mesmo assim, os problemas municipais continuaram, como é conhecido, em particular, por ocasião das eleições de novas vereações, mercê das tensões entre grupos rivais*,* tendo D. João I, no intuito de lhes pôr cobro, publicado a célebre *Ordenação dos pelouros*, de 12 de Junho

---

5 *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones,* vol I, Olisipone, Typis Academicis, 1886.

6 *P. M. H.. Inquisitiones,* vol. I. pars II, Olisipone, Typis Academicis, 1888; P. M. H., *Inquisitiones (=Inquirições gerais de D. Afonso III,* 1258), vol. I, pars II, fasc. III, 1891 – vol. I, pars II, fascs IX, ex Typographia Nationali, Olisipone (Imprensa Nacional),1977.

7 *P. M. H.. Leges et Consuetudines,* vol. I, Olisipone, 1886, pp. 192-196.

8 MARQUES, José, *D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais,* in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval,* vol. IV, Porto, 1990, pp. 12-25 e 38-42; IDEM – *D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais galaico-leonesas no Norte de Portugal,* in «Brigantia – Revista de Cultura», vol. XII, n.º 4, Outubro-Dezembro, Bragança, 1992, pp. 175-196.

9 CAETANO, Marcelo, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia,* separata da «Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa» (1170--1383), vol. VII, Lisboa. 1951, pp. 151-157.

10 CAETANO, Marcelo*, O.c.,* pp.149-174.

de 1391[11], que constituiu uma nova restrição ao poder e às liberdades municipais.

Verificamos, assim, por diversas vias, que a idade de ouro das antigas liberdades municipais, patente nos forais *antigos* ou *velhos,* dos séculos XI-XIII, estava, praticamente, cerceada e o pouco que sobrevivia, seria rapidamente eliminado pelas *Ordenações de D. Duarte* e pelas *Afonsinas*, ambas do século XV, pelas *Ordenações Manuelinas*, do século XVI, com o poderoso auxílio da *reforma dos Forais,* durante a maior parte do reinado de D. Manuel I (1496-1520). Aqui chegados, vem a propósito recordar a afirmação de Veríssimo Serrão, apoiado em Mário Júlio de Almeida Costa: – *«Os forais tomaram, desta forma, um sentido diferente, perdendo a característica de «estatutos» da vida concelhia, para serem apenas «registos» dos encargos e isenções locais»*[12].

Mercê de muitos outros factores, as queixas que os representantes do povo apresentavam em Cortes ficaram bem marcadas nas Cortes de Santarém, de 1430[13], em que o clamor pedindo a reforma dos forais foi bem sentido por D. João I, que, no entanto, nada fez no sentido da sua concretização. Muitas outras situações se fizeram sentir inutilmente, inclusive junto de D. Afonso V e D. João II, mas só D. Manuel I, tomou a decisão de responder positivamente ao imparável clamor dos municípios e senhorios. Conhecemos as vicissitudes deste complexo e moroso processo, que decorreu entre 1496 e 1520[14].

Fruto do trabalho intenso da comissão incumbida desta reforma, – presidida pelo desembargador Rui Boto, coadjuvado pelo

---

[11] MORENO, Humberto Baquero, *Os Municípios Portuguesas nos séculos XIII a XVI. Estudos de História,* Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 39.
Verificamos, assim, por diversas vias, que a idade de ouro das liberdades municipais, patente nos forais *antigos* ou *velhos,* dos séculos XI-XIII, estava, praticamente, cerceada e o pouco que sobrevivia, seria rapidamente eliminado pelas *Ordenações de D. Duarte* e pelas *Afonsinas*, ambas do século XV, pelas *Ordenações Manuelinas*, do século XVI, com o poderoso auxílio da *reforma dos Forais,* durante a maior parte do reinado de D. Manuel I (1496-1520).

[12] SERRÃO. Joaquim Veríssimo, *História de Portugal (1495-1580*), vol. III, Lisboa, Editorial Verbo, 1978, p. 213.

[13] RIBEIRO, João Pedro, *Dissertação histórico-jurídica e económica sobre a reforma dos forais no reinado do Senhor D. Manuel pelo desembargador João Pedro Ribeiro* – Parte I, Lisboa. Impressora Regia. Anno 1812, 95 p.

[14] Sobre este assunto veja-se BIGOTTE CHORÃO, Maria José Mexia – *Os Forais de D. Manuel – 1496-1520,* Lisboa, 1990, 95 p. Outros indicam também esse longo período, mas balizam-no entre 1497 e 1521 ou, mesmo, entre 1499-1521.

Doutor João Fogaça e por Fernão de Pina –, sobretudo após a aprovação das propostas, por ela elaboradas e apresentadas a D. Manuel I, em Saragoça, pelo que passaram a ser denominadas como *pareceres de Saragoça,* a reforma dos forais foi sendo lentamente divulgada.

O primeiro a ser conhecido foi o *Foral de Lisboa*, apresentado por carta régia de 7 de Agosto de 1500[15]. Os restantes foram sendo divulgados, lentamente, mercê da complexidade do trabalho, tendo, mesmo, o próprio Rei ordenado, em 12 de Outubro de 1510[16], a simplificação dos processos, a fim de acelerar a conclusão deste grandioso projecto. Nos forais novos, porque de reformas se tratava, normalmente, sintetizavam-se as disposições fundamentais do foral velho, agora reformado, dando, assim, continuidade à identidade do concelho a que se referia. Este procedimento verificou-se na maioria dos forais, quaisquer que fossem as famílias foralengas em que se integrassem.

Além destes forais reformados, conhecidos como ***forais novos,*** foram outorgados outros, verdadeiramente *novos*, a localidades, que, assim, foram elevadas à condição de municípios, que passaram a constituir *concelhos novos.*

Mais do que todos estes casos, apresentados para se conhecer o enquadramento histórico em que o Mosteiro de Tibães recebeu o foral manuelino, impõe-se ter presente que também muitos outros coutos receberam forais *novos manuelinos,* porque lhes eram outorgados pela primeira vez. Dispensamo-nos, obviamente, de apresentar o seu elenco, mas, se necessidade houvesse de apresentar algum exemplo da nossa região, bastaria mencionar os de Terras de Bouro, de 20 de Outubro de 1514[17], e o de Paredes de Coura, de 13 de Abril de 1515[18]. Sem nos determos neste aspecto, é oportuno registar que a convicção da população de Terras de Bouro da inexistência de foral anterior ficou expressa no início do *Foral Manuelino,* nos seguintes termos: – *«Posto que na dita terra nam aja memoria de foral nem scriptura per que os direitos da dita terra se devessem de pagar pella inquiriçam que particularmente*

---

15 SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O.c.,* 213.

16 RIBEIRO, João Pedro*, O.c.,* pp. 67-70.

17 MARQUES, José, *Foral de Terras de Bouro (V Centenário),* Edição fac-similada, introdução e notas, Câmara Municipal de Terras de Bouro, 2014.

18 Publicado por nós, in *Alto-Minho e Galiza. Estudos de História,* Casa Museu de Monção / Universidade do Minho e Câmara Municipal de Melgaço, 2017, pp. 812-826.

na dita terra mandamos ora fazer per todollos moradores da dita terra se mostra aprovado per todos pagarse ora nella os foros e direitos seguintes:...»[19].

4 – O FORAL MANUELINO DO COUTO DE TIBÃES

Sabendo que o Couto do Mosteiro de Tibães se regeu desde 1110 até à outorga do foral, em 4 de Setembro de 1517, pela carta de couto concedida pelos Condes D. Henrique e D. Teresa, impõe-se analisar que alterações implicou nos diversos aspectos da vida deste couto, com mais de quatro séculos de existência. Antes de mais, convém sublinhar que a autoridade máxima, salvo nos casos de recurso para o monarca, continuava centralizada na pessoa do D. Abade. Além dos privilégios constantes da mencionada carta de couto, os seus moradores beneficiavam também da graça concedida por D. Dinis, em Lisboa, em 19 de Abril de1296, dispensando-os de comparecerem a serviço d´el Rei, quando viesse a norte do Douro, salvo aqueles que tivessem motivo especial para se apresentarem[20].

Desde esta data até à concessão do foral, o Mosteiro continuou a beneficiar das rendas dos seus casais, pesqueiras, moendas (moinhos e azenhas), bem como das suas matas, onde não se poderia apascentar nem fazer quaisquer cortes sem autorização expressa do Mosteiro. Dentro do Couto, havia ainda diversos terrenos de mato e montes maninhos, cujo inventário tinha sido feito, aprovado e justificado pelos juízes e oficiais do Couto e aprovado pela maior e principal parte do dito *concelho,* reiterando que não se podiam tomar nem dar maninhos nem sesmarias, a não ser pelos actuais ou futuros responsáveis do mosteiro, respeitando, no entanto, as disposições das *Ordenações* régias.

Começamos, aqui, a pressentir a intervenção régia na vida deste couto, parecendo-nos necessário evitar que o termo *«concelho»* possa criar alguma confusão, que o próprio texto do foral procurou prevenir, ao salvaguardar, na íntegra, a autoridade abacial e de seus colaboradores, bens como os seus património e direitos. Por *«concelho»,* não deveremos entender uma instituição

---

[19] *Foral de Terras de Bouro,* fl. 1 v., in *O.c.,* p. 75.

[20] Documento reproduzido no *Foral,* publicado em apêndice.

administrativa, similar à dos nossos actuais concelhos ou municípios, mas tão somente uma assembleia representativa da população do Couto, *não totalmente autónoma, dependente da jurisdição abacial,* incumbida de executar determinadas funções, minuciosamente descritas. A título de exemplos, vejam-se os casos das eleições do *juiz* e do *meirinho.*

Em ordem à clarificação deste termo, convirá aguardar que novos estudos sobre outros forais manuelinos de coutos monásticos, de Sés. Cabidos e Colegiadas contribuam para esclarecer devidamente este e outros conceitos.

Passando à análise das disposições específicas deste foral, poderemos verificar que todas elas se encontram dispersas noutros forais, pelo que as enunciaremos, rapidamente, não sendo necessário insistir no seu significado.

Assim, quanto ao *gado do vento,* isto é, gado ou bestas perdidas, o foral determinava que seriam do Mosteiro, e as pessoas que as recolhessem deveriam proceder à sua declaração, como estava prescrito, dentro de dez dias, sob pena de serem demandadas por furto.

Quanto aos negligentes no cumprimento da obrigação de *«correr»* ou fiscalizar os montes, por ordem do concelho, se o porteiro não executasse as penas cominadas aos negligentes, deveria pagar, à sua custa, o valor equivalente, que reverteria para o «concelho».

A nova instituição "concelhia" receberia as penas da almotaçaria e outras penas, sem que o Mosteiro ou a chancelaria da comarca nelas tivessem qualquer participação, ficando estabelecido também que as eventuais despesas se fariam pelos oficiais do Couto, com o consentimento e outorga do Mosteiro.

A designação dos *coudéis* e o *lançamento de armas* far-se-iam na forma costumada, sabendo-se que as multas devidas pelo uso da força reverteriam para o Mosteiro, no valor de 108 reais a pagar pelo forçador, como era usual.

Nestas novas decisões, introduzidas pelo foral, inscrevem-se também as penas aplicadas aos respectivos donos pelos *cães* que andassem soltos, desde 15 de Agosto até ao S. Miguel, 29 de Setembro, bem como as penas pelo uso de *arma e derramamento de sangue*, podendo o meirinho levar as armas, se as tomasse em pleno *arroído,* regendo-se outros aspectos desta situação pelo disposto no foral de Guimarães.

5 – CONCLUSÃO

Tendo percorrido a situação vivida pelo Mosteiro de Tibães sob o regime da Carta de Couto e, depois, com as inovações introduzidas pelo Foral, poderemos interrogar-nos acerca dos objectivos intentados pelo *Venturoso,* tanto mais que no início do Foral ficou bem expressa a preocupação de afirmar, individualmente, os direitos e poderes do D. Abade.

Este foral, como todos os reformados ou *novos,* agora concedidos, insere-se na estratégia mais completa da centralização do poder régio, que em muitos aspectos poderia colidir com as imunidades eclesiásticas, muitas delas outorgadas pelos seus antecessores, não sendo, então, conveniente abrir um conflito com as instituições eclesiásticas. As inovações introduzidas no *Foral de Tibães*, não sendo muito significativas, marcavam, mesmo assim, uma clara intervenção na poderosa esfera eclesiástica, com a limitação parcial dos poderes abaciais e evidentes repercussões na população civil, quanto aos poderes do monarca.

É certo que, neste caso, ao contrário do que acontecia com os outros forais, não se verificou ou reforço do inventário do património régio, documentado em tantas outras situações, mas a convicção de que o monarca intervinha também nas instituições mais poderosas era indiscutível. Além disso, revela uma clara influência da acção régia neste couto e terra imune, com mais de quatro séculos, ao mesmo tempo que introduzia algum controlo, por pequeno que fosse, na parte económica e administrativa do couto, com evidente reforço do poder régio.

Julgamos que estes terão sido os efeitos mais significativos desta iniciativa régia, renovada em muitos outros, através do Reino.

Apêndice

O Mosteiro de Tibães: da Carta de Couto ao Foral Manuelino – 1517
(Forais Novos de Entre Douro e Minho, fls. 143-144v. – Reproduzido em *fac-simile*, nas *Memórias o Mosteiro de Tibães,* pp. 107-110).

– «Foral do Couto do Moesteiro de Sam Martinho de Tibaaens da Ordem de Sam Bemto per sentença confirmado.

Dom Manuel etc.

Mostrasse polla dita doaçam serem passados e comfirmados no dito Moesteiro e em seus socessores todollos dereitos reaaes senhorio e jurdiçam que naquele tempo os Reis destes Regnos tinham no dito Couto e a dita doaçam e privillegio mandamos aquy verdadeiramente trelladar na maneira seguinte:

– «In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Ego Comes Donnus Enrrique et uxor nostra Infanta Dona Tarasia Adefonssi Regis filia placuit nobis ut faceremus sicut et facimus cautum et terminum ad Monasterium Sancti Martini de Tibanes et facimus illum cautum et terminum pro amore Domini Nostri Ihesu Christi et ut mercedem inde habeamus ante Deum Omnipotentem in die iudicii et ut servi Dei qui ibi abitent vel habitaverint in missis et in psalmis et in toto opere quod ad Deum pertinet mostram sempre memoriam habeant et pro nobis Petro Pelaiz et Menendo Pelaiz et Pellagio Pelaiz qui nobis semper cum fide et veritate servicium fecistis et facitis et facimus per terminum qui nobis placet et rectus est per terminum quomodo dividit Pallatim cum Villarinho et per Montem Maiorem quod est super Ulgoso et inde per Petra Turamellada quod est prope de Fonte de Genti et inde per terminum de Samelli et inde quomodo dividit Parada cum Ferozos et inde per Cernado et inde per Gandarella et inde ad illum Fontem de Sancto Petro de Merelim et inde ad Castrum Mallum et inde per illam Carrariam antiquam et exiit in Maquoromi et inde per medium flumen de Cadavo et concludit in illa Foze de Gesmondi et omnia regalia nostra qui continentur infra terminos pernominatos *scilicet* Pallatim et illam Varzenam de Carradello que iacet sub villa Merlim in litore Catavi damus et concedimus Sancto Martino de Tibianes et fratribus ibidem commorantibus pro remedio animarum nostrarum et istam terminationem Monasterii Sancti Martini de Tibianes quam facimus nos supra nominati damus et concedimus ut de hodie die vel tempore sedeat ipse terminus sive cautus de iure notro abrasus et in vestro iure ac dominio ad illum Monasterium traditis et si quis homo tam potens quam inpotens vel Rex et qui huius terre imperium obtinuerit ab hac die in antea hoc factum nostrum infringire volluerit in primis sit excomunicatus et anathematizatus et cum Iuda

Domini traditore habeant participio et pariat post partem prefati cenobii aut qui eius vocem tenuerit duodecim libras auri et hoc factum nostrum ratum semper et firmum permaneat. Factum cautum simul et terminum sete[21] callendas Aprillis *Era de mil e cento e dezoito*[22].

Ego Comes Emriqus cum uxore mea Infanta Dona Tarasia nostris manibus confirmamus et roboramus. Pro testes Pellagios Gondissalvi Godinus testis. Bernardus Tolletane sedis archiepiscopus et Sancte Rome Ecclesie legatus qui huius operis adiutor bonus et auctor extitit sub Dei gratia ellegatione commissa hoc munus ratum sempre et firmum manere precipio et precipiendo confirmo. Nunus Tibanensis cenobii Dei gratia abbas quod vidi confirmo. Petrus Vimaranensis clerice Comitis notui. Menende Venegas continens castellum Sancte Crucis confirmo. Gomice Nuniz continens castellum Sancti Christofori confirmo. Egas Nuniz continens Sancti Martini confirmo. Egas Gondesi[*ndi*] continens Bayon confirmo. Pellagios (*sic*) Suaris continens Amayam confirmo. Fafala Luzi continens Laginoso conffirmo. Egas Pallaiz continens Burio conffirmo. Gomice Venegas continens Penellam conffirmo».

Per bem das quaaes [fl.143v.] palavras e doaçam ouve o dito Moesteiro todollos direitos do dito couto e senhorio. E assy foy despois achado polos vissitadores e emqueredores pe[*r*] quem os Reis destes Regnos mandaram geralmente per todos estes Regnos tirar imquiriçooens de como os senhorios e rendas delles se levavam pellos quaaes foy determinado per bem da dita imquiriçam que todollos direitos e senhorio do dito Couto era livremente do dito Moesteiro e que Nos nem a Coroa de nossos Regnos nam tínhamos nem tinha no dito couto ninhũa cousa por seer tudo do dito Moesteiro segundo se craramente achou no *Livro de Cubertas Pretas* que anda na Rolaçam da nossa Casa da Sopricaçam.

E despois nos editos geraaes que se fizeram nestes Regnos foy demanda em nossa Corte antre o nosso prometor e procurador sobre a jurdiçam do dito Couto e finalmente foy per sentença de nossa Rellaçam determinado a jurdiçam do Moesteiro. E assy foy ora per Nos em nossa carta comfirmado, *convem a saber*, que por dia de Sam Martinho em cada huum anno ho comcelho emlegesse dous homens juízes e hiram ao abade do dito Moesteiro que lhes comfirmasse huum delles qual por bem tevesse por juiz do dito Couto e que ho dito abade escolhera daqueles dous hum qual via que compria por juiz e que lho confirmava por juiz e fazia jurar que fizesse direito e justiça. E que o dito juiz que assi per elle he comfirmado ouvia todollos feitos cives e criminaaes no dito Couto e dava sentenças assy no cível como no crime matando e soltando asolvendo e condenamdo e se algũa das partes queria apelar das sentenças que o dito juiz assi dava nos feitos cives apelava pera o dito abade e do dito abade pera mym e nos feitos criminaaes apelavam dereitamente pera mym.

---

[21] A seguir a *sete* está escrita a palavra *libras,* por confusão com a frequente menção das taxas, logo corrigida a data do documento.

[22] Esta data, apesar de estranhamente escrita posteriormente, em português, está errada, pois, em 1080 (*Era de 1118*), ainda não existia o Condado Portucalense.

Outrossy o dito abade metia seu mordomo no dito Couto que chegava os do dito Couto a direito perante o dito juiz que fazia as penhoras e as emtregas no dito Couto per mandado do dito juiz e que o dito abade levara as vozes e as coimas e rousos e omizios no dito Couto.

E outrossy o dito abade escolhia huum homem qual tinha por bem pera meirinho e que o enviava ao meirynho moor ou ao meu Corregedor que lho desse por meirynho no dito Couto e o meirinho maior ou meu Corregedor fazia ho jurar e dava lhe sua carta per que fosse meirinho no dito Moesteiro e no dito Couto. E este meirinho que lhes asy era dado prendia e soltava per mandado do dito juiz do dito Couto. A qual sentença e carta por seer por Nos comfirmada lha mandamos assentar neste foral pera sempre com as cousas deste foral.

Outrossy mandamos neste foral asemtar hũa carta del Rey Dom Denis de privillegio comcedido ao dito Moesteiro por ser assi per nos comfirmada na maneira seguinte:

– «Dom Denis pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve a vos Gonçallo Fernamdez meu meirinho moor Alem Doiro ou a qualquer que amdar em vosso logo na dita comarca e a vos Afomsso Vicente saúde. Sabede que como quer que todollos de minha terra ajam rezam de virem a meu serviço e moormente hu vou com meu corpo tenho por bem por tal que roguem a Deus por mym e por lhes fazer hy mercee que vos leixedes e nam costrangades os homens que moram no dito Couto do Moesteiro de Tibaaens salvo aquelles que achardes que ouverem herdades fora desse Couto por que ajam [fl. 144] rezam de virem a meu serviço omde al nam façades. E os homens do dito Couto tenham esta carta. Dada em Lixboa aos dezanove dias d'Abril. El Rey ho mandou pello chamcerel. Martim Estevez a fez Era de mil e trezemtos e trimta e quatro anos».

[23] E por bem das ditas doaçam e imquiriçam e sentença atras decrarada o dito Moesteiro aallem da dita jurdiçam tem no Couto do dito Moesteiro estes direitos seguintes, *convem a saber,* tem muitos casaes próprios e herdades que lhe pagam seus direitos segundo em seus tombos e titolos he decrarado e assy pesqueiras e moendas suas próprias e hũa mata propria de soveral e carvalho em que se nam cortara madeira nem lenha nem montura nem pastara sem licença e avença do Moesteiro so pena dos nossos encoutos.

[24] E tem mais per bem do que dito he os matos todos e montes maninhos de demtro do dito Couto segundo isso mesmo foy aprovado e justificado polos juízes e officiaaees do dito Couto com a mayor e principal parte do dito comcelho per bem do qual decraramos nam se poderem tomar nem dar no dito Couto nenhuns maninhos nem sesmarias salvo pello

---

[23] Na margem esquerda: *Propriedades.*
[24] Na margem esquerda: *Maninhos.*

dito Moesteiro e seus socessores per sy ou per seus officiaaees polos preços que com as partes se comcertarem. E emcomendamos aos Reitores do dito Moesteiro presentes e vindoiros e seus officiaaes que nas dadas dos ditos maninhos tenham tal temperamça comformandosse nisso com nossas leis e ordenaçooens sobre este caso feitas que os moradores e vezinhos do dito Couto nam recebam comtra direito nisso ninhũa apressam.

[25] E isso mesmo o gaado do vento ou bestas perdidas sam do dito Moesteiro omde mandamos que se recadem segundo nossas Ordenaçooens com decraraçam que a pessoa a cuja mão ou poder for teer o dito gado o venha escrever a dez dias primeiros seguintes sob pena de lhe ser demandado de furto.

[26] E mandara executar as penas aos negligentes que o comcelho ordena pera correr monte. E se o porteiro o nam fizer faça executar as penas aa sua custa e dar ao comcelho.

[27] E assy se recadaram pera o dito comcelho as penas d'almotaçaria e as outras penas sem o Moesteiro nysso aver parte nem menos a nossa chancelaria da comarca. E as despesas das ditas penas se faram polos officiaaes do Couto de comssentimento e outorga do dito Moesteiro.

[28] E assy fara coudes para purar e lançar as armas segundo nosso regimento sem outro nosso oficial emtemder segundo se costumou de fazer,

[29] E as forçasseram do dito Moesteiro quando se julgarem pello juiz e o forçador for tornado aa posse per elle e nam doutra maneira. E sam cento e oito reaaes aa custa do forçador.

[30] Outrossy esteve o dito Moesteiro sempre em possee e staa de levar as penas das caaes soltos desde Santa Maria d' Agosto atee Sa' Miguel que he huum carneiro. E o porteiro do Couto posto pello dito Moesteiro se as primeiro executar levara as penas somente que o concelho pera elle porteiro ordenar.

[31] E decraramos as penas do sangue e das armas nesta maneira, *convem a saber,* levara o Moesteiro de qualquer que tirar arma pera fazer mal com ella dozemtos reaaes e as armas sem embargo de atee ora mais se demandar ou levar e nam se levara outra pena de samgue e o meirinho do Couto apresentado per elle levara as armas [fl.144 v.] se as tomar no arroido acodymdo ha elle prendendo hy os malfeitores e em outra maneira nam as levara.

---

[25] Na margem esquerda: *Gado do vento.*
[26] Na margem direita: *Correr monte.*
[27] Na margem direita: *Almotaçaria.*
[28] Na margem direita: *Coudes.*
[29] Na margem direita: *Forças.*
[30] Na margem direita: *Pena dos caaes.*
[31] Na margem direita: *Armas e sangue.*

E com limitação que as ditas penas se nam levaram quando apunharem espada ou qualquer outra arma etc., todo o mais deste capitollo e assy ho capitollo da pena do foral em tudo he tal em este lugar como em Guimaraaens.

Dada em a nossa muy nobre e sempre leal cidade de Lixboa aos quatro dias do mes de Setembro anno do Nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quinhemtos e dezassete anos. E vay escripto ho original em oyto folhas sob escripto e assinado pollo dito Fernam de Pina».

Percursos de vida Espiritual e Temporal dos Monges Bernardos na Congregação de Santa Maria de Alcobaça

(Séculos XVI a meados de XIX)

SALVADOR MOTA [1]

RESUMO

Com este trabalho, tencionamos fazer um estudo (1504 – 1807) sobre os Doutores Cistercienses formados em Teologia, quer Professores da Universidade de Coimbra, quer do Colégio do Espírito Santo, fundado pelos Bernardos em 1543.

Procuraremos indagar sobre as suas origens sociais, proveniências geográficas e instituições formadoras. Terminaremos centrando nos no peso dos docentes cistercienses de Teologia na UC, tida como muito prestigiada. Ao analisarmos os seus percursos de vida, verificamos que as oportunidades de outras ocupações, após o doutoramento, passaram a ser muitas, dentro e fora das Congregações, podendo-se falar de verdadeiros percursos profissionais. As mais inventariadas e procuradas no interior e no exterior da Congregação são: Abades Gerais ou Conventuais; Procuradores; Professores; Bispos; Cronistas; Juízes do Santo Oficio ou outras relacionadas com a Administração da Igreja e do Reino.

Palavras-chave: Congregações Religiosas, Cistercienses, Carreira Espiritual e Temporal, Profissão, Colégio, Universidade, Teologia.

---

[1] Professor Associado da Faculdade de Filosofia e Ciências Socias da Universidade Católica Portuguesa com Agregação em História pela Universidade do Minho e Assessor para as Relações Internacionais do Centro Regional de Braga da UCP.

ABSTRACT

With this work, we intend to make a study (1504-1807) on the Cistercian Doctors trained in Theology, either as Professors of the University of Coimbra or of the College of the Holy Spirit, founded by Bernardos in 1543. We will seek to inquire about their social origins, geographical origins and formative institutions. We will finish by focusing on the weight of the Cistercian Theology Professors at CU that was considered as very prestigious. When analysing their life paths, we saw that after the doctorate, the opportunities of other occupations have increased inside and outside of the Congregations, and therefore these can be mentioned as real professional paths. The most inventoried and sought after in the interior and exterior of the Congregation are: General or Convent Prelates; Attorneys; Teachers; Bishops; Chroniclers; Judges of the Holy Office or others related to the Administration of the Church and of the Kingdom.

Key Words*: Religious Congregations, Cistercians, Spiritual and Temporal Career, Occupations, School, University, Theology.*

INTRODUÇÃO

A produção historiográfica sobre a Ordem de Cister e sobre a Congregação de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo teve um incremento extraordinário a partir dos anos 90 com a multiplicação de mestrados e de doutoramentos em história, património e arte nas diversas Universidades do País[2]. Acresce um sem número de Jornadas, Colóquios e Congressos organizados a um ritmo impressionante e, de algum modo, relacionados com S. Bernardo, em locais emblemáticos onde os monges brancos em Portugal tiveram mais presença, como Alcobaça[3], Tarouca[4], Arouca[5] e

[2] MOTA, 2006, Tomo I, 14-15.

[3] Destaquemos: Actas. IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo. Braga: Universidade Católica Portuguesa / Câmara Municipal de Alcobaça, 1991; Actas. Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII (Colóquio, 23-27 Novembro 1994, Mosteiro de Alcobaça), Lisboa, IPPAR, 2000 e ainda ACTAS. Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional (16-20 de Junho de 1998, Mosteiro de Alcobaça), Lisboa, IPPAR, 2000.

[4] Tarouca e Cister. Espaço, Espírito e Poder. Actas – Setembro 2002, Tarouca, 2004 e ainda Actas. Tarouca e Cister. Homenagem a Leite de Vasconcelos. Tarouca: Câmara Municipal de Tarouca. Novembro 2006.

[5] De referir em Arouca promovido pela Associação Anima Património os encontros que já vão na sua 5ª edição de "Cister, sabores e saberes".

Lafões[6]. Também o Mosteiro de Oseira / Ourense tem promovido regularmente Congressos Internacionais sobre o Cister em Portugal e na Galiza, que já vai na sua 4ª edição, datando o último de 2009 e, pela primeira vez, realizado em Portugal na cidade de Braga[7]. Não é nosso objetivo fazer um catálogo de toda a bibliografia mais recente produzida em Portugal sobre a ordem cisterciense, mas recomendamos vivamente a consulta de um inventário produzido por Maria Alegria Fernandes Marques, intitulado Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal[8]. Podemos afirmar que as principais casas religiosas de Cister estão cobertas por monogra-fias, o que vai permitir a feitura de histórias de síntese sobre o Cister português. Daí que autores de renome façam balanços sobre a qualidade e a quantidade dos trabalhos já publicados, visando orientar pesquisas para campos menos abordados. José Marques escrevia em 1992 "...que havia falta de estudos globais sobre as grandes congregações monásticas portuguesas pós-tridentinas, porque ainda não dispomos de monografias sobre cada uma das comunidades que as integravam e as que há são sectoriais, incidindo quer na época medieval, quer na moderna, com acentuado predomínio na vertente económica..."[9].

Alegria Fernandes, no mesmo ano, afirmava que o trabalho efetuado era globalmente positivo, mas também, parcelar. "...São muito os trabalhos mas dispersos e quase sempre pontuais. Do seu conjunto se conclui que os estudos sobre a época medieval são os mais numerosos e volumosos. Além disso, verifica-se ser Alcobaça o mosteiro que mais estudos reúne e abarcando temática muito variada..."[10]. Também Perez Rodriguez acentua a importância dos estudos medievais para o cister galego, que contava com 15 cenóbios, alguns dos quais ainda hoje com vivência religiosa "...la historia medieval de los mosteiros gallegos es relativamente bien conocida. La precocidad y el volumen de estúdios existentes sobre los monges blancos supera ampliamente a los realizados sobre cualquier otra orden monástica gallega..."[11].

---

6 Actas do Colóquio "A Ordem de Cister – O tempo e o Modo" Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões. 1998, S. Pedro do Sul, 1998.

7 ACTAS. IV Congreso sobre El Cister en Portugal y en Galicia. Los Caminos de Santiago y la vida monástica cisterciense. Ourense, Ediciones Monte Casino, 2009, Tomos I e II.

8 MARQUES, 1998: 1-30 e ainda: MARQUES, 1999: 841-851.

9 MARQUES, 1992: 352,

10 MARQUES, 1991:113-137.

11 PEREZ RODRIGUEZ, 2006: 18.

Saul Gomes, em 2006, ao fazer um balanço da historiografia cisterciense lusitana dos séculos modernos, realça que se tem vindo a registar, nos últimos anos, importantes abordagens monográficas, as quais, em geral, privilegiam, adotando perspetivas diacrónicas, o universo artístico ou o primado económico – dominial das antigas abadias bernardas, não se valorizando as condições de base da feitura de uma história religiosa e / ou eclesiástica do passado cisterciense nacional, as quais devem passar substancialmente, pelo conhecimento de dados ou informação fundamental de caráter institucional, social, cultural e, naturalmente, espiritual. Mais adianta o referido professor "...faltam à moderna historiografia cisterciense, particularmente do setor masculino, em geral levantamentos prosopográficos dos seus monges e conversos, abadológios primários, cronologias precisas, enfim, estudos fundadores que esclareçam as orientações das "administrações" trienais à frente de cada abadia ou os ganhos e novidades em matéria de privilégios pontifícios, culminando este défice histórico no pouco que se sabe acerca do governo congregacionista da Ordem de Cister em Portugal..."[12]. Pensamos humildemente que temos dado o nosso contributo para que a Congregação de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo seja mais conhecida, pelos trabalhos já publicados. É neste contexto que pretendemos apresentar um estudo inédito sobre a importância do ensino, mormente, o superior, no contexto da congregação cisterciense que terá aberto o caminho a percursos de vida temporal e espiritual dentro e fora da Congregação de acordo com estratégias emanadas ou influenciadas pelo Concílio de Trento para o clero regular.

Para isso, procuramos fazer uma pesquisa muito vasta de deteção dos monges que alcançaram o grau de Doutor bem como o máximo de informações sobre os mesmos. É nossa intenção realçar a fundação e a importância do Colégio e da Universidade de Coimbra, bem como de outras casas religiosas na formação dos discentes e docentes, cursos ministrados, bolsas de estudo, curriculum escolar, funcionamento das aulas, graduações, etc.. Após a recolha, procuramos fazer um quadro (nº I) muito pormenorizado e que, de algum modo, sintetizasse a informação inventariada que tem por título "*Origem social e percurso profissional dos Monges Doutores da Congregação de Sta. Maria de Alcobaça da Ordem*

[12] GOMES, 2006: 377.

de S. Bernardo (1504-1807)" para a qual, desde já, aconselhamos respetiva consulta. Depois de tudo concluído, foi fácil fazer gráficos específicos sobre cada uma das temáticas propostas.

Sem embargo de falarmos sobre a documentação utilizada, quer manuscrita quer impressa, ao longo do trabalho gostaríamos de realçar a utilização constante dos Livros das Definições das Juntas e Capítulos Gerais da Congregação desde meados dos séculos XVII a XIX e que se encontram em bom estado no Arquivo Distrital de Braga. Neles estão inscritas as principais orientações emanadas pelos órgãos superiores de decisão da Congregação no que toca à formação dos seus monges. A pesquisa de alguns doutores e algumas referências sobre a vida e a obra de cada um deles foi possível encontrar nas obras clássicas de Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitano*[13] Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Português*[14] e, ainda, em Manuel Augusto Rodrigues (Dir. de), *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis 1290-1772 e 1772-1937*.[15]

DESENVOLVIMENTO

O Concílio de Trento, ao legitimar e incrementar a função do estudo[16] e do ensino em detrimento do trabalho manual e colocando-o em plano paralelo ao da oração, permitiu criar, a médio e longo prazo, uma verdadeira carreira profissional. Para os conventuais, as oportunidades eram várias, desde o ensino totalmente controlado pelo clero, passando pela música, os cargos a desempenhar na própria congregação, etc. Se os candidatos tivessem aptidões, podiam seguir o ensino superior e aí abriam-se outras oportunidades, com outro prestígio e bem mais remuneradas e

---

[13] MACHADO, Diogo Barbosa (1931) – *Biblioteca Lusitana, História Critica e Cronológica.* 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomos I a III.

[14] SILVA, Innocencio Francisco da (MCMVI) – *Diccionario Bibliographico Português aplicáveis a Portugal e ao Brazil*. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomos I a XVIII.

[15] RODRIGUES, Manuel Augusto (1997 e 2003) (Dir. de), *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis 1290-1772 e 1772-1937*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, Vol. I e II.

[16] A.D.B. CI-192 – *Capítulos e Juntas Gerais*, Docs. 10 a 23. Século XVII – 1828. In Doc. 16[1] – Leis da Junta Geral de 20/9/1770, fl. 3." ... que o tempo destinado para o estudo he tão sagrado como o da oração pella mutua dependencia que entre si tem a virtude da sabedoria...".

reconhecidas. Segundo Ana Mouta Faria, se os candidatos fossem de origem nobre e com graus académicos poderiam vir a obter cargos de relevo em tribunais, governo, tornar-se inspetores, comissários, ministros, inquisidores, juízes eclesiásticos, bispos, etc..”[17]. Theofilo de Braga, um pouco cáustico e citando João Pedro Ribeiro, fala de uma nova classe de clérigos que se ordenavam por letradura para serem providos em benefícios eclesiásticos.[18]

Para isso, para além do noviciado que era uma espécie de ensino elementar, criou-se o chamado ensino intermédio ou secundário consubstanciado nos cursos de Artes ou Filosofia. Para a frequência destes cursos, os candidatos tinham de possuir determinados requisitos como sejam: 4 anos de profissão, menos de 30 anos de idade, não ter raça de cristão - novo até 4º grau, nem mouro, nem mulato, não ter fealdade que prejudique o púlpito, domínio do latim e da gramática portuguesa.[19] Os candidatos tinham ainda de ser humildes, de bons costumes, capazes e inteligentes dado que eram sujeitos a exames por parte de examinadores e ainda, a uma seleção rigorosa feita pelos abades conventuais donde eram originários, mesa do definitório e abade geral.[20] O curso de Artes estava planeado para três anos, tinha de ser aprovado em definitório com a presença e anuência do Geral, ministrando-se as seguintes disciplinas: humanidades (grego, latim, hebraico), Matemática, Ciências e Filosofia[21]. A Filosofia podia também ser dada em separado, como curso autónomo “o definitório atendendo ao tempo das aulas e depois dos estudantes cursarem Philosofia seguem o de Teologia…”[22]. Sobre a bibliografia aconse-

---

17 FARIA, 1987: 33-34 “…A Universidade deve estar ligada à maioria das formas de ocupação tanto regular como secular. Todos procuram a frequência das aulas e a obtenção de um grau universitário que lhes abririam novas perspetivas, algumas delas não estritamente ligadas à prática da religião (bibliotecários, livreiros conventuais, professores)…”.

18 BRAGA, 1895: 570.

19 DIFFINIÇOENS, 1593: 40-50.

20 A.D.B. CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708- 1749). In Leis do Capítulo Geral de 4-5-1744, fl. 109vs “…Nenhum monge possa ser admitido ao curso das artes sem que primeiro seja aprovado quanto aos seus costumes pela comunidade do mosteiro onde for morador respeitante ao Latim pelo P. Abbade e dous religiosos deputados dos mais peritos nomeados pelo mesmo P. Abbade, que feito o exame com toda a exação e aprovação ou reprovação sendo o seo merecimento por votos secretos de cada hum dos examinadores e se dará notícia ao Rmo informando da capacidade e prestimo do mesmo pretendente…”.

21 RODRIGUES, 1987:13-22.

22 A.D.B. CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708-1749). In Leis da Junta Geral de 8-9-1722, fl. 27.

lha-se no Capítulo Geral de 4/5/1744 "...que no curso das Artes para que deputarão o mosteiro de Ceiça se principie a leitura no 1º de Outubro continuandose sem interpolação mais que aos domingos e dias feriados sem dispensa de lição ou conclusoes e não acabaram antes da véspora dos apostolos Pedro e Paulo como determinão as nossas definiçoens e para estudarem e darem lição os collegiaes o farão pelo curso de philosophia dos Padres Sousa de Aranha ou Soares Lusitano que o Padre Mestre com parecer e aprovação do Muito Reverendo Regente escolher...".[23] Ambos os cursos, mas, especialmente, o de Artes, provavelmente por ser mais abrangente, dava aos candidatos entrada direta no curso de Teologia já considerado de nível superior, conjuntamente com os cursos de Leis, Medicina e Cânones. António de Vasconcelos, autor clássico nestas matérias, informa-nos que para a matrícula no 1º ano da Faculdade de Teologia e de Medicina exigia-se de ordinário o grau de licenciado ou de bacharel em Artes e para um aluno fazer a inscrição nas Faculdades Jurídicas tinha de apresentar certidão passada pelo Principal do Colégio das Artes, de haver sido examinado e aprovado no exame de aptidão para cursar estas faculdades e de ter conhecimentos essenciais da escrita e da fala de Latim[24].

Para além dos cursos, colocava-se o problema dos estabelecimentos de ensino onde tais cursos funcionariam. A procura aumentava sem cessar, tanto mais se pensarmos que tínhamos de ter clérigos preparados para evangelizar os novos espaços abertos pelas descobertas marítimas e, também, não havia, no próprio Reino, teólogos e clérigos suficientemente instruídos[25]. Este problema estava ligado à necessidade de uma profunda reforma que era urgente implementar na Universidade e que vai ser objeto de atenção

---

[23] A.D.B. CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708-1749). In Leis do Capítulo Geral de 4/5/1744, fl. 109vs. "que durante o tempo lectivo tenhão os collegiaes 2 dias de recreação em cada mês na quinta do mosteiro.

[24] VASCONCELOS, 1939; 2-10.

[25] SILVA, 1993; 140. Para a autora foram motivos mais do que suficientes para o Cardeal D. Henrique criar em Évora uma Universidade destinada exclusivamente à formação eclesiástica, afastando a Medicina, o Direito Civil e Canónico. A ideia era respeitar o monopólio da Universidade de Coimbra nestas matérias. Coincide e alimenta-se de um clima pós-tridentino que vê na formação eclesiástica a chave (ou uma das chaves) para a resolução da grave crise vivida pela cristandade e em particular pelo universo católico.

por parte de D. João III. Segundo Silva Dias, nas primeiras décadas do séc. XVI, a Universidade encontrava-se em estado quase desesperado do ponto de vista disciplinar, científico e pedagógico. Os estudantes não acreditavam nela, deixando-a. Os docentes interrompiam facilmente a atividade docente, ou por causa da peste, ou para prestar serviço na corte, acumulavam, facilmente, o exercício do ensino com outras funções, para além da má escolha no recrutamento dos docentes, falta de recursos, etc.

O rei, protetor da Universidade, procurou reformá-la encontrando em Frei Brás de Barros a mola espiritual impulsionadora que faltava e no património do Mosteiro de Sta. Cruz os bens e o dinheiro que carecia. Para vencer a rotina instalada, muda a Universidade de Lisboa para Coimbra, reconhecidamente com melhor ambiente para o estudo, reestrutura cursos, define faculdades, substitui docentes antigos por novos, melhorando as condições materiais e profissionais, cria novos estatutos de pendor mais administrativo e económico[26].

A reforma da Universidade vai ser completada com a instalação de uma rede de colégios. Segundo Silva Dias, a fundação de colégios visa preparar melhor a elite intelectual através da elevação da cultura pela austeridade dos costumes. A sua função correspondia assim aos desígnios ideológicos e políticos da época da reforma católica[27]. Em vida do monarca criaram-se 14 colégios atingindo o número de 23 em pleno século XVIII[28]. Já eram conhecidos, pelo menos, desde o século XIV, em França e em Inglaterra. Antes de 1400, só em Paris, havia 30 colégios. Além de alojamento, os colégios asseguravam a formação cultural e científica por meio do ensino, de bibliotecas e professores que se dedicavam à docência e ao acompanhamento dos alunos. No século XV, foram famosos os colégios de Oxford, de Paris, de Salamanca, de Bolonha e de Roma[29].

---

[26] DIAS, 1960,Vol II: 576-580 "...A anexação do património crúzio à Universidade só veio a verificar-se em 1543 mas já antes Sta. Cruz custeava os encargos com a expropriação dos terrenos e de construção civil... a mesma origem com a cobertura das despesas de salários com professores...".

[27] DIAS, 1960,Vol II: 596.

[28] RODRIGUES, 1987:6-7.

[29] RODRIGUES, 1987:7-8. "...Os colégios desenvolveram-se muito no Renascimento e depois à sombra das Universidades. Nos países da contra reforma não tiveram, contudo, o papel que tiveram em Inglaterra. Merecem, destaque também os colégios Pontifícios criados em Roma a partir do século XVI..."

Em Portugal, apesar de várias tentativas, só se começaram a constituir coincidindo com a tomada de decisão de mudança de local da Universidade para Coimbra[30].

Em poucas décadas, praticamente todas as congregações religiosas, ordens militares, entidades eclesiásticas e realeza fundam os seus colégios, por questões de poder, prestígio e influência[31]. Podemos afirmar que nem todos os colégios eram universitários, nem todos estavam incorporados na Universidade. A incorporação fazia-se por diploma régio e considerava-se efetiva depois de aceite pelo Conselho Escolar. Os incorporados tornavam-se, de certo modo, Universidade, sendo-lhes por isso aplicáveis os privilégios desta em matéria de representação nos atos oficiais do corpo académico e vantagens nas relações de tipo civil, económico e judicial[32]. Para António de Vasconcelos, os colégios eram locais de residência, mas, também, de estudo. Os estudantes deviam ir diariamente às aulas da universidade, onde fariam os seus exames e atos e receberiam os graus académicos. O autor diz que, por vezes, os professores que viviam nesses colégios davam lições aos seus alunos e nalguns colégios havia aulas regulares de Teologia e Artes e os seus discentes não frequentavam os cursos da universidade, indo ali apenas fazer os seus exames e atos e receber os graus, tendo, entretanto, o privilégio de estudantes universitários. Colégios chegou a haver, em que se faziam os próprios exames e atos, se conferiam graus, quer por privilégio apostólico (os de Teologia) quer por concessão régia (os de Artes) e esses graus tinham o mesmo valor legal dos conferidos pela Universidade.[33]

É neste contexto que os cistercienses, por intermédio do Cardeal D. Henrique, administrador comendatário da Abadia de Alcobaça, vão fundar o seu Colégio. A primeira pedra foi lançada

---

30 RODRIGUES, 1992: 35-37. Terá sido o Infante D. Pedro a recomendar a existência de colégios, inicialmente de apoio a estudantes pobres (Carta endereçada por D. Pedro em Dezembro de 1426 a seu irmão D. Duarte).

31 RODRIGUES, 1987:7-8.O autor destaca, entre todos, o Colégio de Jesus que viria a ser o mais importante. Sempre foi muito protegido dos Reis que contava com eles para o processo de evangelização dos povos que se iam descobrindo. Em 1595 tinha 205 alunos. "...Destaquemos as figuras ímpares de Simão Rodrigues, Pe. Manuel Alvares (Gramática Latina), Francisco Soares, o Granatense e o Lusitano que se notabilizaram na Ciência Filosófica. Destaque para o Padre António Vieira...".

32 DIAS, 1960,Vol II: 597.

33 VASCONCELOS, 1939; 25.

em 23 de Maio de 1543, véspera do Pentecostes, pelo que se escolheu o Espírito Santo para titular, embora, igualmente, conhecido pelo Colégio dos Bernardos localizado na Rua da Sofia. A finalização das obras terá ocorrido em 1550 com recurso a rendas próprias do Cardeal e da utilização de bens, de rendas e de património de mosteiros extintos como Tamarães (Leiria), Estrela (Guarda) e S. Paulo de Almasiva (Coimbra)[34]. A incorporação na Universidade fez-se por carta régia datada de 1 de Março de 1560 passando a gozar dos mesmos privilégios concedidos a instituições similares[35]. Segundo Fernando Fonseca, o Colégio dos monges brancos foi dos primeiros a receber essa incorporação. Antes deles, só o de Nª Senhora da Graça dos Eremitas Calçados de Sto. Agostinho (1549) e o de São Tomás (1557) dos Dominicanos lhe tomaram a dianteira. Depois deles, perto de 11 colégios terão recebido incorporação na Universidade. Curiosamente, os seus irmãos beneditinos atrasaram-se um pouco dado que a incorporação do Colégio de S. Bento na Lusa Atenas só ocorre em 1587, datando a fundação de 1555[36].

Pelas muitas decisões capitulares, sabemos que funcionava sem qualquer interrupção desde o princípio ao fim de cada ano lectivo, o curso de Teologia[37] recebendo alunos que tinham fre-

---

34 A.N.T.T-ALC-C-25-Nº 219 – Alcobaça – *Cópias de bulas e alvarás referentes aos Mosteiros da Ordem de Cister em Portugal,* 1570. – Bula de Anexação do Mosteiro de S. Paulo de Almasiva ao Colégio do Espírito Santo de Coimbra em 3 de Setembro de 1559. Estando Fr. Pedro Reitor do Colégio do Espírito Santo de Coimbra no referido convento informou o Cardeal D. Henrique "... que fazia na Universidade de Coimbra a sua própria custa hum colégio de invocação do Spu Sancto pera em elle estarem e aprenderem letras sagradas de santa teologia religiosos da ordem de Cistel ...e foy atenção do Cardeal... para que studando os religiosos da dita ordem e fazendosse letrados fundados em a sancta teologia saise do dito colegio suficientes pêra nos outros mosteiros da ordem que há pelo Reino aproveitasem muito na igreja de Deus...e por que o mosteiro de São Paulo estava muito desbaratado e per sua velhice caíse por terra e desemparado de religiosos o qual mosteiro era de filiação de Alcobaça e as rendas delle podião de alguma mameira suprir a parte do encarregos do dito colégio ordenou de o anexar como anexou ao dito colégio do Espírito Santo.. e Fr. Pedro disse aos fregueses que ficam melhor servidos no espiritual com assistencia dos monges do colégio...".

35 CAPELO e PROZIL, 2007: 4.

36 FONSECA, 2000: 123

37 A.D.B.-CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708-1749). In Leis do Capítulo Geral de 4/5/1744, fl. 109vs."...Q\ue no sobredito Colegio de Coimbra se dara principio aos estudos de Theologia no primeiro de Outubro e se continuarão sem dispenssação de lição ou conclusões nos dias em que as costuma

quentado, com êxito, Filosofia e / ou Artes em outros Mosteiros como Seiça, Alcobaça, Tarouca e Salzedas. A ele acorriam, por decisão superior, os melhores alunos e os melhores professores da Congregação, estes últimos designados trienalmente[38]. No colégio, os discentes prestavam a suas provas e só depois é que podiam ir para férias, passadas no mosteiro onde tinham professado. O Definitório e o Geral recebiam relatórios do aproveitamento escolar de cada um dos estudantes, tomando medidas drásticas se eles se atrasassem ou fossem menos aplicados nos estudos[39]. Os documentos referem-nos que havia duas aulas de manhã e duas aulas de tarde, todas com conteúdos diferentes, dadas por quatro leitores "*conforme suas graduações e ancianidades*" sendo dirigidos por um Mestre Regente "...e se observe o exordio do tempo, banca, conclusões diárias e sabatinas e não permittindo que alguns dos estudantes e da mesma sorte os Padres Mestres no tempo lectivo sayão fora da casa desemparando os estudos..."[40].

---

haver até 29 de Junho como determinão as nossas definiçoens. E o P. Abbade requerente dos estudos com o parcer de alguns P. Mestres jubilados determinarão no principio de cada ano literario as materias que nelle se hão de instruir os collegiaes, os livros por que hao de estudar e dar lição aos P. Mestres doutores na forma que se pratica em outros collegios bem regullados da mesma Universidade...". Segundo DIAS, 2005: 207. O autor que é investigador, mas também monge beneditino diz-nos que o curso de teologia era um curso superior de 4 anos, leccionado no Colégio de Coimbra dos beneditinos e constava das seguintes disciplinas: História e Antiguidades Sagradas; História Eclesiástica, Teologia Dogmática – Teorética e Prática, Teologia Disciplinar e Teologia Exegética.

38 A.D.B.-CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708-1749). In Leis da Junta Geral de 8/9/1722, fl. 27. "O definitório atendendo ao tempo as aulas e depois dos estudantes cursarem Philosofia seguem o de Theologia que sera ouvido no Colégio de Coimbra, Mosteiro de Ceiça; S. João de Tarouca e Salzedas repartindo o seu número por egual mas indo para os dois primeiros os estudantes com milhor nome e para tudo ficar mais bem regullado fizerão nomeasão dos Padres Leitores por este modo...Collegio de Coimbra nomearão o Padre Doutor Fr. António Xavier e o Padre Doutor Fr. Manoel da Crux e para Mestre de Reparações o Padre Fr. Gonsalo de Moraes...para o mosteiro de Ceiça para leitores Padre Mestre Fr. Guilherme de Vasconcellos, Padre Mestre Fr. Feliciano de Albuquerque e Padre Mestre Fr. Joseph Brazão e para Mestre de Reparações, P. Mestre Fr. Bento da Conceição...". Temos as nomeações para outros mosteiros e triénios.

39 A.D.B.-CI-186 – *Definições que fazem nos Capítulos Gerais (Lº das) 1629 – (1748)*. In Leis do Capítulo Geral de 1/5/1630 fl. 2 vs "...se ordenou que nenhum religioso que for lançado do curso assi de artes como de theologia por culpas ou por não estudar ou por não saber ou por qualquer inhabilidade segundo parecer ao nosso Rmo não possa ser mais admitido ao dito curso...".

40 A.D.B.-CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708-1749). In Leis da Junta Geral de 8/9/1722, fl. 28.

Dava-se muita importância à realização de conferências de sabatinas "....e o tempo de hua hora he muito breve para se discutirem os 3 pontos da sabbatina, ordenamos que seja de 2 horas a conferência da sabbatina a qual se defenderá na tarde de sabado em lugar das liçois..."[41]. O curso estava orientado para a concessão de etapas intermédias antes de chegar ao grau máximo que era Mestre ou Doutor já mais orientado para a carreira docente.

A título de exemplo, exigia-se para o exercício das funções de pregador e de confessor que fizessem três anos de filosofia, um de teologia especulativa e dois de teologia moral[42]. Os confessores eram muito úteis na assistência espiritual e no aconselhamento do temporal dos mosteiros de religiosas, razão pela qual eram eleitos em Capítulo Geral, havendo uma grande rotação dos seus membros entre as diversas casas de triénio para triénio[43]. Exigia-se, tal como para os Feitores e Capelães, que tivessem ainda, 20 anos de hábito, sendo portanto pessoas maduras e experientes[44].

Sabemos que o Colégio era de boa dimensão, considerado como Casa Grande no mesmo plano dos Mosteiros de Alcobaça, Bouro, Tarouca e Salzedas. Em 1692, tinha 31 moradores[45] dos

---

41 A.D.B.-CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708-1749). In Leis do Capítulo Geral de 1/5/1747, fl. 129 vs e 130.

42 A.D.B.-CI-187 – *Leis que se fizeram no Capítulo Geral* 1663- (1705). In Leis do Capítulo Geral de 1/5/1702, fl. 62 "...com todo o rigor e acabados estes annos sejão examinados pellos PM que o nosso Rmo determinar em presença do diffinitorio e votados por votos secretos no mesmo diffinitorio examinados para serem aprovados para confessar e pregar e não poderão ser admitidos a exame sem terem satisfeito os annos acima ditos...".

43 A.D.B.-CI-186 – *Definições que fazem nos Capítulos Gerais* (Lº das) 1629 - (1748): In Leis do Capítulo Geral de 1/5/1630, fl. 4 "....e não se fara cousa alguma sem se comunicar com o Padre Confessor que nas cousas da fazenda sera sempre o seu voto principal e nas escrituras que se fizerem assinara sempre o dito confessor...e sendo caso que o Padre Feitor seja descuidado nas cousas da fazenda podera o Padre Confessor obrigalo com censuras a que de comprimento a ellas...".

44 A.D.B.-CI-192 – *Capítulos e Juntas Gerais*. Doc.s 10 a 23. Século XVII – 1828. In Doc. 17 **5** Leis do Capítulo Geral de 1/5/1780, fl. 1 vs "...nem para os ditos empregos ou de capellão ou de feitor ou de confessor seja eleito religioso que não tenha 20 annos de habito..."

45 B.N.L. ® – COD. ALC. 300 – Rol de todos os religiosos da nossa Congregação feito no ano de 1692. In *Miscelania, histórica, canónica e liturgica relativos à Congregação de Cister em Portugal coligidos por Fr. Bento de S. Bernardo – Abade de Salzedas e Bibliotecário de Alcobaça*, fl. 217-223.

quais 20 seriam estudantes (alguns deles seculares)[46] e 11 professores.

Teria aumentado um pouco ao longo do século XVIII para entrar em declínio já no seu final. Em 1822, tinha, aproximadamente, 10 moradores[47]. É natural que ao longo dos séculos o Colégio ganhe prestígio. Segundo António de Vasconcelos, era afamado por sua riqueza em livros, a biblioteca apontada como uma das melhores dos colégios universitários. Muitos dos seus colegiais foram famosos no professorado e na sociedade portuguesa. Segundo o mesmo autor, "...entre a variada cultura pelo qual sobressaiam os frades colegiais do Espirito Santo, avultava o conhecimento das línguas clássicas orientais..." acrescentamos nós que muito ajudaria os religiosos na interpretação ou reinterpretação dos textos sagrados da Bíblia[48]. Não temos receio em afirmar que a Congregação de Alcobaça fez deste Colégio o seu centro intelectual e local de recurso de toda a problemática de natureza doutrinal e teológica "...ordenase aos Padres Mestres de Teologia Moral não possão fazer imprimir conclusões algumas sem primeiro as mandarem ao Colegio de Coimbra ao Muito Padre Regente dos estudos para que este por si ou por outrem os reveja e se lhe concederá licença de se imprimirem achandoas dignas de se defenderem..."[49].Para alcançar este prestígio no progresso das letras e das ciências, muito ajudaram os privilégios que a Congregação conseguiu obter junto da Santa Sé, fruto de muito esforço e persistência diplomática. Assim, o prelado maior eleito trienalmente em Capítulo Geral com o título de Reitor passa, por Breve de Clemente VIII, em 1596, a assumir igualmente a dignidade de Abade, tal como os outros Abades, ministrando na sua igreja a confirmação da prima tonsura e ordens menores e exercendo nelas outras funções ponteficai[50]. D. João V concede-lhe a regalia

---

46 A.D.B.-CI-191 – *Resoluções tidas em Juntas do Capítulo Geral*, 1708-1759/86. In Leis do capítulo Geral de 1/5/1753, fl. 128vs "...atendendo aos gastos que no Colégio de Coimbra faz a multidão de estudantes seculares que nelle se admittem com o pretexto de servirem os Pes. Mestres ...se ordena que não consintão no dito Collegio mais de quatro estudantes que sirvão o comum dos quaes hum deles terá a sua conta a sacristia e o outro o refeitório....".

47 MOTA, 2006: 95. Tinha 33 moradores antes do ano de 1762, 24 depois do ano de 1762 e 10 em 1822.

48 VASCONCELOS, 1939; 86

49 A.D.B.-CI-191 – *Resoluções tidas em Juntas do Capítulo Geral*, 1708-1759/86. In Leis do Capítulo Geral de 1/5/1753, fl. 183vs

50 VASCONCELOS, 1939:86

de dispor de Juiz privativo conservador e executor de dívidas e rendas[51] e, muito provavelmente, o direito a ter escrivão e tabelião privativo, tal como acontecia em Bouro[52].

Em 1616, senão antes[53], a Congregação cisterciense recebe do Papa Paulo V um privilégio algo semelhante ao conferido à Ordem de S. Bento em1596[54] o de poder graduar em Artes e Teologia 3 monges em cada Capítulo Geral[55]. Em 1684, Inocêncio XI reafirma o princípio que os Lentes Cistercienses da Universi dade de Coimbra tinham direito a voto em Capítulo Geral[56]. No Capí-tulo Geral de 1/5/1693, mas também, em muitos outros, é reafirmado o princípio de que os Mestres que forem Lentes da Universidade de Coimbra tinham direito a voto em cada Capítulo Geral e, naturalmente, a serem eleitos para qualquer cargo[57]. A Congregação, por uma questão de prestígio e de poder, tudo fazia para conseguir colocar professores na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, concedendo alguns privilégios suple-

---

51 A.N./T.T.-ALC.-C-25-N.O. 218 – *Colleção Chronologica de privilegios e indultos apostólicos concedidos às Congregações Cistercienses de Portugal, Castela e França...extraidos dos originais que se achão o Cartório do Real Mosteiro de Alcobaça*..., fl. 145.

52 MOTA, 2006: 195.

53 A.N./T.T.-ALC.-C-25-N.O. 218 – *Colleção Chronologica de privilegios e indultos apostólicos concedidos às Congregações Cistercienses de Portugal, Castela e França...extraidos dos originais que se achão no Cartório do Rela Mosteiro de Alcobaça*..., fl. 56-58. Neste documento de 1595 ou 1596 se refere que se concede à Congregação de Alcobaça que o D. Abade Geral com consentimento do Capítulo Geral possa graduar em Artes e na Sagrada Teologia 3 religiosos cada triénio e que os mesmos graduados gozem de todos os privilégios que têm os Doutores da Universidade.

54 DIAS, 2005: 207. O autor esclarece: "...Por privilégio do Papa Clemente VIII, concedido à Congregação Beneditina Portuguesa em 1596, esta podia conceder graus na ordem de Passante (Bacharel) e de Mestre (Doutor) pela Ordem em Artes (Filosofia) e Teologia observando os Estatutos da Universidade de Coimbra.

55 A.N./T.T.-ALC.-C-25-N.O. 218 – *Colleção Chronologica de privilegios e indultos apostólicos concedidos às Congregações Cistercienses de Portugal, Castela e França...extraidos dos originais que se achão no Cartório do Rela Mosteiro de Alcobaça*..., fl. 85.

56 A.N./T.T.-ALC.-C-25-N.O. 218 – *Colleção Chronologica de privilegios e indultos apostólicos concedidos às Congregações Cistercienses de Portugal, Castela e França...extraidos dos 56 originais que se achão no Cartório do Rela Mosteiro de Alcobaça*..., fl. 121--125.

57 A.D.B.-CI-187 – *Leis que se fizeram no Capítulo Geral 1663-(1705).* In Leis do Capítulo Geral de 1/5/1693, fl. 42 vs.

58 Para além de poderem votarem e serem eleitos em cada Capítulo Geral tinham o privilégio máximo que a congregação podia conceder o de Ex-Geral (aprovado no C.G. de 1/5/1726), ou seja, eram escusos de estarem presentes em determinadas funções religiosas, direito a congrua, criado particular, por vezes, sege aparelhada, funções honoríficas, propinas e emolumentos (pitanças, vestidorias etc...) logo a

mentares[58]. Como é evidente, não seria fácil, dada a pretensão idêntica por parte das outras Ordens e Congregações religiosas como agostinhos, beneditinos, dominicanos, jerónimos, carmelitas, sem falar nos jesuítas[59]. Também, quatro Doutores ou Mestres que fossem docentes em Mosteiros ou Colégios da Congregação[60] tinham direito a voto em Capítulos Gerais [61] sendo pago os respetivos viáticos das deslocações[62].

A documentação por nós consultada permite-nos afirmar que na Congregação de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo, com conhecimento e aceitação do D. Abade Geral em plenitude das suas funções[63] e da Junta do Definitório, se atribuíam os graus de Passante[64] e de Mestre[65] em Artes e em Teologia ouvido o parecer dos Padres Mestres do Colégio de Coimbra sob a validade e capaci-dade de cada um dos opositores[66]. Na Junta Geral de 15/9/1629

---

seguir ao de Geral. B.N.L. ®-COD. 1492 – *Origem e Progressos dos Capítulos Gerais da Congregação de Santa Maria de Alcobaça com todas as particularidades que respeitão á mesma acção capitular por* Fr. Manoel de Figueiredo – Cronista dos Cistercienses de Portugal e Algarves, 1784. fl. 259. Se tivesse ocupado algum cargo importante no Estado, mais estimado era.

59 RODRIGUES, 987: 28. A influência dos Jesuítas era mais a nível da Universidade de Évora e dos Colégios radicados em Coimbra "

60 Estamos a pensar no Colégio de Nossa Senhora da Conceição em Alcobaça fundado em 1648 pelo D. Abade Frei Luiz de Sousa, especialmente vocacionado para os estudos de Filosofia. In COCHERIL,1972:4-5

61 BNL.R-COD:1478 – Memórias para a História dos Capítulos Gerais de Alcobaça. 1781, fl. 1 a 37.

62 A.D.B. CI – 191 – Resoluções tidas em Juntas do Capítulo Geral1708 - 1759..fl.183

63 Uma das funções do D. Abade Geral da Congregação dos Bernardos era passar provisão de mestre, ordenar o funcionamento dos cursos, aceitar noviços e passar licença para se fazerem doutores. Em caso de falecimento do prelado maior, havia substituição pelo Definidor mais velho da mesma filiação do Geral antes de haver novas eleições. O substituto provisório exercia todas as prerrogativas do Abade Geral menos as citadas anteriormente. A.D.B.-CI-187 – *Leis que se fizeram no Capítulo Geral* 1663 - (1705). – In Leis da Junta Geral de de 1/5/1698, fl. 51 vs.

64 DIAS, 2005: 204 "Era aquele que tirava os respectivo curso de Filosofia ou Teologia, uma espécie de bacharel.

65 DIAS, 2005: 202 "...Era o Padre que gastara 9 anos de exercício na cátedra de Teologia (Doutor) Para obter o grau de Mestre em Filosofia e em Teologia era preciso fazer actos de conclusões magnas''. Para SILVA, 1890: 69 "...Dá-se o nome de Mestre ao que conseguiu em qualquer Faculdade o grau supremo, e as insignias e direitos correspondentes. Muitas vezes em direiro canónico confunde-se com o grau de Doutor...".

66 A.D.B.-CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708-1749). In Leis do Capítulo Geral de 1/5/1720, fl. 21 vs "...desejando haver acerto na eleição de Mestres e Passantes ...que nenhum religioso seja nomeado Mestre ou Passante

se esclarece um pouco mais os requisitos para obtenção desta graduação"...para se tomarem o grao de mestres aprovarão primeiro seus cursos pelo Defenitorio e procedera para lhe averem por bons estes cursos o juramento dos prelados das casas aonde leram dos officais delles e dos estudos que se acharem presentes...".

Mais se informa sobre a obtenção dos jubilamentos "...para que um lente chegue a ser jubilado necessita ter lido dez annos de theologia no colégio ou nas casas aonde se ordenar curso de theologos manda mais que pera se alcançar ser jubilado se fara primeiro mestre em theologia em o Capítulo Geral conforme nossa Definições ou estara feito pela Universidade de Coimbra..."[67].

Esta questão dos jubilamentos dividia os religiosos brancos, sobretudo, os padres mestres das casas das Beiras e os do Colégio de Coimbra que, para além de lerem mais anos, presidiam a, pelo menos, mais conclusões, segundo a Junta de 26 de Janeiro de 1732[68]. O problema nunca fora bem resolvido. No Capítulo Geral de 1/5/1756 se denuncia que nem sempre foram cumpridos os critérios de exigência definidos pelas leis quanto aos jubilamentos e que havia muitos religiosos privilegiados "...ficando gravados os que não são com o onus de hebdomadas, sermões e outros maes encargos e a grande improporção com que se remuneram com os mesmos prémios tão diferentes merecimentos..."[69]

---

nem destinado para algua cadeira de Philosofia ou Theologia sem preceder o parecer e informação dos Padres Mestres do Collegio os quaes darão ao Reverendíssimo com toda a individuação e clareza da capacidade e requisitos de cada hum dos oppositores ...e darão carta escrita ao Reverendissimo e se guardará segredo e vistas as informações o Definitorio votarão e legerão segundo a sua consciência...".

67 A.D.B.-CI-186 – *Definições que fazem nos Capítulos Gerais* (Lº das) 1629 – (1748). In Leis da Junta Geral de 15/9/1629, fl. 6

68 A.D.B.-CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708-1749). In Leis da Junta Geral de 26-1-1732, fl. 55vs e 56. Tem havido muitas queixas em relação aos Padres Mestres sobre as jubilações feitas nos Mosteiros das Beiras dado que só fizeram leituras nesses mosteiros "...parecendo injusto que com muito menos trabalho hajão de ter os mesmos privilégios e isençoens que se concedem aos que são leitores no nosso Colegio de Coimbra ordenarão que de hoje em diante se não possa dar carta de jubilação a Mestre algum dos que lem teologia...".

69 A.D.B.-CI-191 – *Resoluções tidas em Juntas do Capítulo Geral*, 1708-1759/86. In Leis do Capítulo Geral de 1/5/1756, fl. 165vs

Os primeiros doutoramentos foram realizados na Universidade de Paris[70].Depois, seguiu-se o costume de os obter na Universidade Portuguesa, sobretudo, a partir do momento que esta passou para Coimbra. Não descuramos a hipótese de o grau, também, poder ser atribuído pela Congregação via Colégio de Coimbra / Mesa do Definitório, tal como já verificamos para o de Mestre. Para além do privilégio já citado de 1596, encontramos algumas alusões na documentação consultada sobre o assunto. Na Junta Geral de 1637 se diz expressamente "...Ordenou a mesa do definitório que os Padres Passantes não possão ser graduados em doutores ou seja pela ordem ou por Coimbra sem primeiro lerem dez annos artes ou teologia..."[71].

Na mesma Junta se diz que a Ordem pode graduar três monges em cada Capítulo Geral e que dois podem ser eleitos para poderem votar no Capítulo Geral próximo e que não podiam ser reeleitos no capítulo seguinte "...mais declara a mesa do deffinitorio que para os tais terem estas preheminencias tanto montava serem graduados pela Universidade de Coimbra como pella Ordem e Capitulo Geral contanto que concorrerem nelles as condições dos 10 annos de leitura e serem graduados com licença do Capítulo Geral ou da Junta.[72]

De qualquer forma temos a sensação, pelas muitas leituras que fizemos sobre o assunto, de não terem o mesmo merecimento, nem a validade, nem os apoios, nem a projecção dos alcançados pela Universidade [73] Na Lusa Atenas o grau obtido em Teologia não seria muito diferente das outras faculdades seja Cânones, Leis ou Medicina. Segundo Augusto Rodrigues, após a formatura da última das graduações menores, o bacharelato, o candidato podia frequentar ou repetir mais um ano de estudo e estando

---

70 FONSECA, 2000:115.

71 A.D.B.-CI-186 – *Definições que fazem nos Capítulos Gerais* (Lº das) 1629-(1748): In Leis da Junta Geral de 1637 sendo Geral D. Frei António Brandão, fl. 9 vs.

72 A.D.B.-CI-186 – *Definições que fazem nos Capítulos Gerais* (Lº das) 1629-(1748): In Leis da Junta Geral de 1637 sendo Geral D. Frei António Brandão, fl. 10.

73 FONSECA, 2000: 121 "...Estamos assim perante verdadeiros centros de estudos superiores, nos quais reportando-nos à afirmação de Francisco Rodrigues Lobo, se ia preparar um escol de religiosos desigandos pelos seus superiores, na proximidade física da Universidade de forma alcançarem através dela uma graduação oficialmente reconhecida (tinham menos estimação os graus internos que algumas instituições conferiam) que lhe permitisse para além do exercício de importantes funções dentro das suas ordens ou fora delas, o acesso ao mesmo professorado universitário.

terminado, podia candidatar-se à realização dos ***actos grandes***, que seriam dois. O primeiro denominado de ***repetição***, defendiam-se conclusões Magnas (Magna Ordinária, Augustiniana e Quodlibetos seriam as principais num total de 9). Em Teologia consistia em disputar pontos ou teses sobre disciplinas diferentes. As conclusões eram escritas, fazendo-se uma espécie de dissertação. O segundo era o ***exame privado***, feito com todo o rigor onde o candidato apresentava o seu curriculum e eram discutidos novamente pontos tirados do novo e velho testamento. A aprovação fazia-se por votação em duas caixas. Numa delas punham-se os AA (aprovado) na outra, os RR (reprovado). Se só houvesse AA ou mais AA que RR o candidato seria aprovado. Passava a ser licenciado[74].

Após a licenciatura, pouco tempo depois (ou coincidente com ela) pedia o doutoramento, apresentando toda a documentação e marcando-se uma data próxima para a sua concretização[75]. O doutoramento movimentava toda a academia. Era uma sessão solene muito importante. Decorria na Sala grande dos Actos da Universidade, sendo presidida pelo Cancelário que como se sabe, até 1834, era o Prior de Sta. Cruz de Coimbra[76]. Estavam presentes, inevitavelmente, o Reitor, o padrinho do candidato e muitos discentes, lentes e doutores da Universidade.

Os candidatos bernardos, para a sua realização, tinham de reunir determinadas condições e serem aprovados pela Mesa do

---

74 SILVA, 1890: 69 "...Diziam-se licenciados, continua Lequex, aquelles que depois dos exames e provas condignas tinham obtido devidamente o direito de tomar quando quisessem, o supremo grau de Doutor, e por isso aos licenciados faltava apenas receber com a devida solenidade os titulos e as insignias de doutor ...que muitos differiam com medo das despezas....".

75 RODRIGUES, 1992, Vol. II: XV-XXIII. As provas aqui descritas são já o resultado da reforma Pombalina para o ensino superior e de acordo com os Estatutos de 1772 da Universidade de Coimbra. Na cerimónia, o Cancelário fazia sinal ao doutorando para que pedisse o grau de Doutor o que ele fazia com uma oração breve e elegante. O Cancelário indicava aos oradores que recomendassem o merecimento do Doutorando. Concluídas as orações o doutorando saía da sua cadeira e colocava-se diante do Cancelário sendo precedido do Mestre de cerimónias e dos bedeis com as suas maças. O Cancelário mandava-o ajoelhar e administrava-lhe o juramento do grau e a profissão de fé da Bula de Pio IV (até 1854) e o juaramento da imaculada Conceição, após o que lhe conferia o grau de Doutor.

76 A.D.B.-CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708-1749). In Leis da Junta Geral de 20/4/1739, fl. 84vs "...e se mandou dar ao Mto. Rdo. Pe. Me. Fr. João de Vasconcelos a esmola que a religião costuma dar aos Mestres para se formarem Doutores na Universidade de Coimbra visto o dito Pe. Me. estar já próximo a tomar o capello e ter feito todos os actos com licença da religião...".

Definitório presidida pelo D. Abbade. A procura era significativa, pelo que se estabeleciam alguns requisitos como o de ter prestado oito a dez anos de leitura em colégios e mosteiros da Ordem e "...oito actos ou conclusões gerais impressas de que tirarão certidão ou as mesmas conclusois nem se poderão fazer DD a sua conta nem poderá fazer augustiniana, colibetos e exame privado sem licença do reverendíssimo deffinitorio nem poderão aver provizão de El Rei para se lhes despensar em acto algum sob pena de serem expulsos do officio..."[77].

No caso de aprovação superior, havia uma política de incentivos com a concessão de uma esmola, distribuída por todos os conventos, segundo as possibilidades de cada casa religiosa, para se fazerem as provas e pagar a cerimónia solene da atribuição do grau. Houve duas estratégias diferentes relacionadas com esta matéria da concessão de uma espécie de bolsa de estudo. Em alguns triénios, o Geral limitava-se a dar autorização para o candidato poder pedir a esmola tradicional[78] o que, é bom de ver, desesperava os esmolados que corriam o risco de nem sempre receberem ou receberem tarde os montantes prometidos. Vimos também, em outros triénios, uma política mais centralizada e vigorosa de apoio aos doutoramentos. Houve Abades Gerais que, em reunião do Definitório, definiam as esmolas com que cada casa devia contribuir fazendo-se chegar ao Colégio de Coimbra as verbas estabelecidas para serem bem geridas [79].

Procuramos saber qual o montante subsidiado e se a ajuda era suficiente. A ajuda nunca seria suficiente a acreditar no que aconteceu ao muito Rdo. Padre Mestre Doutor, Fr. João de Mello, que já depois de jubilado, se viu obrigado a ler Filosofia, recebendo uma congrua pecuniária pelo seu trabalho para poder "...aplicar nas dívidas que ainda tem contrahidas no seu doutoramento e que se tirara o dinheiro da arca da congregação..."[80]. No Capítulo Geral de 1/5/1690 se estipula uma esmola de 200 mil reis a distri-

---

[77] A.D.B.-CI-187 – *Leis que se fizeram no Capítulo Geral* 1663-(1705). In leis do Capítulo Geral de 1/5/1669, onde foi eleito Geral D. Frei Constantino Sampaio fl. 6.

[78] A.D.B.-CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708-1749). In Leis da Junta Geral de 20-4-1739,fl.84vs.

[79] A.D.B.-CI-187 – *Leis que se fizeram no Capítulo Geral* 1663 - (1705). In leis do Capítulo Geral de 1/5/1663, sendo Geral, D. Frei Lourenço Botelho, fl. 2vs.

[80] Leis do A.D.B.- CI-192 – *Capítulos e Juntas Gerais*. Doc.s 10 a 23. Século XVII – 1828, In Doc. 20 - Capitulo Geral de 51//178, 3 fl.1.

buir pelas diversas casas religiosas masculinas, das quais a maior fatia saía de Alcobaça[81].

As despesas com a sessão solene eram muito caras. Analisando as cerimónias de Doutoramento inscritas nos Estatutos e Constituições dos Colégios de Sta. Cruz de Coimbra poderemos ter uma pequena ideia do que se gastaria na Universidade "...pera o presidente duas dobras, ao guarda moor huma dobra, ao expositor dos terminos duas dobras, ao que faz o vexamem tres dobras, ao meirinho e bedeis duas dobras...ao reitor hua tocha, ao chanceler seys dobras, ao erario 15 dobras, ao capelão e apontadores 3 dobras, ao meirinho e bedeis 3 dobras com suas luvas cada hum. A cada hum dos doutores teologos que trouxer as insignias da sua faculdade 2 dobras, depois que ho doutor receber do chanceler o grao de doutorado e magisterio e as insynias do mesmo grao acabaram o auto..."[82].

Estamos pois, em condições para conhecer melhor os doutores cistercienses. Reunimos em quadro todo o tipo de fontes que nos dessem informações credíveis sobre a sua existência, essencialmente, graduados em Teologia. Os testemunhos compulsados foram de natureza manuscrita e impressa, cuja identificação se pode ver na bibliografia final do Quadro nº I intitulado "*Origem Social e Percurso Profissional dos Monges Doutores da Congregação de Sta. Maria de Alcobaça da Ordem de São Bernardo (1504 – 1807)* apresentado em anexo.

O quadro tem vários campos desde logo a identificação dos monges. Por vezes, houve situações de religiosos com o mesmo nome. Como se sabe, a partir da *professão*, os noviços perdiam os seus nomes seculares, para escolherem apenas dois, por vezes, um deles referenciava o apelido da família. Ficamos, assim, a saber que algumas famílias mantinham forte influência nas casas religiosas bernardas, como os Brandões, os Botelhos, os Coutinhos ou os Sampaios que se faziam perpetuar com entradas regulares de novos membros.

Por vezes, há nomes iguais, sendo difícil de deslindar quem era quem. Os próprios monges se enganavam muito, particular-

---

[81] A.D.B.-CI-187 – *Leis que se fizeram no Capítulo Geral* 1663 - (1705). In leis do Capítulo Geral de 1/5/1690 onde foi eleito Geral D. Frei Jerónimo Saldanha fl. 30vs

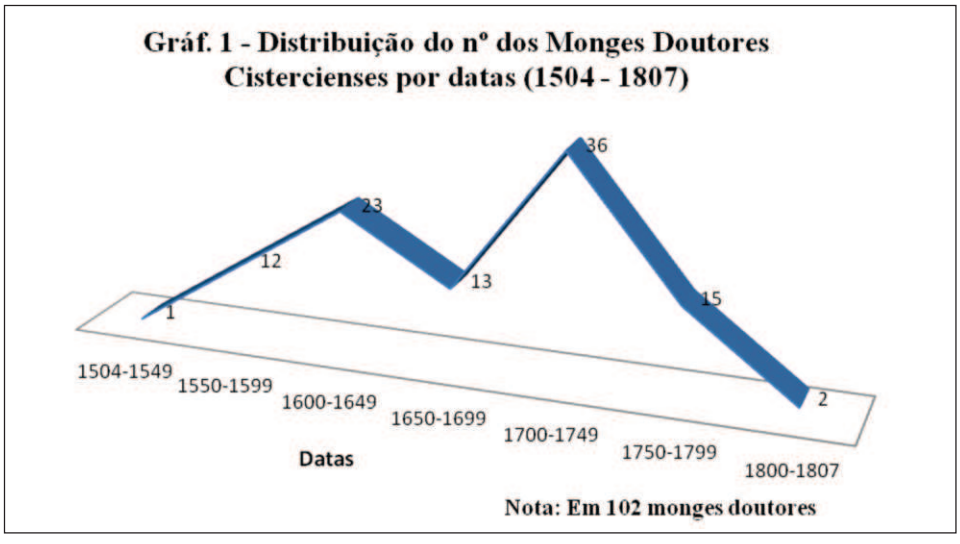
[82] SANTOS,1973-74: 182. E A.D.B.-CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708-1749). In Leis da Junta Geral de 1/5/1718, sendo Geral D. Fr. Paulo de Brito, fl. 16.

mente, quando recebiam correio. Para evitar estes enganos, cada vez mais se recorre no século XVIII à existência de três nomes. Um segundo campo diz respeito às naturalidades, filiações e proveniência geográfica. Em muitos casos, as informações compulsadas e identificadas não nos dão informações desta natureza, noutros, foi possível ir enriquecendo o quadro. O terceiro campo diz respeito ao local da graduação que podia ser a Universidade de Paris, Coimbra, ou pela Congregação como referenciamos, oportunamente. O quarto campo é o mais rico e onde obtivemos, proporcionalmente, mais êxito. Para dar cientificidade à informação fornecida, identificamos a respetiva fonte.

Os últimos campos referem-se a obras ou escritos publicados ou conhecidos dos autores. Houve alguns casos em que não foi possível incorporar neste quadro todas as obras publicadas, é o caso, por exemplo, do conhecido Fr. Bernardo de Brito, autor da Crónica de Cister.

Por ultimo, um campo sobre observações e datas de referência, ou seja, uma data que identificasse a existência de cada autor, de preferência a data da *profissão*. Tratou-se de um trabalho verdadeiramente cisterciense. Com estes dados podemos fazer gráficos no sentido de responder a algumas questões pertinentes que temos sobre os doutores cistercienses.

Vejamos as respostas:



Fonte: Cf. Quadro I

Ao todo foram identificados 102 doutores cistercienses em 303 anos, uma média de 3 anos para formar um doutor. A média será mais baixa, dado que, muito provavelmente, não encontramos todos os doutores. O gráfico mostra uma tendência de subida desde 1504 até 1649. Uma retração na 2ª metade do século XVII, para assistirmos, na 1ª metade do séc. XVIII, a uma forte crescimento no número de graduados. É o período de pujança da Congregação e do próprio Colégio de Coimbra. O cronista Fr. Manoel dos Santos podia dizer com orgulho, mas com algum exagero "...he o nosso Collegio de Coimbra o mais florescente da Universidade porque tem hoje vivos 23 doutores ou mestres graduados em Theologia o que se não acha em outro collegio algum..."[83] A existência de um número excessivo de doutores em teologia e as despesas com as esmolas costumadas foi objeto de análise na Junta Geral de 1/5/ 1718 "...que o Collegio de Coimbra e a relligião padessem com os muitos doutores que se fazem impossibilitando o Collegio com grande numero para não poder ter estudantes sendo precizo para as obrigações delle e gravando os mosteiros com as continuas contribuições para os taes doutoramentos..."[84] Não se impedia que se fizessem os doutoramentos, mas como os recursos começavam a escassear, só se devia dar esmola a quem de facto fosse bom e pudesse vir a ser opositor da Universidade, quanto aos outros, desde que fossem financiados pelos seus familiares, não haveria problemas de maior "...o qual se porá no cartorio de que em nenhum tempo pedirá á religião a esmola costumada nem esta sera obrigada a lhe dar em nenhum tempo nem de facto a lhe poderá dar so a dara aquelles a quem o capitulo geral eleger..."[85]. A partir da segunda metade do século XVIII, as preocupações de ordem financeira devem ter falado mais alto dado que se tomam medidas no sentido de selecionarem mais rigorosamente os candidatos, nalguns casos, vinculando-se mesmo às poucas vagas existentes na Universidade "...ponderado que pelos novos estatutos da Universidade de Coimbra nella não possa haver ao mesmo tempo mais do que dois lentes, ordena que de hoje em diante em cada trienio não se pudesse dar licença para se gra-

---

83 SANTOS,1973-74: 182

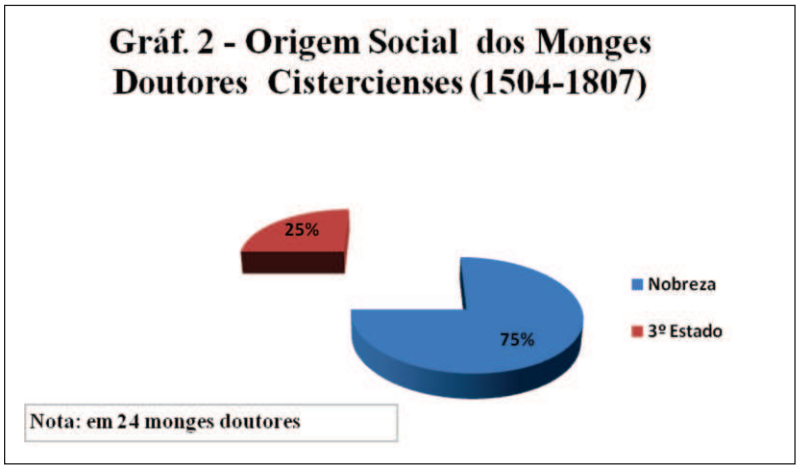
84 A.D.B.-CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708-1749). In Leis da Junta Geral de 1/5/1718, sendo Geral D. Fr. Paulo de Brito, fl. 16.

85 A.D.B.-CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708-1749). In Leis da Junta Geral de 1/5/1718, sendo Geral D. Fr. Paulo de Brito, fl. 16.

duarem e concorrerem com contribuição mais que a dois religiosos do mesmo colegio se julgassem mais hábeis e beneméritos..."[86]

O resultado é a diminuição do número de doutoramentos concomitante a sintomas de crise vividos nos conventos e uma redução gradual do número de *professões.*

O Gráfico nº 2 debruça-se sobre a origem social dos monges doutores cistercienses (1504-1807).



Fonte: Cf. Quadro I

Nem todos os registos nos dão a proveniência social dos 102 monges graduados, sendo possível identificar a origem familiar de 24. A informação diz-nos que 75% dos religiosos têm origem nobre ou de alguma forma relacionada com ela e 25% tem a sua origem numa camada alargada da população que designaríamos por 3º estado. Não nos causam surpresa, estes dados. Os noviços não podiam ser, recordamos, filhos ilegítimos nem terem geração até 4º grau de alguém com raça de cristão-novo, judeu, mulato ou tivessem sido queimados, reconciliados ou afrontados pelo Santo Ofício. Tinham de ser de estirpe nobre, mesmo que fossem de origem local" ...não se poderão tomar para noviços,

[86] A.D.B.-CI-192 – *Capítulos e Juntas Gerais*. Doc.s 10 a 23. Século XVII – 1828. In Doc. 20[8], Junta Geral de 21/6/1794, fl. 1 vs.

filhos de oficiais mechanicos, nem criado de pessoa alguma, nem filho de criado..."[87]

Estes valores não andam muito longe dos inventariados por Margarida Durães para a Ordem de S. Bento. Segundo a autora, entre 1608 e 1816, os monges beneditinos repartidos pelos 23 mosteiros da província beneditina portuguesa tinham uma origem social maioritariamente aristocrática. Num total de 926 indivíduos (dos quais 423 sem referência) 175 apresentam origem fidalga e nobre, 125 têm familiares letrados, 104 têm origens militares, 48 têm familiares no Santo Ofício, 25 provenientes das ordens militares e 26 descendem de uma família com eclesiásticos[88]. Observando o quadro nº I com alguma atenção, observamos que a estirpe nobre dos familiares dos doutores apresenta alguma variedade, ou seja, não há homogeneidade social. Temos uma nobreza terra tenente, rural e solarenga. É o caso de Fr. Bernardo de Castelo Branco, filho de D. António Gouveia de Lemos e de D. Maria de Castelo Branco, das principais famílias nobres da Província da Beira[89]. Uma nobreza ligada à corte, à administração central do reino ilustrada em Fr. Bernardo Telles, filho de Manoel Telles da Silva, 1º Marquês do Alegrete, 2º Conde de Vila Maior, Gentil Homem da Camera dos Sereníssimos Monarcas D. Pedro II e D. João V e Conselheiro do Estado[90]. É mais frequente encontrar filhos segundos de uma aristocracia política e militar ligada à governação dos territórios ultramarinos. São os casos de Fr. Feleciano Coelho, filho de D. Ignez Maria Coelho e de António Coelho de Albuquerque de Carvalho, Governador da Ordem de Cristo, Governador do Maranhão e de Angola[91] ou de Fr. Luiz de Sousa, filho de D. Maria de Moura e de Luíz de Sousa Ribeiro, Alcaide

---

87 D.B.-CI-187 – *Leis que se fizeram no Capítulo Geral* 1663-(1705). In Leis do Capítulo Geral de 1/5/1669, fl. 6..
SILVA, MCMVI, T1, 375 e t. VIII, 391

88 DURÃES, 2003:282. "...sem dúvida que os grupos sociais privilegiados se encontram bem representados entre os Beneditinos por que além de nobres e fidalgos encontramos um número significativo de pretendentes descendentes da gente letrada e da governança (11%) assim como das chefias militares (9%) além dos filhos de indivíduos que são Familiares do Santo Santo Oficio (4%) ou pertencentes a Ordens militares (4%). Foram ainda apuradas 210 candidatos considerados de pessoas de não qualidade.

89 SILVA, MCMVI, T1, 375 e t. VIII, 391.

90 MACHADO,1931, T.1: 527.

91 MACHADO, 1931, T.II: 4 e COD. ALC. 301, fl. 28.

Mor de Pombal e irmão de João Rodrigues de Sousa e Vasconcelos, II Conde de Castelo Melhor e Vice-Rei do Brasil[92].

Também encontramos uma nobreza ligada à administração judicial e com influência junto das municipalidades, é o caso de um dos mais ilustres cistercienses, Fr. Luís de Sá. Foi Lente de Prima e de Véspera. Regeu as cadeiras de Gabriel e de Escoto na Faculdade de Teologia de Coimbra. Era filho de D. Antónia Veiga de Ataíde e de Sebastião de Barros de Sá, Juiz de Fora de Óbidos e Ouvidor de Beja. Foi duas vezes Vice – Reitor da Universidade[93].

O gráfico mostra pessoas de menos pergaminhos que os primeiros a infiltrarem-se nos conventos, mais visível a partir dos séculos XVII e XVIII. Oliveira Ramos diz-nos que uma das formas dos filhos plebeus entrarem na Congregação de S. Bento era através de conhecimentos de música sacra, cujos conventos tinham sempre falta para adornarem as cerimónias religiosas citando o futuro Cardeal Saraiva como sendo originário de uma família pequeno burguesa de Ponte de Lima[94]. Com os Bernardos se passaria exatamente o mesmo "... e os que não forem para organistas sejão de nobreza distinta nas suas provincias conforme o nosso louvavel costume..."[95]. Não sabemos se o famoso e dos mais ilustres monges bernardos, Fr. Fortunato de S. Boaventura, cronista, escritor, academista, professor, pedagogo, polemista, conhecido pela defesa das teses absolutistas e feroz partidário de D. Miguel

---

92 MACHADO, 1931, T.III: 149

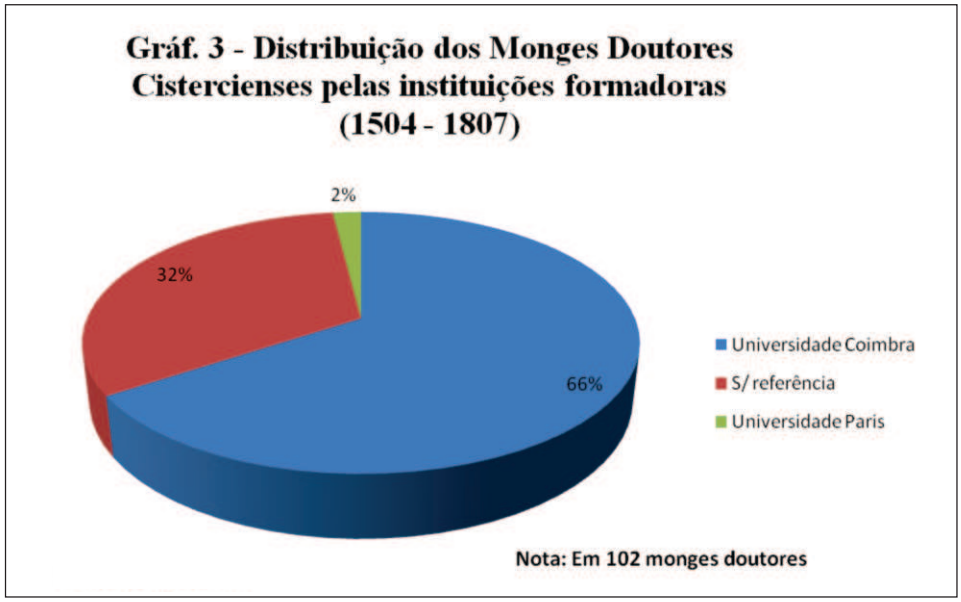
93 MACHADO, 1931, T.III: 129; SILVA, MCMVI, T. V: 320.

94 RAMOS, 1972: 32-34. Refere ainda que o Cardeal Saraiva de origem plebeia começava os seus estudos na melhor altura, primeiro porque se abole a norma que impedia os noviços plebeus de frequentarem os Colégios da Ordem, segundo porque a Congregação na 2.ª metade do século XVIII vivia um período de renovação cultural. DURÃES, 2003: 284 "...Abertos a todos quanto possuíssem vocação, mas sobretudo aqueles que detinham as qualidades indispensáveis como os mercadores (3%) ou os artesãos (3%), não lhes impedindo, inclusive o acesso aos lugares de chefia dos conventos...".

95 A.D.B.-CI-192 – *Capítulos Gerais*. Doc.s 10 a 23. Século XVII – 1828. In Doc. 20³ – Leis do Capítulo Geral de 1/5/1789, fl. 2 vs; A.D.B. CI-191 – *Resoluções tidas em Juntas do Capítulo Geral*, 1708-1759/86. In Leis da Junta Geral d 8/9/1722, fl. 26vs. "...e se mandou ao Nosso Reverendissimo que indispensavelmente aguardasse não aceitando novisso algum exceto alguns musicos que para a casa e para o coro conhecessem e se reputão precisamente necessários..."

começou por ser músico. O que sabemos é que o pai, Manuel Antunes, exercia a profissão de livreiro e que terá incutido no filho o gosto pela leitura. Boaventura, foi sem dúvida um dos elementos mais ilustres da intelectualidade e do pensamento contra revolucionário da 1ª metade do século XIX [96].

Observemos de seguida o gráfico 3 – sobre a distribuição dos monges doutores cistercienses pelas instituições formadoras entre 1504-1807.



Fonte: Cf. Quadro II

Aproximadamente, 2% tiraram os seus graus na Universidade de Paris. Foram os primeiros, ainda a Congregação dos Bernardos estaria a ser pensada ou a dar os passos iniciais. É possível que tivessem sido mais doutores, mas as buscas, apesar de intensas, são sempre insuficientes. Era o caminho que os cistercienses tomavam, dado que a Ordem, como se sabe, nasceu em França, sendo os mosteiros de Citeaux e Claraval sempre uma referência mítica para os religiosos portugueses. "...En el momento de hacerse esta declaración, no solo Paris sino toda a Univer-

[96] RODRIGUES, 1992,Vol. II: 42

sidad importante en Europa contaba entre sus alumnos estudiantes cistercienses y el numero de graduados seguió multiplicándose..."[97]. Temos referência no nosso quadro a dois monges. O primeiro, Fr. João Claro ou de Paris, Lente de Prima e de Véspera em 1504, ainda a Universidade estava em Lisboa. Usufruía uma tença anual de 20 mil reis. Exerceu os cargos de Prior de Alcobaça, Abade dos Mosteiros de S. João de Tarouca, de S. Pedro das Águias e de Fiães[98]. O segundo, Fr. Francisco Machado, Abade do Mosteiro de Tamarães até à sua extinção, foi considerado um grande perito na Teologia Escolástica e na Polémica.[99]

Mas é pela Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra que a maioria dos religiosos brancos procurava obter o seu doutoramento. No gráfico temos 66% dos casos, mas devem ser muitos mais, dado que, temos uma massa de não referenciados muito larga onde se refere que é doutor, bem como outras informações laterais mas não a instituição por onde foi graduado. Como sublinhamos, anteriormente, a Congregação valorizava muito os graus obtidos pela Universidade, dando uma esmola para a sua concretização que, em 1690, rondava os 200 mil reis. O grau obtido pela Universidade dava mais visibilidade exterior, movimentava toda a academia. A ideia também era conseguir colocação de algum opositor ou substituto nos quadros efetivos da Universidade.

A tentativa de controlo das escolhas dos docentes da Faculdade de Teologia eram uma evidência por parte dos diversos colégios das ordens religiosas instaladas em Coimbra[100] Fernando Fonseca, a propósito das intenções dos colégios universitários, afirma"...eram, pelo contrário, centros de estudos de artes e teologia, fornecendo na sua quase totalidade, até à reforma de 1772, o professorado desta última Faculdade e também alguns mestres de cânones...todas as congregações tinham docentes na Universidade... Estamos assim perante verdadeiros centros de estudos

---

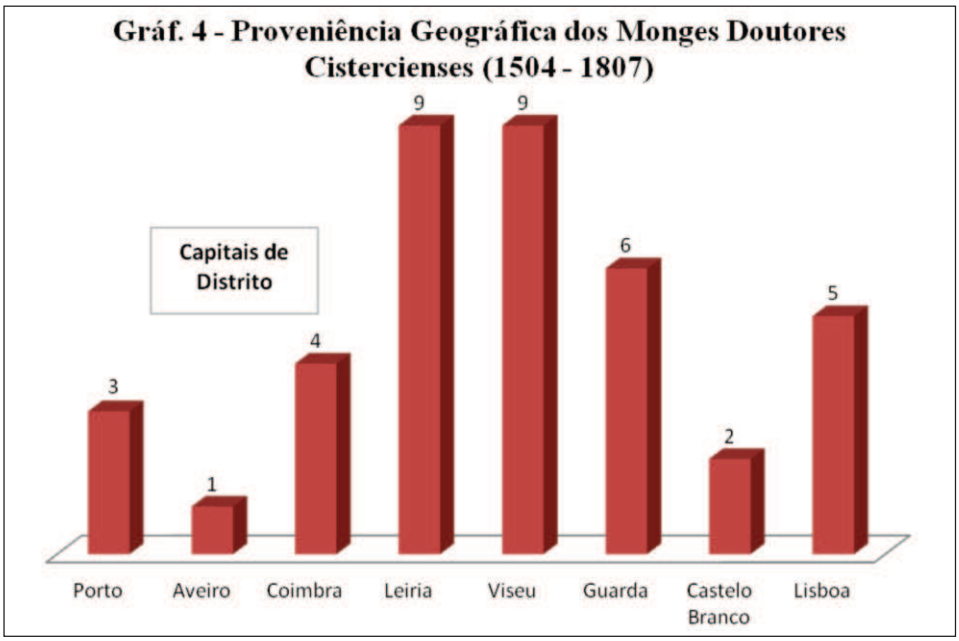
97 LEKAI,1987:311
98 FONSECA, 2000. C.1:115
99 MACHADO, 1931,T. III.: 164.
100 Cf. RODRIGUES, 1997 e 2003: Vol. I: 3-63 e Vol. II: 3-51. Inventariaram-se 332 professores de Teologia entre efetivos, opositores e substitutos, ora os professores oriundos de ordens regulares representavam, aproximadamente, 80% enquanto, que os seculares se ficavam pelos 20%.

superiores, nos quais, reportando-nos à afirmação de Francisco Rodrigues Lobo, se ia preparar um escol de religiosos designados pelos seus superiores, na proximidade física da Universidade, de forma a alcançarem através dela uma graduação oficialmente reconhecida ...que lhe permitisse para além do exercício de importantes funções dentro das suas ordens ou fora delas, o acesso ao mesmo professorado universitário: as longas listas de opositores aquando dos concursos para as cadeiras (em 1725 contam-se 81 para a cátedra de Prima de Teologia) são disso prova evidente..."[101]. Seria fastidioso enumerar os doutores cistercienses feitos por Coimbra. Evidenciaremos apenas dois pelo seu brilhante currículo; Fr. Teodoro de Amaral, recebeu borla doutoral da Faculdade de Teologia da U.C., lecionou as cadeiras de Gabriel (1670) de Durando (1677) de Escoto (1680) de Véspera (1684) e, ultimamente, a de Prima (1693). Foi Abade e Reitor do Colégio de Coimbra entre 1669-1672[102]. O segundo teve um percurso ligeiramente diferente. Fr. Manoel da Rocha ditou Filosofia em Salzedas e Teologia no Colégio de Coimbra. Foi condutário com privilégio de Lente da U.C., em 22/02/1726 regente da cadeira de Gabriel e Lente de Véspera de Escritura. Foi um dos 50 fundadores da Academia de História e Cronista-Mor do Reino em 1740. No meio de tudo isto, conseguiu fazer ainda carreira paralela na Congregação, tendo sido Abade de Tarouca, Visitador Geral (1729-32) e Geral (1732-35)[103]. Quanto à percentagem indicada sem referência, alguns seriam doutores pela Congregação fazendo carreira incluindo docência nos vários mosteiros e colégios da Congregação sendo, por isso, menos conhecidos.

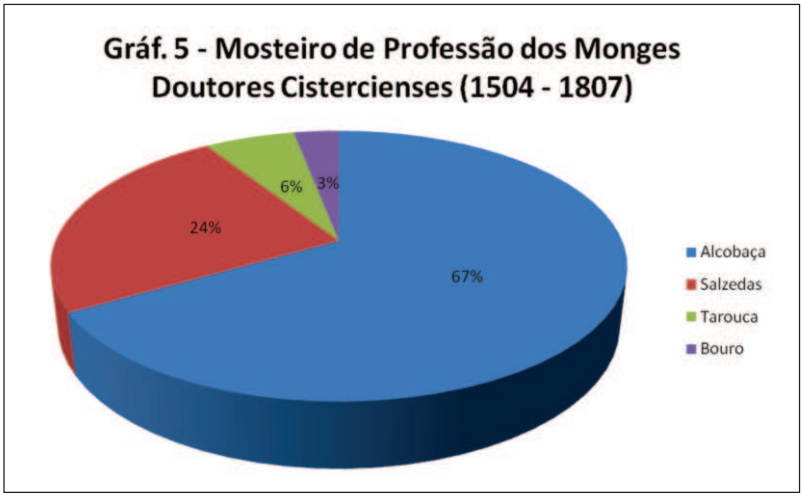
Observemos os gráficos 4 e 5 sobre a proveniência geográfica dos monges doutores cistercienses e os mosteiros da sua profissão (1504-1807).

---

[101] FONSECA, 2000. 121
[102] MACHADO, 1931,T. III.: 714..
[103] SILVA, MCMVI, T.VI: 91; NATIVIDADE, 1885: 166-175; MACHADO, 1931,T. III.:347.



Nota: em 39 religiosos que nos davam a respectiva informação
Fonte: Cf. Quadro nº I



Nota: Em 33 profissões
Fonte: Cf. Quadro nº I

Observando o gráfico 4 sobre a proveniência geográfica dos monges doutores cistercienses, verificamos que é nas Beiras (distritos de Viseu, Leiria, Guarda e Coimbra) que se recrutou a maioria dos monges doutores cistercienses da Congregação de Sta. Maria de Alcobaça. A esta realidade regional apenas escapa com alguma expressão de âmbito nacional, o distrito de Lisboa.

Tal não é de admirar, pois, esta vasta região é demarcada a norte por dois grandes mosteiros cistercienses, Tarouca e Salzedas, a sul por um grande potentado, cabeça da Congregação, chamado Alcobaça. Era desta vasta região que se estendia o vasto património destes grandes domínios rurais, exercendo forte influência espiritual e material nas populações aristocratas, ou não, a ela mais afetas[104]. Além destas abadias, podemos identificar outras, também, importantes, como Arouca, Lorvão e o Colégio de Coimbra, É evidente que estes grandes senhorios recebiam a concorrência de conventos mais pequenos no que concerne ao recrutamento, mas mesmo assim, os mosteiros cistercienses, por serem mais antigos e por estarem solidamente implantados no espaço já desde a época medieval, conseguem boa procura em termos de noviços / professos[105]. Iria Gonçalves refere, a propósito de Alcobaça e embora para o século XV, que a implantação era nacional, mas com maior incidência para Leiria, Santarém e Lisboa [106].

O gráfico 5 mostra que em Alcobaça professaram 67% dos monges doutores cistercienses, 24% para Salzedas, 6% para Tarouca e 3% para Bouro. Esta distribuição tem ligeiras discrepâncias com a real dimensão populacional de cada um dos quatro mosteiros inventariados. Assim, em 1692, Alcobaça teria 109 religiosos (50%), Salzedas 42 (19%), Bouro e Tarouca cada um 34 religiosos representando 16% cada.

Desta comparação saem valorizados em Doutores os mosteiros de Alcobaça e Salzedas. Em ambos havia estudos de Artes/

---

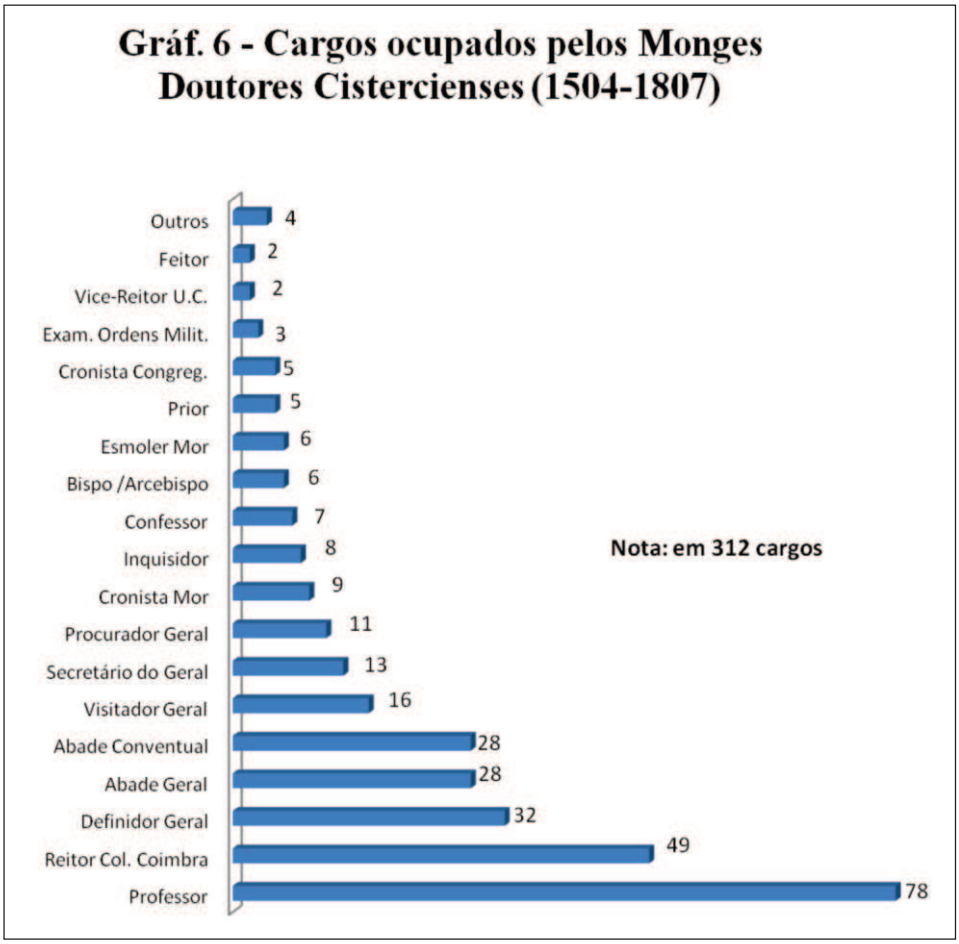
[104] MOTA, 2006, Vol.1: 189. É o caso do Mosteiro de Bouro que recrutava candidatos na zona onde se concentrava mais património, ou seja, Concelhos de Braga, Guimarães, Terras de Bouro, Amares, Vila Verde, Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Viana, Ponte de Lima, Barcelos e Porto.

[105] A.D.B.-CI-187 – *Leis que se fizeram no Capítulo Geral* 1663-(1705). In Capítulo Geral de 1/5/1678, fl 14vs. "...ordenão que suposto para o serviço da religião se não possa aceitar mais do que dez noviços cada trienio...".

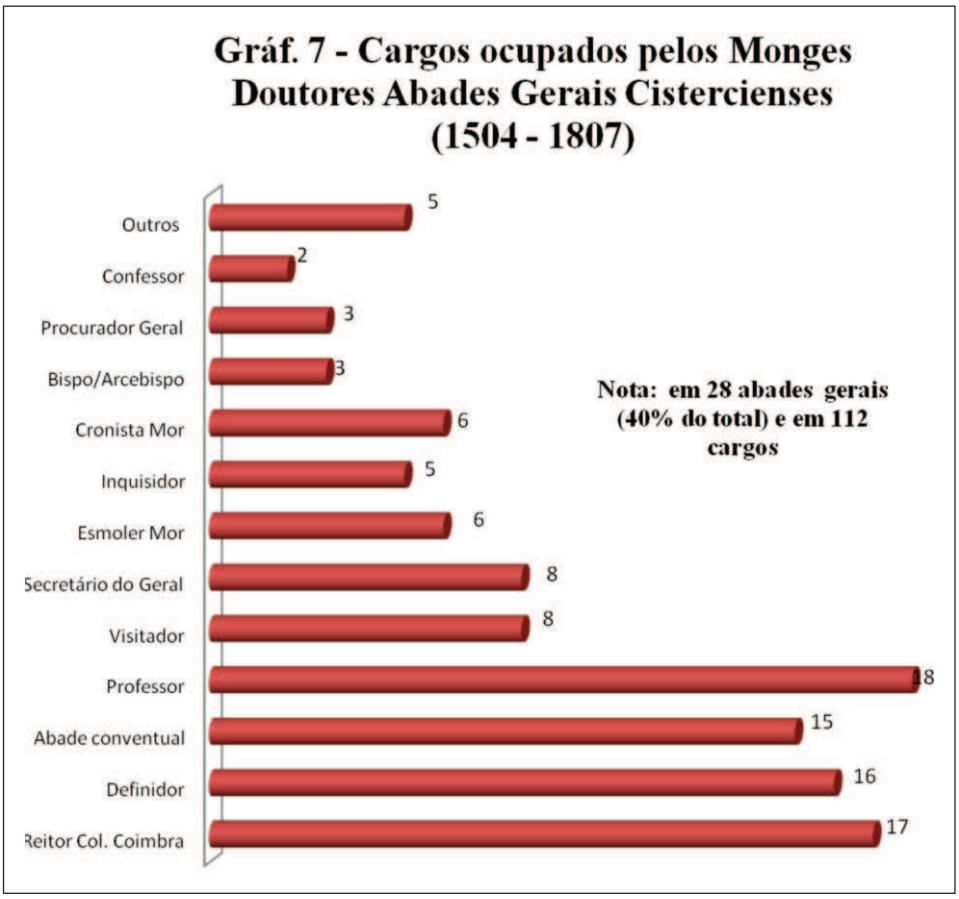
[106] GONÇALVES, 1991: 245

/Filosofia e/ou Teologia. A síntese que podemos fazer é que a nata intelectual cisterciense buscava Alcobaça e em menor número Salzedas para professar e dar os primeiros passos na vida religiosa, depois rumavam bastantes religiosos para Coimbra para alcançarem graduações superiores.

Observemos, agora, o gráfico nº 6 relativo aos principais cargos ocupados pelos monges cistercienses entre 1504-1807 e o gráfico nº 7 – Cargos ocupados pelos Abades Gerais Cistercienses, também, entre 1504-1807.



Fonte: Quadro I



Fonte: Quadro I

O Gráfico 6 informa-nos que os 102 monges inventariados ocuparam 312 cargos, o que dá uma média de 3 cargos / funções para cada monge doutor. São impressionantes as ocupações que os monges depois de chegarem a doutor, poderiam vir a ocupar dentro e fora da Congregação e, naturalmente, não se esgotavam nestas. Bem sublinha Mouta Faria ao dizer "...A universidade devia estar ligada à maioria das formas de ocupação tanto regular como secular. Todos procuram a frequência das aulas e obtenção de um grau universitário que lhes abriria novas perspetivas alguma delas não estritamente ligadas à prática da religião..."[107]

[107] FARIA, 1987: 33.

Não temos tempo para falarmos de todas estas ocupações, mas apenas das principais. Olhando para o documento, este indica-nos que a principal função inventariada era a de professor. Não nos admira, dado o aumento da cobertura da formação religiosa, teológica e doutrinal após o Concílio de Trento. Na Congregação eram nomeados professores / mestres para os Colégios de Coimbra e da Conceição em Alcobaça. Nos mosteiros de Alcobaça, Salzedas, Tarouca e Seiça funcionavam regularmente cursos de Artes, Filosofia e Teologia.

Também, nas principais casas religiosas masculinas e femininas funcionavam noviciados que exigiam docentes para darem essa formação[108]. O exercício da docência era compensador, mesmo na Congregação. Os Mestres estavam isentos, total ou parcialmente, do ofício das horas canónicas, exceto a determinados dias, lugar privilegiado no refeitório, direito a moço para ajudar em algumas tarefas[109] propinas, pitanças e vestidorias mais elevadas que o comum dos religiosos, possibilidade de ocuparem determinados cargos por eleição em Capítulo Geral, reforma antecipada, no caso por jubilamento, desde que tivessem cumprido 10 ou 15 anos de leitura e demais tarefas nos colégios mosteiros da Congregação. Eram ouvidos para a tomada de decisões importantes ao nível dos conventos[110].

---

[108] SOUSA e GOMES, 1998: 122. Refere que no mosteiro cisterciense feminino de Cós no século XVIII os níveis de escritura e de leitura atingem toda a comunidade professa. "...A aprendizagem, como é natural, evoluía para uma aprendizagem de valores morais e religiosos, evoluindo para alguma gramática latina, para a leitura de vidas exemplares de santas e mártires, para a música e o canto e, finalmente, para os lavores que iam desde o bordado e costura aos arranjos florais, à tecelagem, à cópia de livros manuscritos, à leitura de textos espirituais pertinentes promotores da dimensão contemplativa e, sobretudo, dentro das correntes barrocas, ao cultivo da poesia sacra, ao panegírico místico e ao teatro de sabor gongórico e pietista...".

[109] A.D.B.-CI-187 – *Leis que se fizeram no Capítulo Geral* 1663-(1705). In Capítulo Geral de 1/5/1699, fl. 51 vs "...No Colégio de Coimbra não possa religioso algum ter criado particular sem ser Doutor, Mestre Jubilado ou Lente actual...para os outros mosteiros... não possão ter criado com execepção dos religiosos doentes, idosos ou com graos mediante licença pedida..."

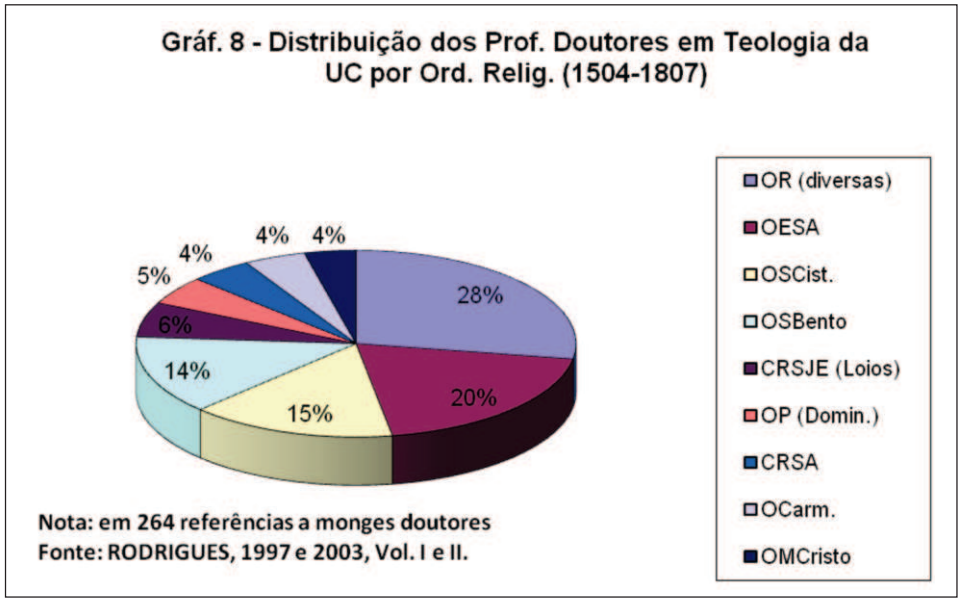
[110] A.D.B.-CI-191 – *Resoluções tidas em Juntas do Capítulo Geral*, 1708-1759/ 86. In Leis do Capítulo Geral de 1/5/1756, fl. 165vs.

Quadro n.º II EMOLUMENTOS ATRIBUÍDOS AOS MONGES BERNARDOS		
Datas de referência	**Tipos e características**	**Valor (em reis)**
	I – VESTIDORIAS (vestuário)	
1696	**Oficiais**	
	Casas grandes	10 000
	Casas pequenas	8 000
1705	**Oficiais**	
	Casas grandes	10 000
	Casas pequenas	10 000
1728	**Prior, Celareiro e Mestre da Noviciaria**	
	Casas grandes	24 000
	Casas pequenas	12 000
	Tulheiros	
	Casas grandes	14 400
1772	**GERAL**	38 800
	Ex-Geral	28 800
	Definidor, Visitador, Prior, Secretário do Geral, Mestre de Noviços e Celareiro	26 400
	Oficiais	
	Casas grandes	14 400
	Casas pequenas	12 000
1782	**Oficiais**	
	Casas grandes	14 400
	Casas pequenas	14 400
1783	**Oficiais**	
	Casas grandes	16 800
	Casas pequenas	14 400
	II – PITANÇAS (melhoramentos na alimentação)	
1678-1757	**Prior**	30 000
	Celareiro	50 000
	Pe. Mestre da Noviciaria	12 000/24 000
	Tulheiro, Bolseiro	12 000
	Pe. Enfermeiro	2 000 / 4 000 / 4 800
	Pe. Meste de Obras, Cantor e Mestre da Capela	6 000
	Pe. Hospedeiro, Porteiro e Sacristão	4 000
	Nota: Para além das que são pagas em determinados dias, estas liquidam-se no final de cada triénio.	

Datas de referência	Tipos e características	Valor (em reis)
	III – PROPINAS (asseio e limpeza)	
1772	**GERAL**	4800
	Ex-Geral	3200
	Definidor, Visitador, Prior, Secretário do Geral,	2400
	Mestre de Noviços e Celareiro	2400
	Superior, Presidente, Sacristão – mor e menor, Mestre das Cerimónias, Padre Enfermeiro, Padre Carbonário, Subcelereiro, Padre Pedagogo, Outros religiosos	2000 1200
	Nota: dava-se em dias de S. Bernardo e outros costumados	
	IV – VIÁTICOS (deslocações – 1 tostão por légua)	
1770	**Exemplos:**	
	Seiça = 11 léguas x 100 reis = 1 100 + 3 000 a)	4 100
	Bouro = 46 léguas x 100 reis = 4 600 + 12 200 a)	16 800
	Fiães = 56 léguas x 100 reis = 5 600 + 15 400 a)	21 000
	a) Aluguer de bestas para a viagem	
Observações: Na nomenclatura cisterciense Casas Grandes, masculinas e femininas, eram as de Alcobaça, Bouro, Salzedas, Tarouca, Colégio de Coimbra, Seiça, Lorvão, Arouca e S. Bento de Castris, pequenas eram todas as outras.		
Fontes: BNL. FIGUEIREDO, FR. Manoel de, *Memórias para a História da Comarca de Alcobaça*, Vol. Manuscrito enumerado de 1 a 15, In COD. 1480 – *Sobre as contribuições para viagens chamadas viáticos de 14 de Setembro de 1770*, fls. 368 – 377 e COD. 1482 – *Regulamento das Pitanças*, fls. 138--156, A.D.B.-CI 186-192 – *Leis dos Capítulos e Juntas Gerais, (1630-1828)*.		

Seria interessante saber o que representavam os Professores Doutores cistercienses no cômputo das restantes Ordens/ /Congregações religiosas. Para isso consultamos as listagens de docentes com doutoramento da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra fornecidas pelo Professor Manuel Augusto Rodrigues na obra já citada *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis,* em 2 volumes, abarcando o período de 1290 a 1937. Naturalmente, só nos interessou o período por nós abordado. O gráfico 8 permitiu-nos algumas conclusões interessantes.

A primeira é que todas, ou quase todas, as ordens religiosas procuravam ter docentes seus a lecionar na Faculdade de Teologia por uma questão de poder, prestígio e influência.



A segunda prende-se com a real supremacia da Ordem dos Agostinhos quer dos Eremitas Calçados quer dos Cónegos Regulares, em conjunto, largamente maioritários e ocupando as principais cátedras como Prima e Véspera. Também, o facto de Santa Cruz financiar a Universidade em alguns encargos mais ajudava a esta supremacia. Não era por acaso que o Prior de Sta. Cruz de Coimbra foi o Cancelário da Universidade até 1834, estando hierarquicamente acima do Reitor e abaixo do Rei, alcunhado de Protetor. Seguem-se, cistercienses e beneditinos com menos representação numérica, mas de influência decisiva nos destinos da Faculdade ao nível da lecionação das cadeiras intermédias como Gabriel, Durando ou Escoto. Não deixa de ser para nós uma meia surpresa a boa representação dos monges brancos na Universidade de Coimbra, fruto da boa organização, recursos financeiros disponibilizados e boas práticas pedagógicas e cientificas seguidas pelo Colégio do Espirito Santo de Coimbra. A aposta nos doutoramentos como vimos, dava assim frutos. Seguem-se curiosamente,

algumas ordens como carmelitas, dominicanos, frades loios que procuravam manter alguma influência nos destinos da Universidade. Logicamente, que o peso destas ordens religiosas nas outras faculdades como cânones, leis e medicina era residual.

A segunda ocupação mais ventilada era de Reitor do Colégio de Coimbra[111]. Acumulava com a dignidade e os privilégios de Abade conventual, concentrando em si a função temporal, espiritual e pedagógica. A designação para o cargo fazia-se por eleição trienal em Capítulo Geral e, tal como os outros Abades, não podiam ser reconduzidos para um segundo mandato. Era o cargo mais interessante como rampa de lançamento para chegar a Geral da Congregação, como poderemos ver no documento 7. Temos 17 religiosos abades / reitores que foram depois, ou antes, Abades Gerais. A lista é significativa, a título de exemplo, Fr. Gerardo das Chagas, Abade e Reitor do Colégio de Coimbra entre 1588-91 e Abade Geral da Congregação em 1594-97[112] e Fr. António da Conceição, ilustre cisterciense, que foi Reitor do Colégio entre 1606-09 e Abade Geral entre 1612-15[113]. Alguns acumularam funções com o exercício da atividade docente na Universidade. É o caso de Fr. Francisco Carreiro, estudante distinto no Colégio dos Bernardos. Foi Lente da Universidade, regendo as cadeiras de Gabriel, Durando e Escoto sendo, duas vezes, Abade e Reitor do Colégio de Coimbra em 1582-85 e 1594-97[114].

As ocupações inventariadas, terceira e sexta, são a de Definidor e a de Visitador. Ambas faziam parte do Definitório que funcionava duas vezes por semana[115], tendo a Congregação a maioria dos representantes e Alcobaça a minoria. Era constituído por um

---

111 CAPELO e PROZIL, 2007: 4. As autoras fizeram publicar no Arquivo da Imprensa da Universidade de Coimbra uma lista dos abades e reitores do Colégio de S. Bernardo de Coimbra eleborada pelo monge doutor Fr. Bernardo Lopes.

112 MACHADO, 1931, T. II. P. 346

113 B.N.L. ®-COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs; COD. ALC. 1487, fl. 20 a 25.

114 CAPELO e PROZIL, 2007: 25; COD. ALC. 301, FL, 28 A 47VS.; MACHADO, 1931, T. II.:120.

115 CI-191 – *Resoluções tidas em Juntas do Capítulo Geral*, 1708-1759/86. In Leis do Capítulo Geral de 1-5-1753, fl. 183 "...determina o Capitulo Geral que haja diffinitorio duas vezes na semana hua na 3ª feira outra na 6ª feira no Verão pellas quatro horas da tarde e no inverno pellas três e meia e os Padres ...hirão nos taes dias e horas a cella do Rmo sem ser necessário que os mande chamar e o Rmo havendo cousa que pertença ao deffinitorio lha proporá e não havendo tomará com elles concellho...assim a respeito do que pertence à casa da Alcobça como de toda a congrgaçam...".

Presidente que era o Geral, 4 Definidores, 2 Visitadores[116] e 1 Secretário sem direito a voto. Viviam permanentemente em Alcobaça. Tratavam de todos os assuntos importantes da Congregação, por isso, era presidido pelo D. Abade Geral. São cargos muito procurados antes e depois de os religiosos serem Abades Gerais[117]. Só podiam ser definidores e visitadores os doutores pela universidade ou pela religião, mestres jubilados na sagrada teologia, ex-gerais, abades conventuais, Prior de Odivelas, sendo eleitos em Capítulo Geral[118]. Os seus membros tinham voto por inerência no Capítulo Geral seguinte. Podiam ser reformados com a categoria de Ex-Geral. Em caso de falecimento do Abade Geral era o definidor mais velho da mesma linhagem que o ficava a substituir até haver novas eleições[119]. Pelo quadro nº II reportado aos emolumentos atribuídos aos monges, ambos os oficiais citados tinham de vestidoria 26 400 reis e de propinas 2 400 reis em 1772, enquanto os demais oficiais das casas grandes tinham apenas 14 400 reis e 2 400 reis, respetivamente, de vestidorias e propinas.

A quarta e a quinta ocupações mais votadas são abade conventual e abade geral. Ambas resultavam de eleição trienal em sede de Capítulo Geral não podendo ser reconduzidos para o mesmo lugar no triénio seguinte. Como se pode ver no gráfico 7, o exercício do cargo de Abade conventual era também uma boa rampa de lançamento para chegar à "presidência" da congregação [120], embora as definições, teoricamente, só exigissem ter pelo menos

---

116 B.N.L. (R.)-COD. 1492 – *Origem e Progressos dos Capítulos Gerais da Congregação de Santa Maria de Alcobaça.. por* Fr. Manoel de Figueiredo, 1784, fl. 255. Pertencem ao corpo do definitório por leis do Capº de 30/9/1573 e 11/5/1580.

117 DIFFINIÇOENS, 1593, fl. 12. "Compete ao diffinitorio prover o estado spiritual e temporal das casas; das quaes se informaram por a relaçam dos procuradores dellas e pelas folhas: servindo para as cotejar com as do triénio passado...". No definitório não poderia haver irmãos, primos, sobrinhos, etc...

118 A.D.B.-CI-187 – *Leis que se fizeram no Capítulo Geral* 1663-(1705). In Leis da Junta Geral de 22-10-1701, fl. 60. As mesmas condições se requeriam para os visitadores.

119 A.D.B.-CI-187 – *Leis que se fizeram no Capítulo Geral* 1663-(1705). In Leis da Junta Geral de 1/5/1698, fl. 51 vs. "...mas ficara governando com todas as vezes do geral o definidor mais velho da filliação donde for o geral defunto...".

120 A.D.B.-CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708-1749). In Leis da Junta Geral de 5/4/1728, fl. 44. Para além de usufruírem de maiores emolumentos que os mais religiosos podiam gastar da ordem para o seu uso "...vestidura e reção commua com os mais religiosos, além da pitança que lhe permite a lei, sellario da lavandeira, tinta, papel, arca, obreas, cartas de correio, assignaturas dos prazos e para acrescentamento da sua vestidura...poderião tirar trinta mil reis no fim do triennio para o seo mando...".

30 anos de idade e 16 de hábito "de sãs virtudes, cuja vida seja aos mais espelho mostrandose e sendo casto, sóbrio e temperado de doutrina competente ao tal cargo... e não aja falta de nascimento..."[121]. O Geral não deixava de ser, um abade conventual, mas de Alcobaça, cabeça da Congregação, portanto, com mais atribuições e responsabilidades na coordenação do temporal e do espiritual da Ordem. Presidia ao Capítulo Geral, à Junta Geral e ao Definitório. Tinha 1 ou 2 secretários para o ajudarem nas suas tarefas, eleitos em Capítulo Geral. Na prática era também um visitador, uma vez que pelas regras e estatutos devia visitar os conventos, pelo menos, uma ou duas vezes durante o seu triénio. Tinha de ter 20 anos de hábito e ser filho de legítimo matrimónio[122]. Na prática, exigiam-se muito mais requisitos. O Abade Geral devia ter curriculum e competências em diversas funções como já assinalámos. Ajudava muito o facto de ser doutor, dado que 40% dos Gerais da Congregação tinham esse grau, como verificamos em nota no gráfico 7[123]. Dado o importante património fundiário que os mosteiros cistercienses dispunham e alguma influência na corte, a eleição do Geral não passava despercebida havendo, por vezes, intervenção dos poderes régio e papal na nomeação do responsável máximo da Congregação. Em 1666, o Papa Alexandre VII apresenta para Abade Geral D. Fr. Luís de Sousa. Os monges desiludidos acabaram por aceitar a imposição por "....em rezam do dito Padre Doutor ser pessoa tam ilustre e benemérita por já haver sido abbade geral em outro triennio e no tal tempo bispo eleito do Porto e governador do arcebispado de Évora e alem disso tio direito do Conde Castello Melhor valido del rei Afonso 6º..."[124]. Em Maio de 1744, os monges preparavam-se para eleger o seu representante máximo quando recebem um breve de Bento XIV, a instância de D. João V, nomeando, através do Núncio Apostólico Cardeal Oddi, para Presidente do Capítulo Geral, Fr. Fran-

---

121 DIFFINIÇOENS... 1593: 17

122 DIFFINIÇOENS... 1593: 13 "..Convém ser o zellador da honra e culto divino, tabalhando para que se não cometam negligências na guarda da Santa Regra e Deffiniçoens, deve dar exemplo de pobreza, moderação e humildade a todos os demais...".

123 DURÃES, 2003: 284. Refere que a maioria dos religiosos que chegaram a abade tinha uma origem social fidalga e nobre.

124 B.N.L.-COD.-ALC. 299 – Sobre a eleição de D. Fr. Luís de Sousa para Geral da Congregação de Alcobaça. In Miscelania, histórica, canónica e liturgica relativos à Congregação de Cister em Portugal coligidos por Fr. Bento de S. Bernardo – Abade de Salzedas e Bibliotecário de Alcobaça, fl. 257 a 262.

cisco Xavier, o que na prática o designava para Abade Geral, com a agravante de serem impostos aos monges os principais oficiais para o respetivo triénio[125]. Sabemos as interferências de Pombal na Congregação utilizando o seu sobrinho, D. Fr. Manuel de Mendonça[126].

Os Gerais, para além das honrarias e privilégios que tinham, usufruíam de emolumentos maiores que o comum dos religiosos. Pela tabela aprovada em 1772 e que consta do Quadro II, recebiam de vestidoria 38 800 reis, enquanto o comum dos oficiais das casas grandes recebia 14 400 reis, arrecadavam de propinas 4 800 reis, enquanto o comum dos oficiais recebia 1200 reis. Quando acabasse o seu mandato "reformavam-se" com a categoria de ex-gerais.

Dentro da Congregação há outros cargos ocupados pelos doutores e que podiam ser uma porta aberta para se chegar a Geral pela experiência e conhecimentos que suscitavam. São os casos dos Priores, mormente, de Alcobaça, que substituíam o Geral nas suas ausências e impedimentos, contactando mais diretamente com os monges, tendo uma faceta mais espiritual[127] e dos Procuradores - Gerais que montavam os processos e demandas que envolviam a Congregação e os diferentes mosteiros junto dos tribunais (ou outros negócios) situados no Porto, Lisboa e Roma[128]. Tinham casa, criados e sege aparelhada. Queixavam-se muito dos insuficientes emolumentos que recebiam e das despesas que tinham de fazer com advogados. Pela sua importância, eram elei-

---

[125] A.D.B.-CI-192 – *Capítulos e Juntas Gerais*. Doc.s 10 a 23. Século XVII – 1828. In Doc. 12 **4** – Capítulo Geral de 4/5/1744, fl. 1 a 17vs. "...monge da dita congregação (1364 **3).**

[126] A.D.B.-CI-102 – Doc. Nº 5, datado de 7 de Janeiro de 1778, fl. 1 a 8. In *Acordão em Relação...* D. Frei Manuel de Mendonça era irmão de Pedro da Cunha Mendonça, Cónego da Basílica Patriarcal, sobrinho do Cardeal Paulo de Carvalho e do Marquês de Pombal. Esteve sem haver eleições regulares de Maio de 1768 a Novembro de 1777 exercendo na congregação um clima de verdadeiro terror perseguindo todos aqueles que tivessem a coragem de o enfrentar. CF. MOTA, 2006, I: 117.

[127] DIFFINIÇOENS... 1593: 27 vs. "...O prior tem o segundo grao depois do abade no choro e no refeitório e mais actos do convento...e falecendo o abade, será o Prior que governará temporariamente a casa...".

[128] DIFFINIÇOENS... 1593: 57 vs "...o qual com título de procurador da ordem assistirá a todos os negócios que sobrevierem os quais negociara com toda a diligencia e cuidado debaixo do juramento que primeiro tomara fazer...terá sustento de cem mil reis distribuidos pelos conventos...".

tos numa das sessões dos Capítulos Gerais [129]. Os Confessores estavam radicados nos mosteiros de religiosas, exercendo uma tutela espiritual e temporal sobre as Abadessas e suas religiosas[130]. O cargo de Esmoler-mor foi atribuído, por alguns monarcas, aos Abades Gerais de Alcobaça, durante a segunda dinastia e retomado com D. João IV em recompensa de serviços prestados à causa nacionalista. Como este estava em Alcobaça fazia-se substituir nessas funções por uma figura grada da Congregação e que tivesse disponibilidade de viver junto da corte ou, então, no Mosteiro do Desterro em Lisboa[131].

Para terminar, não poderíamos deixar de salientar a relevância da escola historiográfica alcobacense dos séculos XVII e XVIII[132]. Para Lekai, a história "...fue el primer tema de estudios profanos que ocupó a gran numero de abadias cistercienses desde los mismos comienzos..."[133]. Oliveira Ramos diz-nos que no século XVIII se assiste, igualmente, a um surto historiográfico nos conventos da Congregação de S. Bento de Portugal, muito estimulado pelo labor dos monges mauristas franceses pela academia de história joanina complementada pelo da academia real das ciências e, também, adscritos à necessidade de em pleitos judiciais fundamentarem direitos naturais[134]. Na Congregação tinham ainda a atribuição de compor e ordenar as folhinhas de reza conforme os usos e

---

[129] A.D.B. – CI – 191 – Resoluções tidas em Juntas do Capítulo Geral, 1708 – 1759/ /86. In Leis da Junta Geral de 16/5/1751, fl. 149vs.

[130] A.D.B.- CI -186 – Deffiniçoens que se fazem nos Capítulos Gerais (Lº das) 1629 – (1748), In Leis do Capítulo Geral de 1630, fl. 4.

[131] A.D.B.-CI-192 – *Capítulos e Juntas Gerais*. Doc.s 10 a 23. Século XVII – 1828. In Leis da Junta Geral de 19/6/1781, fl. 7. O Esmoler-mor recebia da Congregação para viver decentemente em Lisboa 300 mil reis, por volta da década de 80 do século XVIII, muito mais do que o Procurador Geral da mesma cidade que usufruía depois de ter feito todas as despesas, 194 mil reis, provavelmente, também, receberia uma tença real.

[132] FONSECA, 2000, II. 121; MARQUES, 1989, 2º Vol. 19 "...Na verdade a publicação da 1ª parte da Chronica de Cister em 1602 e a 3ª parte da Monarquia Lusitana em 1632 da autoria dos alcobacenses, Fr. Bernardo de Brito e António Brandão permitiram divulgar e colorir 2 factos lendários que viriam a ter um impacto importante na preparação dos espíritos com vista à recuperação da autonomia política: o aparecimento e promessa de Cristo em Ourique, narrados num testemunho jurado de D. Afonso Henriques e as Actas das Cortes de Lamego de 1140. Situavam-se precisamente nas origens da monarquia portuguesa ligados ao seu primeiro rei...".

[133] LEKAI. 1987: 34. Refere que o nível de historiografia era alto em Espanha e em Portugal.

[134] RAMOS, 1972, I, 252-272.

costumes da congregação não se afastando do que estava estabelecido em Capítulos e Juntas Gerais"...atendendo sempre às rubricas dos breviários, dos missais e dos livros que servem para o uso dos choros para que não suceda a confusão e desordem nos conventos..."[135]. Analisando o quadro I e o gráfico 6 verificamos a existência de 9 cronistas mores do reino e 5 cronistas da Congregação com o grau de doutor (é possível que alguns cronistas mores do século XVIII também sejam da Congregação, mas não encontramos explícita a informação). São eles, para o século XVII, Fr. Bernardo de Brito[136], Fr. António Brandão[137], Fr. Francisco Brandão[138], 137 autores daquela que é considerada a primeira História de Portugal, a Monarquia Lusitana e Fr. Bernardo de Castelo Branco[139]. Para o século XVIII pontificam Fr. Manoel da Rocha[140], Fr. José Costa[141], Fr. António Caldeira[142], Fr, António Botelho[143], Fr. António da Mota[144], Fr. Francisco Robalo[145] e Fr. Fortunato de S. Boaventura[146], 145 estes dois últimos apenas Cronistas da Congregação. Destes, 6 chegaram a Gerais da Congregação, Fr. António Brandão (1636-37), Fr. Francisco Brandão (1667-70) e 1674-75), Fr. Bernardo de Castelo Branco (1723-25), Fr. Manoel da Rocha (1732-35) e Fr. António Caldeira, o que não deixa de ser um boa colheita. Do conjunto, pelo menos dois, pertenceram ao núcleo dos 50 académicos fundadores da Academia Real da História, a saber Fr. Bernardo de Castelo Branco e Fr. Manoel da Rocha. Como é evidente, conhecemos alguns outros cronistas que não foram doutores em teologia ou, pelo menos, não temos menções

---

135 A.D.B.-CI-192 – *Capítulos e Juntas Gerais*. Doc.s 10 a 23. Século XVII – 1828. In Doc. 16 **1** Leis da 1ª Junta Geral de 20/9/1770, fl. 8

136 MACHADO, 1930, T.1:514-518; SILVA, MCMVI. T.1:372, T. VI: 260 e T.XVIII:75.

137 MACHADO, 1930, T.1:218-221; SILVA, MCMVI. T.1:98, T.VI: 218-221 e T.XVII:75

138 MACHADO, 1930, T.II: 112-114; SILVA, MCMVI, T.II: 360; T.VI: 260, T.XVII: 75 e T.XVIII: 188; B.N.L.(R) – COD. ALC. 301, fl. 28-47 vs.

139 MACHADO, 1930, T.I: 518-519; SILVA, MCMVI, T.I: 375, T.VIII: 391; NATIVIDADE, 1885:166-170.

140 NATIVIDADE, 1885:175; SILVA, MCMVI, T.VI: 91; MACHADO, 1930, T.III, 347.

141 A.D.B.-CI-192, DOC.122, fl. 1- 4.

142 RODRIGUES, 1992, Vol. II: 13; A.D.B.-CI-188, fl. 106-121; A.D.B.-CI-192, DOC. 171,2,3.

143 142-B.N.L. – Gazeta de Lisboa de 10/8/1745: 630.

144 RODRIGUES, 1992, Vol. II: 30; A.D.B.-CI-192, DOC. 17- 5,6 e DOC. 20 fl. 69 – 74.

145 A.D.B.-CI-189, fl. 1-26 e CI-192, DOC. Nº 20 5. SILVA, MCMVI, T.III: 44 e T. IX: 368.

146 RODRIGUES, 1992, Vol. II: 42; NATIVIDADE, 1885:173; SILVA, MCMVI, T.II: 309.

que o sejam[147]. Fr. António Boaventura diz que o cronista mor tinha um ordenado de 100 mil reis e mais 15 mil para papel e tinta[148]. Em 1762 já teria aumentado para 150 mil reis incluindo um moço e uma besta e um subsídio diário de 240 reis para deslocações[149]. Alguns conseguiram o privilégio de ex-geral. Tinham direito a estarem presentes e votarem nos Capítulos Gerais, pelo menos desde 1726, e isenção de irem ao coro[150]. A este propósito, o Professor Manuel Augusto Rodrigues, afirma "...Como historiadores, soam bem alto os nomes de António Brandão, Ber-

---

147 São os casos de Fr. Manoel dos Santos que escreveu entre outras a Historia da Comarca de Alcobaça, século XVIII, obra manuscrita em 15 volumes que se pode encontrar na BNL ®. Estando distribuída em vários códices; **Fr. Manoel dos Santos** (1642-1740) que escreveu a 8ª e 9ª parte da Monarquia Lusitana (1729) e ainda *Alcobaça Ilustrada – notícias e história dos mosteiros e monges insignes cistercienses da Congregação Sancta Maria de Alcobaça*. Coimbra, Iª Parte. 1710 (cf. A propósito BOAVENTURA, 1827: 1-20..". "...não podendo garduarse na Universidade por o tirarem do colégio por não ter elogiado a pessoa do Geral da Ordem, Fr. Bernardo de Castro...". **Fr. Bento de S. Bernardo** que foi Abade de Salzedas e Bibliotecário de Alcobaça, que terá escrito pelo menos os códices Alcobacenses 300 e 301 intitulados: Miscelânea histórica, canónica e litúrgica em prosa e em verso de documentos, memórias e outros apontamentos, relativos principalmente à Congregação de Cister em Portugal coligidos por Fr. Bento de S. Bernardo, Abade de Salzedas e Bibliotecário de Alcobaça..., fl. 28 a 47vs e 125 a 146; **Fr. Baltazar dos Reis** que deu o seu contributo para a história do Mosteiro de Salzedas (Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas. Manuscrito do século XVIII publicado como apenso às Memorias de Mondim da Beira de J. Leite de Vasconcelos. Lisboa, Imprensa Nacional, 1934; Breve relação da fundação e antiguidade do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (public. por A. Botelho da Costa Veiga), Lisboa: Biblioteca Nacional, 1936. Por último **Fr. Hilário das Chagas,** autor do século XVI, terá tomado o hábito cisterciense em Alcobaça a 22 de Julho de 1553. Escreveu entre outros testemunhos "Collecção de várias memórias relativas à Ordem de Cister, dentro e fora de Portugal, entremeadas de contos, ditos, anedotas, receitas, apontamentos de cronologia e notas pessoais do autor Fr. Hilário das Chagas, monge de Alcobaça...". BNL: Alcobacenses, Códice CCCLXXIII /92 Cf. Inventário dos Códices Alcobacenses, Tomo II, Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa:84-85.

148 A.N./T.T. – Livraria Série Preta – Nº 625 – BOAVENTURA, Fr. Fortunato de S. (1823) – Memoria sobre a vida do Chronista-mor Fr. António Brandão eo que se pode acrescentar ao catalogo dos seus escritos que vem na Biblioteca Lusitana. In História e Memórias da Academia real das Sciências de Lisboa, Lisboa, T. VIII, 41.

149 A.D.B.-CI-192 – *Capítulos e Juntas Gerais*. Doc.s 10 a 23. Século XVII – 1828. In Doc. 14 1 – Leis do Capítulo Geral de 175/1762, fl. 1-3. Refere que a congregação está interessada na "...honra e grande credito que lhe resulta de S. M. a especializar entre as mais com a R. Mercê deste honrifico emprego deve concorrer para as despesas dele...".

150 A.D.B.-CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708-1749). In Leis do Capítulo Geral de 1/5/1726, fl. 36vs "...e os mesmos privilégios de voto nos capítulos gerais extende e concede aos mais cronistas mores que adiante forem...".

nardo de Brito, Fortunato de S. Boaventura, Francisco Brandão, Lopes de Castanheda, Leão de S. Tomás, Manuel Caetano de Sousa, Manuel dos Santos, Pedro de Mariz e Diogo Barbosa Machado..."[151]. Ora, metade do número destes historiadores são monges bernardos.

A Congregação deu ainda 6 ou 7 bispos às dioceses do reino, a maioria dos quais do século XVII. Foram eles, D. Fr. Luís de Sousa, duas vezes Geral, bispo eleito do Porto, múnus que não chegou a ser confirmado, passando, entretanto, a Governador do Arcebispado de Évora[152]; D. Fr. João de Seixas, Bispo do Funchal e Geral da Congregação em 1666[153]; D. Fr. Gabriel de Almeida, Geral no triénio de 1660-63, Bispo do Funchal em 1672[154] Fr. António Brandão, Geral entre 1669-72 e Arcebispo de Goa entre 1674-78 chegando a substituir o Governador com zelo[155] e D. Frei Constantino Sampaio, Geral da Congregação entre 1669--72 sendo nomeado Bispo da Bahia, pensamos que não terá ocupado o cargo[156]. No século XVIII a ordem terá conseguido colocar D. Frei José Fialho como Bispo de Olinda – Pernambuco em 1722 e da Guarda em 1739[157] e Fr. Fortunato de S. Boaventura em 1832 é designado por D. Miguel para o Arcebispado de Évora[158]. Não deixa de ser interessante que uma ordem mais virada para uma vivência religiosa mais contemplativa, mais preocupada com visitações, consiga ter alguma influência nos processos de escolha de prelados diocesanos tanto no reino como nas terras de além-mar. Saul António Gomes refere, a propósito, que o empenho numa cultura política nacionalista por parte dos cronistas gerais do Reino, geralmente recolhidos a Alcobaça, traduzir-se-á no prémio da proposição ao episcopado, sobretudo, no último terço de Seiscentos, de alguns desses monges. O degelo nas

---

151 RODRIGUES, 2003: XLII.

152 MACHADO, MDLII, T. III: 149; A.D.B-CI-186 – *Livro das Definições*... 1629-1738 e CI-187, fl. 4 a 6).

153 MACHADO, 1931, T. II: 688, A.D.B-CI-186 – *Livro das Definições*... 1629-1738, fl. 1-3 e CI- 187, fl. 4 a 10).

154 CAPELO E PROZIL, 2007: 26; MACHADO, 1931, T. II: 283; NATIVIDADE, 1885: 166-175).

155 MACHADO, 1930, T. I: 221; A.D.B.-CI-187, fl. 8-10; B.N.L.(R) – COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.).

156 MACHADO, 1930, T. I: 586; A.D.B-CI-187, fl. 6 a 8; B.N.L.(R) – COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.

157 A.D.B.-CI-188, fl. 3; G.L. Nº 13, 30/3/1741: 2).

158 RODRIGUES, 1992, II: 42; SILVA, MCMXXVI, II: 309, NATIVIDADE, 1885: 166-175)

relações entre Portugal e a Santa Sé, alcançado em 1669, trouxe uma almejada oportunidade de preencherem a quase totalidade das dioceses dentro e fora do reino, até então vacantes pelo desaparecimento dos seus antigos titulares e pelo facto de Roma reter as necessárias confirmações apostólicas[159].

Conseguiu, ainda, alcandorar dois dos seus religiosos mais brilhantes a Vice-Reitores da Universidade de Coimbra, Fr. Luís de Sá[160] e Fr. Teodoro do Amaral[161] atestando a importância de fazerem o percurso escolar e profissional no Colégio de Coimbra e na Universidade.

[159] GOMES, 2006: 422.
[160] CAPELO E PROZIL, 2007: 26*;* SILVA, MDCCCLX, T. V: 320*;* MACHADO*,* MDCCLII, T. III:129
[161] MACHADO, MDCCLII, T.III: 714, CAPELO E PROZIL, 2007:26.

CONCLUSÃO

As ordens religiosas, antes e após o Concilio de Trento, começaram a apostar na formação doutrinal e teológica dos seus religiosos. Começou nos noviciados, continuou nos estudos médios (Artes e Filosofia) e terminou no ensino superior com a lecionação do curso de Teologia. Aproveitando a reforma da Universidade, instalaram Colégios universitários em Coimbra. Para dar resposta ao aumento de discentes, aumentou-se o número de instituições formadoras, de professores, reestruturaram-se cursos, elaboraram-se novos regulamentos e definiram-se os graus académicos que cada instituição podia conferir. Os cistercienses, influenciados por este clima de renovamento cultural e científico, criaram em 1543 o Colégio do Espírito Santo, antes mesmo de formada a Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo em 1567. O colégio depresa atingiu um número estável de moradores, situando-se nos 30, sendo aproximadamente 1/3 professores e 2/3 alunos, dos quais alguns seculares. Com o tempo, terá conseguido, tal como outras Congregações, importantes privilégios na graduação dos seus pares, tanto em Artes como em Teologia, incluindo o de Mestre comparável ao de Doutor.

A Congregação, muito rapidamente, faz deste colégio o seu centro intelectual, fazendo canalizar para os seus cursos os seus melhores alunos e professores, à qual não é estranha a presença da Universidade de Coimbra como figura tutelar. Esta aproximação à Universidade é conseguida com a incorporação do Colégio em 1560, passando a usufruir os seus moradores dos mesmos privilégios e regalias.

Perante as oportunidades que se abriam, criou-se um espírito salutar de concorrência entre os estudantes mais aptos, querendo atingir a graduação máxima de doutor. Rapidamente, os estudos académicos passaram a ser um dos critérios de ascensão a determinadas posições importantes, podendo-se falar de verdadeiros percursos espirituais e temporais. De início é a própria

Congregação que incentiva os religiosos a obterem o doutoramento, preferencialmente, na Universidade de Coimbra por ser mais prestigiada, como vimos, dando uma esmola a ser dividida por todos os conventos, proporcionalmente aos rendimentos de cada casa religiosa. A partir da 2ª metade do século XVIII, com os primeiros sinais de crise, esta política de concessão de esmolas é restringida a critérios de necessidade e de estratégia da própria Congregação, reduzindo-se as esmolas, pelo menos em alguns generalatos, a 2 candidatos por triénio.

Constatamos que a esmagadora maioria dos Doutores são de origem nobre ou nobilitada, embora com funções na sociedade portuguesa muito diferenciadas. Este facto é muito importante dado que, em geral, eram filhos de candidatos com boas posses económicas, o que possibilitava continuar os estudos com ou sem ajuda da Congregação. A origem geográfica dos doutores cistercienses é muito influenciada pela implantação regional dos principais mosteiros cistercienses masculinos como Alcobaça, Tarouca, Salzedas, Colégio de Coimbra, ou seja, a antiga província das Beiras. O âmbito nacional é-nos dado pelo recrutamento feito no distrito de Lisboa, mas com menor expressão. Ficou muito patente para nós que o doutoramento abria espaço a ocupações de cargos importantes na Congregação, como definidor, visitador, professor, prior, abade conventual e geral, confessor, secretário, procurador e fora da Congregação como bispos, professores da Universidade e cronistas do Reino e da Congregação. As provas são os emolumentos e os privilégios que usufruíam superiores ao comum dos seus irmãos. Julgamos que os cistercienses terão dado, na época moderna, contributos muito válidos ao ensino e à cultura do nosso País. O facto é atestado pelos graus que obtiveram, a posição que conseguiram na Universidade de Coimbra e pelas obras que escreveram.

BIBLIOGRAFIA

A – DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Arquivo Distrital de Braga

– CI-102 – *Acordão em Relação. Agravo (Autos de).Carta citatória e executória. Certidões (requeridas para fins judiciais). Declarações e recibos (sobre o pagamento das custas havidas com causas judiciais). Demandas. Embargos (Autos de). Libelo móvel. Pareceres Jurídicos (sobre prazos). Petição e justificativa. Sentenças*. Doc.s 1 a 37. (1527-1778).

– CI-104 – Admissões/Juramentos, Docs. 195 e 196, 1620-22.

– CI-105 – *Capítulos (Geral e de visita). Patentes. Visitações*. Docs. 299 a 307. Século XVIII – 1774.

– CI-186 – *Definições que fazem nos Capítulos Gerais* (Lº das) 1629-(1748).

– CI-187 – *Leis que se fizeram no Capítulo Geral* 1663-(1705).

– CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais*, (1708-1749).

– CI-189 – *Leis do Capítulo Geral* 1778-(1812).

– CI-191 – *Resoluções tidas em Juntas do Capítulo Geral*, 1708 – 1759/86.

– CI-192 – *Capítulos e Juntas Gerais*. Doc.s 10 a 23. Século XVII – 1828.

– *Patentes. Visitações*. Doc.s 25 a 28. Século XVIII – 1775.

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

– ALC-C-25 – Nº 219 – Alcobaça – *Cópias de bulas e alvarás referentes aos Mosteiros da Ordem de Cister em Portugal,* 1570.

– ALC.-B-50-198 – *Livro dos usos antigos das cerimónias e louvaveis costumes da Ordem Cisterciense ainda que já alteradas no anno de 1630, escrito por Fr. António de Lisboa*, fl. 1 a 86.

– ALC.-C-25 – Nº 218 – *Colleção Chronologica de privilegios e indultos apostólicos concedidos às Congregações Cistercienses de Portugal, Castela e França... extraidos dos originais que se achão no Cartório do Rela Mosteiro de Alcobaça*..., 1762, fl. 1 a 154.

– Livraria Série Preta – Nº 625 – BOAVENTURA, Fr. Fortunato de S. (1823) – Memoria sobre a vida do Chronista-mor Fr. António Brandão e o que se pode acrescentar ao catálogo dos seus escritos que vem na Biblioteca Lusitana. In *História e Memórias da Academia Real das Sciências de Lisboa*, Lisboa, T. VIII.

Biblioteca Nacional de Lisboa (Reservado)

– COD. ALC. N. 73 – *Regras, Costumes, Diffinições, Visitações e Estatutos da Ordem de Cister* (Compilação das definições cistercienses feitas no ano de 1318).

– COD. ALC. 299 – Sobre a eleição de D. Fr. Luís de Sousa para Geral da Congregação de Alcobaça. In *Miscelania, histórica, canónica e liturgica relativos à Congregação de Cister em Portugal coligidos por Fr. Bento de S. Bernardo - Abade de Salzedas e Bibliotecário de Alcobaça*. fl. 257 a 262.

– COD. ALC. 300, 301 – Rol de todos os religiosos da nossa Congregação feito no ano de 1692. In *Miscelania, histórica, canónica e liturgica relativos à Congregação de Cister em Portugal coligidos por Fr. Bento de S. Bernardo – Abade de Salzedas e Bibliotecário de Alcobaça*, fl. 217 a 223.

– R. - COD. ALC. 1478 – Memórias para a História dos Capítulos Geraes de Alcobaça. 1781. In FIGUEIREDO, Fr. Manoel de *Memórias para formar a Historia de Comarca de Alcobaça* fl.1 a 37.

– R. - COD. ALC. 1480 – Sobre as contribuições para viagens chamadas viáticos, 1770. In FIGUEIREDO, Fr. Manoel de – *Memórias para formar a Historia de Comarca de Alcobaça*, fl. 368 – 377.

– R. - COD. ALC. 1482 – Regulamento das Pitanças. In FIGUEIREDO, Fr. Manoel de – *Memórias para formar a Historia de Comarca de Alcobaça,* fl. 138-156.

– R. - COD. ALC. – 1487 – Catálogo histórico dos D. Abades Gerais da Congregação de Alcobaça e da Ordem de S. Bernardo que não foram Esmoleres-mores dos Reis de Portugal de 1589 a 1639. In FIGUEIREDO, Fr. Manoel de – *Memórias para formar a Historia de Comarca de Alcobaça, fl. 20 a 25.*

– R. - COD. 1492 – *Origem e Progressos dos Capítulos Gerais da Congregação de Santa Maria de Alcobaça com todas as particularidades que respeitão à mesma acção capitular por* Fr. Manoel de Figueiredo – Cronista dos Cistercienses de Portugal e Algarves, 1784.

B – OBRAS IMPRESSAS e ESTUDOS

– BOAVENTURA, Frei Fortunato de S. (1827) – *Historia Chronologica e Critica da Real Abadia de Alcobaça da Congregação Cisterciense de Portugal*. Lisboa: Imprensa Régia.

– BRAGA, Theophilo de (1895) – *História da Universidade de Coimbra.* Lisboa: Academia Real das Sciencias, Tomo I.

– BRONSEVAL, Frére Claude de (1970) – *Peregrinatio Hispânica. Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal*

(1531-1533). Paris: P.U.F, Tomes 2. (Introdução, tradução e notas de Dom Maur Cocheril).

– CAETANO, Marcelo (1965) – Recepção e execução dos decretos do Concílio de Trento em Portugal. Sep. da *Revista da Faculdade de Direito*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

– CAPELA, José Viriato Eiras (2003) – *As freguesias do distrito de Braga nas memórias paroquiais de 1758: a construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga: Universidade do Minho.

– CAPELO, Ludovina Cartaxo (Coord.) e PROZIL, Mónica Oliveira (2007) – *Colégio de S. Bernardo de Coimbra. Inventário*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

– COCHERIL, Fr. Maur (1978) – *Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português de Paris,

– _____ (1989) – *Alcobaça. Abadia Cisterciense de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

– _____ (1972) – *Notes sur l' Architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes au Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português.

– DELUMEAU, Jean (1971) – *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire*. Paris: P.U.F.,1971.

– DIAS, Fr. Geraldo J. A. Coelho (2005) – Glossário monástico-beneditino. In *Em torno de espaços religosos – monásticos e ecleseásticos*. Actas do Colóquio de Homenagem a Fr. Geraldo Coelho Dias. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto.

– DIAS, José Sebastião da Silva (1960) – *Correntes do Sentimento religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2 vols.

– _____ (1969) – *A política cultural da época de D. João III,* Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos / Universidade de Coimbra, 1969, 2 vols.

– *DIFFINIÇOENS da Ordem de Cistel e Congregaçam de Nossa Senhora de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo*. Lisboa, 1593.

– DURÃES, Margarida (2003) – Para uma análise sociológica dos monges negros da Ordem de S. Bento (XVI-XIX séculos). In *Cadernos do Noroeste*, Série 3, História 20 (1-2) (Homenagem a Maria Manuela Campos Milheiro Fernandes). Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

– FARIA, Ana Mouta (1987) – Função da carreira eclesiástica na organização social do Antigo Regime. *Ler História.* Lisboa: Edições Salamandra. N. 11.

– FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (2000) – Da reforma da igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade. In AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir. de) – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, Vol. 2.

– FONSECA, Fernando Taveira da (2000) – Ensino II. Época Moderna. In AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir. de) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores S.A. e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

– GOMES, Saul António (2006) – Oito Séculos de Cister em Portugal: questões em aberto. Actas. *III Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y en Portugal*. Ourense, Ediciones Monte Casino, Tomo I.

– _____ (2006) – A Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos séculos XVI e XVII. Elementos para o seu conhecimento. *Lusitânia Sacra*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2ª Série, Tomo XVIII (Volume dedicado a "Catolicismo e Sociedade na época moderna: o terramoto de 1755").

– GÓMEZ GARCIA, Maria Carmen (1997) – *Mujer y clausura – Conventos Cistercienses en la Málaga Moderna*. Málaga: Universidad de Málaga / Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur, ISBN: 84-7496-645-0.

– GONÇALVES, Iria (1991) – *O Mosteiro de Alcobaça e o recrutamento geográfico dos seus monges.* IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo: actas. Braga: Universidade Católica Portuguesa.

– LEKAI, Louis J. (1987) – *Los Cistercienses – Ideales y realidad*. Barcelona: Editorial Herder.

– MACHADO, Diogo Barbosa (1931) – *Biblioteca Lusitana, História Critica e Cronológica.* 2.ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomos I a III.

– MARQUES, João Francisco (1989) – *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668. A Revolta e a mentalidade*. Porto: I.N.I.C.. 2 Vols.

– MARQUES, José (1981) – O Estado dos Mosteiros Beneditinos da Arquidiocese de Braga, no Séc. XV. *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal de Braga, Vol. XXXV, n.os 79-80, 92-93, (Jan.-Dez.).

– _____ (1992) – Os Mosteiros Cistercienses nos finais do século XVIII. In *IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo*: actas. Braga: Universidade Católica Portuguesa / Câmara Municipal de Alcobaça, 1991.

– MARQUES, Maria Alegria Fernandes (2006) – A Ordem de Cister em Portugal na transição da Idade Média aos tempos modernos. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. 2.

– _____ (1998) – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Colibri.

– _____ (1999) – O Cister feminino em português: fontes e estudos. *Cistercium*, Ano LI, Octubre-Diciembre, 1999, Nº 217.

– _____ (1991) – Os Estudos Cistercienses em Portugal. Realizações e Perspectivas. In *Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal – IX Centenário de San Bernardo*, 2, Ourense – Oseira. Out. 1991: actas. Ourense: Ediciones Monte Casino, 1992, I.

– MATTOSO, José (1997) – No Centenário de S. Bento da Vitória. *Actas do Ciclo de Conferências*. Porto: Arquivo Distrital do Porto / Mosteiro de S. Bento da Vitória.

– MOTA, Salvador Magalhães (1992) – *O Regime alimentar dos monges bernardos no final do século XVIII*. In *Congreso Internacional sobre S. Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*: actas. Ourense: Ediciones Monte Casino, Vol. I, p. 678 -680.

– _____ (2006) – *Cistercienses, Camponeses e Economia Rural no Minho na época do Antigo Regime. O Mosteiro de Santa Maria de Bouro e o seu domínio*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Vol. 1 e 2.

– NATIVIDADE, Manuel Vieira (1885) – *O Mosteiro de Alcobaça (Notas históricas)*. Coimbra: Imprensa Progresso.

– NETO, Maria Margarida Sobral (1991) – *Regime Senhorial, sociedade e vida agrária. O Mosteiro de Santa Cruz e a região de Coimbra (1700-1834)*. Coimbra, Vols. 2. Tese de Doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

– OLIVEIRA, Aurélio Aráujo de (1979) – *A Abadia de Tibães 1630/80-1813. Propriedade, Exploração e Produção Agrícolas no vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Porto, 2 Vols., Tese de Doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

– PEREZ – EMBID WAMBA, Javier (1986) – *El Cister en Castilla y Leon. Monacato y dominios rurales (siglos XII-XV)*. Leon: Junta de Castilla y Leon – Consejeria de Educación y Cultura.

– PEREZ RODRIGUEZ, Francisco Javier (2006) – El éxito historiografico del Císter en Galicia; Una valorácion.In Actas. *III Congreso Internacional sobre El Cister en Galicia y Portugal.* Ourense. Ediciones Monte Casino.

– RAPP, Francis (1971) – *L´Église et la vie religieuse en Occident à la fin du Moyen Âge*. Paris: P.U.F.

– RAMOS, Luís A. de Oliveira (1972) – *O Cardeal Saraiva* I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Centro de Estudos Humanísticos. Tese de Doutoramento.

– *REGRA de S. Bento*. 2ª ed. S.to Tirso: Edições «Ora et Labora». 1992.

– REY CASTELAO, Ofelia (1992) – Cistercienses y Beneditinos en La Galicia moderna: Evolución numérica y analisis social. In Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal. actas. Ourense: Ediciones Montecasino, Vol. 1, p. 309-324.

– RODRIGUES, Manuel Augusto (1987) – *Os colégios da alta Coimbrã. Episódios da vida académica. Exposição documental*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

– _____ (1992) – Colégios. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Vols. XI e XII.

– _____ (1992 e 2003) – *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis 1290 – 1772 e 1772-1937*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, Vol. I e II.

– SANTOS, Cândido dos (1973-74) – Estudantes e constituições dos Colégios de Sta. Cruz de Coimbra (1534-1540). *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto: Universidade do Porto, Série I, Vols. IV e V.

– SANTOS, Fr. Manoel dos (1710) – *Alcobaça Ilustrada – notícias e história dos mosteiros e monges insignes cistercienses da Congregação Sancta Maria de Alcobaça*. Coimbra, Iª Parte.

– SILVA, Amélia Maria Polónia da (2005) – Espaços de intervenção religiosa do Cardeal Infante D. Henrique: Actuação pastoral, reforma monástica e inquisição. In *Em torno dos espaços religiosos – monásticos e eclesiásticos*. Porto: Instituto de História Moderna – Universidade do Porto.

– _____ (1990) – Recepção do Concilio de Trento em Portugal: As normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos bispos do Reino, em 1553. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto: Universidade do Porto, II série, Vol. 7.

– _____ (1993) – Formação académica e vida quotidiana dos estudantes da Universidade de Évora nos primórdios da sua fundação – uma leitura contextual. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto: Universidade do Porto, II Série, Vol, X.

– SILVA, Arced. António José da (1890) – Em defesa da Faculdade de Theologia. *Revista Instituições Christãs*. Coimbra; VIII Ano, Série nº 1, 5 de Janeiro.

– SILVA, Francisco Ribeiro da (2000). O Seminário – Colégio da Irmandade da Lapa e as ideias pedagógicas nos inícios de Oitocentos. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto: Universidade do Porto, III Série, Vol. 1.

– SILVA, Innocencio Francisco da (MCMVI) – *Diccionario Bibliographico Português aplicáveis a Portugal e ao Brazil*. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomos I a XXII.

– SOUSA, Cristina Pina e GOMES, Saul António (1998) – *Intimidade e encanto. O Mosteiro Cisterciense de Sta. Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: Edições Magno / I.P.P.A.R. / Ministério da Cultura.

– VASCONCELOS, António de (1939) – Os Colégios Universitários de Coimbra (fundados de 1539 a 1779). *Biblos*. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, Vol. XV.

Quadro n.º I

ORIGEM SOCIAL E PERCURSO PROFISSIONAL DOS MONGES DOUTORES DA CONGREGAÇÃO DE SANTA MARIA DE ALCOBAÇA DA ORDEM DE S. BERNARDO (1504-1807)

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
Fr. João Claro ou de Paris	Nasceu em Lisboa na 2ª metade do Séc. XV e faleceu em 1520.	Doutor Uni. Paris	Foi Doutor em Teologia pela Universidade de Paris, Lente de Prima e depois de Véspera em 1504 na Universidade de Lisboa com um salário de 20 mil reis (FONSECA, 2000, C-I:115). Exerceu os cargos de Prior de Alcobaça no tempo de D. Isidoro Tristão, Abade dos Mosteiros de S. João de Tarouca, S. Pedro das Águias e Sta. Maria de Fiães (NATIVIDADE, 1885: 166-169); (BOAVENTURA, 1827:88); (RODRIGUES, 2003:16).	– *Prelleções Teológicas e Especulativas* – *Provas que já veio o Messias* – *Opusculos do Dr. Frei João claro, 1829.*	1504	Foi um grande teólogo.
Fr. Crisóstomo da Visitação	É natural de Viseu sendo filho de Pedro Affonso e de Maria Mateus.	Doutor U.C.	Foi Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, Procurador Geral da Congregação de S. Bernardo na Cúria Romana, defensor acérrimo dos direitos da Casa de Bragança, inimigo de Filipe II que procurou boicotar a sua acção junto da Santa Sé (NATIVIDADE, 1885:173-175).	– *Privilégios da Congregação de S. Maria da Alcobaça da Ordem de S. Bernardo*.	1562	Professou em Alcobaça.
Fr. Gerardo das Chagas	É natural da Vila de **Touro**, Província da Beira**.**	Doutor U.C.	Laureado Doutor em Teologia pela U.C. Foi, sucessivamente, Definidor Geral em 1588-91 e em 1603-06, Abade de Tarouca (1564-67), Reitor e Abade do Colégio de S. Bernardo de Coimbra (1588-91), Abade Geral da Congregação (1594-97), Abade de Bouro (1600-03) e de Salzedas em (1609-10). Foi Professor de Filosofia Aristotélica no Mosteiro de Sta. Maria de Bouro (MACHADO, 1931, T. II: 346 e B.N.L. COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.).	– *Defensam do Direito e Justiça que tem a Ordem de S. Bernardo do Reyno de Portugal.* 1594	1564	Professou em Salzedas. Faleceu em 1610.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Referência	Observações
Fr. Remígio de Assunção	É natural da Ilha da **Madeira**	Doutor U.C.	Recebeu o grau de Doutor em Teologia pela U.C. sendo Lente da Faculdade. Foi Definidor Geral em 1573-76, 1585-88, 1636-37, Visitador Geral em 1573-76, 1576-79, 1627--30, Abade de Bouro em 1570-73, Tarouca em 1582-85, Lafões em 1588--91, Secretário do Geral, D. Frei Gregório de Carvalho em 1615-18, Confessor de Almoster em 1633-36, 2 vezes Geral da Congregação (1618--21 e 1637-39). Foi Deputado da Inquisição de Coimbra em 1620. Foi Leitor de Filosofia Aristotélica e de Artes no Mosteiro de Sta. Maria de Bouro, MACHADO, MDCCLII, T.III: 624; CAPELO e PROZIL, 2007: 25; B.N.L. ®-COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs; B.N.L. ®-COD - 1487, fl. 20 a 25); RODRIGUES, 2003:8.	– *Afforismos Espirituaes. 4. M.s.* – *Commentaria in Regulam Benedicti.*	1570	Professou em Alcobaça.
Fr. Afonso da Cruz	Nasceu em Alenquer ou Fundão.	Doutor	Foi Confessor no Mosteiro de Tavira em 1594, Abade Geral da Congregação em 1600-03 e em 1624-27, Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra no triénio de 1607-10 e Abade de Tarouca. (CAPELO e PROZIL, 2007:25; NATIVIDADE, 1885, p. 170-172; B.N.L.®-COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs).	*Espelho da Perfeição, 1615. Espelho de Religiosos, 1622.*	1574	Professou em 1574 e faleceu em 1626.
Fr. Francisco Machado	É natural de Vila de **Soure**, Bispado de Coimbra.	Doutor Uni. Paris	Foi Doutor em Teologia pela Universidade de Paris, Abade do Mosteiro de Tamarães até à sua extinção, sendo considerado um perito na Teologia Escolástica e na Polémica (MACHADO, 1931 T. II: 164 e SILVA, MCMVI, T.XVIII: 207; NATIVIDADE, 1885: 170--172).	– *Espelho de Cristãos Convertidos*.	1578	Foi um grande Teólogo.
Fr. Lourenço do Espírito Santo	É natural de **Lamego**, Bispado de Lamego.	Doutor U.C.	Foi Definidor Geral nos triénios de 1579-82,1588-91,1591-94 e 1600-03, Abade de Tarouca em 1588-91. Recebeu Borla Doutoral em Teologia pela U.C.. Foi Reitor e Abade do Colégio	Autor das *Definições e Estatutos da Congregação de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo*	1578	Professou em Salzedas.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
			de S. Bernardo de Coimbra em 1579, 1º Abade Geral da Congregação em 1580-82 e reeleito em 1597-1600. (CAPELO e PROZIL, 2007: 25; MACHADO, MDCCLII, T. III: 27 e B.N. L.(R)-COD. ALC. 301, fl. 28 a 41vs.).			
Fr. António de S. Bernardo		Doutor	Foi Reitor e Abade trienal do Colégio de S. Bernardo de Coimbra no triénio 1579-82 (CAPELO E PROZIL, 2007: 25).		1579	
Fr. Francisco Carreiro	Nasceu na Quinta de Mosullo, perto de **Lamego**, Bispado de Lamego.	Doutor U.C.	Foi Definidor Geral em 1588-91; 1591--94; 1594-97 e 1594-97, Doutor em Teologia pela U. C. e Lente da mesma Universidade. Regeu, sucessivamente, as cadeiras de Gabriel, Durando e Escoto na Universidade. Foi 2 vezes Reitor e Abade do Colégio de S. Bernardo de Coimbra (1582--85 e 1594-97) aumentando muito a Livraria do Colégio. Foi um estudante distinto no Colégio dos Bernardos (MACHADO, 1931, T. II: 120; CAPELO E PROZIL, 2007: 25 e B.N.L. ® COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.).	– De Correctione fraterna (II.9.33) – De Sigilo Confessionis, 1580 (Braga, 123, IV).	1582	Professou em Salzedas. Competiu com o famoso Teólogo Jesuíta Francisco Soares.
Fr. Arsénio da Paixão		Doutor	Foi Abade de Fiães em 1601-03, Secretário do Geral Fr. António da Conceição em 1609-12, Abade de S. Pedro das Águias em 1612-15, Definidor Geral em 1615-18, 1624--27, 1630-33, Visitador Geral em 1627-30, Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra em 1627-1630 e Geral da Congregação em 1621--24 e em 1633-36 (CAPELO E PROZIL, 2007: 25; A.D.B.-CI 186 – *Livro das Definições*... 1629-1738; B.N.L. ® COD. 1487, fl. 1 a 29 e A.N./T.T- COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs).	– Livro do Ordinário do Oficio Divino e Cerimónias da Ordem de Cister da Congregação e Observância de Sta. Maria de Alcobaça, Lisboa, 1639.	1584	Professou em 6/6/1584. Faleceu em 1641.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Referência	Observações
Fr. Bernardino da Silva	Nasceu em **Lisboa**, sobrinho de Frei Bernardo de Brito, Cronista-Mor do Reino, filho de pais **nobres**.	Doutor U.C.	Foi Doutor em Teologia pela U.C. em 1622. Ensinou em Seia. Foi Procurador Geral da Congregação no Porto (1627-30), Confessor das religiosas de Arouca (1630-33), Prior de Odivelas (1633-36), Prior de Alcobaça e Definidor (MACHADO, 1930, T. I: 509; NATIVIDADE, 1885: 166--175; B.N.L. (R) COD. 1478, FIGUEIREDO, fl. 1 a 15, COD. ALC. 301, fl. 28- 47).	– *Defensão da Monarchia Lusitana* – 1ª e 2ª Parte, Coimbra e Lisboa, Ed. Nicolao Carvalho e Pedro Crasbeck 1620 e 1627.	1585	Recebeu Cógula Cisterc. em Alcobaçaem 1585. Faleceu em 8-1-1641.
Fr. Bernardo de Brito	Nasceu em **Almeida**, Província da Beira em 20/8/1569. É filho do Capitão Pedro Cardoso de Andrade e de D. Maria de Brito de Andrade, **nobre** de nascimento tal como o marido. No século chamou-se Baltazar Brito de Andrade.	Doutor U.C.	Foi Doutor em Teologia pela U.C. em 1603. Em 1606 nomearam-no Cronista-Mor do Reino por falecimento de D. Francisco de Andrade. Foi também Cronista da Congregação. Estudou em Roma e dominou várias línguas como o Italiano, o Francês, o Grego e o Hebraico. Foi nomeado várias vezes Bispo mas nunca aceitou (MACHADO, 1930, T. I: 514-518 e SILVA MCMXXIV, T. I: 372; MDCCCLXII, T. VI: 260; MDCCCLXVII, T. VIII: 391 e MDCCCCVI, T. XVIII: 75).	– *Monarquia Lusitana, Partes I e II;* – *Crónica de Cister;* – *Geografia Antiga da Lusitana;* – *Fundação do Convento de Arouca;* – *História de Sertoreo e de sua mulher Rorea;* – *Fundação da Cidade de Évora.*	1586	Professou em Alcobaça em 1586. Faleceu em 27/2/1617.
Fr. António da Conceição	Nasceu na Vila de Bertiande.	Doutor U.C.	Recebeu o grau de Doutor pela U.C.. Em 1591-94 foi Feitor em Lorvão, Visitador Geral (1600-03), Visitador de Alcobaça (1606-09) Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra (1606-09), Definidor Geral (1606-09,1609-12), Abade Geral (1612-15), Definidor Geral (1621-24) e Abade de S. João de Tarouca (1624-25); (In: B.N.L. (R)-COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.; B.N.L. ® - COD.-1487-FIGUEIREDO, fl. 20 a 25.		1591	Professou em S. João de Tarouca. Faleceu em 1625.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Referência	Observações
Fr. António Brandão	Nasceu na Vila de **Alcobaça** em 1584. É filho de Rodrigo Dias Rebello e D. Antónia Brandoa, ambos descendentes de famílias nobres.	Doutor U.C.	Ensinou Filosofia em Bouro em 1613. Em 1621 recebeu a Borla Doutoral em Teologia pela U.C.. Foi Secretário do Geral, Abade do Convento do Desterro em 1630-33, Visitador de Alcobaça, 1630-33, Definidor Mor em 1633-36 e Geral da Congregação em 1636-37. Foi Cronista-Mor do Reino substituindo D. Manuel de Meneses. Elaborou em colaboração, incluindo, Fr. Francisco Brandão, os COD. ALC. 444, 445 a 458, 467 a 469. Faleceu em 27-11-1637. Tinha uma pensão de 115 000 reis incluindo papel. (In MACHADO, 1930, T. I: 218-221; *SILVA*, MCMXXIV, T. I. 98; MDCCCLXII, T. VI. 260; MDCCCXCIV, XVII. 75; BOAVENTURA, T.VIII: 36-80).	*– Monarquia Lusitana, Partes III e IV.* *– Elogios dos Reis de Portugal em Castelhano.* *– Constituições que se devem observar pelos Estudantes, Mestres e Doutores da Congregação de Cister.*	1600	Professou em Alcobaça em 22-11-1600. Foi aluno de Francisco de Mendonça do Colégio de Sto. Antão.
Fr. Adeodato da Assunção		Doutor	Foi Secretário do Geral, D. Frei Plácido do Espírito Santo em 1603-06, Definidor Geral em 1609-12, Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra (1612-15), (In CAPELO E PROZIL, 2007: 25, B.N.L. (R)-COD. ALC.-301, fl. 28 a 47vs.).		1603	
Fr. Feliciano Coelho	Nasceu em S. Martinho, Vila de **Seia**, Província da Beira, filho de D. Ignez Maria Coelho e de António Coelho de Albuquerque de Carvalho, Comendador da Ordem de Cristo, Governador do Maranhão e de Angola.	Doutor U.C.	Foi Doutor em Teologia pela U.C., Abade de Maceiradão em 1606-09, Reitor e Abade do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1618--21, Secretário do Geral, D. Frei Arsénio da Paixão entre 1621-24, Visitador Geral entre 1624-27, Abade do Convento do Desterro entre 1624-27, Abade Geral da Congregação entre 1627-30, Definidor Geral entre 1630-33. Reformulou a Casa da Noviciaria em Alcobaça (In; CAPELO E PROZIL, 2007: 25; MACHADO, 1931,T. II: 4; B.N.L. (R)-COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.).			Professou em Salzedas. Faleceu em 1642.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Referência	Observações
Fr. Luís de Sá	Nasceu em **Óbidos** em 1601. É filho de Sebastião de Barros de Sá (Juiz de Fora de Óbidos e Ouvidor de Beja) e de D. Antónia Veiga de Ataíde, ambos de origem **nobre.**	Doutor U.C.	Recebeu a Borla Doutoral em Teologia pela U.C em 1632 sendo Professor da mesma Universidade. Foi Lente de Prima e de Véspera. Regeu as cadeiras de Gabriel (1643) e de Escoto (1648). Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra (1648-51) e 2 vezes Vice-Reitor da U.C. (1659-61 e 1663-64). Foi-lhe atribuído o título de Decano perpétuo da Faculdade de Teologia em 1662. Foi um colegial distinto (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26; SILVA, MDCCCLX, T. V: 320; MACHADO, MDCCLII, T. III:129 e RODRIGUES, 2003:42).	– *Sermão encomiástico e demonstrativo da indubitável justiça c/ que o Rei D. João IV foi aclamado… na Câmara de Coimbra em 16-12-1640.* Coimbra, ed. Lour. Craesbeeck,1641. – *Sermão nas Exéquias do Príncipe D. Teodósio celebrado no Hospital de Coimbra,* ed. de Manuel Dias,1654.	1617	Professou em Salzedas em 1617. Faleceu no Colégio de Coimbra em 21-4-1667. Foi uma das personagens mais ilustres da Congregação.
Fr. Francisco Brandão	Nasceu na vila de **Alcobaça** em 11/11/1601. Desde cedo foi orientado pelo tio Fr. António Brandão. É de famílias nobres com solar nesta região.	Doutor U.C	Foi laureado Doutor pela U.C. em Teologia em 1636. Foi Abade do Desterro entre 1645-48, Cronista da Ordem, Definidor Geral nos triénios de 1648-51, 1663-66 e 1666-69. Em 19-1-1649 foi provido no cargo de Cronista-Mor do Reino. Foi Censor Régio, Qualificador do Santo Ofício, Examinador das 3 Ordens Militares, Esmoler-Mor do Reino e Abade Geral da Congregação duas vezes (1667-60 e 1674-75). Elaborou com ajuda de outros cronistas os COD. ALC. Nos 442, 443, 448, 453, 455, 457, 459 a 461. (In SILVA, MCMXXVI, T. II: 360; MDCCCLXII, VI: 260; MDCCCXCIV, XVII: 75; 1906, XVIII: 188; MACHADO, 1931, T.II: 112-114; BOAVENTURA, Tomo X, Parte I; B.N.L.(R)-COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs).	– *Chronica del Rei D. Dinis* – *Monarchia Lusitana, V e VI Partes* (debruça-se sobre o reinado de D. Dinis). Lx, Off. de Paulo Craesbeck e João da Costa (1650-1672). – *Discurso gratulatório sobre o dia da felice restituição e aclamação da Magestade del Rei D. João o IV.* Lx, Lourenço de Anvers, s,d.	1619	Professou em Alcobaça em 1619. Faleceu no Convento do Desterro em 28 - 4-1680 (com 79 anos de idade).

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
Fr. Luís de Sousa	Nasceu em Pombal em 1604, Bispado de Coimbra, Província da Beira. É filho de D. Luiz de Sousa Ribeiro, Alcaide Mor de Pombal (irmão de João Rodrigues de Sousa e Vasconcelos, II Conde de Castello Melhor, Vice-Rei do Brasil) e de D. Maria de Moura.	Doutor U.C.	Recebeu Borla Doutoral na Sagrada Teologia da U.C.. Foi Reitor e Abade do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1639-1642, Secretário do Geral Fr. Domingos Cabral entre 1642-45 sendo eleito Geral da Congregação em 1648 (In *L.R.C.B.* p. 26). Ornou o Mosteiro de Alcobaça com magníficas obras, sobretudo, na sacristia e nas hospedarias. Foi Esmoler-Mor de D. João IV, Bispo eleito do Porto, Governador do Arcebispado de Évora (In MACHADO, MDLII, T. III: 149; A.D.B - CI - 186 — *Livro das Definições*... 1629--1738 e CI — 187, fl. 4 a 6).	*Relação das Exéquias do Sereníssimo Infante D. Duarte celebradas no Real Convento de Sta. Maria de Alcobaça,* Lx, Off. Crasbeekiana, 1650.	1620	Professou em Alcobaça em 1620. Faleceu em 10/10/1667.
Fr. Pedro Duarte		Doutor UC	Doutorou-se em 26/71620. Lecionou Catedrilha de Escritura Grande (1620--1621), Subst. Provisório 30/9/1620. (RODRIGUES, 2003:21).		1620	
Fr. Teodoro de Carvalho		Doutor	Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1621--1624, Procurador da Congregação em Lisboa entre 1624-27 e Definidor Geral entre 1636-39 (In CAPELO E PROZIL, 2007: 25; B.N.L. (R) - COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.).		1621	
Fr. Fulgêncio Botelho		Doutor	Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1624--1627, Procurador da Congregação em Lisboa entre 1621-24, Deputado da Sta. Inquisição (In CAPELO E PROZIL, 2007: 25; B.N.L. (R) - COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.).		1624	
Fr. João de Seixas	Nasceu em 1612 e é natural de **Viseu.**	Doutor U.C.	Admitido ao número dos Doutores Teólogos pela U.C. Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de S. Bernardo de Coimbra entre 1651-54	– In *Primam partem D. Thomae*.	1627	Professou em Salzedas em 1627.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Referência	Observações
			(In *L.R.C.B*. p. 26), Abade 2 vezes de Salzedas, Secretário do Geral, D. Frei Gabriel de Almeida entre 1660--63, Visitador Geral da Congregação em 1666, Abade do Convento do Desterro e Bispo do Funchal (In MACHADO, 1931, T. II: 688, A.D.B - CI - 186 – *Livro das Definições*... 1629-1738, fl, 1-3 e CI - 187, fl. 4 a 10).			Faleceu em 1674. Enviado a Roma por D. João VI.
Fr. Gabriel de Almeida	Nasceu em **Moimenta da Beira**, Bispado de Lamego.	Doutor U.C	Ditou Teologia e Filosofia nos Mosteiros grandes da Ordem. Recebeu o grau de Doutor pela U.C. Foi Lente da Catedrilha de Escritura em 1658, substituto da Cadeira Grande em 1662 e Lente de Véspora em 1667. Designado Reitor e Abade do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1654-57. Foi ainda Abade Geral da Congregação entre 1660--63 e Bispo do Funchal em 1672. CAPELO E PROZIL, 2007: 26; MACHADO, 1931, T. II: 283; NATIVIDADE, 1885: 166-175; RODRIGUES, 2003:4.	– *Sermão nas Exéquias do Sereniss. Infante D. Duarte no Real Convento de Alcobaça.* Lisboa, Off. Crasbeekiana, 1650.	1627	Professou em Alcobaça em 6/1/1627. Faleceu em 12/7/1674.
Fr. Estevão de Sequeira		Doutor	Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1633--1636 (In CAPELO E PROZIL, 2007: 25).		1633	
Fr. Paulo Brandão		Doutor	Foi Secretário do Geral Fr. Arsénio da Paixão entre 1633-36; Abade do Mosteiro do Desterro entre 1636-39, Definidor Geral entre 1639-42, Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1642-45 e Abade do Mosteiro de Seiça. (In CAPELO E PROZIL, 2007:26; B.N.L. (R) - COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.).		1633	

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
Fr. Francisco Escobar	Nasceu em **Coimbra** em 17-1-1617. É filho de Manuel de Escobar e de D. Margarida Rouboa de Anhaya.	Doutor U.C.	Foi Doutor em Teologia pela U.C., Abade do Mosteiro de Sta. Maria de Aguiar em 1637, Professor do Colégio de Coimbra, Prior de Odivelas entre 1666-69 e Confessor de Celas entre 1669-72 (In SILVA, MCMXXVI, T. II: 373; MACHADO, 1931, T. II: 130 - 142; B.N.L.(R) - COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.).	– *Sermão fúnebre nas Exéquias do Infante D. Duarte celebradas no Real Convento de Alcobaça, Lisboa*, Off. Craesbeckian, 1650.	1636	Professou em Bouro a 7-10-1636. Faleceu no Colégio de Coimbra em 31-7-1679.
Fr. António Brandão	É sobrinho de Fr. António Brandão e irmão de Fr. Francisco Brandão. É filho de Gaspar Salvado e de D. Ana Brandão ou Brandoa, ambos descendentes de famílias **nobres**. Nasceu em 1620 em **Alcobaça.**	Doutor U.C.	Foi Doutor em Teologia pela U. C., Procurador Geral da Congregação em Lisboa em 1663-66, Abade do Convento do Desterro em 1666-69, Geral da Congregação eleito entre 1669-1672 e Esmoler Mor do Reino entre 1669-72. Em 1675 foi nomeado por D. Pedro II Arcebispo de Goa chegando a substituir o Vice-Rei com zelo. (In MACHADO, 1930, T. I: 221; A.D.B. CI-187, fl. 8-10; B.N.L.(R) - COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.).	– *Regimento das Decanias do Lausperenne que se celebra em Alcobaça.*	1637	Professou em Alcobaça em 1637. Faleceu em 6-7-1678.
Fr. Gabriel de Avé Maria	Nasceu no **Bombarral** (1620 – 22), termo de Óbidos. É filho de **pais nobres**.	Doutor U.C.	Foi admitido ao número de Doutores da Universidade de Coimbra. Foi Reitor e Abade do Colégio de S. Bernardo de Coimbra, Confessor das Religiosas de Cós entre 1660-63, Abade do Convento de Maceiradão em 1666--69, Procurador-Geral da Congregação em Lisboa, Visitador e Definidor da Congregação, Abade do Convento do Desterro em 1674 e Secretário dos Gerais, Fr. Lourenço Botelho 1663--66, Fr. Constantino de Sampaio 1669--72 e Fr. Sebastião de Souto Maior entre 1675-78 (In MACHADO, 1931, T. II: 285; B.N.L. (R) - COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.).	– *Breviário dos conversos segundo o uso da Ordem de Cister e Congregação de Sta. Maria de Alcobaça. Lisboa,* Domingos Carneiro, 1669, 8º.	1638	Professou em Salzedas em 14/5/ 1638.Faleceu em 9/2/1677.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
Fr. Lourenço Botelho		Doutor	Foi Abade de Fiães entre 1639-42, Definidor entre 1642-45 e 1648-51, Prior de Odivelas entre 1645-48, Abade de Bouro entre 1651-54, Secretário do Geral, D. Frei Manuel de Morais entre 1654-57, Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1657-60 e Geral da Congrega-ção entre 1663-66, (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26; A.D.B. CI-187, fl. 2 a 5vs; B.N.L.(R) - COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.).		1639	
Fr. João de Mello		Doutor	A Junta Geral reunida em 29/4/1641 lembra a necessidade do pagamento por parte dos mosteiros do custo do seu Doutoramento In: A.D.B. CI - 186, Docs. 1 a 20).		1641	Recebeu cógula cisterciense em Alcobaça.
Fr. Gerardo Pestana		Doutor	Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1645--48, Definidor Geral entre 1642-45, 1648-51 e 1657-60 e Geral da Con-gregação entre 1651-1654 (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26; A.D.B - CI – 186 - *Livro das Definições*...1629-1738; B.N.L.(R) - COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.).		1642	
Fr. Constantino de Sampaio	É natural de Freches**, Trancoso**, Província da Beira.	Doutor U.C.	Recebeu o grau de Doutor pela U.C.. Foi Abade de Salzedas entre 1642--45, Definidor Geral entre 1645-48, Procurador da Congregação em Lis-boa entre 1648-51, Abade do Con-vento do Desterro entre 1660-63, Secretário do Geral, Fr. Lourenço Botelho entre1663-66 e Geral da Congregação entre 1669-1672. Che-gou a ser nomeado Bispo da Bahia (In MACHADO, 1930, T. I: 586; A.D.B. CI- 187, fl. 6 a 8; B.N.L.(R) - COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.	– *Relação das relíquias que se conservam no Santuário do Real Convento de Sta. Maria de Alcobaça.* – M.s.	1642	Professou em Salzedas. Faleceu em 9/3/1675.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Referência	Observações
Fr. Gaspar Brandão	É natural de **Alcobaça**, solar ilustre de insignes varões nobres deste apelido, sobrinho de Fr. António Brandão e de Francisco Brandão.	Doutor U.C.	Recebeu as insígnias Doutorais em Teologia pela U.C. onde foi Conductário provido em 30/7/1677 e Lente da Cadeira de Durando. Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1672-75. CAPELO E PROZIL, 2007: 26; MACHADO, 1931, T. II: 310; RODRIGUES, 2003:11.	– *Tractatus de Fide e Spe; de Incarnatione, de Trinitate, de Gratia, de Eucharistia.*	1643	Professou em Alcobaça em 1643. Faleceu em 1682.
Fr. Teodoro de Amaral	Nasceu em **Guimarães da Beira** junto à Serra da Estrela (Mangualde).	Doutor U.C.	Recebeu Borla Doutoral da Faculdade de Teologia da U.C.. Leccionou as cadeiras de Gabriel (1670), de Durando (1677), Escoto (1680) de Véspora (1684) e ultimamente a de Prima (1693). Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1669-1672. CAPELO E PROZIL, 2007:26 e Vice- Reitor da Universidade de Coimbra em 1685-87 e 1688-90. MACHADO, MDCCLII, T. III: 714; RODRIGUES, 2003:5.	– *Commentarium In Psalmum. Beatus Vir;* – *De pecccato originali.*	1643	Professou em Alcobaça em 1643. Faleceu em Coimbra em 1695.
Fr. Francisco de Foyos	Nasceu em **Lisboa**. Provavelmente, de origem **nobre** dado que era parente de D. Mendo Foyos Pereira, Secretário de Estado do Rei D. Pedro II.	Doutor U.C.	Recebeu o grau de Doutor em Teologia. Foi Conductário da U.C. com privilégio de Lente, tomando posse em 19/4/1684. Regeu a cadeira de Durando que tomou posse, Escritura pequena (1684-86 e 1687-89; Subst. Gabriel (1688-89 e 1692-93). Foi Examinador Sinodal do Bispado de Coimbra e Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1684-87 tendo sido ainda, um insigne letrado e pregador (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26; MACHADO, 1931, T. II. 139-140; SILVA, MCMXXVI, T. II: 139-140; RODRIGUES, 2003:23).	– *Tratado jurídico em que mostra o direito que os Abades de Salzedas têm para exercitarem toda a jusrisdição ordinária e episcopal em seu couto e território que consta de 7 freguesias…* 1680. – *Sermão Panegiríco do Lausperene que se principiou no R.M.* Alc… Lx, 1673.	1648	Recebeu o hábito cisterciense em Alcobaça em 16-11-1648. Faleceu em 30/10/1693.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
Fr. António Sampaio		Doutor	Foi Abade de Maceiradão entre 1654--57, Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1666--69 (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26; B.N.L. (R) - COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.).		1654	
Fr. Agostinho do Sepulcro		Doutor	Foi Procurador da Congregação em Lisboa entre 1657-1660, Secretário do Geral, D. Frei Gabriel de Almeida entre 1660-63, Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1663-66 (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26; B.N.L. (R) - COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.).		1657	
Fr. Bernardo de Castelo--Branco	Nasceu no lugar de Guardão, Conselho de Besteiros, Comarca de **Viseu**. É filho de António Gouveia de Lemos e de D. Maria de Castelo Branco, ambos descendentes das principais famílias nobres da Província da Beira	Doutor U.C.	Laureado com as insígnias Doutorais pela U.C.., foi Procurador Geral da Congregação em Roma, Cronista Mor do Reino sendo um dos 50 académicos que fundaram a Academia Real da História. Foi Abade de S. Pedro das Águias entre 1690-93, Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1705-1708, Abade Geral da Congregação entre 1723-25, Conselheiro do Rei entre 1723-25, Esmoler-Mor do Reino entre 1723-25 e ainda Qualificador do Sto. Ofício. Foi um Colegial distinto. (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26; MACHADO, 1930, T.I: 518-519; SILVA, MCMXXIV, T.I: 375; MDCCCLXVII, T. VIII. 391; NATIVIDADE, 1885, p.166-175); G.L., nº 51, 20/12/1725; A.D.B. - CI - 188, fl. 29-33; B.N.L. (R) - COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.).	– *Memórias Históricas dos Sereníssimos Reis D.Pedro I e D. Fernando* (talvez em colaboração). – *Sermão de Auto de Fé que se celebrou no Terreiro de S. Miguel na Cidade de Coimbra* em 6-8-1713. Coimbra, Col. Das Artes da C.ª de Jesus, 1714.	1671	Recebeu cógula monacal em Tarouca em 11/12/1671. Faleceu em 7/12/1725 no Colégio de Coimbra.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Referência	Observações
Fr. José de Magalhães		Doutor U.C.	Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1675--78 (CAPELO E PROZIL, 2007: 26). Lente substituto de Prima e de Durando em 1666-67, (RODRIGUES, 2003: 62).		1675	
Fr. Francisco de Sampaio		Doutor U.C.	Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1681-84 e entre 1690-93. e Geral da Congregação em 1693-96 (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26; A.D.B. CI - 187, fl. 21 a 23 e fl. 35 a 42). Lente substituto de Escoto (1669-1670) e de Durando (1674). (In RODRIGUES, 2003:62).		1681	
Fr. António da Conceição		Doutor U.C.	Foi Feitor de Coz entre 1684-87, Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1687-90, Visitador Geral entre 1691-94 (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26; B.N.L. (R) - COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.). Lente substituto de Escritura pequena (1693-94); (In RODRIGUES,2003:61).		1684	
Fr. Bernardo Telles	Nasceu em **Lisboa** e é filho de Manoel Telles da Silva, 1º Marquês do Alegrete, 2º Conde de Villar Mayor, Gentil Homem da Camera dos Sereníssimos Monarcas D. Pedro II e D. João V e Conselheiro de Estado.	Doutor U.C.	Recebeu o grau de Doutor em Teologia. Foi Condutário da Universidade com privilégios de Lente em 16/10/1706. Leccionou a Cadeira de Gabriel por Provisão de 25/10/1715. Foi Qualificador do Santo Ofício e Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1708--11 (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26 e MACHADO, T. I: 527).	– *Sermão de Auto de Fé que se celebrou no Rocio em Domingo de 30/ 06/1709*. Lx, Manoel e José Lopes Ferreira, 1709.	1689	Recebeu cógula cisterc. em Alcobaça em 8/10/ 1689. Faleceu em 22/12/1716.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Referência	Observações
Fr. João Manuel	É natural de Lisboa, filho ilegítimo de D. Luiz Manuel de Távora, 4º Conde de Atalaya, Tenente General de Cavalaria e Governador de Armas na Província do Minho, Conselheiro de Estado e Embaixador à Corte de Saboia.	Doutor U.C.	Foi Doutor em Teologia pela U.C. onde brilhou nas cadeiras que *regentou*. Foi eleito Conductário da Universidade em 22/02/1722 (In MACHADO, *1931,* T. II: 633). Foi condutário com privilégio de Lente (Prov. 28/171726) em Escritura pequena (1725-26), (RODRIGUES, 2003;31).	- *Sermão Solene de Acção de Graças que se celebrou em a U.C. em 4-1-1735 pelo Felic. Nascimento da Augusta Princesa da Beira pregado no Real Mosteiro de Sta. Clara. Coimbra*, Officina do Colégio das Artes da Cª de Jesus, 1735.	1690	Recebeu cógula monacal em Alcobaça em 22/12/1690. Faleceu em 20/11/1739 no Colégio de S. Bernardo de Coimbra.
Fr. Gabriel Coutinho	Nasceu em 1675. É natural de Vila Nova de Anços, próximo de Coimbra. É filho de Nuno Álvares Pereira e D. Ignez Michaella Coutinho iguais em nobreza como em opulência. É irmão do Doutor Giraldo Pereira, Collegial do Real Colégio de S. Paulo e Catedrático de Prima de Canones na U.C. e de D. Fr. Manuel Coutinho Religioso da O.M. de Cristo.	Doutor U.C.	Foi Doutor e Lente em Teologia pela U.C., Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1702--05, Definidor entre 1726-29 e Abade do Convento do Desterro em Lisboa em 1735. Pregou muitos sermões (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26; MACHADO, 1931, T. II: 287-288; G.L., nº 2, 11/11/1716, p. 1-8; G.L., nº 50, 15/12/1718).	– *Sermão pregado na professão da Senhora Madre Soror Luiza Maria do Pilar, hoje de S. Joseph, filha dos Senhores Condes de Assumar e religiosa de S. Francisco no Mosteiro da Madre de Deus em Lisboa*. Lisboa, António Isidoro da Fonseca, 1738.	1690	Recebeu cógula monacal em Alcobaça em 30/4/1690. Faleceu em 23-01-1738.
Frei Henrique de Cerveira		Doutor	Foi Visitador Geral entre 1690-93, Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra no triénio de 1699-1702), Abade de Sta. Maria de Bouro entre 1693-96 e entre 1708--11, Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1729-32. (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26;		1690	

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
			A.D.B. CI- 187, fl. 29-34; A.D.B. CI – 188 - In Leis do C.G. de 1/5/1726, fl. 35 a 38; B.N.L. (R) - COD. ALC. 301, fl. 28 a 47vs.).			
Fr. José de Carvalho		Doutor	Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1693--96 (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26).		1693	
Fr. Manoel da Rocha	Nasceu em **Castelo Branco** a 19-11-1670. É filho de António da Rocha, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Sargento-Mor dos Auxiliares e de D. Ana Brava.	Doutor U.C.	Ditou Filosofia no Mosteiro de Salzedas e Teologia no Colégio de Coimbra. É Doutor em Teologia pela U.C.. Foi Abade do Mosteiro de Tarouca e Visitador Geral entre 1729-32. Foi Conductário c/ privilégio de Lente da U.C. em 22/02/1726. Foi regente das Cadeira de Gabriel e Lente de Véspera de Escritura. Foi Secretário do Geral. Entre 1732-35 exerceu o cargo de Geral da Congregação. Foi um dos 50 Académicos que formou a Academia Real da História. Foi Cronista-Mor do Reino em 1740. (In SILVA, MDCCCLXII, T. VI: 91; MACHADO, MDCCLII, T. III: 347; NATIVIDADE, 1885: 166-175; G.L. nº 19 de 8/7/ /1732).	– *Portugal Renacido. Tratado Histórico Chronológico em que à luz da verdade se dão manifestos os sucessos de Portugal no século décimo depois de N. S. Jesus Christo tirados da confusão e descobertos para Glória deste Reino*. Lisboa, Off. José António da Sylva, 1730.	1694	Professou em Alcobaça em 10/02/ 1694. Faleceu em 15/11/1744 no Colégio dos Bernardos em Coimbra.
Frei Jacinto de Sampaio		Doutor U.C.	Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1696--99 (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26). Lente substituto de Escritura Pequena (1695-96). (RODRIGUES, 2003: 62).		1696	
Fr. Pedro Manuel •		Doutor	Autorizado por carta pela Junta Geral de 8/5/1697 a pedir esmola pelos Mosteiros da Ordem para fazer o Doutoramento (A.D.B. CI - 187, fl. 47vs.).		1697	

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
Fr. Afonso de Melo		Doutor U.C.	Doutorou-se pela Universidade de Coimbra em 30/11/1713. Regeu a cadeira de Gabriel (1739-40), substituto de Durando (1739-40). Foi substituto de Fr. Manoel da Rocha em Gabriel e de Fr. José Cardoso em Durando, (RODRIGUES, 2003:33).		1705	
Fr. Bartolomeu da Silva		Doutor U.C.	Condutário com privilégio de Lente (Prov. 28/1/1726). Tinha 30 mil reis de ordenado da sua conduta (RODRIGUES, 2003:51).		1702	Faleceu em Coimbra em 1730.
Fr. José Fialho		Mestre U.C.	Aprovado pedido de esmola, para fazer o Doutoramento, no C.G. de 1/5/1711, Mestre em Sagrada Teologia pela U.C., Bispo Pernambuco – Olinda em 1722 e Bispo da Guarda em 1739. (In A.D.B. - CI - 188, fl. 3; G.L. Nº 13, 30/3/ /1741: 2).		1711	Faleceu em Março de 1741.
Fr. Bento de Mello		Doutor U.C.	Foi Lente de Teologia pela U. C., Qualificador do Sto. Ofício, eleito Geral da Congregação para o triénio de 1726-1729. Foi ainda, Visitador e Definidor da Congregação de S. Bernardo entre 1723-26. Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1711-14 (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26; A.D.B. - CI-188, fl. 29-33 e 35-38). Regeu as cadeiras de Gabriel, Durando e Escoto como substituto e como Lente (RODRIGUES, 2003: 33).	– Elaborou um *questionário exaustivo para a orientação das Visitas (1726).*	1711	Professou no Mosteiro de Alcobaça. Faleceu em Coimbra em 1736.
Fr. Marcos da Silva •			Foi autorizado a pedir esmola pelas Casas da Ordem para se formar Doutor (A.D.B. - CI - 188 - Leis do *C.G.* de 1-5-1711 fl. 3)		1711	

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Referência	Observações
Fr. Gonçalo de Moraes	Nasceu em Penedono, Bispado de Lamego. É filho de Francisco Morais de Mesquita e de D. Maria de Castro Osório, irmão do Doutor Tomás Aires Pereira de Castro Colegial do Colégio de S. Paulo.	Doutor U.C.	*Ditou* aulas de Reparações em 1722 no Colégio de Coimbra, sendo laureado com as insígnias doutorais pela Faculdade de Teologia da U.C. (In MACHADO, 1931, T. II: 366).	– *Sermão de Aclamação do Sereniss. Rei o Senhor D. João IV... pregado no Real Colégio de S. Bernardo da U.C. em 1-12-1725*, Coimbra. 1726.	1712	Professou em Alcobaça em 22/11/1712 e faleceu em 14/7/1730.
Frei Bernardo de Castro	Vila Cova (Baião)	Doutor U.C.	Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra no triénio de 1714-17 (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26). Foi Geral e Visitador da Congregação, Genealogista e Qualificador do Santo Ofício e D. Abade de Bouro. Condutário com privilégio de Lente. Regeu Gabriel, Escoto, Escritura pequena e Durando. Substituiu por muitos anos a cadeira de Prima como decano (RODRIGUES, 2003:15).		1714	
Fr. Bento da Conceição		Doutor U.C.	Fez matrículas em 1/10/1714. Obteve os graus de Licenciado (22/6/1725) e Doutor (15/7/1725) em Sagrada Teologia sendo Lente de Prima da U.C. Regeu as cadeiras de Gabriel e Véspera. Foi Definidor-Mor entre 1747-50, Visitador Geral da Congregação (1738-41 e 1744-47, Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1735-38, Leitor de Teologia no Mosteiro de Seiça (Leis da J.G. de 8/9/1722). Foi acusado de beato e jacobeu por D. Frei Manoel de Mendonça (sobrinho do Marquês de Pombal) expulso da Congregação sendo reintegrado na Congregação e na Universidade no Reinado de D. Maria I. (In RODRI-		1714	Eminente teólogo. Jubilou-se como Lente de Véspera por carta régia de 16/4/1777.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
			GUES, 1992, T.II: 16; A.D.B. - CI-188, fl. 65-67,78-80,106-121,128-133; CI- 192 – Doc. 12**2**).			
Fr. Alexandre Manrique		Doutor	Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra no triénio de 1717-20, Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1729--32 (Leis do C.G. de 1/5/1726). Foi Definidor da Congregação entre 1729--32. (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26; A.D.B. CI - 188, fl. 35-38; CI - 192 - Doc. 12 1.		1717	
Fr. João Ribeiro		Doutor	Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1723-26 (Leis do C.G. de 1/5/1720). Foi Abade do Convento de Bouro no triénio de 1726--29. Alcançou o Privilégio de Mestre jubilado pela Ordem em 1/5/1720 (In: A.D.B. - CI - 188, fl. 18 a 23).		1720	
Fr. Joseph da Cunha		Doutor U.C.	Foi Doutor em Teologia pela U.C., Mestre Jubilado na Sagrada Teologia, Abade Geral da Congregação no triénio 1720-1723 (In *G.L*. 6/5/1720, A.D.B. CI - 188, fl. 18 a 23). Regeu a cadeira de Durando em 1695-96 como Lente substituto (RODRIGUES, 2003: 61).		1720	
Fr. António de Mello		Doutor	Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1723-26. Alcançou o Privilégio de Mestre jubilado pela Ordem em 1/5/1720. (In A.D.B. CI - 188 - Leis do C. G. de 1/5/ /1720, fl. 18 a 23).		1720	
Fr. Manuel Osório		Doutor	Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra no triénio de 1720-23, Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1738-		1720	

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
			-1741 (Leis do C.G. de 1/5/1735). (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26; A.D.B. – CI -192, Doc. 12 [2].)			
Fr. Nicolau Pereira		Doutor	Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1729-32 (Leis do C.G. de 1/5/1726). Foi Leitor de Teologia no Mosteiro de Salzedas (Leis da *J.G.* de 8/9/1722) e Definidor Geral no triénio de 1735-38. (In A.D.B. CI - 188, fl. 35 a 38, 65 a 67 ou CI -192, Doc. 12 **2)**.		1722	
Fr. Feliciano de Albuquerque	Pinhal (Alcobaça)	Doutor U.C.	Foi Leitor de Teologia no Mosteiro de Seiça. É autorizado a pedir esmola para fazer o Doutoramento (Leis da *J.G.* de 8/9/1722). Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1738-41 e 1741-44 (Leis do C.G. de 1/5/ 1738 e 1/5/ /1741). (In A.D.B. CI . 188, fl. 65 a 67, 78-80 ou CI 192, Doc. 12 **2,** fl. 1 a 4).Regeu a cadeira de Durando como substituto (1741-1742). (RODRIGUES, 2003: 3).	Vida e acções virtuosas das Rainhas Sta. Teresa e Sta. Mafalda e da princesa Sta. Sancha, filhas de D. Sancho I, religiosas cistercienses.	1722	
Fr. Thomas de Sampaio		Doutor U.C.	Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra no triénio de 1723-26, Definidor Geral em 1735--38, Abade Geral em 1738-41 e Qualificador do Sto. Ofício (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26; A.D.B. CI - 188, fl. 65-67, 78-80; G.L., nº 19, 1738: 228). Regeu as cadeiras de Escritura pequena, Gabriel e Durando como substituto e como Lente. Aposentou-se como Lente de Escritura Grande por Resol. Régia de 25/9/1742 (RODRIGUES, 2003: 43).		1723	Faleceu em 1744.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
Fr. Manoel da Cruz		Doutor	Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1726-29 (Leis do C.G. de 1/5/1723, In A.D.B. CI - 188, fl. 29 a 33).		1723	
Fr. António Xavier		Doutor	Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1729-32 (Leis do C.G. de 1/5/1726). Foi Leitor de Teologia no Colégio de S. Bernardo de Coimbra (In A.D.B. - CI - 188, fl. 35 a 38 e CI - 192, Doc. 12 **1.**		1726	
Fr. Fernando de Carvalho		Doutor	Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1729-32 e no Capítulo Geral próximo de 1738-41 (Leis do C.G. de 1/5/1726 e 1/5/ 1735). (In A.D.B. CI - 188, fl. 35--38, 65-67 ou CI - 192, Doc. 12**1).**		1726	
Fr. Bernardo Lopes		Doutor	Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra (1726-1729), (In CAPELO E PROZIL, 2007: 26), Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1741-44 (Leis do C.G. de 1/5/1738), (In A.D.B. CI - 188, fl. 78-80).	Autor do Manuscrito. *Notícias pertencentes ao Colégio de S. Bernardo de Coimbra,* 1726	1726	
Fr. José da Costa		Doutor U.C.	Recebeu autorização para pedir esmola para fazer o Doutoramento (Leis da *C. G.* de 1-5-1729). Foi Cronista - Mor do Reino, Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1738-41 (Leis do C.G. de 1/5/1735). Foi Qualificador do Sto. Ofício e Abade / Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra (In A.D.B. CI – 192, Doc. 12**2**, fl. 1 a 4). Regeu as cadeiras de Durando (1739--40) subst. – Cond. s/ privilégio de Lente (Prov. 18/1/1754). Recebia 30 mil reis de sua conduta (RODRIGUES, 2003: 18).		1729	Faleceu em 29/12/1754.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
Fr. António Caldeira		Doutor U.C.	Fez matrículas em 1/10/1730. Foi Doutor em Teologia pela U.C., (7/2// 1738), Doutor com Direito a voto no C.G. próximo de 1747-50 (Leis do C.G. de 1/5/1744), eleito Geral da Congregação e Esmoler-Mor do Reino no triénio de 1774 – 1777. Nomeado por D. José I Cronista Mor do Reino e especialista em História Universal pelo Decreto 8-1-1755. Regeu as cadeiras de Durando (1771), substituto, Testamento Velho (1779), substituto. Aposentou-se na cadeira de Testamento Velho com honras e privilégios de Lente (Carta Régia de 14/8/1779), (In RODRIGUES, 1992, Vol. II:13; A.D.B. CI - 188, fl. 106--121; A.D.B. CI - 192 - Doc. 17 **1,2,3**; G.L. 6-3-1755, fl. 79).		1730	Solicitou a beatificação de D. Mafalda, filha de D. Sancho I.
Fr. Manuel Osório		Doutor	Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1738 e de 1741 (Leis do C.G. de 1/5/1735 e 1/5/1738). (In A.D.B. CI - 188, fl. 65-67 e 78-80; CI - 192 - Doc. 17 **4**).		1735	
Fr. Thomas de Sampaio		Doutor U.C.	Foi Doutor em Teologia pela U.C. chegando a Lente de Escritura. Leccionou, também, a cadeira de Gabriel. Foi 1º Definidor no triénio de 1735-38. Em 1738 foi eleito Abade Geral da Congregação. Foi Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra e Qualificador do Sto. Ofício (In A.D.B. CI – 192, Doc. 12 **3** fl. 1 a 4).		1738	Monge filiado em Alcobaça.
Fr. Manoel Soares		Doutor U.C.	Foi Doutor em Teologia pela U.C., Definidor entre 1726-29, Abade do Mosteiro de Santa Maria de Bouro entre 1738-41, Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra entre 1744		1738	

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Referência	Observações
			– 47 e Abade Geral da Congregação entre 1747-50 (In: A.D.B. CI - 188, fl 128-133). Foi Lente substituto de Escoto (1719-20) e Prima (1722-23), (RODRIGUES, 2003: 63).			
Fr. José Cardoso		Doutor U.C.	Foi Doutor em Teologia pela U.C. chegando a Conductário da Universidade, Abade e Reitor do Colégio de Coimbra entre 1738-41. Doutor com direito a voto no C.G. próximo de 1747-50 (Leis do C.G. de 1/5/1744). Ainda no triénio de 1747 -50 ocupou o cargo de Definidor. Em 1753 foi eleito Geral da Congregação e nomeado Esmoler Mor do Reino (In G. L. nº 44, 31/10/1754; A.D.B. CI - 188, fl. 78-80, 106-121, 128--133; A.D.B. CI - 192, Doc. Nº 13, fl. 1 e 2). Lecionou as cadeiras de Gabriel (1739-42 e 1764-66), Substituto de Durando, Escritura Grande, Véspora e Prima. (RODRIGUES, 2003: 12).		1738	Faleceu em 1766.
Fr. João de Vasconcelos		Doutor U.C.	Foi autorizado com Bolsa de Estudo a fazer o Doutoramento (*J.G.* de 20/4/1739, visto o P. Mestre estar próximo a tomar o capello e ter feito todos os actos c/ licença da religião). Exerceu funções de Definidor Geral entre 1744/47/50 (In A.D.B. CI - 188, fl. 106-121, 128-133). Lecionou a cadeira de Gabriel como substituto (1740--41). Foi substituto de Fr. Manoel da Rocha (RODRIGUES, 2003: 57).		1739	
Fr. Luís de Vasconcelos		Doutor U.C.	Fez matrículas em 1/10/1742. Obteve os graus de Licenciado (18/6/1747) e Doutor (23/7/1747). Foi Opositor em 1751 e em 1792-1801. Aposentado em 14/8/1779 na 2ª cadeira de Teo-		1742	Faleceu em 16/5/1803.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
			logia Dogmática c/ honras e privilégios de Lente, sendo-lhe atribuída a tença anual de 30 mil reis por carta de 10/9/1779. Por ser Lente da Universidade recebeu o privilégio de Ex-Geral dado pela Congregação no C.G. de 1/5/1780 (In *RODRIGUES,* 1992, II: 49; A.D.B. - CI - 192, Doc. 17**5,** fl.1 a 5).			
Fr. Bonifácio Machado		Doutor	Foi Definidor Geral em 1726-29 e 1738-41, Abade de Tarouca em 1735--38, Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1/5/1747 (Leis do C.G. de 1/5/1744). Foi Abade do Mosteiro do Desterro e Examinador das 3 Ordens Militares (A.D.B. CI - 188, fl. 106- 121).		1744	
Fr. José de Carvalho		Doutor	Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1/5/1747 (Leis do C.G. de 1/5/1744, In A.D.B. CI - 188, fl. 106 – 121 ou A.D.B. CI - 192, Doc. Nº 12 **4**.)		1744	
Fr. Caetano de Sampaio		Doutor	Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1747 (Leis do C.G. de 1/5/1744). Deu-se licença para fazer os Actos e se graduar Mestre na Sagrada Teologia (Leis do C.G. de 1-5-1744). Foi Abade Geral no triénio de 1762-65. (In A.D.B. CI - 188, fl. 106-125 ou A.D.B. CI - 192, Doc. Nº 12).		1744	
Fr. Plácido de Vasconcelos		Doutor	Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1/5/1750 (Leis do C.G. de 1/5/1747). Deu-se licença para fazer os Actos e se graduar Mestre na Sagrada Teologia (Leis do C.G de 1-5-1744. (In A.D.B. CI - 188, fl. 111 a 130).		1744	

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Referência	Observações
Fr. António Botelho		Doutor U.C.	Foi Lente Jubilado em Teologia pela U.C., Cronista Mor do Reino por falecimento de Fr. Manuel da Rocha em 1745, Abade do Mosteiro do Desterro e Examinador das 3 Ordens Militares (In G.L. de 10/8/ /1745, p. 630.		1745	
Fr. Francisco Caetano		Doutor U.C.	Foi Doutor em Teologia pela U.C., Prior do Mosteiro de Alcobaça, Confessor no Mosteiro de Odivelas entre 1726--29, Procurador Geral da Congregação em Lisboa entre 1744-47 e Definidor entre 1747-50 (In A.D.B. CI - 188, fl. 35 a 38, 106 a 121 vs).		1747	
Fr. Alexandre de Magalhães		Doutor U.C.	Fez matrículas em 1/10/1747. Em 1-10-1752 pediu esmola costumada para fazer actos grandes para se graduar Doutor. Realizou o Exame Privado em 19/5/1753. Regeu as cadeiras de História Eclesiástica (1784) como Substituto e como Opositor (1790). Foi Visitador Geral da Congregação entre 1778-81, Definidor Geral entre 1783-86. Aposentou-se na Cadeira de História Eclesiástica por Decreto de 5/1/1784, Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1/5/1753 (Leis do C.G. de 1/5/1750). Foi concedido o privilégio de Ex-Geral por ser Lente da U.C. (Leis da Junta Geral de 6/5/1785), (In RODRIGUES, 1992, T. II: 27, A.D.B. CI - 189, fl. 82, A.D.B. CI - 191, fl. 159; A.D.B. CI - 192, fl. Doc. 12 e 20).		1747	Faleceu em 1/9/1791.
Fr. Francisco de Azevedo		Doutor	Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1/5/1753 (In Leis do C.G. de 1/5/1750). Obteve Esmola para se graduar e fazer os actos grandes (Leis do C.G. de 1/5/1747), (In A.D.B. CI - 188, fl. 128-133).		1747	

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
Fr. Alexandre de Vasconcelos		Doutor U.C.	Foi Doutor em Teologia pela U.C.. Regeu Teologia Dogmática (1772-1779) como Substituto. Aposentou-se na referida cadeira por Carta Régia de 14/10/1779 com honras e privilégios de Lente, Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1750--53 (Leis do C.G. de 1/5/1747). Foi Abade Geral no triénio de 1780-83. (In RODRIGUES, 1992, II: 48, (In A.D.B. CI - 188, fl. 128-133; A.D.B. CI - 192, Docs. 17 e 18).		1747	Faleceu em 2/1/1791.
Fr. António de S. Tomás		Doutor U.C.	Fez matrículas em 19/1/1751. Obteve os graus de Licenciado (22/7/1759) e Doutor (26/7/1759). Regeu a 2ª cadeira de Teologia Dogmática (1793). Foi aposentado na 2ª cadeira de Teologia Dogmática por Carta Régia de 30/12/1793 com honras e privilégio de Lente (In RODRIGUES,1992, II: 44).		1751	Faleceu em 27/3/1796.
Fr. António de Magalhães		Doutor U.C.	Fez matrículas em 1-10-1753, Exame Privado em 13-10-1759 e o Doutoramento no mesmo ano (1759) na U.C.. Foi Substituto extraordinário e Opositor. Aposentou-se na 1ª cadeira Exegética de Testamento Velho por Carta Régia de 29-12-1793, sendo na altura Opositor. Foi ainda Professor no Colégio de S. Bernardo de Coimbra na Cadeira de Sagrada Teologia, Visitador Geral no triénio de 1780-83 e ainda Geral da Congregação no triénio de 1786 – 1789. (In RODRIGUES, 1992, T.II: 27, A.D.B. - CI - 192, Docs. 17, 18, 20**2**, fl. 1 a 6).		1753	Faleceu em 26/5/1801.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Referência	Observações
Fr. João de Melo		Doutor U.C.	Fez matrículas em 1/10/1753. Realizou o Exame Privado em 12/11/1760 e o Doutoramento em 23/11/1760. Leccionou na U.C. em Teologia como Opositor (1784-1796). Foi Reitor e Abade do Colégio de S. Bernardo de Coimbra. Escusou-se a ser nomeado Substituto Extraordinário em 19/11/1784. Sendo Opositor, foi aposentado por Carta Régia de 29/12/ /1793 na 1ª Cadeira Exegética do Testamento c/ honras e privilégios de Lente em 20/10/1827 c/ uma tença anual de 40 mil reis). Obteve o Privilégio de Ex-Geral por ter sido Lente da U.C. (Leis da J.G. de 21/6/1794 In A.D.B. - CI - 192, Doc. 20 **8);** RODRIGUES, *1992,* II: 29.		1753	
Fr. Francisco Botelho •			É autorizado com bolsa de estudo, atendendo à sua pobreza, a fazer o Doutoramento (J.G. de 17-5-1757, In A.D.B. - CI - 191, fl.173).		1757	
Fr. João de Vasconcelos •			Está autorizado a fazer o Doutoramento com bolsa de estudo da Congregação visto estar próximo para tomar o "Capello e ter feito todos os graus com licença da religião" (Leis do C.G. de 1/5/1759, In A.D.B. - CI-192, Doc. 14**1**, fl. 1 a 10).		1759	
Fr. Joaquim Negrão		Doutor U.C. (1766)	Fez matrículas em 1/10/1759, Licenciatura em 19/1/1766, Doutoramento em 15/6/1766. Foi Opositor entre 1790-1795. Aposentou-se na 2ª Cadeira de Teologia Dogmática por Carta Régia de 29/12/1793 c/ honras e privilégios de Lente e 30 mil reis de tença anual. Na Junta Geral de 21/6/1794 foi deliberada a concessão de privilégio de Ex-Geral por ter		1759	Faleceu em 19/1/1796.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
			sido nomeado Lente da U.C. pelo monarca. (In RODRIGUES, 1992, II: 31; A.D.B. - CI - 192, Docs. 20**8** e 27A fl. 1 a 2).			
Fr. António da Mota		Doutor U.C.	Obteve o grau de Doutor em 26/7/ /1759.Regeu cadeiras como Opositor entre 1792-97 e 1805-06. Foi Visitador Geral em 1778-80, Procurador-Geral na Corte de Lisboa entre 1780-83, Cronista-Mor do Reino e Geral da Congregação no triénio 1783- -1786. Aposentou-se na 1ª Cadeira de Exegética por Carta Régia de 29/12/1793 c/ privilégios e honras de Lente (In RODRIGUES, 1992, II: 30; A.D.B. - CI - 192, Docs. 17 **5, 6**, 20 fl. 69 a 74).		1759	Faleceu em 11/12/1806.
Fr. José de Souto Maior •		Doutor U.C.	Aprovada a esmola costumada para fazer o Doutoramento (Leis do Capítulo Geral de 1/5/1765 In A.D.B. - CI - 192, Doc. 11**1**, fl. 3 vs).		1765	
Fr. João Huet	É filho de Lourenço Huet de Bacelar Sottomaior e de Vitória Lacerda de Cardoso. Nasceu em Penafiel em 1768.	Doutor U.C.	Fez matrículas em Teologia (20/10/ /1787) e em Matemática (16/10/1788). Obteve os graus de Bacharel (6-7- -1791), Licenciado (27/6/1793) e Doutor (11/7/1793). Foi Lente da Universidade. Regeu cadeiras como Teorética, Exegética, Hebraico (1825- -1828-29) com estatutos diferentes. Fez parte do corpo de voluntários académicos em 1808), Doutor com direito a voto nos Capítulos Gerais próximo de 1798, 1801 e 1804 (In RODRIGUES, 1992, II: 23; A.D.B. - CI - 192, Docs. 21**2**, 21**4**).		1768	Foi demitido da Universidade por motivos políticos em 15/7/1834.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Referência	Observações
Fr. Manoel de Almeida	Nasceu em Coimbra.	Doutor U.C.	Fez matrículas em 3/10/1780. Licenciou -se em 11-10-1786 e doutorou-se em Teologia na U.C. em 12-10-1786. Foi Lente da referida Universidade e leccionou como Substituto e Opositor várias cadeiras (Teologia Litúrgica, Prática, Teorética). Exerceu o cargo de Definidor Geral entre 1798-1801, Doutor com direito a voto no C.G. próximo de 1804-07 (Leis do C.G. de 1/5/1801). Foi Colegial do Colégio de Coimbra de S. Bernardo onde leccionou e foi Abade / Reitor no triénio de 1807-10. No C.G. de 1-5-1807, recebe um aumento nas propinas e nas vestidorias, por ser mal pago na U.C. (In RODRIGUES, 1992, II: 7; A.D.B. - CI - 192, Docs. 21**6,** 24).		1780	Faleceu em 20/10/1830.
Fr. Francisco de S. Paulo	É natural de Viseu, filho de Diogo Nunes Teixeira	Doutor (U.C.)	Fez matrículas em Teologia (31/10/ /1784) e em Matemática (29/10/1785). Obteve os graus de Bacharel (26/6/ /1789) e Licenciado (12/6/1792). No C.G. de 1/5/1792 recebe autorização e promessa de contribuição para fazer Doutoramento, o qual concretiza a 24/6/1792. Foi Lente da Universidade. Foi Opositor e Substituto Extraordinário leccionando várias cadeiras, Teorética, Exegética, etc.), Doutor com direito a voto nos Capítulos Gerais de 1801-04 e 1810-13 (Leis do *C.G.*1798, e C.G. de 1/5/ /1807) e Abade / Reitor do Colégio de Coimbra dos Bernardos entre 1801-04. (In RODRIGUES, *1992,* II: 44; A.D.B. - CI - 192, Docs., 20 **7** e 21, **2 4, 6, 7**).		1784	Faleceu em 4/8/1825.

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
Fr. Francisco Coelho	É natural de Unhão ou Sernande (Felgueiras).	Doutor (U.C.)	Fez matrículas em Teologia (3/10/ /1784) e em Matemática (22/10/1785). Obteve os graus de Bacharel (30/6/ /1788), Licenciado (5/7/1790) e Doutor (25/7/1790). Foi Lente da Universidade. Regeu cadeiras como Teorética na qualidade de Opositor e Substituto Extraordinário (entre 1792 e 1827). Doutor com direito a voto nos Capítulos Gerais próximos de 1801--04 e de 1810-13 (In Leis do C.G. de 1/5/1798 e 1/5/1807) e Definidor Geral entre 1801-04. No C.G. de 1/5/1798 foi aprovada pela Congregação a concessão do privilégio de Mestre Jubilado na Sagrada Teologia. (In RODRIGUES, 1992, II.15; A.D.B. - CI - 192, Doc. 20 **6**, 21 **2,4,6**).		1784	Faleceu em 20/10/ 1827.
Fr. Manuel de Sta. Catarina	É natural de Estarreja, filho de Luís Pires Valente.	Doutor U.C.	Fez matrículas em Teologia (31/10/ /1784) e em Matemática (20/10/1785). Obteve os graus de Bacharel (7/7/ /1789), Licenciado (18/6/1792) e Doutor (29/6/1792). Foi Lente da Universidade regendo várias cadeiras como Opositor, Substituto Extraordinário, Opositor (In RODRIGUES, 1992, II: 39).		1784	Também conhecido por Fr. Manuel de Sta. Rita Nogueira.
Fr. José de Penha França Saldanha •		U.C.	Foi Opositor na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra (1790) (In RODRIGUES, 1992, II: 51).		1790	
Fr. João de Santa Rita Pinto •		U.C.	Foi Opositor na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra (1790) (In RODRIGUES, 1992, II: 51).		1790	
Fr. Estêvão Manuel de Campos •		U.C.	Foi Opositor na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra (1790-1797) (In RODRIGUES, 1992, II: 51).		1790	

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Referência	Observações
Fr. Francisco Roballo		Doutor	Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1/5/1794 (Leis do C.G. de 1/5/1791). Foi Professor de Rethorica no Mosteiro de Alcobaça, Secretário do Geral, D. Fr. António Caldeira entre 1778-1780, Cronista da Congregação de S. Bernardo nomeado no *C.G.* 1/5/1795. (In SILVA, MDCCCLIX, T. III: 44 e MDCCCLXX, T. IX: 368, A.D.B. - CI 189, fl. 1 a 26 e CI – 192, Doc. Nº 20 **5**). * escreveu ainda – *Oração Gratulatória pelo descobrimento da conjuração machinada contra a vida e pessoa do Exmo Senhor Marquez de Pombal*, Lx, Off. de Francisco Borges de Sousa, 1776, 22 pags.	– *Exame critico sobre a Memória Académica que RPM Fr. Joaquim de St. Agostinho ofereceu à ARSL em 4-7-1784.* Lx, Off. António R. Gallardo, 1799.	1791	Monge professo de Alcobaça.
Fr. Januário Morim •		U.C.	Foi Opositor na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra (1795-1797), (In RODRIGUES, 1992, II: 51).		1795	
Fr. Fortunato de São Boaventura	Nasceu na Vila de Alcobaça em 1777. É filho de Manuel Antunes e de Ana Joaquina. O pai exercia a profissão de livreiro, o qual terá incutido no filho o gosto pela leitura. Era de famílias humildes.	Doutor U.C.	Fez matrículas em 20/2/1802. Obteve os graus de Bacharel (9/6/1806), Licenciado (30/6/1810) e Doutor 8/7/1810. Regeu na Faculdade de Teologia várias cadeiras (Subsidiária, Prática, Exegética) com estatutos diferentes (Substituto, Opositor). Foi também Docente do Colégio das Artes (disciplina de Grego em 1815-16) e do Colégio de S. Bernardo de Coimbra. Foi Cronista da Ordem de Cister. Em 1831 é escolhido por D. Miguel I para Reformador dos Estudos dos Reinos e Domínios de Portugal....Em 1832 é designado Arcebispo de Évora. Era sócio efectivo da Academia Real das Ciências de Lisboa. Foi um Miguelista convicto tendo-se exilado a partir de 1834	Tem uma obra variada e extensa. Ao todo citam-se 53 trabalhos. – *Memórias para a vida da Beata D. Mafalda Rainha de Castela e Reformadora de Arouca…* – *História Cronológica e Crítica da Real Abadia de Alcobaça….*	1795	Professou em 25/8/1795 no Mosteiro de Alcobaça. Pertenceu ao corpo de voluntários académicos de 1808. Faleceu exilado em Roma em 12-12-1844

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Refe-rência	Observações
			com a vitória dos liberais. Foi um dos maiores sábios e eruditos portugueses do seu tempo. (In RODRIGUES, 1992, II: 42; SILVA, MCMXXVI, II: 309, NATIVIDADE, 1885: 166-175).	– *O Punhal dos Corcundas*... – *O Maço Férreo Anti-Maçónico*...		
Fr. Diogo de Mascarenhas		Doutor U.C.	Foi Doutor em Teologia na U.C., Opositor em 1796-97, 1801-02, 1804--06 e 1806-08, Doutor com direito a voto nos Capítulos Gerais próximos de 1804-07, 1810-13, 1813-16. (Leis dos C.G. de 1/5/1801, 1807, e 1810, In A.D.B.- CI - 192, Docs. 21, **4,6,7**; In RODRIGUES, 1992, II: 51.		1796	
Fr. Vicente de Jesus		Doutor	Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1801-04 (Leis do C.G. de 1/5/1798 In A.D.B. CI - 192, Doc. 21 **2.).**		1798	
Fr. Apolinário da Cerveira	Nasceu em Mesquitela (Celorico da Beira). É, filho de José da Fonseca Sardinha de Andrade.	Doutor U.C.	Fez matrículas em Matemática e Filosofia em 15/10/1798 e em Teologia em 20/10/1800. Obteve os graus de Bacharel (19/6/1804), Licenciado (24/7/1806) e Doutor (18/1/1807). Foi Lente da Universidade, sendo Opositor e Substituto Extraordinário em várias cadeiras entre 1807 e 1817, Doutor com direito a voto no Capítulo Geral próximo de 1810-13 (Leis do C.G. de 1/5/1807). Foi Abade e Reitor do Colégio de S. Bernardo de Coimbra em 1810-13. Recebeu o privilégio de Mestre Jubilado pela Congregação. (In RODRIGUES, 1992, II: 15; A.D.B. CI – 192, Doc. 21 **6,** e **7).**		1798	Fez parte do corpo de voluntários académicos em 1808.
Fr. Manoel de Nogueira		Doutor	Doutor com direito a voto nos Capítulos Gerais próximos de 1804-07 e 1813-16 (Leis do C.G. de 1/5/1801 e de 1/5/1810 , In A.D.B. CI - 192, Doc. 21 **, 4 e 7).**		1801	

Nome	Naturalidade/Filiação Proveniência Geográfica e Social	Grau/ /Instit.	Cargos/Ocupações	Ref. a obras publicadas	Datas de Referência	Observações
Fr. José Doutil •		Doutor U.C.	Foi Opositor na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra (1790--1797). No Capítulo Geral de 1/5/1810 foi nomeado Visitador Geral e atribuído o privilégio de Mestre Jubilado. (In RODRIGUES, 1992, II: 50; A.D.B. - CI - 192, Doc. 21 **7**).		1807	

FONTES

A – manuscritas: A.D.B.-CI-186 – *Definições que fazem nos Capítulos Gerais* (Lº das) 1629-(1748); CI-187 – *Leis que se fizeram no Capítulo Geral 1663-(1705*); CI-188 – *Leis que se fizeram em Capítulos e Juntas Gerais (1708- 1749*); CI-189 – *Leis do Capítulo Geral 1778 – (1812)*; CI-191 – *Resoluções tidas em Juntas do Capítulo Geral, 1708-1759/86*; CI-192 – *Capítulos Gerais. Doc.s 10 a 23. Século XVII – 1828. – Patentes. Visitações. Doc.s 25 a 28. Século XVIII – 1775.*; A.N/T.T. – Série Preta da Livraria N.º 2635 a 2637 – *Gazeta de Lisboa 1716 a 1718;* B.N.L. Y 2510 M – *Gazeta de Lisboa (1718 a 1756)*; COD. ALC. N.os 300 e 301 – Miscelânea histórica, canónica e litúrgica em prosa e em verso de documentos, memórias e outros apontamentos, relativos principalmente à Congregação de Cister em Portugal coligidos por Fr. Bento de S. Bernardo, Abade de Salzedas e Bibliotecário de Alcobaça..., fl. 28 a 47vs e 125 a 146. COD. 1478 – FIGUEIREDO, Fr. Manoel de – Creação da Procuradoria Geral do Porto com o mais que lhe respeita e Catálogo dos Procuradores Gerais de 1618 a 1780, 1785. In *Memórias para formar a Historia de Comarca de Alcobaça.*, fl. 1 a 15; COD. 1487- _____ – Catálogo histórico dos D. Abades Gerais da Congregação de Alcobaça e da Ordem de S. Bernardo que não foram Esmoleres mores dos Reis de Portugal de 1580 a 1639. In Memórias para formar a Historia de Comarca de Alcobaça, fl. 20 a 25.

B – impressas: BOAVENTURA, Fr. Fortunato de S. (1823) – Memória sobre a vida do Cronista Mor Fr. António Brandão e o que se pode acrescentar ao Catalogo dos seus escritos que vem na Biblioteca Lusitana. In *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia Real das Sciências de Lisboa, Tomo VIII; _____ (1823) – Memória do que se pode acrescentar ao que corre impresso na Biblioteca Lusitana sobre a vida e escritos do Cronista Mor Fr. Francisco Brandão. In *História e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia Real das Sciências de Lisboa, Tomo X, Parte I; _____(1827) – *Historia Chronologica e Critica da Real Abadia de Alcobaça da Congregação Cisterciense de Portugal*. Lisboa: Imprensa Régia, 1827; CAPELO, Ludovina Cartaxo (Coord.) e PROZIL, Mónica Oliveira (2007) – *Colégio de S. Bernardo de Coimbra – Inventário*. Coimbra, Arquivo da Imprensa da Universidade. Contém uma Lista dos Reitores (e Abades) do Colégio de S. Bernardo de Coimbra segundo o Doutor Fr. Bernardo Lopes publicada em anexo; MACHADO, Diogo Barbosa (1930-1935) – *Biblioteca Lusitana, História Critica e Cronológica*. 2ª ed.. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomos I a IV. NATIVIDADE, Manuel Vieira (1885) – *O Mosteiro de Alcobaça (Notas históricas*). Coimbra, Imprensa Progresso; RODRIGUES, Manuel Augusto (Dir. de) (1992, 2003) – *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis 1290-1772 e 1772-1937*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, Vol. I e II; SILVA, Innocêncio Francisco da (MDCCCLVIII – MCMXXIII) – *Diccionário Bibliographico Portuguêz*. 1ª e 2ª ed.. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomos I a XXII (15º do Suplemento).

• **Dúvidas se têm o grau de Doutoramento.**

SIGLAS UTILIZADAS:

G.L. = Gazeta de Lisboa; **C.G.** = Capítulo Geral (da Congregação de S. Bernardo); **J.G.** = Junta Geral (da Congregação de S. Bernardo); **M.P.U.C**. = Memoriam Professorum Universitatis Conimbrigensis; **L.R.C.B**. = Lista dos Reitores do Colégio de S. Bernardo de Coimbra (manuscrito do Dr. Frei Bernardo Lopes – Reitor do Colégio de S. Bernardo e autor do Manuscrito: *"Notícias pertencentes ao Collegio de S. Bernardo de Coimbra"*). **D.B.P** = *Diccionário Bibliographico Portuguêz*; **B.L**. = *Biblioteca Lusitana.*

Philippe III d'Espagne *(II du Portugal)* et l'Inquisition portugaise face au projet du 3e pardon général pour les nouveaux-chrétiens portugais, en 1602

JOSÉ MARQUES *

1 – INTRODUCTION

Le thème que nous venons d'énoncer et que nous nous proposons de développer nous introduit, sans réserve, à la problématique complexe des rapports entre catholiques et nouveaux-crétiens, au Portugal, à l'époque moderne; problématique d'autant difficile à aborder qu'elle est certainement susceptible d'être soumise à differentes analyses et à des interprétations passionées, toujours scientifiquement nuisibles. Et les difficultés d'abordage augmentent vu que la brève période où ont eu lieu les faits que nous allons réveler se trouve profondément marquée par les conséquences de plus d'un siècle d'antinomie et d'intolérance réciproques, en total contraste avec l'esprit remarquable et généralisé d'échange, à l'époque médiévale. De surcroît, les sources disponibles sont toutes d'origine catholique, ce qui requiert davantage d'attention pour se rendre compte de ce qui se passait du coté juif. Pour cette juste raison, il s'avère intéressant de divulguer l'apport de cette riche documentation, révélatrice d'aspects moins connus du troisième pardon général, démandé par les nouveaux--crétiens portugais, en 1601-1602, mais que la force des circonstances contraignit à ajourner à 1605.

Que l'on se rappelle, toutefois, que cette prétention n'était guère originale car, en dehors des pardons et privilèges antérieurs,

* Professor Catedrático da Faculdade de Letras do Porto (ap.).

de moindre résonance, elle se situait à la suite des pardons généraux octroyés respectivement par le Pape Clément VIII, le 7 avril 1533, dont l'effect inmédiat fut d'anuler tous les procès instaurés contre eux, quels que fussent le motif et la date [1], et par D. Sebastião, qui les autorisait par une charte du 21 mai 1577, à se déplacer n'importe où, sans que, pour autant, ils subissent une quelconque confiscation de biens [2].

Bien que, lors de ces deux pardons, les objectifs fussent identiques, les motivations sous-jacentes différaient puisque, dans le premier cas le Pontife Roman distinguait ceux qui avaient été baptisés par contrainte et ne pouvaient pas être considéré sujets de l'Église, ni être soumis aux sanctions canoniques, et il était urgent que les crypto-juifs baptisés de leur gré ou avec le consentiment de leurs parents fussent traités avec aménité et commisération; tandis que par une charte de Philippe II d'Espagne, l'on sait que D. Sebastião céda à l'offre d'un montant élevé de ducats [3], bien necessaire et utile à l'organisation de l'expédition d'Alcácer Quibir (1578), aux conséquences désastreuses.

Devant ces réalités, nous pouvons nous demander:

– Quels motifs auraient porté Philippe III (II du Portugal) à adhérer à l'idée de solliciter au Pontife Romain un nouveau pardon général pour les nouveaux-chrétiens portugais?
– Comment réagirent les autorités ecclésiastiques et civiles, ainsi que l'Inquisition elle-même à ce projet de pardon?
– Quelle image de la communauté néo-chrétienne ressort de la documentation divulguée maintenant?
– Où les autorités ecclésiastiques appuyaient-elles leur opposition tenace à l'octroi d'une grâce si importante qui, disait-on, ne devait pas être demandée par le monarque?

---

1 REMÉDIOS, Mendes – *Os judeus e os perdões gerais. De D. Manuel ao Cardial-Rei,* in «Biblos», Coimbra, 1, 1925, pp. 632.

2 REMÉDIOS, Mendes dos – *O c.,* p. 647.

3 Seminário Conciliar de Braga (S.C.B.), *Códice n.º 42,* fl. 477: – *«Aviendo entendido del Obispo de Cuenca que el Rey mi sobrino se concierta con los cristianos nuevos por una suma de ducados que le oferecen porque no se les confisquen las haciendas si cometieren el crimen y delito de heregia me ha parecido un duro negocio y me maravilho mucho de que venga en ello siendo tan zeloso de las cosas de la religion...».*

Ces questions-ci et bien d'autres trouveront une réponse adéquate au cours de notre exposé, que nous diviserons en deux parties. Dans la première partie, nous décrirons l'intense agitation ecclésiastique, civile et diplomatique, déchaînée par la nouvelle de l'octroi imminent du pardon vivement souhaité par les nouveaux-chrétiens. Nous réserverons la seconde partie à l'analyse des raisons invoquées par les opposants à l'octroi de la dite grâce pour dissuader Philippe III d'Espagne du propos d'intercéder pour eux auprès du Pontife Romain.

2 – LES SOURCES

Les sources documentaires sur lesquelles s'appuie la présente recherche sont essentiellement constituées par un ensemble de lettres conservées dans le codex melangé n.º 42, du Séminaire Conciliaire de Braga, la plupart autographes, adressées à l'Archevêque Primat de l'époque, D. Agostinho de Jesus e Castro, dont l'intervention dans cette affaire était considérée décisive, et où l'on trouve également plusieurs copies simples, rigoureusement fidèles, d'autres lettres qu'on lui avait envoyées pour le maintenir pertinemment au courant des démarches en cours.

Cet ensemble de lettres nous permet de suivre de près non seulement l'agitation ecclésiastique contre l'octroi de ce pardon, mais aussi de connaître les élements les plus actifs de ce chapitre. En dehors de celles-ci et d'autres complémentaires, nous disposons encore du brouillon et de la copie intégrale définitive des raisons invoquées pour contester l'octoi du pardon, tant attendu, qui, selon la pensée de ses auteurs, non seulement ne devait pas être concédé, mais ne devait pas être demandé par le roi. A cette documentation, nous devons associer la nouvelle de l'écho que le rejet de la prétension des nouveaux-chrétiens produit à Goa.

Il n'est pas possible, en si peu de temps, d'exploiter comme il se doit, cette riche documentation. Toutefois, nous ne cesserons pas de nous y référer afin de définir les traits dominants de ce chapitre méconnu du cadre des rélations entre les catholiques, l'Inquisition et les nouveuax-chrétiens.

Comme nous le soulignions au début de l'introduction, et maintenant avec plus d'évidence, il nous manque la documentation concernant le coté nouveaux-chrétien de ce sujet, si documentation

il y a, puisque la nature des événements et l'existence du Tribunal du Saint Office leur conseillaient une prudence toute particulière sur ce que l'on devait ou non conserver par écrit.

Nous aurons, donc, une vue éventuellement incomplete de cette réalité, que le sens critique tâchera d'équilibrer dans la mesure du possible, sans que nous tombions, toutefois, dans des déformations ou manipulations idéologiques.

3 – ORIGINE ET ÉVOLUTION DU PROCESSUS

3.1 – Sur le plan ecclésiastique

Comme nous l'avons annoncé, avant de nous pencher sur les motifs invoqués par les opposants au nouveau pardon général, il convient d'expliciter comment surgit et se dévellopa dès novembre 1601 jusqu'en avril 1602, soit durant un peu plus de six mois, le processus de contestation à l'égard de la prétension des nouveaux--chrétiens, ces derniers confiants en l'appui de Philippe III.

L'alerte sur ce projet, défendu par le roi d'Espagne, Philipe III (II du Portugal) fut donné par l' Archevêque d' Évora, D. Teotónio de Bragança, qui le 9 novembre 1601, écrivit aux métropolites de Braga et de Lisbonne – «ses comprovinciaux» – leur rendant compte de ce qui était en train de se passer et qu'il suivait depuis plusieurs mois. Il n'est pas étonnant qu'il fut si bien informé puisque, dès 1578, il exerçait les fonctions d'archevêque et était lié, d'une certaine façon, au Saint Office d'Évora [4], une circonstance qui lui permettait un facile accès aux initiatives des nouveaux-chrétiens.

Cette longue lettre adressée à l'archevêque de Braga, D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609), identique à celle envoyée à l'archevêque de Lisbonne, est penetrée par une terminologie anti-juive, courante à l'époque, dépassée par l'esprit oecuménique, de nos jours, mais que l'historien ne peut feindre ou même éviter. Le prélat d'Évora, après s'être référé à la progression du crypto-judaïsme

---

[4] S.C.B., *Códice n.º 42,* fl. 440: – *«Posso tambem animar-me a fazer este officio com V. S. por ser (ainda que tão indigno) o mais antigo prelado que agora ha neste Reyno, e que ha vinte e três anos que continuo quase sempre os despachos do Santo Officio...».*
Voir aussi OLIVEIRA, Mons. Miguel de – *História eclesiástica de Portugal,* 3.ª ed., Lisboa, União Gráfica, 1958. p. 438.

en Alentejo, où ne manquaient pas non plus les cas d'apostasie de vieux-chrétiens, y rappelle au prélat de Braga l'information antérieure sur ce *«que l'on disait, ce que ces gens perfides prétendaient, et des moyens employés si scandaleux et nuisibles au service de Dieu, aussi bien de leurs âmes, au bien publique de ces Royaumes et autorité de Sa Sainteté et de Sa Majesté. On nous dit maintenant qu' ils entreprennent des démarches plus importantes et promettent de plus grands montants d'argent, qu'ils pourront offrir sans porter préjudice à leur finances, mais encore en espérant quelque gain, puisque d'aucuns apportent les fonds des vieux chrétiens et que d'autres nous procurent aliment, vêtements et chaissures, ils s'unissent tous de telle sorte que partout en ce Royaume ils vendent les biens à grands prix sans jamais les rabaisser. Et donc c'est de nous-mêmes qu'ils retirent le million et demi qu' ils prétendent promettre à Sa Majesté sans toucher aux fonds que chacun d'eux possède: parce qu' ils sont unis entre eux et s'entendent toujours quelle que soit la distance...»* [5].

Et le prélat d'Évora de tracer le cadre du danger que les nouveaux-chrétiens représentaient pour la foi chrétienne, des inconvénients qui adviendraient de l'octroi du pardon espéré, invitant, à la fin, l'Archevêque de Braga, le destinataire de sa longue missive, à leur faire compagnie jusques à la présence du roi pour le convaincre de ne pas supplier le pardon que les nouveaux-chrétiens tenaient déja pour certain et irréversible, et terminant cette importante lettre avec ces mots: – *«J'ai ordonné tout particulièrement Père Luís Lobo et lui ai demandé de traiter de cette affaire avec Votre Seignerie et de vous exposer les raisons qui déterminent nos démarches et notre union dans cette affaire»* [6].

La croissante gravité de la situation est également confirmée par la lettre que l'ambassadeur D. Luís de Portugal écrivit de Lisbonne, le 17 janvier 1602, à D. Agostinho de Jesus, et qui l'encourageait à intervenir rapidement dans le sens d'empêcher l'octroi de la grâce prétendue, d'autant plus que l'effort de tous lui semblait être «fort peu» parce que *«ces gens de la nation ne veulent de pardon que pour afficher en liberté qu'ils sont juifs et sans rien encourir»* [7]. Et dans une autre lettre, datée du 5 février suivant, le dit ambassadeur dit au vieux prélat de Braga qu' il ne peut demeurer indifférent en

---

5 S.C.B., *Códice, n.º 42,* fl. 440.
6 S.C.B., *Códice, n.º 42,* fl. 442.
7 S.C.B., *Códice, n.º 42,* fl. 444.

«voyant qu'il s'agit d'acheter avec de l'argent le pardon des fautes contre Dieu, que ces juifs ne veulent de pardon que pour être davantage juifs, et quelle comparaison pourrez-vous établir des affaires de juridiction si elles s'avèrent aussi importantes que celles de la Foi, et comment Monseigneur pourra-t-il défendre sa dignité de Primat, que Dieu vous y garde longtemps, si dans la cause de Dieu, Monseigneur ne joue pas le grand rôle...» [8].

L'Archevêque de Braga, soit en raison de son âge avancé ou de raisons de santé – il s'y réfère expressément [9] –, soit parce que dans son diocèse la situation n'inspirait pas les mêmes soucis que dans d'autres diocèses du Royaume, ne semblait guère décidé à se déplacer à Madrid, ce qui fit en sorte que, le 6 février 1602, l'Archevêque d' Évora lui adressât une missive plus incisive qui l'invitait à contempler ce qui s'était passé sur le plan religieux en Allemagne, en Flandres et en Angleterre et à ne pas pactiser avec une éventuelle situation similaire au Portugal [10].

Cette lettre et celle de l'ambassadeur D. Luís de Portugal furent vraiment déterminantes dans la décision de se rendre à la Cour, siégeant à Madrid; l'Archevêque de Braga s'étant même proposé de partir une semaine plus tard, plus particulièrement le 25 février, au monastère des Eremites de Saint Augustin, de Duenhas, situé à quatre lieues de Valladolid, comme il l'écrivait aux archevêques de Lisbonne et d'Évora, le 17 février [11].

Et nous ne devons pas oublier qu'il y eut d'autres pressions sur le prélat de Braga dans le sens de se joindre à la suite des metropolites, étant donnés la gravité de l'affaire en cause ainsi que son prestige personnel et celui des fonctions qu'il exerçait. Sur ce point, il y a lieu de référer la lettre envoyée le 20 février, par le Comte-Evêque de Coimbre [12], à la suite de celle que l'Archevêque d'Évora, D. Teodósio de Bragança adressa à d'autres prélats, et qui les invitait à écrire à leurs métropolites en les persuadant de prendre en compte ce grand problème du refus du pardon géneral que, de leur côté, les nouveaux-chrétiens tâchaient tellement d'obtenir [13].

Datée également du 20 février, la lettre adressée par le Vice Roi, Marquis de Castelo Rodrigo, au prélat de Braga, lui communiquait

---

8 S.C.B., *Códice, n.º 42,* fl. 454 v.
9 S.C.B., *Códice, n.º 42,* fl. 450.
10 S.C.B., *Códice, n.º 42,* fl.446.
11 S.C.B., *Códice, n.º 42,* fl. 450 et 452.
12 S.C.B., *Códice, n.º 42,* fl. 457, 458.
13 S.C.B., *Códice, n.º 42,* fl. 479.

que l'Archevêque d'Évora était parti le 20 et que, d'après les lettres reçues de la part de sa Magesté [14], *«tous seront bien reçus et traités selon leurs dignités et qualités propres».*

Dans tout ce processus complexe et intense, c'est la figure de l'Archevêque d'Évora qui émerge, non seulement comme métropolite, mais surtout parce qu'il était lié à l'Inquisition d'Évora, depuis une vingtaine d'années, vu qu'il connaissait mieux que les autres prélats la gravité de la situation et le désaveu que l'éventuel pardon général représenterait pour cette institution. Un pardon qui, sans aucun doute, aurait des répercussions plus importantes que celles du pardon octroyé par D. Sebastão, en 1577 [15].

Revenons à l'initiative du déplacement des trois archevêques métropolites de Braga, Lisbonne et Évora, à la Cour de Madrid.

Comme nous l'avons déja dit, D. Agostinho de Jesus, archevêque de Braga, partit le 25 février 1602, vers le monastère de Duenhas, de son Ordre, à quatre lieues de Valladolid, ayant au préalable informé les autres métropolites qu'ils ne devaient se rencontrer ni à Salamanque, ni à Medina. C'est que pour lui – nous supposons surtout des raisons de santé – ce déplacement n'était pas sans danger, raison pour laquelle il irait «*déguisé, de telle sorte que même Messeigneurs, vous ne me reconnaisseriez pas»* [16], à moins qu'il souhaitât voyager incognito afin d'éviter tout attentat surprise.

Nous ne disposons d'aucunes nouvelles ou rapport sur les trajets parcourus, ni sur la durée du voyage, ou de toute autre difficulté de parcours. Nous savons seulement que, les 9 et 14 avril 1602, les trois métropolites établirent entre eux un protocole selon lequel ils s'engageaint à n'invoquer aucune dignité, pré-séance ou difference de siège durant les audiences au séances de travail prévues pour la résolution de l'affaire qui les amenait à la Cour. Dans ces mêmes déclarations, ils disent expressément que l'objectif de ce déplacement à la Cour de Sa Magesté *«est d'empêcher le pardon général que les nouveaux-chrétiens, descendants des juifs du Royaume du Portugal prétendent obtenir de Sa Sainteté par l'intercession de Sa Magesté, sans confesser leurs fautes et hérésies de judaïsme au secret du Saint Office...»* [17].

---

[14] S.C.B., *Códice, n.º 42,* fl. 459.
[15] REMÉDIOS, Mendes dos – *O.c.,* p. 647.
[16] S.C.B., *Códice n.º 42,* fl. 450.
[17] S.C.B., *Códice n.º 42,* fl. 462.

Dans tout ce complexe problème, une question s'impose:

– Qui aurait-it conduit le jeune Roi à assumer l'engagement d' implorer au Pape ce pardon général?

La copie d'une lettre, dont l'examen paléographique révèle sans aucun doute son auteur, D. Teodósio de Bragança, archevêque d'Évora, dévoile un peu la réponse. Elle atribue la responsabilité au prêtre confesseur du Roi, décédé imprévisiblement et qui, d'après ce Prélat, quoi qu'il le considère vertueux et prudent, *«vivait en état de suspect, et réprouvé par l'Écriture Sainte, par le Droit, et par les Saints Docteurs, comme un membre sans articulation et qui ne pouvait demeurer sans corruption; et ainsi, avec son décès, Notre Seigneur a laissé à Sa Magesté et à Votre Excellence le loisir d'un mode différent de gouverner...»* [18].

Le document dévellope aussi d'autres considérations pertinentes, qu'il nous faudra, pour l' heure, laisser de côté.

3.2 – Sur le plan civil

Tandis que sur le plan ecclésiastique, une intense agitation se déchaînait afin d' empêcher le roi de solliciter au Pontife Romain le pardon général pour les nouveaux-chrétiens, la Municipalité de Lisbonne, en tant que représentante et procuratrice de toutes les autres du Royaume, procuratrice «des sièges de la première file aux Cortès», cherchait à annuler le «contrat» établi entre les nouveaux-chrétiens et les gouverneurs du Royaume, de la part de Philippe III (II du Portugal), lequel contrat rendait ces nouveaux-chrétiens aptes pour *«les offices, honneurs et dignités auxquels sont admis les vieux-chrétiens»* [19].

La réaction de la ville de Lisbonne a dû être telle que le Roi, outre qu'il considérât comme nul un tel contrat, établi en dehors des Cortès, le 24 février 1602, écrivit de Valladolid au conseil municipal en ces termes: – *«vous pouvez être sûrs que l'on ne leur octroie pas, ni leur octroiera quoi que ce soit qui puisse nuire aux nobles de ce Royaume et aux vieux-chrétiens, ni au bien commun, et que pour le pardon général qu'il faudra leur concéder, l'on prendra en compte tous respects et considérations dues au service de Dieu et au mien de sorte que, avec de telles clauses, l'on obtienne le*

---

[18] S.C.B., *Códice n.º 42,* fl. 485.

[19] S.C.B., *Códice n.º 42,* fl. 463.

maintien souhaité de la pureté de notre Sainte Foi catholique, ainsi que la correction des méchants et le châtiment de ceux qui persevèrent dans leurs fautes...»; et s'engageant, en même temps, à rappeler et à demander au Pape les dispositions necessaires au mantien de ces principes; renvoyant ces mêmes principes à de plus amples renseignements, auprès du Marquis de Castelo Rodrigo, son Vice Roi et Capitan-Général du Royaume du Portugal. Malgré ces déclarations royales, le conseil municipal de Lisbonne fit enregistrer à la Chancellerie l'acte royal d'annulation du contrat établi par les gouverneurs avec les nouveaux-chrétiens, afin de pouvoir à tout moment réquerir devant le souverain *«que jamais les descendants des nouveaux-chrétiens puissent être admis aux offices, honneurs et dignités, comme l'écrit le Roi...»* [20].

De tout ce que nous avons exposé et documenté ici, il ressort sans équivoque, l'augmentation de la tension entre catholiques et nouveaux-chrétiens, ces derniers ayant, malgré tout, continué à compté directement ou indirectement sur la protection royale, aussi bien sur le plan de la liberté religieuse que sur celui de l'accès aux fonctions civiques et aux pré-séances sociales. Il est, néanmoins, curieux de constater que Philippe III d'Espagne (II du Portugal), face aux protestations de la Municipalité de Lisbonne en défense de ses prérogatives, ait cédé et déclaré nul le contrat établi antérieurement par les gouverneurs [21], mais n'ait pas renoncé à son intention de demander au Pontife Romain, quoique avec certaines réserves, le pardon général en faveur de la communauté juive néo--chrétienne, qui considérait la garantie de concession pratiquement acquise; et selon la teneur d'une lettre adressée au souverain, les nouveaux-chrétiens l'auraient même déja annoncé dans tout le Royaume *«dans une scandaleuse liesse».*

Une telle rumeur, qui aurait pu agir comme facteur psycologique, et éventuellement neutralisé la préssion des catholiques sur le monarque, eut l'effet inverse. L'on aura même rappelé au souverain que, malgré l'ostentation juive, la fidélité de sa parole suffisait à dissiper toute confusion sciemment établi en cette matière: – *«...mais que Dieu garde Votre Magesté cent mille ans, et que*

---

[20] S.C.B., *Códice n.º 42,* fl. 463 v.

[21] Le régime des gouverneurs ne prenait effet que lorsqu'il n'y avait pas Vice-Roi, lequel à cette époque était le Marquis de Castelo Branco.

devant la stabilité et fermeté de votre parole, tous ces nuages se dissipent» [22].

Cette affaire connut un plus grand développement dans un autre document de poids de ce même ensemble, qui, bien qu'il ne soit pas signé, est très certainement écrit également de la main de l'Archevêque d'Évora, comme le révele la confrontation paléographique. En réalité, son auteur chercha à démasquer la grave et fallacieuse audace avec laquelle les nouveaux-chrétiens, faisant un usage abusif du nom du Roi, firent *«publier sur les places de ce Royaume... et qu'un décret est déja en pouvoir de l'Inquisiteur général par lequel ils sont pardonnés, et qu'il ne manque plus, pour être publié et executé, que l'établissement du mode de paiement, avec lequel ils satisferont Sa Magesté par une grande somme d'argent, le double de ce qui fut promis au début...»* [23]. La lettre adressée au Duc de Lerma, D. Francisco Gomes de Sandoval y Rojas, favori de Philippe III, en plus de souligner l'effet psycologique que l'on prétendait atteindre avec la diffusion d'une fausse nouvelle, compromettait devant tout le Royaume les garanties données par écrit par le monarque, tant et si bien que quiconque eût si mal agit meritait un châtiment.

Dans ce contexte, il nous semble que la position du monarque, vacillant entre les pressions de la minorité des nouveaux-chrétiens et la majorité catholique, était réellement difficile, car, si des raisons d'État devaient le conduire au maintien de la paix, de la concorde et de la préservation de la Foi, la grave réalité des manques matériels où les deux royaume ibériques se trouvaient, surtout après la retentissante défaite de l'*«Invencible Armada»* (1588), aggravée par les attaques constantes des Anglais et Hollandais, enemis de l'Espagne, contre les empires d'outre-mer portugais et espagnol (particulièrement au Brésil et en Orient), il était, d'autre part, très difficile pour le monarque de refuser l'important montant qui pouvait s'élever à prés de trois millions, au cas où serait obtenu le double de la première offre, une fois dûment acquise la bulle papale.

---

[22] S.C.B., *Códice n.º 42,* fl. 465.
[23] S.C.B., *Códice n.º 42,* fl. 486 ss.

4 – ARGUMENTS CONTRE LE PARDON GÉNÉRAL

Au dire des trois métropolites portugais réunis à Valladolid, l'objectif de leur déplacement à la Cour de Madrid était d' empêcher que Sa Magesté obtienne le pardon général pour les nouveaux-chrétiens, sans qu'ils aient à confesser leurs fautes au tribunal secret de l'Inquisition. Toutefois, essayer de dissuader le jeune roi Philippe III de ce projet, alors qu'il avait lui-même manifesté cette ferme résolution dans une lettre envoyée au conseil municipal de Lisbonne, ne serait pas possible sans un ensemble de raisons, à même de le conduire à pondérer la portée de son acte. Ces raisons lui furent présentées par nos trois archevêques, qui les ont formulées en castillan dans un texte long de dix-sept pages *en folio* qu'il est necessaire de lire intégralement, mais dont nous ne pourrons, pour le moment, offrir que l'enoncé et le sens de la justification de chacune d'elles.

Les auteurs firent préceder cette liste de six raisons, d'un bref préambule, où ils explicitent qu'il ne s'agit pas d'un fondement théorique, mais bien pratique, qui découle de l'expérience révélatrice du manque d'espoir en la correction, ce qui fait que *«le dit pardon général ne peut produire aucun effet souhaitable, ni servir à rien d'autre si ce n'est à perpectuer en ce royaume* (le Portugal) *le judaïsme avec les préjudices et dommages qui s'ensuivent, et qu'il ne convient pas de le demander ou de le concéder»* [24].

C'est dans ce contexte mental que doivent être appréciées les six raisons, que nous ne faisons qu'énoncer:

– La première est *l'expérience négative* des précédents pardons qui, selon lesdits prélats, se traduisit en dommages et préjudices, soit à la suite du baptême reçu en 1497, soit en conséquance des pardons généraux de 1533-1535 et de 1577, qui eurent pour effet de diffuser largement le judaïsme. Il était de supposer qu'en 1602 la situation ne serait guère différente.
– La deuxième s'appuie sur leur *impénitence,* car chez ces gens-là on n'aperçoit aucun signe de repentir.

---

[24] S.C.B., *Códice n.º 42,* fl. 467.

– En troisième lieu, ce pardon ne peut être octroyé, ni sollicité, une fois que *l'on le demande par l'intermédiaire de tierces personnes* et que personne ne veut comparaître devant la Cour du Saint Office, faisant de la sorte preuve d'une totale absence de repentir et de pénitence.
– La quatrième raison consiste dans le *scandale* qui se produirait dans tout le pays, si l'on concédait le pardon à ces nouveaux--chrétiens.
– La cinquième découle du *discrédit* qui adviendrait pour le Saint Office et pour la défense de la pureté de la Foi, si le pardon était octroyé.
– Pour finir, la sixième est constituée par *l'ensemble des inconvénients* qui dérivent de la manière selon laquelle ils demandent pardon, même pour les natifs, mais dispersés dans d'autres pays, notamment l'inefficacité de ce processus, le scandale et la rupture du style processif en vigueur.

Tous ces points sont largement développés, de façon bien articulée, tant et si bien qu'il nous est impossible d'offrir maintenant une synthèse assez explicative. Mais dans ce vaste document, en dehors des motifs empêchant juridiquement la concession du pardon espéré, ses auteurs cherchèrent également à répondre, brièvement, aux arguments que l'on aurait pu faire valoir en faveur de l'octroi de ce pardon. Ils centrent leur argumentation sur la certitude morale préalable selon laquelle les nouveaux-chrétiens continueraient impénitents, ce qui faisait craindre plus de dommages que d'avantages.

L'argumentation présentée par les métropolites portugais eut son effet auprès du monarque et le pardon ne fut même pas demandé au Pontife Romain, pour la plus grande joie des catholiques, plus grande que celle, sans fondement, des nouveaux-chrétiens autour d'une bulle de concession imaginaire.

Nous manquons d'informations sur ce qui se passa dans les années suivantes, si ce n'est que le pardon général, tant attendu, eut lieu en 1605.

Entretemps, la situation avait changé: l'Archevêque d'Évora, D. **Teotónio** de Bragança, était décédé vers la fin 1602; D. Agostinho de Jesus, métyropolite de Braga qui, en 1602 n'avait pu se rendre à Valladolid qu' à grande peine, voyait trois ans plus tard son état de santé empirer – lui qui est présenté dans les lettres envoyées de Goa par D. Aleixo de Meneses, comme le champion de la

défense de la Foi catholique et de l'opposition à la concession du pardon général de 1602 [25] – mais surtout, on s'intéressait davantage maintenant (1605) à ce que le pardon fût accordé [26], ne serait – ce que parce que les besoins royaux de l'appui monétaire des chrétiens-nouveaux s'étaient approfondis.

5 – CONCLUSION

La présentation que nous venons de faire de ces événements, inconnus des chercheurs jusqu'à présent, est un apport de plus à la connaissance des rapports tendus entre catholiques et nouveaux-chrétiens, au Portugal, à l'Époque Moderne, avec l'intervention de l'Inquisition d'Évora, par le biais d'un de ses plus hauts responsables.

Les faits qui y sont succintement rapportés permettent de surprendre les positions prises par chacune des parties, quoique plus documentées du côté catholique, alors que les réferences aux nouveaux-chrétiens ne nous parviennent qu'indirectement. Il est certain que l'impressionente fermeté des partis pris contraste avec la tolérance généralisé de l'Époque Médievale. Toutefois, nous ne devons pas oublier qu'au début du XVIIème siècle, l'atmosphère européene avait subi une ample transformation et était marquée en profondeur par les plaies ouvertes au cours de plusieurs dizaines d'années d'intolérance, aggravée par les multiples contours des «guerres de religion», heureusement fort distantes de l'esprit d'ouverture oecuménique de notre temps.

Alors que nous mettons en commun avec un veritable esprit scientifique ces perspectives neuves sur l'antinomie judeo-chrétienne bien connue, il ne convient pas de reprendre ici les arguments des parties en conflit, mais bien plutôt de cueillir les leçons des erreurs du passé, dans une tentative sérieuse de les transformer en liens de fraternité aujourd'hui et renforcée dans l'avenir.

Porto, le 15 décembre 1992.

---

[25] S.C.B., *Códice n.º 42,* fls. 382-383, et 395 v.
[26] S.C.B., *Conselho geral do Santo Ofício,* m.º 20, n.º 2.

A monumental cozinha setecentista da Casa dos Biscainhos

Subsídios para o seu conhecimento

TERESA D'ALMEIDA D'EÇA *

No século XVIII, as Casas Senhoriais Portuguesas definiam-se por duas grandes áreas: a zona de serventia e o setor de habitação e de aparato, neste decorrendo a vida familiar e recebendo-se os convidados e, naquela, localizando-se as Cavalariças, a Cocheira, outras divisões utilitárias, e o compartimento mais tumultuado e dinâmico de todo o edifício, a COZINHA.

O espaço em que secularmente se confecionaram os alimentos na Casa dos Biscainhos, pela respetiva estrutura e organização arquitetónica, assume-se como um notável exemplar no contexto dos solares do nosso país. A significativa dimensão articula-se com a superfície global do imóvel, refletindo a importância social e económica dos proprietários da Casa, pela quantidade de pessoas que aqui habitaria integrando o conceito então vigente de "Família"[1].

Enquadrando aquela, enunciam-se os Senhores, ascendentes, filhos, parentes colaterais (irmãos, tios, outros), capelães, secretário, escudeiros, despenseiro, "mestre cozinheiro", sendo esta categoria uma das mais bem pagas até finais do Setecentismo (MATTTOSO, p. 220), moços de cozinha, copeiro e moços de copa, moços de estrebaria, entre outros, escravos domésticos e os de

* Museu dos Biscainhos.

1 Vide MONTEIRO, Nuno Gonçalo – "*Cozinha, «família» e cavalariça: padrões de consumo da aristocracia de corte em Portugal no século XVIII*". In "*A Mesa dos Reis de Portugal*", coordenação de Ana Isabel Buescu & David Felismino, "Coleção Debates", Círculo de Leitores, Maia, 2011.

serviço de apoio à zona agrícola, do que decorreria um intenso quotidiano doméstico e culinário, sendo a criadagem da aristocracia no nosso país, preponderantemente masculina.

> "*A função de representação da habitação em Portugal no século XVIII, mas sobretudo o que a distingue das habitações europeias, pode ser avaliado num texto (...) (que) reflete a organização espacial e o pensamento arquitetónico que corresponde à mentalidade setecentista. Trata-se do manuscrito «Aditamento ao livro intitulado Jornada pelo Tejo (...) em o ano de 1792; por seu autor José Manuel de Carvalho Negreiros (...) este aditamento feito em o ano de 1797», (...). Este manuscrito revela os interiores portugueses de setecentos, desde a designação dos diferentes espaços à sua disposição e sucessão (...)"* (ARRUDA, p.15).

Segundo aquele arquiteto *as divisões que definiam as «casas nobres»* consistiam na ***logea* de entrada e na escada principal**. "*Esta palavra logea, que poderá resultar da influência da palavra italiana «loggia» não corresponde ao seu sentido original, mas a um espaço que caracteriza e distingue a casa nobre*" (id. p.19). Segundo Rafael Bluteau, "***Casas nobres chamamos às que têm logea ou pátio com aposentos capazes para uma nobre família***", e ainda, "(...) *espécie de* ***pátio coberto que serve de entrada e em que entram as bestas e assistem os lacaios.*** (1712-1722)", (ARRUDA, p. 19).

Na excecional *LOGEA* DE ENTRADA localizada no interior do Imóvel, situam-se cinco notáveis **FIGURAS DE CONVITE**, sob a forma de esculturas de vulto, em granito, duas das quais representando ESCUDEIROS ou pajens que correspondiam a criados associados à etiqueta da entrada, "*cavalheiros que prestam serviço mais de escada acima*"[2].

Os servidores em foco ostentam traje joanino, indumentária que se prolongou para a segunda metade do Setecentismo, e numa postura de acolhimento dos visitantes, fazem uma vénia e seguram um chapéu tricórnio na mão. Presumimos atribuíveis à sensibilidade rococó ponderando-se que a silhueta dos pajens sugere

---

[2] In SIQUEIRA, João de Nossa Senhora da Porta – *Escola de política ou tratado prático de civilidade portuguesa*", Lisboa, 1816.

um S, de uma forma mais acentuada na figura do lado direito, e que ambas ilustram uma requintada elegância, características da expressão "*rocaille*" ao nível da escultura europeia da época.





Figuras 1 e 2. PÁTIO COBERTO OU *LOGEA* DE ENTRADA| FIGURAS DE CONVITE QUE REPRESENTAM ESCUDEIROS OU PAJENS. Esculturas de vulto. Granito. Portugal. André Soares (?). Meados do século XVIII.

As figurações em foco refletem a importância que os criados ao serviço de uma casa abastada terá representado para o *status* do nobre no decurso do Antigo Regime, detetável na expressiva quantidade destes elementos, sujeitos a uma rigorosa organiza-

ção, situação que, segundo estudos recentes, se manteve em Portugal até finais do século XVIII, assim como na qualidade da apresentação daqueles, trajando librés de luxo.

Será oportuno divulgar que as esculturas do pátio coberto da Casa dos Biscainhos revelam vestígios de policromia, em que se identifica o vermelho sangue-de-boi, o que corresponderia a um verdadeiro espetáculo de aparato, diverso da atual sobriedade do descolorido granito.

Para nos aproximarmos da vivência real da "Família" dos Biscainhos, será interessante identificar, reportadamente ao ano de 1735, dois **Pajens** então ao serviço da Casa, Manuel José Viegas da Silva e João Manuel Sepúlveda de Vasconcelos, que serviram de testemunhas na Capela do solar, ao Batizado de D. Catarina Teresa Fortunata Pereira Pinto Montenegro d'Eça, Senhora da Casa e 8.ª Senhora do 2.º vínculo do Morgadio de Bertiandos que, na data de 24 de Outubro daquele ano, recebeu as águas batimais, tendo como padrinhos, o poderoso tio-avô, o Deão D. Francisco Pereira da Silva, e a sua avó materna (REIS, p. 12).

Na obra "*História da Vida Privada em Portugal*" dirigida por José Mattoso, os dados supra são uma referência estudada da realidade do nosso país. *"Para finais do século XVIII (...) a alta nobreza portuguesa gastava em média 56% das suas despesas correntes com a cozinha, os ordenados dos criados e as cavalariças*"[3].

A Cozinha do Palácio dos Biscainhos foi documentada no "***Mappa da Cidade de Braga Primaz**",* que consiste numa planta em perspetiva da cidade, que tem vindo a ser atribuída a cerca de 1755.56, e da autoria de André Soares, o genial arquiteto do rococó bracarense e nortenho, em que se assinala de forma perfeitamente identificável o COMPLEXO PATRIMONIAL DO IMÓVEL E JARDINS HISTÓRICOS, referenciando pela grandiosidade do domínio, a importância dos que aí habitavam, os Senhores e Morgados de Bertiandos.

A construção apresenta-se inserida perpendicularmente ao edifício, e pela análise do espaço somos levados a interpretar diferentes fases, supondo-se que num determinado momento evolutivo da

---

[3] Vide CUNHA, Mafalda Soares; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. – "*As grandes casas*", in «História da Vida Privada em Portugal (...)", p. 228 ou 229.



Figura 3. "*Mappa da Cidade de Braga Primaz"*. 1755-56. Pormenor da imagem oportunamente cedida ao Museu dos Biscainhos pela Fundação Calouste Gulbenkian. Vista sobre o complexo do Imóvel e Jardins Históricos já então definido naquela época.

habitabilidade do solar, presumivelmente em proximidade com a génese, a cozinha terá constituído um corpo independente, visando acautelar o sempre presente risco de incêndio a partir do fogo do lar, com expansão para o restante edifício, assim como pelo incómodo dos odores e dos ruídos.

Observando o edificado atual, constata-se o carater autonomizado do corpo inferior, identificado pelo telhado de quatro águas, correspondendo a três aberturas frontais, uma porta ladeada por duas janelas gradeadas, estas com uma cota elevada do lado de dentro, situação projetada de forma a permitir a ventilação da cozinha mas mantendo discreto o movimento que decorria no interior. Na extremidade esquerda, a cobertura é coroada por uma imponente chaminé, esta apresentando duas a três aberturas circulares em cada face, para favorecer a saída dos fumos (Fig. 4).



Figura 4. Imagem que incide sobre o bloco que se presume constituir a génese da cozinha como construção exterior ao edifício.



Figura 5. Vista exterior da Cozinha, que revela a perpendicularidade ao corpo do edifício, destacando-se naquela a chaminé que se alça no topo esquerdo. Fotografia histórica que ilustra a área tal como existia cerca de 1965.

O bloco em foco ter-se-á unido posteriormente ao imóvel pela área identificada pelas duas portas iguais e paralelas, de arco de volta inteira, localizada à direita, e que dão sustentabilidade ao terraço superior que se introduziu como uma área de lazer/prazer, e proporcionador de deliciosas vistas sobre o magnífico JARDIM DA CASA (Fig. 5).

Todas as portas exteriores da cozinha apresentam-se revestidas por uma chapa metálica, fixada por cravos que, simultaneamente, desenham ornatos geométricos e de inspiração vegetalista. Na do topo direito, junto do corpo principal do edifício, foi inserida a data de 1855, o que nos remete para o 1º CONDE DE BERTIANDOS, então proprietário deste e que poderá corresponder a intervenções realizadas no interior.

Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Meneses, (1797-1856) foi o 1.º Conde de Bertiandos**,** Senhor da Casa dos Biscainhos, Licenciado em Leis, Procurador de Braga às Cortes de 1829, Senador pelo distrito de Braga, Governador Civil de Braga, do Conselho de Sua Majestade D. Maria II, Par do Reino, Comendador e Grã-Cruz da Ordem de Cristo, Comendador da Ordem da Conceição, 3.º Senhor da vila de Bertiandos, 1.º Visconde de Bertiandos com Grandeza, Senhor Donatário do Couto de Francemil, Moço Fidalgo da Casa Real, com exercício no Paço, acrescentado a Fidalgo Escudeiro (REIS, p.17).

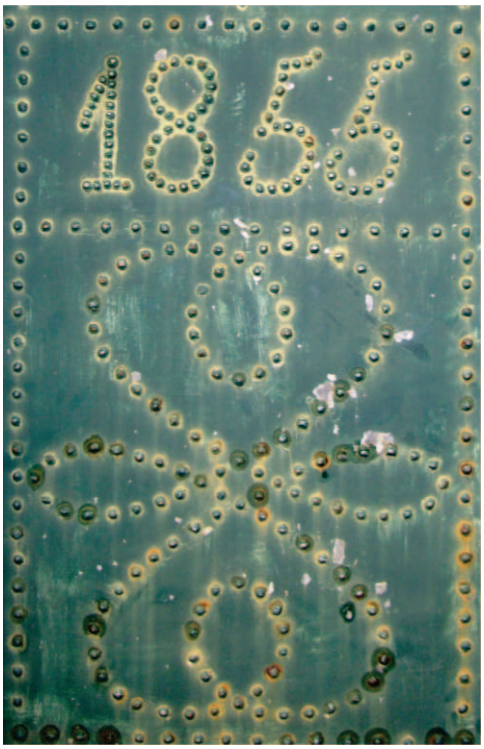
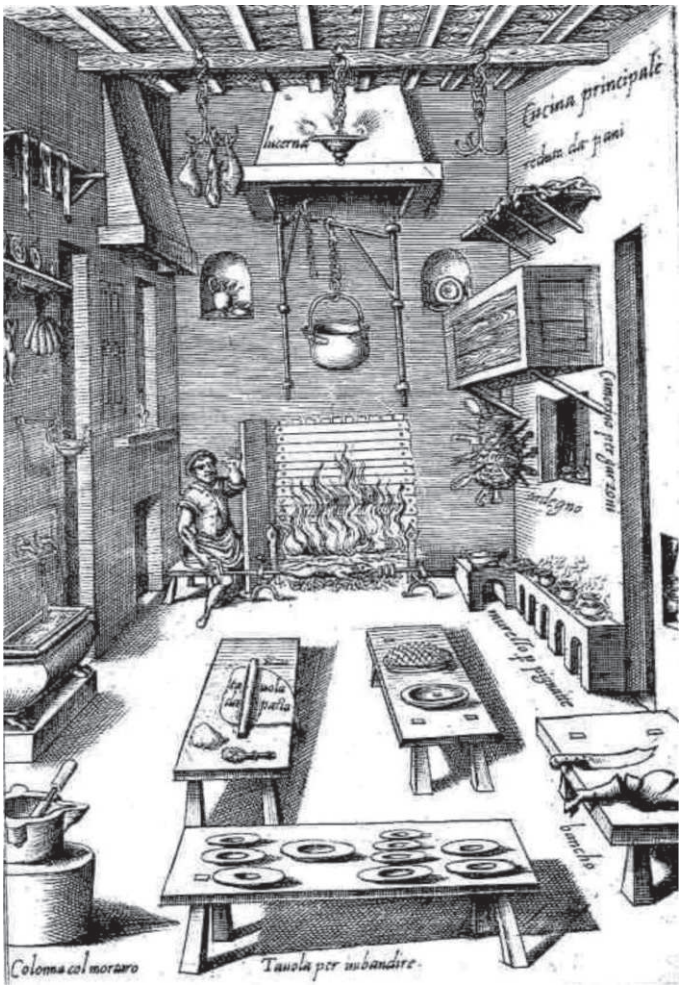


Figura 6. Pormenor de uma das portas exteriores da cozinha com a referência cronoló-gica de 1855, que corresponde ao período em que a Casa dos Biscainhos pertencia ao 1.º Conde de Bertiandos, Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Meneses, (1797-1856).

No século XVI, mais precisamente em 1570, um notável Mestre Cozinheiro, presumidamente natural da Lombardia italiana, e de nome Bartolomeo Scappi, neste caso ao serviço

dos Papas Pio IV e V, editara um livro de culinária, "*Opera dell'arte del cucinare*", profusamente ilustrado e legendado, e, que permitiu através da imagem, comunicação universal, tomar-se conhecimento sobre a organização, conteúdos e necessidades infra-estruturais das cozinhas europeias da nobreza e do alto clero, a partir do Renascimento.





Figuras 7 e 8. "*Opera de Bartolomeo Scappi*". 1570. Gravuras ilustrativas do conceito de organização de uma cozinha e de anexo dedicado à confeitaria e doçaria.

O Museu dos Biscainhos integra um álbum de gravuras francesas, datadas de 1703 e recortadas de "*La Vie/ et les Miracles de IESUS/CHRIST / Tirez du Nouveau Testament",* publicada por Gerard Jollain, em que se introduz um episódio da vida de Cristo com as irmãs Marta e Maria.

Será de salientar que, no passado, pintores, gravadores e escultores, ao ilustrarem cenas da Antiguidade ou de eras anteriores à respetiva vivência, refletiam nos seus trabalhos a época e o mundo que os envolvia, ao nível da arquitetura, das artes decorativas, traje ou costumes, pelo que se constituem como fontes imprescindíveis para o reconhecimento dos períodos em que viveram.

Por conseguinte, a obra em foco, embora pretenda representar uma cena do Novo Testamento, na realidade projeta um momento de trabalho numa **cozinha francesa dos finais do século XVII.**



Figura 9. Cozinha francesa dos finais do século XVII. Gravura sobre papel da obra "*La Vie/ et les Miracles de IESUS/CHRIST / Tirez du Nouveau Testament",* publicada por Gerard Jollain. Data de 1703. N.º inventário 2351 (201) MB.

No documento gráfico observa-se um espaço animado, de pavimento lajeado, que se presume térreo, em que as mulheres se situam à esquerda do observador, uma de pé, lavando pratos numa banca, abastecida de água que desliza de duas bicas, tendo acima uma sequência de prateleiras de acoplação parietal onde se expõem os utensílios funcionais do quotidiano de então, sentando-se junto duas outras, que depenam um galináceo para o interior de ampla bacia. Nesse mesmo lado, num plano de maior profundidade vemos animais mortos suspensos de um aro metálico.

À direita, localiza-se o fogo, onde dois homens se afadigam a assar aves e outras carnes em longos espetos; um terceiro, transporta uma espécie de cesto circular com pratos e outros recipientes que se interpretam como sendo de estanho.

Como se difundiu anteriormente, a divisão da Casa dos Biscainhos integra uma monumental chaminé coberta de telha vã para o reforço do evolar do fumo que ascendia da lareira, outrora colocada ao centro desta.

Dentro de uma tradição que se estendia a outros países europeus, regista-se a existência de dois fornos de parede, – tendo por perto o respetivo ferramental como as pás de pau, as férreas, e as rapadouras –, um, presumivelmente para a cozedura do pão, e, o outro, para a pastelaria, empadões, tortas salgadas e doçaria, cogitando-se que neste último se terão cozinhado apetitosos e ancestrais menus (Fig. 10).



Figura 10. O belo arco da chaminé onde se localizava o fogo central, avistando-se os fornos de parede, o ferramental associado, e, à direita, um armário encastrado.

No interior da vasta estrutura torreada da chaminé, de recorte próximo do quadrangular, que se abre para o interior através de um arco granítico de forma abatida, eleva-se uma enorme roda de fumeiro em madeira com ganchos em ferro, considerando-se, como primeira possibilidade, destinar-se à suspensão de carnes e enchidos, a fim de serem defumados, o que, juntamente com o sistema de salmoira representou das mais valiosas e antiquíssimas técnicas de conservação de alimentos, secularmente usadas e recorrentes nos séculos XVII e XVIII, (fig. 11).



Figura 11. Roda no interior da majestosa chaminé. A imagem ilustra os orifícios localizados a grande altura do lado interior, que, associados ao sistema de telha vã, promoviam o evolamento do fumo. A finalizar, observe-se parte da tacharia de bronze suspensa das paredes, como forma funcional e decorativa de acondicionar a mesma.

Sobre a peça circular em foco há notícia que se terá integrado na parte superior da cozinha, numa área que adentra o próprio edifício principal, por conseguinte no extremo oposto do compartimento, mas que se caracteriza por pé direito muito pouco elevado e expressivamente distanciado do fogo, o que poderia remeter para uma outra funcionalidade desta imensa roda, a de suspensão a partir dos ganchos metálicos, de caça e de outros animais, para efeitos de acondicionamento e sequente esquartejamento, situação habitual no quotidiano da época, e que a estampa francesa documentou.

Salientam-se ainda os indispensáveis armários embutidos, em número de três, um dos quais, junto dos fornos, com vetustas prateleiras em ferro e um orifício no fundo para funcional escoamento de líquidos. Vemos ainda uma mesa de pedra central, que se complementaria no passado com outros exemplares em madeira, facilmente transportáveis e de múltipla funcionalidade, como as gravuras de Bartolomeo Scappi ilustram (Fig. 7, 8 e 12).



Figura 12. Aspeto de uma das áreas interiores da Cozinha Senhorial do Museu dos Biscainhos

No compartimento, enquadram-se dois escanos ou preguiceiros, móveis multivalentes, alguns de arrumo, mas, essencialmente de assento e para que os lacaios, criados de lavoura e escravos aqui tomassem as refeições fazendo descer uma tábua que os incorpora, em que a mesma garantia a função de mesa.

Adossado a uma parede transversal, implanta-se um tanque com belíssima carranca granítica, de onde jorrava a água essencial às múltiplas funções do compartimento, outrora proveniente da Fonte da Preta, nascente localizada na base da Igreja da Misericórdia, a que a tradição atribuía poderes miraculosos e que algumas vozes vindas do passado faziam ecoar como relacionadas com o templo romano dedicado à deusa Ísis, que estaria algures na área onde o corpo da catedral se veio a erguer (Fig. 13).



Figura 13. Tanque com carranca. Escultura. Portugal. Granito. Século XVIII.

No pavimento lajeado existem mais três depósitos encastrados, dois dos quais abastecidos por água, e, no exterior da construção que se abre para amplo terreiro ou pátio, em que se situa um poço, sendo área presumivelmente também utilizada em tarefas de apoio ao labor culinário, podemos observar uma elegante pia, em formato de cálice oitavado e alimentada de água que brota de bica implantada na parede exterior, com ornamentação antropomórfica de cabeça com esplendor envolvente, presumivelmente com funções associadas às exigências diárias da Cozinha (Fig. 14).



Figura 14. Elegante pia, em formato de cálice oitavado presumivelmente com funções associadas às exigências diárias de uma Cozinha.

No que respeita aos instrumentos necessários ao funcionamento de uma cozinha, destacam-se inúmeros espetos de ferro, cujos punhos ostentavam formas ornamentais, como hoje se observam, dispostos na parede, nos quais se enfiava carne, por vezes animais inteiros, para serem assados pelo efeito do fogo ao serem ajustados numa espécie de engenhos, estruturas geralmente em ferro com ganchos enquadráveis em diferentes alturas e correspondendo a diferentes graus de calor.

Alguns daqueles suportes de espetos rotativos metálicos atingiam especial dimensionamento, sendo de presumir que a Casa dos Biscainhos disporia desses grandes exemplares pelas muitas pessoas que habitariam aqui, como supra se analisou.

Considerando a trave metálica que, a grande altura, atravessa transversalmente a área e o corpo torreado da estrutrura arquitetónica da chaminé, observável numa das imagens acima, constata-se a existência de gramalheiras que consistem em correntes de ferro que se destinavam à suspensão de grandiosas caldeiras sobre o fogo do lar, vendo-se atualmente uma destas peças segurando a presumida roda de fumeiro.

Embora a fornalha tivesse constituído um sistema muito vulgarizado na Europa e em Portugal, na confeção mais lenta de alimentos, desconhece-se se a Cozinha Senhorial dos Biscainhos, ao longo da sua história de séculos, alguma vez dispôs daquela tipologia de fogão arcaico. Para o assento da tacharia sobre o fogo, existiriam grelhas, trempes e cães dispondo este compartimento museológico de diversificados exemplares.

Quanto ao recheio, consiste em baixela de cozinha em cobre, nos dias de hoje enriquecida por um núcleo que pertenceu à Casa da Várzea de Abrunhais, Lamego, de que era co-proprietário, o Senhor D. Luís Filipe Burnay de Melo Breyner de Lima Brito Nogueira da Silveira Vasconcelos e Sousa, filho do 8º Marquês de Castelo Melhor, aqui depositado pelos descendentes, o Senhor D. Gonçalo da Silveira de Vasconcelos e Sousa e Família, encontrando-se a proveniência confirmada num dos testos.

Os tachos eram, à época, ornamental e funcionalmente suspensos das paredes e nas portas abertas de armários, e, na COZINHA DOS BISCAINHOS são constituídos por recipientes cuja designação e funcionalidade ainda hoje identificamos, nomeadamente, panelas, caçarolas, frigideiras ou tachos de fritar, caldeiras, marmitas, assadeiras, estufadeiras, timbales e chocolateiras, estas para a confeção do famoso chocolate.



Figura 15. Caçarola em cujo testo se lê em inscrição gravada, a identificação do proprietário original "M. DE. CASTELLO. MILHOR.", Marquês de Castelo Melhor.

Aquela exótica bebida viera dos ameríndios e fora introduzida por Espanha, no século XVI, e muito difundida pela Europa a partir de então, e em Portugal que, nos finais daquela centúria se encontrava sob o domínio da nação vizinha (1580 a 1640).

Desde o século XVII que existiam belas e diversificadas formas para empadões salgados, pudins e arte confeiteira, integrando esta cozinha um exemplar cuja complexidade de "*design*" nos ajuda a compreender a atenção, o requinte e o fausto aplicados na apresentação dos alimentos.





Figuras 16 e 17. Formas metálicas. A do lado esquerdo, pertenceu à baixela de cozinha da Casa de Lamego do 8º Marquês de Castelo Melhor e integra a Cozinha Senhorial dos Biscainhos. A do lado direito, é uma forma de empadão que nos permite imaginar a complexidade e aparato associado à apresentação dos alimentos no período Barroco.

No tradicional barro, usavam-se alguidares, bacias, cântaros, bilhas, pratos, malgas, canecas, entre outros. A estes associavam-se as almotolias, as talhas e diversificado vasilhame, para arrecadação de líquidos como o azeite, o vinagre ou o vinho.



Figuras 18, 19, 20. Cântaro asado de barro e vasilhame de folha de zinco. Produção portuguesa.

De madeira eram as rasas e as razões, caixas que serviam para a medição do cereal em grão, que se arrecadava nas tulhas, sendo estas construídas no mesmo material.

A alimentação da classe nobre dos séculos XVII e XVIII era muito farta, incluindo toda a carne que conhecemos como o cabrito, o carneiro, o porco, os animais de capoeira, designadamente, o peru, a galinha, o capão[4], o galo, o ganso, o pombo, o coelho, e o pato manso, sendo acrescida da caça e montaria, directamente praticada pelos fidalgos portugueses, como a perdiz, o tordo, a rola, o pato selvagem, a lebre, o javali, o veado, o cervo e o gamo.

Consumiam-se os produtos de fumeiro da carne de suíno, como o presunto, o paio, e chouriços diversos, entre outros. A alheira, originalmente um enchido de carne de aves, vaca ou coelho terá sido inventada pelos cristãos-novos. Será curioso referenciar que a carne de vaca tão valorizada na culinária contemporânea, era considerada muito forte na época.

---

[4] Galo castrado.



Figura 21. Pintura a óleo sobre madeira. Joachim Beuckelaer 1566. "Cozinha bem sortida". Observe-se ao fundo, à direita do quadro, um almofariz similar ao da Cozinha dos Biscainhos.

Um pintor flamengo, do século XVI, Joachim Beuckelaer, proporcionou através da sua obra uma aproximação à realidade das cozinhas da sua envolvência. Numa pintura, datada de 1566, identificam-se espécies animais, similares às que se consumiam ao tempo em Portugal (Fig. 22).



Figura 22. Almofariz com graal ou mão, de enormes dimensões. Bronze. Nº invº 3838 MEP. Dimensões. Almofariz. Alt. 23,5 cm; diâmetro de boca. 25,5 cm | Mão: Nº invº 3561 MEP. Dim.: Comp. 48 cm.

O peixe, fresco e salgado, era predominante no período de jejum quaresmal, consumindo-se variadas espécies daquele, nomeadamente, linguado, pescada, carapau, ruivo, safio, cavala, peixe-espada, solho, sável, atum, lampreia, salmão, salmonetes e, ao nível do povo, predominavam já então o bacalhau e a sardinha.

Pinturas portuguesas do século XVII, designadamente, naturezas mortas, ilustram mariscos, como camarões, ostras, lagostins, percebes, navalheiras e caranguejos.

Localizados um pouco por todo o lado da ampla Cozinha, dispunham-se diversificados almofarizes com suas mãos, realizados em pedra ou bronze, próximos das caixas de cobre que continham as especiarias, então designadas de "adubos", que consistem em condimentos de origem vegetal, componentes fulcrais para realçar os paladares da Gastronomia Barroca, e a serem pulverizados no momento de serem abundantemente aplicados na confeção dos alimentos.

Das especiarias provenientes do oriente, enunciam-se, a pimenta, o cravo-da-índia, a noz-moscada, o cardamomo, o gengibre, e a canela**,** entre outros; a mostarda vinha de França ou mesmo das ilhas atlânticas, e o açafrão que havia sido introduzido pelos Árabes na Península Ibérica, na Idade Média, era produzido no país vizinho.

As iguarias eram valorizadas com as ervas aromáticas ou "cheiros", como a manjerona, o coentro, o funcho, a salsa, o tomilho, a salva, o loureiro, ou o orégão. A manteiga de vaca, o toucinho e a banha de porco realçavam os cozinhados e, simultaneamente, atuavam como gordura para cozinhar, presumindo-se que o azeite seria mais usado na fritura de peixe.

Na organização culinária da época, destacava-se o elevado número e variedade de pratos e a forma de combinar as espécies, no que respeita ao conceito de doce e de salgado, sendo rotineiro o uso de limão e vinagre, de açúcar e de mel nas comidas salgadas e a constância de algumas especiarias, como a canela, na doçaria, hábito que atravessou o gosto português até aos nossos dias. Da conjunção mencionada resultavam efeitos acidulados e sabores agridoces.

Confeccionavam-se assados, empadas e empadões, – estes muitas vezes com massa folhada, que constitui uma herança da cultura peninsular árabe –, potagens, olhas, guisados, estufados e

cozidos, em receitas simples e complexas, sendo a carne o alimento principal acompanhado de legumes, verduras, ovos e pão, estes com diferentes tratamentos culinários.



Figuras 23 e 24. Empadas de carneiro com ornamentação típica dos séculos XVII e XVIII[5]

O arroz foi durante muito tempo um artigo alimentar das classes mais baixas, havendo sido introduzido pela cultura mourisca no contexto ibérico, no século XIV, com especial produção na província de Castela, sendo importado pelo nosso país de Espanha e de Itália. Nos estratos sociais abastados aquele era muito apreciado quando associado com o açúcar, um produto considerado de luxo, sob a forma do ainda hoje conhecido "Arroz Doce". A batata, presume-se que se consumiria já no século XVIII, embora a sua entrada em manuais de culinária se reporte ao Oitocentismo.

No passado, todas as grandes Casas necessitavam de ser complementadas por uma vasta área agrícola fornecedora dos produtos consumidos na alimentação, englobando hortas e pomares.

A Horta do Palácio dos Biscainhos, situa-se nos últimos patamares e nela se cultivariam as plantas medicinais e as aromáticas, assim como os legumes com destino à culinária, sendo de refletir na nomenclatura do termo hortaliça[6] que permanece até aos dias de hoje e diretamente associado aos produtos da horta.

O Museu dos Biscainhos integra um notável livro da autoria de Domingos Rodrigues, dedicado ao Conde de Vimioso e intitulado "*Arte de Cozinha devidida em tres partes"*, impressa na Oficina de Manuel Lopes Ferreira, no ano de 1693, em Lisboa.

---

5 In http://www.historicfood.com/Edward%20Kidders%20Lamb%20Pasty.htm

6 Designação genérica das plantas cultivadas em hortas e reservadas para uso culinário.



Figura 25. RODRIGUES, Domingos. "*Arte de Cozinha devidida em tres partes*", Oficina de Manuel Lopes Ferreira, 1693, Lisboa, nº invº 3017 MB.

Pombos de D. Francisco

Depois que tiverem assados os pombos, se afogará um pequeno toucinho com uma pouca de manteiga, todas as espécies, cheiros, vinho branco, um golpe de vinagre, agraço inteiro, se o houver, e quando não sumo de limão, para que fique apetitoso; estando temperado, ponham-se os pombos sobre fatias de pão, e lance-se por cima o molho: assim vai à mesa.

Desta forma escrevia **Domingos Rodrigues (1637-1719), Mestre de Cozinha do Conde de Vimioso e do Marquês de Gouveia,** que serviu nos banquetes da Casa Real de D. Pedro II, na sua obra, "*Arte de Cozinha devidida em tres partes*", impressa em 1693, na Oficina de Manuel Lopes Ferreira de Lisboa, e que viria a ser

sucessivamente reeditada nos séculos seguintes. A versão original (*princeps*) remonta a 1680 e constitui-se como a primeira publicação de um manual de Gastronomia Portuguesa.

O mencionado Domingos Rodrigues, foi comentado pelo reputado investigador, Dr. J. Leite de Vasconcelos, da seguinte forma, "*Mestre de Cozinha, tendo exercido o seu ofício 29 anos, assistiu aos maiores banquetes da Corte de Lisboa, e a todos os da Casa Real. O seu livro ressente-se, pois da fartura da mesa dos nossos maiores e mostra como estes se alimentavam com suculência e variedade de pratos*", (VASCONCELOS, p. 416)».

Na "*Arte de Cozinha*" são apresentadas receitas com nabos, espargos, alfaces, cebolas, cenouras, couves, entre outros legumes e verduras. Um manuscrito arquivado na Biblioteca Nacional de Lisboa, datado do século XVII e intitulado, "*Tenções das Cores, das Flores, das Hervas, das Árvores, dos Fruitos e Significação dos Adubos*...", introduz o porro, o pepino, as beldroegas e



Figura 26. Pintura do flamengo Joachim Beuckelaer, datada de 1567 e intitulada, o "*Mercado dos Legumes*", em que se identificam espécies vegetais e animais, em tudo similares aos que se consumiam à época em Portugal.

os espinafres, pelo que podemos presumir que estes e muitos outros vegetais integrariam a horta portuguesa, nas respetivas sazonalidades.

A obra do atrás mencionado Joachim Beuckelaer, retrata vividamente o mundo das feiras de produtos agrícolas, provenientes de hortas e de pomares, cuja qualidade estética nos permite reviver esses mesmos ambientes.

Inserimos uma outra pintura, datada de 1567 e intitulada, o "Mercado dos Legumes", onde se identificam alguns dos vegetais que se consumiam um pouco por toda a Europa. Salienta-se o generoso documento em que o trabalho se constitui, de hortaliça, fruta, caça, cestaria e cerâmica, entre outros, que pouco se distanciariam da realidade portuguesa (fig. 27).



Figura 27. Viçosa figueira do Pomar da Casa dos Biscainhos.

Completavam a dieta da nobreza, muita fruta, fresca, seca ou em calda, os queijos em diversidade, assim como os ovos e as natas. Numa poesia de Sóror Maria do Céu, que viveu no



Figura 28. Pintura de cavalete, a óleo sobre tela, do espólio do museu. Escola Portuguesa. Século XVIII. Nº invº 374 MB. Ilustra alguns dos muitos frutos usados na era do BARROCO.

século XVII, o "*Cântico do Senhor pelas Frutas*", são identificados a amora, a ameixa, a ginja, a cereja, pêra, melão, avelã e a tâmara.

Consideramos ainda a laranja e outros citrinos, como a tangerina e a lima, e ainda o figo, avaliando-se as reminiscências desse consumo pela presença de descendentes arbóreos dessas ancestrais espécies, produzindo anualmente belos e odoríferos frutos no **Pomar** da Casa dos Biscainhos, situado ao nível do segundo terraço dos Jardins Históricos, outrora zona agrícola da Casa Senhorial.

Numa pintura de cavalete, um óleo sobre tela, pertencente ao acervo do Museu dos Biscainhos, datável do século XVIII, entre meninos (*putti*) de expressão Barroca, vemos muitas flores e frutos, identificando-se entre estes, uvas, romãs, pêssegos, maçãs e melões.

No período em foco, **os conventos recebiam parte significativa das damas da nobreza que levavam consigo para o contexto monástico o saber confeiteiro das respetivas famílias**. A produção de pastelaria sofreu um notável incremento, fruto da dedicação das monjas, resultando numa verdadeira concorrência entre os mosteiros, que desejavam concretizar as mais saborosas iguarias, dando origem a uma verdadeira indústria.

Fatias de ovos

> *Amassem huma duzia de ovos com doze onças de farinha, hum arratel de amendoas muyto bem pizadas, hum arratel de açucar de pedra pineyrado, huma colher de manteiga de vacca, agoa de flor misturada com água rosada...*
>
> ***Domingos Rodrigues***

Um núcleo expressivo da doçaria atual, foi concebido ou desenvolvido nas cozinhas monacais Barrocas e a sua designação documenta a origem conventual, dos quais se mencionam, a título de exemplo, papos de anjo, beijos e barrigas de freira, toucinho-do-céu e manjar celeste (EÇA, p. 84).

Nas Casas Senhoriais setecentistas, doces e fruta, completavam as fartas e sumptuosas refeições de requintada apresentação, sendo daqueles os mais apreciados, os ovos reais, o manjar branco e o manjar real, tornando-se curioso tomar conhecimento da perenidade da aletria de ovos, dos ovos-moles, da marmelada, e da tigelada de leite, e outros por mencionar, concebidos há mais de trezentos anos, e que, tendo percorrido o tempo, se mantêm como parte integrante da identidade dos nossos dias.

Como fonte iconográfica do maior interesse não podemos deixar de salientar a obra de Josefa de Óbidos, pintora portuguesa do século XVII, que representou nos seus famosos quadros de naturezas mortas, imagens vívidas de muitos frutos, flores, e de doçaria como o pão-de-ló, a tigela de doce de chila, as queijadas, os fartens, as granjeias e obreias (SERRÃO, p. 203), os folares, os filhós, os bolos de pinhão e amêndoa, entre outros, proporcionando uma abordagem visual dos respetivos formatos e colorações, transportando ao momento de hoje a realidade quase tátil de um passado secular.

Não resistimos a divulgar uma receita, ainda da "*ARTE DE COZINHA*" seiscentista, cujos exóticos componentes ecoam com uma sonoridade alquímica:

Sorvete

Deitam-se num tacho sete arráteis de açúcar de pedra com o sumo de seis limões; bate-se muito bem até que fique em bom ponto; deita-se um cruzado de pós de aljôfar, um cruzado de pós de coral, um cruzado de pós de ouro, seis tostões de almíscar e doze tostões de âmbar e de pedra basar; quando tudo isto estiver bem batido coloca-se em umas tigelas.

Domingos Rodrigues

Num poema de Jerónimo Baía, em edição de 1746, acerca de um "*jantar"*, – que consistia na refeição mais importante do dia e que decorria entre o fim da manhã e as quinze horas –, lê-se:

"*Fomos em fim a jantar*
Huns linguados senhoris
E ruivos….
Sem sal, porém não sem graça,

Veio pescada gentil,
Ovos, arroz, fruta, doce,
Tudo bom, nada ruim.
Mas sobretudo um vinhete,
Mais que poeta subtil
……
Comemos sem descansar,
Brindamos sem nos sentir".

Uma outra gravura do acervo do Museu dos Biscainhos, proveniente da obra "*Evangelicae et Adnotationis",* editada em 1593, com subscrição de ANTON WIERIX (1555/9-1604), importante gravador da Escola Flamenga, e ilustradora das "Bodas de Canãa" no contexto da vida crística, permite-nos aferir de um conjunto de aspetos relacionados com a forma de realização de um banquete

e de organização dos recintos onde o mesmo decorria, na Europa da centúria de XVI e, em Portugal, ainda seguramente perdurando para o século XVII.

No documento em foco, constata-se uma clara divisão dos sexos, encontrando-se as damas recolhidamente inseridas em compartimento à esquerda, servidas por criadas e completamente isoladas da área mais ampla e aberta, à direita, em que os homens se reúnem à volta de um longo bufete, servidos por lacaios.

Em primeiro plano, em mesa atoalhada dispõem-se copos de pé e uma espécie de pichéis para o serviço de vinho, assim como outras vasilhas de maior capacidade dispostas no pavimento, porque à época e nos séculos seguintes, os utensílios da bebida não se encontravam diretamente sobre a banca da refeição mas o copo era levado aos comensais pelo copeiro ou escudeiro sempre que aqueles pretendiam beber e, seguidamente, retirado.

Um outro aspeto de grande interesse apresenta-se na estrutura ao fundo, à direita do observador, que consiste no que então se designava de copa ou copeira e que se apresenta como uma espécie de móvel com diferentes níveis, em que se inseria de forma expositiva a baixela que servia o banquete, que nas casas mais abastadas era geralmente em prata ou mesmo ouro, constituindo elemento de aparato e ostentação, demonstrativo da riqueza do anfitrião.

A emblemática COZINHA SENHORIAL da CASA DOS BISCAINHOS transporta-nos a esse passado em que tantas influências se cruzaram, Oriente e Ocidente, dando lugar ao Portugal que somos.



Figura 29. Gravura sobre papel. Proveniente da obra "*Evangelicae et Adnotationis"*. Escola Flamenga, com subscrição de ANTON WIERIX (1555/9-1604). 1593. Nº invº 2346 (h) MB. A imagem permite avaliar a organização dos recintos de banquete na Europa dos séculos XVI e XVII.

GLOSSÁRIO

Alguidar | Bacia de barro, ou metal, cuja boca apresenta diâmetro expressivamente superior ao do fundo, e que servia para lavar e amassar, entre outras operações.

Aljôfar | O mesmo que aljofareira, planta herbácea da família das Boraginá-ceas, cujos frutos lembram pequenas pérolas.

Almotolia | Vasilha de forma cónica, para azeite e outros líquidos oleosos.

Âmbar | "*Fruto de uma árvore grande da India, do tamanho de uma noz de cheiro agradável. Usa-se de conserva em sal e vinagre*".

Arrátel | Unidade padrão de medida antiga correspondente a cerca de 460 g.

Asada | Denominação de peça provida de asas.

Bilha | Recipiente de líquidos, geralmente de barro, de formato bojudo e gargalo estreito.

Cântaro | Recipiente grande para líquidos, correspondente a meio almude.

Cheiros | Termo ancestral para designação de ervas aromáticas.

Espeto | Utensílio em ferro no qual se enfiava carne, por vezes animais inteiros, ou peixes, para serem assados pelo efeito do fogo do lar.

Estrafogueiro, trafogueiro ou trasfogueiro | Estrutura geralmente em ferro, que servia para apoio da lenha ardente, a partir da qual se confecio-navam os alimentos, por vezes associada a gramalheiras e servindo ainda a suporte de malgas.

Gramalheiras | Correntes de ferro que se destinavam à suspensão de cal-deiras sobre o fogo do lar (lareira).

Grelha | Grade de ferro para sustentação de tachos para cozinhar sobre o fogo.

Lar ou lareira | Pedra do fogo onde se cozinhava.

Olha | Caldo gordo com legumes e carnes abundantes.

Onça | Unidade padrão de medida antiga correspondente a cerca de 29 g e usada para pesagem de produtos em pequenas quantidades, nomea-damente especiarias.

Potagem | Caldo, sopa. Cozido de qualquer legume ou hortaliça.

Suporte de espetos | Estrutura em ferro usada para manter os espetos sobre o fogo da lareira, alguns exemplares com orifícios que permitem a rodagem dos espetos.

Raza | Unidade de medida de capacidade para cereal em grão, correspondendo a cerca de 12 kg.

Razão | Unidade de medida de capacidade para cereal em grão, correspondendo a cerca de 15 kg.

Trempe | Peça de ferro, triangular ou circular, que se dispunha diretamente no fogo, e sobre a qual se colocavam os tachos permitindo a cozedura dos alimentos.

Tulha | Arca de grandes dimensões e/ou compartimento onde outrora se arrecadava o cereal em grão utilizado na alimentação.

Bibliografia

ARRUDA, Luísa. – "*Azulejaria Barroca Portuguesa. Figuras de Convite"*. Edições INAPA.

BUESCU, Ana Isabel; FELISMINO, David (Coordenação) – "*A mesa dos reis de Portugal. Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XII-XVIII)".* In «Temas e Debates», Círculo de Leitores, 2011.

EÇA, Teresa d'Almeida d' – "*Museu dos Biscainhos. Roteiro*". Edição do Instituto de Museus e da Conservação, Lisboa, 2005.

MATTOSO, José (Direção). *História da Vida Privada. A Idade Moderna*". Coleção «Temas e Debates» edição de «Círculo de Leitores», 2011.

PEREIRA, Ana Marques. – *Cozinhas. Espaço e Arquitectura*. Edições INAPA, 2006.

PEREIRA, Ana Marques – *Mesa Real. Dinastia de Bragança*. "Coleção História da Arte", Edições INAPA, 2007.

REIS, José da Costa. – "*Genealogia da Casa dos Biscainhos*", Museu dos Biscainhos, 1996. Integrado no Arquivo do Museu dos Biscainhos.

RODRIGUES, Domingos – "*Arte de Cozinha devidida em três partes*". Impresso na Oficina de Manuel Lopes Ferreira, Lisboa, 1693.

SERRÃO, Vítor (Coordenação) – "*Josefa de Óbidos e o Tempo Barroco*", edição do Instituto Português do Património Cultural, Printer Portuguesa, 1991.

VASCONCELOS, Dr. J. Leite de – "*Etnografia Portuguesa. Tentame de sistematização*", Vol. VI, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1975.

As visitas pastorais dos Arcebispos de Braga a Guimarães

LUÍS MIGUEL PULIDO GARCIA CARDOSO DE MENEZES [1]

RESUMO

Este artigo procura estudar a visita dos Arcebispos de Braga à cidade de Guimarães nos séculos XIX-XX. Aborda as visitas pastorais de D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810-1888), Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas (1877-1882), de D. António José de Freitas Honorato (1820-1898), Arcebispo de Braga (1883--1898), de D. Manuel Baptista da Cunha (1843-1913) Arcebispo de Braga (1899-1913), de D. Manuel Vieira de Matos (1861-1932), Arcebispo de Braga (1914-1932) e de D. António Bento Martins Júnior (1881-1963), Arcebispo de Braga (1932-1963), iniciando-se com a biografia dos mesmos; resumo da visita pastoral; e seu relato na imprensa na grafia actual.

Palavras-chave: Arcebispo de Braga – Visita oficial – Guimarães – Imprensa – Biografia

ABSTRACT

This article seeks to study the visit of the Archbishops of Braga to the city of Guimarães in the 19th-20th centuries. It covers

[1] cf. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Licenciatura em História pela Universidade Autónoma de Lisboa "Luís de Camões", em 1990, Curso de Especialização em Ciências Documentais, na opção de Documentação e Biblioteca pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, entre 1998-2000, Sócio do Instituto Português de Heráldica e da Associação Portuguesa de Genealogia; documentalista e bibliotecário do sector audiovisual.

the pastoral visits of D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810--1888), Archbishop of Braga and Primate of the Spain (1877-1882), D. António José de Freitas Honorato (1820-1898), Archbishop of Braga (1883 (1843-1913), Archbishop of Braga (1899-1913), D. Manuel Vieira de Matos (1861-1932), Archbishop of Braga (1914-1932) and D. António Bento Martins Júnior (1881-1963), Archbishop of Braga (1932-1963), beginning with their biography; summary of the pastoral visit; and his report in the press in the current spelling.

***Keywords**: Archbishop of Braga – Official Visit – Guimarães – Press – Biography.*

INTRODUÇÃO

Desde tempos remotos as rivalidades e conflitos históricos de vários séculos, entre as cidades de Braga e Guimarães, tiveram reflexos nas relações e nas visitas pastorais dos prelados bracarenses à cidade vimaranense, principalmente com a Colegiada de N. S.ra de Oliveira.[2] O primeiro conflito, verificou-se com D. Estêvão Soares da Silva (-1228), Arcebispo de Braga (1213-1228), que se quis intrometer nos assuntos da Colegiada de Guimarães e apresentou queixa ao Papa Inocêncio III, o que levou a uma concordata celebrada entre o Cabido e o arcebispo a 23-10-1216, e homologada pelo Papa Honório III a 10-1-1217; D. Martinho Afonso da Charneca ou Miranda (1360-1416), Arcebispo de Braga (1386?-), teve pendência com a Colegiada de Guimarães, por não querer respeitar os privilégios que essa instituição gozava. Assim insistindo na sua visita, veio a encontrar as portas da igreja fechadas e como nesse dia chovia torrencialmente, abrigou-se no padrão; no tempo de

---

[2] cf. A insigne Colegiada de N. S.ra de Oliveira, começou por chamar-se de Colegiada de Guimarães, tendo um vasto património urbano na vila de Guimarães e rural espalhado por 27 freguesias nas regiões de Entre Douro e Minho. A sua origem remonta ao mosteiro duplex (para religiosas e religiosos), fundado em meados do século X pela Condessa Mumadona Dias, nas terras de Vimaranis, sua propriedade. Possuindo grande autonomia, não reconhecia a autoridade e superioridade hierárquica do Arcebispo de Braga, mas apenas da Santa Sé e do Rei de Portugal, o que deu a graves conflitos com o episcopado bracarense. Ao longo dos tempos, esta instituição gozou da protecção dos Reis de Portugal, que enriqueciam também a colegiada através de doações e confirmando privilégios antigos de que usufruía este estabelecimento e os que para ela trabalhavam, como por exemplo, o privilégio das Tábuas Vermelhas a 21-7-1455.

D. Fernando da Guerra (c. 1385/90-1467), Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas (1416/7-1467), o Prior da Colegiada, D. Rodrigo da Cunha, opôs-se à visitação ordenada por este bispo, declarando que não consentia a visita dos visitadores delegados, senão nos termos da antiga concordata; D. Luís Pires, Arcebispo de Braga (1468-1480), publicou um decreto geral, sobre a residência pessoal dos párocos nos seus benefícios, incluindo nesse diploma os membros do Cabido de Guimarães, o que foi contestado por estes, que tiveram sentença favorável do Papa Paulo II em 6-7-1471; D. Frei Baltasar Limpo (-1558), Arcebispo de Braga (1550--1558), resolveu visitar a Colegiada de Guimarães por volta de 1552, e encontrando as portas fechadas, mandou-as arrombar, tendo então acudido o Prior Gomes Afonso, que protestou contra estas violências, levando a uma nova concordata entre o arcebispo, o prior e os cónegos da Colegiada; em 1621, D. Afonso Furtado de Mendonça (1561-1630), Arcebispo de Braga (1618-1626), enviou o seu bispo coadjutor, acompanhado de muitos oficiais de justiça a visitar a Colegiada de Guimarães, tendo o Cabido e a câmara municipal impedido tal visita, pelo que o bispo teve de regressar a Braga. Após o magistério episcopal de D. Veríssimo de Lancastre (1615-1692), Arcebispo de Braga (1670-1677), não existiu mais nenhum conflito entre os prelados bracarenses e a Colegiada de Guimarães. A partir daí, a boa recepção manifestou-se por exemplo, quando D. José de Bragança (1703-1756), Arcebispo de Braga (1741-1756), por motivos de desavença com o Cabido da Sé de Braga, veio para Guimarães a 10-12-1746, sendo recebido com manifestações de bom acolhimento e um solene *Te Deum* na Colegiada. Sentiu-se de tal forma bem em Guimarães, que comprou um prédio no então Campo da Misericórdia, onde durante a sua permanência, instalou a sede da diocese, que durou até 22-6-1748; a 10-9-1784, D. Gaspar de Bragança (1716--1789), Arcebispo de Braga (1758-1789), foi recebido à porta da Colegiada debaixo de pálio, seguindo-se um *Te-Deum*, findo o qual, o Cabido acompanhou-o seguido de numerosa comitiva até ao palácio da Misericórdia, onde se hospedou.[3] Já no século XIX, D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810-1888), Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas (1877-1883), inicia a sua primeira visita pastoral

[3] cf. Manuel Alves de Oliveira – Um motim de há 100 anos: entre Braga e Guimarães, in Boletim de Trabalhos do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, vol. XXVI, 1985, p. 317-321.

por Guimarães de 28-4 a 1-5-1877, para implorar «*o auxílio da Mãe de Deus no mais antigo e mais famoso dos seus Sanctuarios d'este paiz* (…)» e na visita pastoral de 17 a 21-6-1882, chega a afirmar que «*O povo de Guimarães, fez-me o que não faz aos reis*».[4]

Normalmente, as visitas pastorais segundo D. Manuel Clemente (1948-), 17º Cardeal-Patriarca de Lisboa (2015 e 2013), não são o que eram noutros tempos «*Antigamente, nas dioceses rurais e em lugares muito recônditos, a Visita Pastoral, por vezes acontecia de décadas a décadas, quando o Bispo, ou alguém que ele mandasse, passava pelas paróquias para ver se as contas estavam em dia, se as obras estavam feitas e não chovia dentro da igreja, se os paramentos estavam em ordem, se havia algum assunto que precisasse de julgamento* (…)». Contudo «*hoje em dia* (…) *as Visitas Pastorais, são hoje uma realidade permanente*».[5]

A própria imprensa vimaranense, apenas se solidifica na 2.ª metade do século XIX. O Padre Ferreira Caldas, refere que Guimarães em 1820, implantou o invento da imprensa, mas apenas surgem três casos impressos e entre estes figura O Azemel Vimaranense, publicado em 1822/1823. Até esse momento, o jornalismo limitava-se a Lisboa, Porto e Coimbra e Guimarães, foi a quarta localidade que primeiro teve jornais. Só após a Revolução de 1820, é que começam a surgir os jornais por todo o País, mas impelidos com pensamento liberal. Contudo, este periodismo vimaranense como noutras cidades do País não frutificou, devido a um longo período de instabilidade política, perseguições e guerra civil. Apenas começa a vingar após o movimento da Regeneração em 1851, mais concretamente, com o periódico político A Tesoura de Guimarães em 2-9-1856 e com o Vimaranense em 12-5-1859, surgido uns anos antes. Durante este tempo, que medeia entre o jornal O Azemel Vimaranense em 1882 /1823 e A Tesoura de Guimarães em 1859, as informações são supridas embora com muitas limitações, com os livros de lembrança (manuscritos) do Cónego José Pereira Lopes de Lima, que desde 1819 a 1835, aponta tudo o que mais de revelante, notório e curioso, se passara na cidade de Guimarães.

---

4 cf. José Augusto Ferreira – Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga (sec. III - sec. XX), tomo IV, Braga: Mitra Bracarense, 1928-1935, pp. 235-236, Imparcial de 4-5-1877, Anno 5, n.º 411, pp. 2-3, Religião e Pátria de 23-6-1882, 32ª Série, n.º 2, p. 1 e O Progresso Catholico: Revista religiosa, scientifica, litteraria, artistica e noticiosa, 4 Anno, n.º 17 de 30-6-1882, Guimarães-Braga: Typographia Luzitana, 1878-1925, pp. 201.

5 cf. A Voz da Verdade de 17-1-1-2016, Ano 84, n.º 4196, p. 2.

No entanto, a partir da 2ª metade do século XIX e primeiro quartel do século XX, vão aparecer diversos periódicos, que nos permitem realizar um retrato vivo e fiel das visitas pastorais dos prelados bracarenses ao arciprestado de Guimarães. É o caso dos jornais periódicos: Religião e Pátria (Religioso, político e noticioso) de 1862 a 1895; O Imparcial (Político e noticioso) de 1872 a 1890; O **Progresso Catholico (**Rev. Religiosa, científica, literária, artística, noticiosa e crítica) de 1878 a 1905; O Comércio de Guimarães (Periódico liberal, comercial, industrial e agrícola), de 1884 em curso; **Vimaranense** (Político, literário e noticioso) de 1891 a 1900; Independente de 1901 a 1911; Notícias de Guimarães (Defensor dos interesses do concelho) de 1932 em curso, etc.[6]

A outra razão que leva ao espaçamento dilatado das visitas pastorais, foi a falta de meios de transporte – nomeadamente o ferroviário, que só começa a desenvolver-se no último quartel do século XIX, com os governos regeneradores de António Maria Fontes Pereira de Melo.

Devido a todas as circunstâncias acima apontadas, este artigo começa com as visitas pastorais de D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810-1888), Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas (1877-1882) de 28-4-1877 a 1-5-1877 e de 17-6-1882 a 21-6-1882; as de D. António José de Freitas Honorato (1820-1898), Arcebispo de Braga (1883-1898) de 12-11-1887 a 18-11-1887 e de 29-11-1891; a de D. Manuel Baptista da Cunha (1843-1913), Arcebispo de Braga (1899-1913) de 3-11-1900 a 1-12-1900; as de D. Manuel Vieira de Matos (1861-1932), Arcebispo de Braga (1914-1932) de 8-5-1915 a 10-5-1915 e de 8-6-1927 a 12-6-1927; e a de D. António Bento Martins Júnior (1881-1963), Arcebispo de Braga (1932-1963) de 4-6--1952 a 8-6-1952. Saliente-se ainda, que as visitas pastorais dos prelados bracarenses, não se esgotam neste estudo, podendo existir outras, que ou por meu desconhecimento ou por não merecerem por parte da imprensa o devido realce, não são citadas neste trabalho.

As visitas pastorais dos prelados bracarenses à cidade vimaranense, tinham um roteiro-padrão estabelecido pelo ritual dos Arcebispos. Normalmente, o Arcebispo de Braga-Primaz de Espanha, entrava no concelho de Guimarães pela localidade das Caldas das Taipas, onde era aguardado pelas autoridades administrativas, civis, religio-

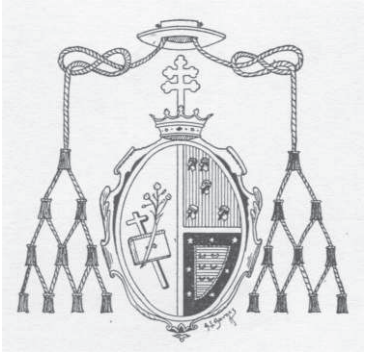
---

[6] cf. Alberto Vieira Braga – Notas sobre a história da imprensa periódica em Guimarães, in Revista de Guimarães, n.º 50, 1940, pp. 31-35.

sas e militares. Daqui, seguia processionalmente com as entidades religiosas para a igreja da Misericórdia, na forma preceituada pelo cerimonial dos bispos, onde se paramentava e depois dirigia-se para a Insigne e Real Colegiada de N. S.ra de Oliveira de Guimarães, onde seria entoado um solene «*Te-Deum*». Finda esta cerimónia, dirigia-se em cortejo para a Casa do Carmo do Conde de Margaride, onde dava recepção e se hospedava (na visita pastoral de 1915, hospeda-se na Casa de Margaride em S. Romão de Mesão Frio); depois consoante o programa da visita, deslocava-se à igreja de S. Sebastião, igreja de S.ta Margarida e ao Castelo, Dominicas, igreja de S. Paio e Recolhimento do Anjo, Asilo de S.ta Estefânia e capela das Trinas, hospital da S.ta Casa da Misericórdia, Sociedade Martins Sarmento, Bombeiros Voluntários, Seminário de N. S.ra da Oliveira, igreja da Real Irmandade dos Santos Passos (Asilo de Mendicidade e colégio anexo), à igreja e convento de N. S.ra da Madre de Deus e o hospital e igrejas da Ordem Terceira de S. Domingos, S. Francisco e Carmo, etc., ou realizava uma peregrinação ao Santuário do Monte da Penha ou participava em congressos religiosos, como sejam, o 3º Congresso Eucarístico Arquidiocesano de Guimarães ou Congresso Eucarístico Nacional de Guimarães, o Congresso Eucarístico Regional, etc. Em complemento à visita da cidade vimaranense, deslocava-se às respectivas paróquias do Arciprestado, onde ministrava o sacramento do Crisma; verificava se os livros paroquiais e as contas estavam em dia; se as igrejas necessitavam de obras de conservação e se os paramentos estavam em ordem; indagava se haveria algum assunto urgente a tratar, etc., etc.

Este artigo, inicia-se com a biografia dos prelados bracarenses, seguindo-se uma pequena sumula / resumo da visita pastoral, complementada com o seu relato na imprensa, vertida na ortografia actual do português.

D. JOÃO CRISÓSTOMO DE AMORIM PESSOA



Armas episcopais de D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810-1888), Arcebispo de Braga (1877-1882)

Foi **D. JOÃO CRISÓSTOMO DE AMORIM PESSOA**, Bispo de Cabo Verde (23-3-1860 – 22-3-1861), Arcebispo de Goa (22-3-1861 – 11-3-1877) e Arcebispo Primaz de Braga Arcebispo de Braga e Primaz das Hespanhas (de 11-3-1877 a -6-1882), que nasceu em Cantanhede, concelho e distrito de Coimbra a 14-10-1810, filho de João Dias Pessoa e de D. Francisca Inácia de Jesus Gomes Murta. Estudou latim na sua terra natal e em 11-6-1826, entrou para o noviciado do Convento de N. S.ra da Conceição de Frades Capuchos da Província de S.to António de Portugal na vila de Cantanhede. Depois transitou pelo Convento de S.to António da Sertã em 20-1-1828 para o Convento de S.to António de Lameda em Lisboa, onde estudou Filosofia, passando em 22-7-1830, para o Colégio de S.to António da Pedreira em Coimbra, a completar os seus estudos de Teologia. Recebeu ordens menores na capela do Hospício da Terra Santa em Lisboa em 1829, de Sub-Diácono em -12-1831 e a de Diácono em 1832. Em 1834, em virtude da extinção das ordens Religiosas, abandonou o convento donde saiu pobre e foi viver para a companhia de sua mãe e irmãs. Em 1835, foi ordenado presbítero em Lisboa.[7]

Doutorou-se em Teologia pela Universidade de Coimbra em 11-8-1850 e foi apresentado pároco de Cantanhede por decreto de 11-8-1851, de que tomou posse a 9 de Novembro. Foi professor de

---

[7] cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 194-195.

Ciências Eclesiásticas no seminário de Coimbra e professor substituto da Faculdade de Teologia (1855). Por decreto de 18-1-1856, foi apresentado numa cadeira capitular da Sé Catedral de Coimbra, Arcediago de Vouga, tomando posse a 7 de Fevereiro seguinte.[8]

Por decreto de 8-6-1859, foi nomeado e apresentado Bispo de Santiago de Cabo Verde, e no Consistório secreto de 23-3-1860, confirmado por Sua Santidade o Papa Pio IX. A 26-8-1860, efectuou-se a sagração ou ordenação episcopal de D. João Crisóstomo na igreja do Seminário de Santarém, sendo Prelado Sagrante o Cardeal Patriarca de Lisboa D. Manuel Bento Rodrigues da Silva.[9]

No ano seguinte, foi nomeado e apresentado como Arcebispo de Goa por decreto de 22-10-1860, sendo confirmado pelo Papa Pio IX no Consistório de 22-3-1861. Tomou posse da dignidade episcopal de Goa a 11-1-1863. Na pastoral de 8-8-1863, convidou o clero a dedicar-se às ciências e às letras, declarando a sua «*firme resolução de repelir dos empregos do Santuário e da sagrada ordenação, os que não quisessem entrar pela porta da ciência*». No seminário de Rachol, deu uma organização de estudos semelhante à dos Seminários de Coimbra e de Santarém e fundou uma rica biblioteca. Em 1865, defendeu a encíclica *Quanta cura e o syllabus*.[10] O governo, concedeu-lhe em 1868, autorização para regressar à Metrópole. Por carta régia de 28-12-1871, foi nomeado Par do Reino, devido aos serviços prestados na execução da Concordata de 21-2-1857.

Era Arcebispo de Goa, quando em 17-11-1874, foi nomeado pelo Papa Pio IX, coadjutor e sucessor do Arcebispo de Braga, José Joaquim de Azevedo e Moura (1794-1876). Chegando a Braga em 22-3-1875, fixou residência provisoriamente no Seminário de S. Pedro, donde expediu a sua primeira pastoral datada de 13-5-1875. Como depois se retirasse para Évora o Arcebispo Moura, transferiu D. João Crisóstomo a sua residência para o Paço Arquiepiscopal em 27-11-1876. Falecido o seu antecessor fez a sua entrada solene na Sé de Braga em 11-3-1877, como Arcebispo da diocese.

Procurou D. João Crisóstomo, reformar a disciplina eclesiástica, dando instruções acerca do registo paroquial, róis de desobriga,

---

8 cf. José Augusto Ferreira – Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga (sec. III - sec. XX), tomo IV, Braga: Mitra Bracarense, 1928-1935, pp. 196-197.

9 cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 197-198.

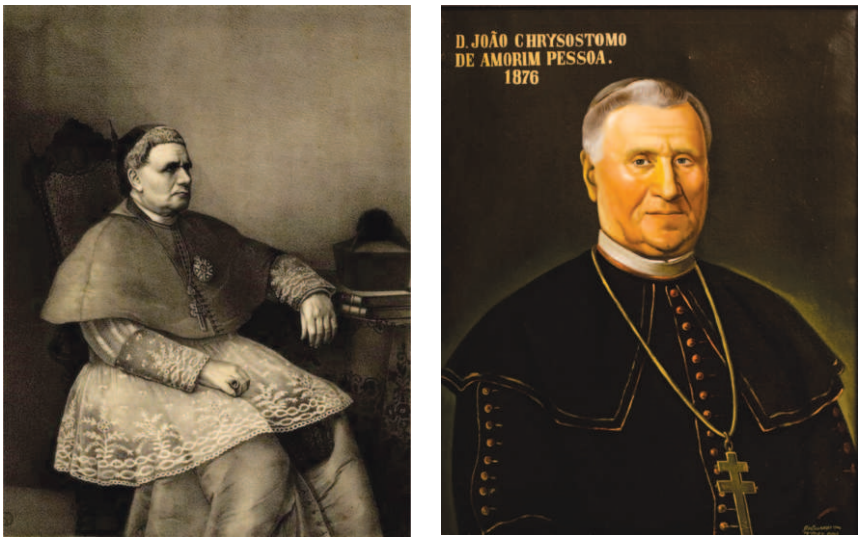
10 cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 99-205.

processos para casamento; proibindo como pouco edificantes as procissões denominadas *cercos* e os cantos das mulheres nas igrejas; e adoptando outras providências sobre diversos assuntos. Mereceu-lhe especial empenho, o aperfeiçoamento da educação dos aspirantes ao sacerdócio. E como era insuficiente o edifício em que o Seminário se encontrava instalado no Campo da Vinha, instou com o Governo em 27-12-1875 e em 11-12-1876, pela concessão do edifício das Ursulinas para seminário, que lhe foi deferido por portaria de 3-6-1878. Deu ao seminário a invocação dos Apóstolos de S. Pedro e S. Paulo; alcançou do cofre da Bula da Cruzada, treze contos de réis para reparações do edifício; aumentou o número de disciplinas ministradas e conseguiu muitos livros para a biblioteca. Uma das suas mais notáveis pastorais é a de 1-5-1879, em que trata da comunhão dos Santos.

Desgostoso com a circunscrição diocesana de 1882, pela qual se reduzia a extensão da diocese de Braga em proveito da do Porto, resignou em Junho daquele ano e despediu-se dos seus diocesanos em pastoral de 8-9-1883. Retirou-se para a sua quinta de S. João Baptista de Cabanas, freguesia de Dume, situada a 1 km ao norte de Braga e aí faleceu em 25-12-1888. O seu cadáver, foi trasladado para sua terra natal Cantanhede. Legou os seus manuscritos à Universidade de Coimbra, e a sua livraria à câmara municipal de Cantanhede e universal herdeira a Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede, com a obrigação de criar uma cadeira de Gramática Latina e Francesa e de fundar para pobres um hospital, em cuja capela serviriam nas festividades religiosas os paramentos do testador.[11]

---

[11] cf. Fortunato de Almeida, Damião Peres, ed. Iit – História da Igreja em Portugal, 3º vol., Porto; Lisboa: Livr. Civilização, 1970, pp. 512-513, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, 1960- , vol. II, pp. 410-411 e José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 194-268.



D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810-1888), Arcebispo de Braga (1877-1882)
(coleção Museu Pio XII)

– VISITA PASTORAL de 28-4-1877 a 1-5-1877 de D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810-1888), Arcebispo de Braga (1877-1882)

O arcebispo D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810--1888), logo que pode, tratou de fazer a visita pastoral ao Arcebispado nas sedes dos concelhos começando pela cidade de Guimarães em 1877, pois foi sua tenção ao principiá-la era «*ir aquella cidade implorar o auxílio da Mãe de Deus no mais antigo e mais famoso dos seus Sanctuarios d'este paiz; considerou ser um dever seu ir prostrar-se nos degraus do altar da Virgem das Victorias, deante da qual tantas vezes ajoelhou o illustre fundador da Monarchia portugueza e muitos homens celebres nas artes e nas sciencias, na guerra e na politica*».

Partiu por isso D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810--1888), Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas (1877-1883), no sábado de 28-4-1877, para Guimarães, onde fez a sua entrada solene às 15h30 minutos, quando chegou à igreja da Misericórdia onde se vestiu e seguiu processionalmente com as corporações religiosas, debaixo duma copiosa chuva para a Colegiada, onde teve

uma grande recepção e se observaram as respectivas cerimónias. As boas vindas por parte da câmara Municipal e Guimarães, foram dadas da parte de dentro da porta principal da Colegiada. No princípio da rua da Sapateira e fim da dos Mercadores, estava uma porta de arco grande com as armas do arcebispo dum lado e as de Guimarães de outro com a legenda: *Gaudentes salutamus antistem nostrum*. Após a cerimónia religiosa na Colegiada, dirige-se desde o Toural até à Casa do Carmo do 1º Conde de Margaride, onde se hospedou, fazendo guarda de honra o Regimento de Infantaria n.º 3. No domingo (29-4-) pelas 10 horas da manhã, voltou à Colegiada em que celebrou missa pontifical e fez a homilia. Terminada a missa, cantou-se um *Te-Deum*, no fim do qual deu bênção do Santíssimo Sacramento, junto do altar de N. S.ra da Oliveira e colocou sobre ele como oferta à Santíssima Virgem, a cruz peitoral e o grilhão de ouro com que tinha celebrado esta cerimónia.

Na segunda-feira (30-4), administrou o sacramento da confirmação na igreja de S. Francisco que excedeu 2000 pessoas; dirigiu-se de novo à Colegiada de Guimarães, onde apreciou os tesouros depositados na mesma; visitou o oficial de Infantaria, passando depois à igreja de S.ta Margarida e ao castelo; e na terça-feira (1-5-), assistiu à missa na capela da Casa do Carmo dos Condes de Margaride, dirigida pelo padre João Rebelo Cardoso de Menezes, tendo no fim crismado dois membros desta família; visitou posteriormente o Asilo de Mendicidade de N. S.ra da Consolação e Santos Passos, a igreja dos Santos Passos, onde admirou a veneranda imagem e alguns tesouros raros; a igreja e convento de N. S.ra da Madre de Deus e o hospital e a igreja da Ordem de S. Domingos, deixando esmolas às mesmas, e retirou-se para Braga às 17 horas da tarde desse dia.[12]

A visita episcopal de 28-4-1877 a 1-5-1877

No dia 28 de Abril findo, pelas 5 horas da tarde, entrou nos muros desta cidade S. Ex.a Rev.a o Snr. D. João Crisóstomo Amorim Pessoa, Senhor de Braga e Primaz das Espanhas. Especialmente, o clero procurou quanto lhe foi possível tornar solene esta entrada, que tanta honra vinha dar à terra, e efectivamente deu, restando-lhe

[12] cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 235-236 e Imparcial de 4-5-1877, Anno 5, n.º 411, pp. 2-3 e João Lopes de Faria – Efemérides Vimaranenses. Vol. 2 (abr.-jun.) de 28-4-1877, pp. 74-74v.

mais uma página gloriosa nos anais que encerram factos brilhantes de que Guimarães se ufana de ser berço. O modo como o augusto Prelado aqui foi recebido, e o modo como o povo foi por Ele tratado, dão uma prova cabal daquela asserção.

Várias corporações o foram esperar ao caminho em coches e muitos decentes carros, alguns dos quais vieram do Porto. O Clero aí foi representado por vários membros, e pelo chefe deste julgado, o muito digno e probo snr. Arcipreste; assim como foram representadas pelos seus mesários as V.O.T. de S. Francisco, S. Domingos, Carmo. A Santa Casa da Misericórdia, as autoridades judiciais e administrativas e diversos cavalheiros, também aí se achavam. À entrada de Guimarães o esperavam a Câmara, em alta etiqueta, a ala direita do regimento 3, em grande gala, com o seu coronel e ajudante e respectiva música. Honra seja feita a esta duas corporações, municipal e militar, que não fazendo reparo na chuva que era torrencial e continua, se conservavam de pé firme, esperando o ilustre prelado, para em nome do povo de Guimarães lhe significarem o quanto este se alegrava pela chegada do seu Pastor. Próximo da igreja da Misericórdia estava construído um palanque para no caso do tempo dar lugar, ali ser recebido pelo senado, revestindo-se antes naquela igreja de pontifical, com mitra e báculo, e depois ser conduzido debaixo dum rico pálio, de antemão preparado, pela câmara municipal, até à porta da Insigne e Real Colegiada, onde esta seria substituída pelo Cabido.

Como porém, o tempo não o permitisse S. Exc. Rev.ª dirigiu-se directamente para a Colegiada, sendo ali recebido pelos dois corpos distintos do Cabido e Coraria, pegando os camaristas às varas do pálio, onde em seguida foi cantado o antífona *Ecce Sacerdos magnus*, que foi executada a instrumental, sendo director da orquestra o distinto professor o sr. Venâncio, durante a qual foi fazer oração ao altar do Sacramento, e em seguida acompanhado para a capela-mor, onde se achava disposta a cadeira por baixo dum vistoso dossel. Terminada que foi a cantoria S. Exc. deu a beijar o anel às corporações que ali se achavam, e por último a todo o povo.

E depois de conhecer quanta fé se aninhava nos corações dos vimaranenses, se dirigiu para o palacete dos exm.os condes de Margaride. Não devemos passar daqui em silêncio sem mencionar um magnífico arco, que estava colocado na rua da Rainha, mandado construir pelo clero. Na frente tinha reunidas as armas de Braga e Guimarães, por baixo das quais se lia; *Ecce Sacerdos Magnus*; e do

lado de trás, a seguinte inscrição: *Gaudentis Salutamus Antistilem Nostrum*. As ruas e praças por onde tinha de passar o Prelado, achavam-se todas embandeiradas, ornadas com mastros no cimo dos quais flutuavam, galhardetes e outros ornatos, que produziam um brilhante efeito. Uma comissão secular, composta de 10 cavalheiros, foi encarregada destes trabalhos.

No dia 29, pelas 10 horas da manhã, foi celebrada pontifical na Colegiada pelo ilustre Prelado com a pompa e esplendor de que Braga se ufana pouca vezes, antes do qual S. Exc.ª assistiu a *Terlia* [*ou Tertia*] cantada com toda a pompa por quase 40 padres. Durante esta augusta cerimónia um belo discurso foi proferido pelos lábios que traduziam a sinceridade daquele, que com o nome de Cantanhede despovoava as habitações em Coimbra e nos arrabaldes para o escutarem. O texto deste belo discurso foi tirado do cap. 14 do Evangelho de S. Marcos, que diz – *Omnia quoecumque orantes pelilis, credite quia accipietis*.

Depois de ter falado das relíquias dos mártires que se veneravam nas igrejas dos cónegos regulares, de quem se rezavam nesse dia, fez uma transição para a Virgem dos Mártires, e especialmente para a Virgem da Oliveira, e com factos históricos do nosso Portugal demonstrou que efectivamente tudo que era pedido a Deus por intercessão desta Virgem em prol deste abençoado torrão, era conseguido; e os monumentos históricos de que se serviu provam à evidência a sua tese; pois foram eles o convento de Alcobaça, o convento e templo da Batalha e a construção da Colegiada Insigne e Real, onde estava. Assistiu ao Pontifical, além do Cabido, Coraria e demais clero em grande número, o mestre-de-cerimónias do Prelado, o exemplar snr. Vice-reitor do Seminário de S. Pedro, o digno snr. Dr. Secretário, e um famulo com 10 colegiais do seminário: Foi Presbítero assistente o snr. Cónego Tesoureiro-mor – Diácono, o snr. Cónego Ferreira Mendes de Abreu.

No fim do pontifical foi entoado por S. Exc. Rev.ª o *Te Deum Laudamus* que, como missa, foi magistralmente desempenhado pela citada orquestra. Por esta ocasião S. Ex. Rev.ª deu à Virgem da Oliveira a sua cruz peitoral com um cordão volumoso e extenso, cujo valor deve exceder a 40 libras esterlinas.

Guimarães iluminou à noite as fachadas das suas casas, tocando à porta da Associação Clerical uma filarmónica, havendo também em casa do snr. Conde de Margaride, uma orquestra de sala e a banda do regimento à porta.

No dia 30, administrou o Sacramento da Confirmação na espaçosa igreja da ordem seráfica de S. Francisco, antes do que se dirigiu aos assistentes uma [?] alocução, cheia de saber e de piedade, mostrando a importância deste sacramento, os efeitos que dele resultam, e a sua necessidade, principalmente nesta época em que o espírito de descrença tem avassalado até inteligências, que pela sua ilustração deviam estar isentas da preponderância da época; e neste discursinho, declarou aos vimaranenses quanto o seu coração estava penhorado pelos sentimentos de afecto que o bom povo desta cidade lhe tinha manifestado; declarando mais, que bem conhecia que o génio do mal não tinha nesta terra grande número de prosélitos, e por isso que Guimarães se podia e devia considerar como um baluarte da fé inabalável aos choque da impiedade. O número dos confirmados excedeu a 2.000. Depois de concluído o sagrado crisma dirigiu-se de novo à Insigne e Real Colegiada e aí examinou com espírito perspicaz que todos lhe reconhecem, todos os monumentos da nossa glória portuguesa que se acham encerrados no tesouro da mesma.

Depois disto despediu a cruz [prelatícia?] e foi como secular visitar o exm.º coronel, que se achara algum tempo incomodado por causa duma queda; e em seguida foi ver a igreja de Santa Margarida, donde passou ao castelo, do qual muito estranhou o estado lastimável e ruinoso em que se achava.

No dia 1 de Maio, depois de ter assistido à missa, que na capela do snr. conde de Margaride fora dita pelo snr. padre João Rebelo [Cardoso de Menezes], e tendo no fim crismado dois meninos e mais alguma família daquele senhor, foi visitar o asilo de mendicidade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, onde deixou uma esmola de 30$000 réis; dali dirigiu-se à igreja dos Santos Passos, onde admirou a veneranda imagem e mais algumas ricas e preciosas alfaias, que aquela corporação tem. A igreja e convento de N. Senhora da Madre de Deus, também tiveram a honra da sua visita, e deixou às piedosas freirinhas uma esmola de 30$000 réis.

Também deu 20$000 réis ao asilo de Santa Estefânia. A pedido da mesa da ordem de S. Domingos, também foi ver o hospital e a igreja, e outro tanto tinha feito no dia do sagrado crisma ao hospital da ordem terceira de S. Francisco. Ambas estas corporações lhe ofereceram a patente de terceiro professo, que S. Exc.ª muito apreciou, principalmente a de S. Francisco, pois já era filho

deste Patriarca. Quem ocupou o lugar de honra de Mordomo nesta visita a Guimarães, foi o rev.º snr. António Joaquim Teixeira, comissário activo em S. Francisco, e a quem o Prelado concedeu licença de dizer missa e jurisdição de confessar homens e mulheres, no espaço de 10 anos, concessão esta que honrou o Prelado, por quanto este padre era digno de toda a estima e consideração pela sua muita probidade e zelo evangélico.

Foi neste dia, que, saudoso, deixou esta terra o Snr. Arcebispo, sendo acompanhado pelas pessoas que o tinham ido esperar, e mais algumas que lhe quiseram testemunhar quanto S. Exc.ª se lhes tornou simpático, quando nas Caldas das Taipas o Venerando Pastor se apeou do seu coche, para se despedir dos que o acompanhavam, algumas lágrimas de gratidão e reconhecimento lhe rolaram pelas faces; lágrimas que os vimaranenses apreciaram mais que todos os elogios e agradecimentos.[13]

– VISITA PASTORAL de 17-6-1882 a 21-6-1882 de D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810-1888), Arcebispo de Braga (1877-1882)

A cidade de Guimarães e um grupo de católicos, tomou a iniciativa de levantar um monumento ao Papa Pio IX (1792-1878), junto do local onde se encontra a gruta-ermida de N. S.ra do Carmo no Monte da Penha, na serra de S.ta Catarina, limite da freguesia de S.ta Marinha da Costa a 17-7-1881. A comissão trabalhou com tal empenho, que se marcou para 18-6-1882, a colocação da pedra basilar no referido monumento a Pio IX.

No dia 17-6-, à tarde partiu D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810-1888), Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas (1877-1883) para Guimarães; deu entrada nas Caldas das Taipas, onde era aguardado pelas autoridades civis, administrativas, religiosas e militares da cidade; entrou em primeiro lugar na igreja da Misericórdia, conforme as cerimónias prescritas no Ritual, e daqui seguiu em procissão acompanhado processionalmente pelas três ordens de S. Francisco, S. Domingos e Carmo e pela Real Irmandade dos Santos Passos para a igreja da Colegiada, onde foi celebrado um «*Te-Deum*», na forma preceituada pelo cerimonial dos

[13] cf. Imparcial de 4-5-1877, Anno 5, n.º 411, p. 2.

Bispos. Após a celebração relegiosa, seguiu em cortejo para o palacete do Carmo do Conde de Margaride, onde se hospedou, juntamente com o Governador Civil de Braga.

No domingo (18-6-), depois das 7 horas, saiu da igreja de S. Francisco, uma peregrinação ao Monte da Penha, onde chegou às 9 horas. O Prelado bracarense, às 11 horas, subiu à Penha e ali depois de breve descanso, dirigiu-se ao local onde se devia praticar a cerimónia do lançamento da primeira pedra do monumento a Pio IX. O Arcebispo, tomou lugar no ponto que lhe estava destinado, e na presença das autoridades civis, militares, administrativas, eclesiásticas e fiéis, proferiu um pequeno e eloquente discurso, exaltando as glórias históricas de Guimarães e os sentimentos religiosos dos seus filhos. Depois colocou a primeira pedra e assinou-se o respectivo auto de inauguração. No dia 19-6-, pelas 10 horas da manhã, o Arcebispo administrou o Sacramento da Confirmação na igreja de S. Francisco a bastantes pessoas e seguidamente, visitou os hospitais das Ordens Terceiras de S. Francisco e S. Domingos. Nesse dia (19-6), o nobre hospedeiro 1º Conde de Margaride, ofereceu ao Arcebispo de Braga, ao Governador Civil de Braga e às diversas autoridades civis e militares do concelho um jantar no dia 19 desse mês na Casa do Carmo.

No dia 20-6, foi a S. Torcato, onde administrou o sacramento do Crisma e no dia 21-6, regressou a Braga, pelas 21 horas, recolhendo à quinta de Cabanas.[14]

A visita episcopal de 17-6-1882 a 21-6-1882

Está iniciada e sob os mais felizes e prometedores auspícios, a grande obra que esta católica cidade, por iniciativa sua e com o auxílio e coadjuvação de todo o país, vai fazer para perpetuar a memória do grande Pontífice Pio IX. Foram com efeito deslumbrantes, como se supunha, e como era necessário que fossem as festas de inauguração dos trabalhos do monumento (…).

No dia 17 pelas 7 horas da tarde, fez sua entrada solene nesta cidade S. Exc. Rev.ma o Sr. Arcebispo Primaz, o qual, acompanhado desde Braga pela comissão promotora do monumento, fora

[14] cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 245-247, O Progresso Catholico: Revista religiosa, scientifica, litteraria, artistica e noticiosa, 4 Anno, n.º 17 de 30-6-1882, Guimarães-Braga: Typographia Luzitana, 1878-1925, pp. 201-203; e Religião e Pátria de 23-6-1882, 32ª Série, n.º 2, pp. 1-2

esperado nas Taipas por um lucidíssimo cortejo e pelo mesmo acompanhado em 38 carruagens até à cidade. Com S. Exc. Rev.ma veio também o Exc.mo Sr. Governador do Distrito Dr. Jerónimo Pimentel, e o snr. Dr. Gaspar Pizarro, oficial-mor, servindo de secretário-geral, o seu secretário dr. Alfredo Elviro dos Santos e Monsenhor D. João Rebelo Cardoso de Menezes. Na povoação das Taipas, adornada com centenárias bandeiras e colchas de seda, estava levantado um elegante arco, e tocavam duas bandas de música, estourando numerosos foguetes. Dali até esta cidade seguiu o cortejo quase sempre por entre alas do povo, que deixava os trabalhos do campo para vir à margem da estrada saudar em jubilosos transportes as elevadas personagens que vinham com a sua presença consagrar oficialmente e dar o maior lustre às festas do dia seguinte. A entrada nesta cidade foi verdadeiramente triunfal. Foi tal a alegria, que apareceu em todos os rostos, foi tão grande o entusiasmo com que todos correram ao seu encontro, que o ilustre Primaz das Espanhas pode dizer «*O povo de Guimarães, fez-me o que não faz aos reis*».[15]

Desde o alto da Atouguia, por todas as praças e ruas do trânsito eram compactas as massas de povo; os repiques de todas as torres da cidade, o crebro estourar das girândolas, os sons marciais de duas bandas de música, as bandeiras, os galhardetes, os festões de murta e flores, todas as janelas adornadas de ricas sedas e damascos e povoadas de damas, em elegantes *toilettes*, e sobre tudo isto a animação, a alegria, o vivido entusiasmo que se notava em todos os semblantes e como que fazia o ambiente, eis o conjunto admirável, belo, surpreendente da entrada do brilhante cortejo nesta cidade.

S. Exc. Rev.ma tendo entrado na igreja da Misericórdia, onde era esperado pelo Rev.mo Cabido, pela Mesa da Santa Casa, pelas Ordens Terceira desta cidade (S. Francisco, S. Domingos e Carmo) e pela Real Irmandade dos Santos Passos, saiu dali depois das cerimónias prescritas no Ritual, processionalmente, debaixo do pálio, fazendo préstito aquela irmandade e Ordens em grande número de irmãos, o Revm. Cabido com seus maceiros, e numerosíssimos eclesiásticos desta cidade e concelho, seguindo-se atrás no pálio, o snr. governador civil do distrito, Câmara Municipal, autoridades administrativas e judiciais da localidade, diversos representantes de todas

[15] cf. Religião e Pátria de 23-6-1882, 32ª Série, n.º 2, p. 1 e O Progresso Catholico: Revista religiosa, scientifica, litteraria, artistica e noticiosa, 4 Anno, n.º 17 de 30-6-1882, Guimarães-Braga: Typographia Luzitana, 1878-1925, pp. 201.

as associações e estabelecimentos de beneficência e crédito desta cidade, representantes da imprensa, e numerosos cavalheiros.

Cantado na igreja da Colegiada o respectivo «*Te-Deum*», e celebradas as demais cerimónias do estilo, seguiu o cortejo novamente em carros até ao palacete do exc.mo snr. conde de Margaride, onde S. Exc. Rev.ma e o snr. governador civil foram hospedados. A todos estes actos fez guarda de honra a força disponível do destacamento de infantaria 18, por não estar ainda presente nesta cidade a ala direita deste regimento, que só chegou no dia seguinte. À noite todos os habitantes da cidade espontaneamente iluminaram as casas, e tocaram pelas ruas e praças públicas duas bandas de música.[16]

No dia 18, que era o destinado para a grande solenidade logo ao romper de alva as músicas, o repicar dos sinos e o estourar dos foguetes anunciaram que ia começar a desempenhar-se o programa das festas organizado pela briosa comissão. Numerosos fiéis correram à Sagrada Mesa a refazer-se com o Pão Eucarístico, no vasto templo de S. Francisco, para alcançarem as graças concedidas pelo Núncio Apostólico, aos que neste dia visitassem em peregrinação a gruta-ermida de Nossa Senhora da Penha. Das 6 para as 7 horas, saiu da igreja de S. Francisco a anunciada peregrinação e nela em numerosíssimo coro de respeitabilíssimas senhoras cantava as formosíssimas do «Hino do Monumento» [*Glória a Pio IX, glória! Em duradouro padrão. Seja esta folha da história. Escrita por nossa mão!*], que era tocado por uma banda de música (…) A peregrinação seguiu o trajecto que estava determinado, sempre por ondas de povo e presidida pelo digno Arcipreste da comarca; quando passava ao campo do Toural, encontrava-se ali com a ala direita do regimento de infantaria 18, vinda (…), expressamente do Porto para dar brilho às festas do dia.

Das 10 para as 11 horas saíram daqui com direcção ao alto da Serra de Santa Catarina, onde devia levantar-se o monumento, os Ex.mos Snrs. Arcebispo Primaz e Governador Civil, seguidos do brilhantíssimo cortejo que na véspera os acompanhara. Na Penha eram SS. Exc. esperados pela comissão promotora do monumento, e foram entusiasticamente vitoriados em prolongados vivas pelas vozes de mais de 10.000 pessoas que coroavam os altos cerros daquela íngreme e pitoresca montanha. Depois de algum repouso que tomaram na

---

[16] cf. Religião e Pátria de 23-6-1882, 32ª Série, n.º 2, p. 1.

casa da irmandade, seguiram a pé por entre respeitosas alas daquele imenso concurso de gente, até ao lugar onde deviam inaugurar-se os trabalhos (…). O venerando antístite bracarense, tomando assento na sua cadeira debaixo do pavilhão que estava ali levantado, pronunciou cheio de comoção, um elegante, animado e sempre entusiástico discurso, congratulando-se por ser ele o escolhido pela Providência para por suas mãos dar princípio ao monumento que via levantar-se ao grande e amorável Pontífice, e honrando com a sua palavra encomiástica e nobre, a feliz, a briosa e católica iniciativa dos habitantes desta cidade, nos quais vai dever-se o [solvimento?] duma sagrada divida de amor e dedicação ao grande Pontífice.

Terminado o discurso, seguiu-se o acto da inauguração, que foi feito por S. Exc.ª, oferecendo-lhe o governador civil o cofre em que continha uma lâmina de bronze com a inscrição comemorativa do facto, várias moedas de ouro, prata e cobre do actual reinado, algumas ainda cunhadas no corrente ano, o último n.º dos jornais da localidade «Progresso Católico», «Religião e Pátria» e «Imparcial» e o programa dos festejos; e depositado este cofre na cavidade da pedra fundamental, foi-lhe colocada por S. Exc. a respectiva tampa, sendo-lhe ministrado o martelo pelo snr. administrador do concelho e a trolha pelo sr. presidente da câmara. Feito este acto voltou S. Exc. de novo à cadeira, procedendo-se em seguida à leitura e assinatura do respectivo auto, findo o que tomou a palavra o Rev. Cónego dr. Santos Monteiro (…). Terminadas destarte as cerimónias da inauguração, voltou o préstito para a gruta-ermida da Penha, onde S. Exc. Rev.ma levantou o «*Te-Deum Laudamus*», que foi cantado por um numeroso grupo do clero, e findo ele recolheram-se à casa da irmandade onde em elegantíssima e bem-disposta mesa lhes foi servido um magnífico *lunch* onde se fizeram as mais cordiais, entusiásticas e sinceras saudações de mútuo respeito e consideração. Passava das 5 horas da tarde quando SS. Exc. voltaram para esta cidade, seguidos do mesmo cortejo, e saudados ao passar por entre numeroso concurso de povo que ali estava, com os mais calorosos vivas e consideradas aclamações (…).

Ao entrarem nesta cidade, o regimento de infantaria 18, esperava-os no largo da Senhora da Guia para lhes fazer as honras de estilo, como realmente fez entre milhares de pessoas (…). À noite toda a cidade se iluminou, sobressaindo em suas galas e em suas vistosas iluminações, as ruas de Paio Galvão e de S. Dâmaso e destacando-se pela profusão de lumes, muitas casas e edifícios

particulares. Duas bandas de música percorriam as ruas da cidade tocando o hino novamente, os hinos nacionais e o hino de S. Exc. Rev.ma Sr. Arcebispo Primaz. A banda de infantaria 18, tocou também algum tempo defronte do palacete do sr. conde de Margaride, onde SS. Exc. estavam hospedados, e depois no pavilhão do jardim. Pelas ruas era numerosíssima a concorrência. Assim terminaram já tarde de noite as festas deslumbrantes com que esta cidade celebrou a inauguração dos trabalhos da obra, que vai acrescentar uma nova honra e uma nova glória às muitas que ela já conta em suas famosas tradições (…).

No dia 19, pelas 10 horas da manhã, S. Exc. Rev. o snr. Arcebispo Primaz, ministrou o Sacramento da Confirmação a numerosos fiéis, na espaçosa igreja de S. Francisco (…). Depois de ter ministrado o Sacramento da Confirmação (…), visitou a capela e hospital da V. Ordem, e visitou também seguidamente a basílica de S. Pedro, a casa da Associação Clerical, o hospital da V.O.T. de S. Domingos, e a escola da Confraria do Santíssimo Coração de Jesus, mostrando-se em toda a parte satisfeitíssimo pelo asseio e boa ordem em que tudo estava, e dirigindo às mesas destes estabelecimentos as mais lisonjeiras palavras de animação.

O snr. conde de Margaride, nobre hospedeiro de S. Exc. Revm. o snr. Arcebispo Primaz e do excm.º sr. governador civil do distrito, ofereceu em honra dos seus hóspedes um magnifico jantar no dia 19, a que assistiram as diversas autoridades do concelho e vários cavalheiros e senhoras.

E no dia 20, foi ao santuário de S. Torcato, onde foi em devota romaria, acompanhado por numerosos séquito oficial de vários cavalheiros e pessoas desta cidade.

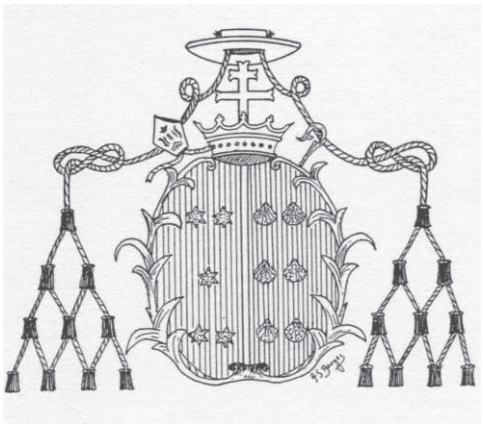
Os excm. Snrs. Arcebispo Primaz e governador civil do distrito, retiraram-se para Braga na quarta-feira [21-6-1882] pelas 6 horas da tarde. SS. exc., foram penhoradíssimas pelas atenções que foram alvo durante a sua permanência. Foram despedir-se de ss. exc., acompanhando-os até às Taipas, a Câmara Municipal, o sr. administrador do concelho e seu secretário, as autoridades judiciais, diversos funcionários públicos, a comissão promotora do monumento, representantes de diversas corporações, e muitos cavalheiros, todos em aparatoso cortejo de 20 trens.[17]

---

[17] cf. Religião e Pátria de 23-6-1882, 32ª Série, n.º 2, p. 2 e O Progresso Catholico: Revista religiosa, scientifica, litteraria, artistica e noticiosa, 4 Anno, n.º 17 de 30-6-1882, Guimarães-Braga: Typographia Luzitana, 1878-1925, pp. 201-203.

D. ANTÓNIO JOSÉ DE FREITAS HONORATO





D. António José de Freitas Honorato (1820-1898), Arcebispo de Braga (1883-1898) (coleção Museu Pio XII) e armas episcopais de D. António José de Freitas Honorato

Foi **D. ANTÓNIO JOSÉ DE FREITAS HONORATO**, Arcebispo de Braga (de 25-7-1883 a 28-12-1898), Arcebispo de Mitilene (de 5-10--1873-1883), que nasceu na extinta freguesia de S. Pedro, Coimbra a 30-10-1820, filho de José Jerónimo de Freitas e de D. Simforosa Maria Vieira. Em 1832, matriculou-se no Colégio das Artes, então dirigido pelos padres Jesuítas. Depois de ser ordenado, matriculou--se em Teologia na Universidade de Coimbra em -10-1839, concluindo a sua formatura com distinção em 3-7-1844 e onde se doutorou em Teologia em 27-7-1845, sendo ao mesmo tempo opositor e lente substituto na mesma Faculdade por decreto de 7-1-1852. Exerceu também o professorado no Seminário Diocesano e o cargo de examinador sinodal, desde 10-1-1867.[18]

Apresentado na igreja paroquial de S.ta Cruz em 1846, nela recebeu a instituição canónica no ano seguinte (1847). Porém no ano de 1855, foi dispensado das funções paroquiais em consequência da nova circunscrição paroquial da cidade, aprovada por decreto de 22-11-1854. Prestou assinaláveis serviços como Venerável da Ordem Terceira nos dois triénios de 1851-1857, promovendo a admissão de

[18] cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, p. 270.

novos irmãos, alcançando importantes donativos e melhorando o hospício anexo.[19]

Por decreto de 12-8-1854, foi nomeado lente-catedrático, resignando ao priorado, mas sendo elevado a cónego honorário da Sé de Coimbra. Também ensinou Ciências Eclesiásticas no Seminário Diocesano de Coimbra a 10-1-1864. Foi um dos fundadores e benfeitores do Asilo de Mendicidade de Coimbra, inaugurado em 25-9-1855, para comemorar a aclamação de D. Pedro V. Em 1852, conseguiu restabelecer as festas da Rainha Santa Isabel, Padroeira de Coimbra, suspensas desde 1832 e para assegurar a sua permanência, promoveu no Mosteiro de S.ta Clara a instalação da Confraria.[20]

Em Janeiro de 1873, foi escolhido para provisor e vigário-geral do Patriarcado, sendo no mesmo ano preconizado Arcebispo de Mitilene, pelo Consistório de 25-7-1873 e sagrado em 5-10 seguinte em S. Vicente de Fora em Lisboa. Por morte do Patriarca D. Inácio do Nascimento de Morais Cardoso, foi eleito vigário-geral do Patriarcado.[21]

Em 1877, D. Luís I, Rei de Portugal, agraciou-o com a carta do seu Conselho. Em 1883, tendo vagado o arcebispado de Braga, pela resignação do arcebispo D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, foi o arcebispo de Mitilene, apresentado pela Coroa naquela arquidiocese, confirmado no Consistório de 9-8-1883. Tomou posse por procuração de 3-10-1883, e fez a sua entrada solene a 25-10.[22]

Em 29-1-1885, dirigiu-lhe o Papa Leão XIII, uma carta com muitos louvores. Foi sempre muito estimado pelo seu carácter bondoso, caritativo, recto e justiceiro. Morreu em Braga em 28-12-1898 e deixou legado no seu testamento: ao seminário conciliar inscrições no valor de 1 conto de réis; ao seminário de S.to António 1 conto de réis; pequenos legados aos asilos de Braga; à confraria do Santíssimo Sacramento de S.ta Cruz de Coimbra 1 conto de réis e aos pobres da mesma freguesia 50.000 réis; e os seus livros à Mitra de Braga. Foi sepultado na capela de N. S.ra da Piedade no claustro da Sé de Braga.[23]

---

19 cf. Fortunato de Almeida, Damião Peres, op. cit., p. 513 e José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, p. 272.

20 cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, p. 272.

21 cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, p. 273.

22 cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 273-275.

23 cf. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, 1960- , vol. XIII, pp. 361-362 e Eduardo Mendes Simões – Apontamentos para a biografia do senhor D. António José de Freitas Honorato, Coimbra, 1885 e José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 269-307.

– VISITA PASTORAL de 12-11-1887 a 18-11-1887 de D. António José de Freitas Honorato (1820-1898), Arcebispo de Braga (1883-1898)

No sábado a 12-11-1887, foi D. António José de Freitas Honorato (1820-1898), Arcebispo de Braga em visita pastoral a Guimarães, sendo esperado nas Caldas das Taipas pelas autoridades eclesiásticas e civis e entrando na cidade sob Cruz alçada. Dirigiu-se de seguida à igreja da Misericórdia, a fim de se paramentar e dali organizou-se uma procissão, indo o prelado debaixo do pálio até à Colegiada, onde se cantou um solene *Te-Deum* e se cumpriram as demais determinações do Cerimonial dos Bispos; à tarde hospedou-se no palacete do Carmo do 1º Conde de Margaride, onde deu recepção.

Na igreja da Ordem Terceira de S. Francisco, que foi solenemente benzida, domingo 13, celebrou o arcebispo Primaz, pontifical e trasladação do Santíssimo e à tarde, assistiu às vésperas solenes e ao sermão. Na manhã de 14, o Arcebispo de Braga, administrou o Crisma na referida igreja a milhares de fiéis, devidamente preparados e continuou na manhã do dia 15, tendo antes ido a S.ta Clara ministrar a Comunhão na Missa à única freira existente naquele mosteiro, às recolhidas ali e a muitos fiéis. Na tarde desse dia (15-11-), assistiu à inauguração solene das escolas da citada Ordem Terceira de S. Francisco e distribuição de prémios aos alunos das escolas de instrução primária elementar, e às 17 horas foi-lhe oferecido um jantar pelo 1º Conde de Margaride. No dia 16, visitou a Colegiada, o Asilo de Mendicidade, a igreja dos Santos Passos, S. Sebastião, Domínicas, Creixomil, hospital, igreja e capela de S. Domingos, Sociedade Martins Sarmento, igreja de S. Pedro e a de S. Paio, donde seguiu para o Recolhimento do Anjo. No dia 17, visitou o Santuário de S. Torcato, a igreja de S. Miguel do Castelo, o Hospital da Misericórdia, a igreja do Carmo, o Asilo de S.ta Estefânia e a capela das Trinas. No dia 18, pelas 12 horas retirou-se para Braga, acompanhado até às Taipas por 25 carros, onde chegou pelas 15 horas da tarde.[24]

---

[24] cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 291-292 e Religião e Pátria de 16-11-1887, 42.ª Série, n.º 28, p. 1.

A visita pastoral de 12-11-1887 a 18-11-1887

Pelas 3 horas da tarde do dia 12 do corrente e com as honras próprias, deu ingresso nesta cidade o sr. D. António José de Freitas Honorato, virtuoso prelado desta diocese.

S. exc.ª foi esperado nas Taipas pela comissão municipal, corpo judicial, administrativo do concelho e seu secretário, revd.mo Cabido, acipreste do julgado, direcção da Associação Clerical, párocos da cidade e concelho, mesas das Ordens Terceira, Franciscana, Dominica e Carmo e de algumas irmandades, direcções da Associação Comercial e Artística, comandantes dos bombeiros municipais e voluntários, conde de Margaride, visconde do Paço de Nespereira e filho, barão de Pombeiro, Francisco Ribeiro Martins da Costa, Francisco António de Sousa da Silveira e filho, e outros muitos cavalheiros que não recordamos. O número de trens atingia a 30.

Na frente do préstito vinha a cavalo o sr. padre António Garcia Guimarães, conduzindo a cruz alçada, e quando o ilustre prelado entrou na cidade subiram ao ar inúmeros foguetes, repicaram todos os sinos da cidade e tocaram bandas de música. Em todo o percurso desde Braga até à cidade era imenso o povo, mas especialmente desde as Taipas até aqui.

Todas as janelas das ruas por onde passou o venerando prelado se achavam com cobertores de damasco e em toda a cidade se viam algumas janelas embandeiradas.

O sr. arcebispo apeou da carruagem à porta da igreja da Misericórdia, aonde entrou para se aparamentar, e depois seguiu processionalmente para o templo da Colegiada, aonde houve solene *Te Deum*, a música vocal e instrumental.

Às varas do pálio pegaram os srs. Abades de S. Miguel das Caldas, de Tagilde, de Mesão Frio, Guardizela, Gémeos e Infantas. À saída da igreja da Misericórdia o sr. presidente da comissão executiva, dr. Luís Martins Pereira de Menezes, leu uma mensagem, a que s. exc.ª revd.ma se dignou agradecer. Desde a igreja da Misericórdia até à Oliveira, foi s. exc.ª revd.ma precedido por quase todas as corporações religiosas e grande número de eclesiásticos, fechando o préstito a câmara municipal, corpo judicial e autoridades administrativas e militares. A guarda de honra, era feita pelo primeiro batalhão de Infantaria 20, sob o comando do seu digno coronel.

Findo o *Te Deum*, dirigiu-se o respeitável prelado para o palacete do sr. conde de Margaride, sendo acompanhado por todos os

cavalheiros que formavam o préstito desde as Taipas até à cidade. Em seguida houve recepção. À noite quase todos os edifícios e casas particulares iluminaram as suas fachadas, tocando uma banda de música do snr. Lucínio Fernandes da Trindade no jardim do Toural até às 10 horas da noite e outra do snr. Jacinto José Antunes em frente do palacete do sr. conde de Margaride até às 11 horas (...). Sobressaiam nas iluminações a frente do templo de S. Pedro, a do hospital de S. Francisco, a da casa da Associação Clerical, a da Câmara, a do hospital e torre de S. Domingos, a copos de vidro de cor e em forma de coluna.[25]

Anteontem [13-11-1887] de manhã efectuou s. exc.ª revd.ma a bênção do restaurado templo da V. O. Terceira Seráfica [S. Francisco], havendo pontifical e trasladação do Santíssimo. O sr. arcebispo foi acolitado pelos revd.mos srs. padres José Leite de Faria Sampaio, abade de Guardizela e João Gomes de Oliveira Guimarães, abade de Tagilde. Às lavandas os srs. Conde de Margaride e ministros das Ordens Terceiras de S. Domingos e de S. Francisco. A missa foi instrumental. A decoração do templo era duma vista surpreendente. Às 5 horas da tarde houve vésperas solenes e *Te-Deum* a grande instrumental e vozes e no fim sermão. Oficiou o revd.mo comissário da Ordem. O espaçoso templo da V.O.T. de S. Francisco estava surpreendentemente decorado, devido aos srs. António José de Passos e Manuel José de Passos, hábeis armadores desta cidade.

Ontem [14-11-1887] às 10 horas da manhã, o bondoso prelado presidiu à solene inauguração das escolas de ensino profissional da Ordem Terceira Seráfica [S. Francisco] e distribuição de prémios aos alunos das escolas de instrução primária elementar já ali criadas (…). Terminada a inauguração das escolas profissionais e distribuição dos prémios o ilustre prelado dirigiu-se para a igreja [de S. Francisco], onde esteve até às 4 horas da tarde, ministrando o Crisma a milhares de pessoas de ambos os sexos (…). Durante todas estas cerimónias, tocou um coreto, no largo D. Afonso Henriques, a filarmónica Vimaranense. O tempo tem estado muito invernoso, e por isso o sr. arcebispo pouco tem gozado.[26]

---

[25] cf. O Commercio de Guimarães, IVº ano, n.º 321 de 14-11-1887, p. 2, Religião e Pátria, 42ª série, n.º 38 de 16-11-1887, p. 1.

[26] cf. Imparcial, XVIIIº ano, n.º 1338 de 15-11-1887, p. 2, O Commercio de Guimarães, IVº ano, n.º 321 de 14-11-1887, p. 2 Religião e Pátria, 42ª série, n.º 38 de 16-11-1887, p. 1.

Na terça-feira de manhã [15-11-1887], celebrou o venerando prelado missa rezada na igreja de Santa Clara, administrando a Sagrada Comunhão à abadessa e recolhidas no convento e às filhas do Sagrado Coração de Maria. Antes do snr. arcebispo celebrar missa houve prática. Em seguida foi s. exc.ª revd.ma para a igreja de S. Francisco, onde esteve todo o dia administrando o Crisma, a centenares de pessoas não só desta cidade e concelho, mas até de longínquas terras. Às 5 horas da tarde da mesma terça-feira, ofereceu o sr. conde de Margaride um bem servido e lauto jantar ao venerando prelado, assistindo as autoridades judiciais e administrativas, ministro da Ordem Terceira Seráfica, priores das Ordens Terceira de S. Domingos e Carmo, arcipreste do julgado [monsenhor Figueiredo de Campos], abades de Tagilde e Gémeos, presidente da Associação Clerical e outros cavalheiros que não nos recordamos. O primeiro brinde foi levantado pelo sr. conde de Margaride, ao qual se dignou responder o ilustre prelado com uma saudação a Guimarães. Seguiram-se depois outros brindes, distinguindo-se o do sr. padre Sebastião da Costa, ilustrado prior da Ordem Terceira Dominicana, que brindou ao virtuoso prelado e especificou como verdadeiro patriota o sr. conde de Margaride.[27]

Anteontem [16-11-1887], visitou s. exc.ª a igreja da Insigne Colegiada, examinando detidamente o valioso e histórico tesouro [nomeadamente o altar de prata do Santíssimo Sacramento] e todos os objectos preciosos do Cabido, e saindo dali dirigiu-se ao Asilo de Mendicidade e igreja dos Santos Passos, surpreendendo-se com a veneranda imagem dos Senhor dos Passos e todas as alfaias pertencentes à irmandade e depois visitou as igrejas de S. Sebastião, Dominicas, S. Miguel de Creixomil, onde foi recebido com grande alegria entre música e girândolas, hospital, igreja e capela de S. Domingos, sendo-lhe oferecida a patente de irmão, Sociedade Martins Sarmento, basílica de S. Pedro, S. Paio, e capela do recolhimento do Anjo (onde foi recebido e acompanhado pela Confraria e uma banda de música), seguindo depois para o palacete do sr. conde de Margaride, não concluindo a sua visita aos restantes templos por se achar algum tanto fatigado. O ilustrado arcebispo, manifestou a sua admiração pelo asseio, até luxo, que se notam nas igrejas desta cidade.[28]

---

[27] cf. O Commercio de Guimarães, IVº ano, n.º 322 de 17-11-1887, p. 2. Este jornal refere que o jantar ocorreu a 14-11-1887 e Religião e Pátria, 42ª série, n.º 38 de 16-11-1887, p. 1.

[28] cf. Religião e Pátria, 42ª série, n.º 39 de 19-11-1887, p. 2.

S. exc.ª revd.ma foi recebido em Creixomil e em S. Paio por uma banda de música, e em S. Domingos foi-lhe oferecida a patente de irmão da Ordem, o que o venerando prelado agradeceu reconhecido.

Na Sociedade Martins Sarmento, depois de detida análise a todas as dependências daquela respeitável instituição, foi-lhe apresentado o livro de visitantes, onde (…) escreveu (...), algumas palavras. Na visita à Sociedade Martins Sarmento, o ilustre prelado bracarense ficou encantado com a rica bandeira que as damas vimaranenses, por ocasião do conflito brácaro-vimaranense, ofereceram à comissão de vigilância, desfraldando-a e lendo a legenda que ela tem em letras bordadas a ouro – *Antes quebrar que torcer*.[29]

Ontem [17-11-1887], foi o ilustre prelado visitar o majestoso templo de S. Torcato, acompanhado dos snrs. conde de Margaride e filho, Francisco Ribeiro e José Ribeiro Martins da Costa, admirando não só a veneranda relíquia do Santo, mas também o templo em construção, o qual, diz s. exc.ª, é um primor de arte. S. exc.ª foi recebido com demonstrações de regozijo, havendo repique de sinos, fogo e música. A mesa ofereceu o diploma de irmão ao sr. arcebispo (…). No regresso visitou o snr. D. António Honorato a igreja de S. Miguel do Castelo, o hospital da Misericórdia, igreja do Carmo, asilo de S.ta Estefânia e capela das Trinas. O snr. D. António José de Freitas Honorato, mostrou desejos de visitar o convento dos Jerónimos, mas o mau tempo que tem estado impediu-o de satisfazer os seus desejos.[30]

O venerando prelado (…), retirou-se para Braga no dia 18 do corrente pelo meio-dia. Foi acompanhado até às Taipas por 22 trens [ou 25 trens], conduzindo os mesários das Ordens Terceiras de S. Francisco, S. Domingos e Carmo, acipreste do julgado, abade de Tagilde, conde de Margaride, e outros muitos cavalheiros (…). Quando o sr. arcebispo saiu do palacete do sr. conde de Margaride, onde esteve hospedado durante a sua estadia entre nós, recebeu as honras do primeiro batalhão de infantaria 20, que ali se achava sob o comando do seu digno coronel. O ilustre prelado, assazmente caridoso, antes de se retirar desta cidade mandou distribuir a quantia de 411$000 réis (…).[31]

---

29 cf. O Commercio de Guimarães, IVº ano, n.º 322 de 17-11-1887, p. 2.

30 cf. Imparcial, XVIIIº ano, n.º 1339 de 18-11-1887, p. 2 e O Commercio de Guimarães, IVº ano, n.º 323 de 21-11-1887, p. 2.

31 cf. Imparcial, XVIIIº ano, n.º 1340 de 22-11-1887, p. 2, O Commercio de Guimarães, IVº ano, n.º 323 de 21-11-1887, p. 2, O Progresso Catholico, 10º ano, n.º 3 de 30-11-1887, p. 34.

– VISITA PASTORAL de 29-11-1891 de D. António José de Freitas Honorato (1820-1898), Arcebispo de Braga (1883-1898)

A carta de lei de 16-6-1848, autorizava o Governo a extinguir as colegiadas do Reino, mandando conservar apenas as insignes; contudo o decreto de 1-12-1869, suprimiu todas as colegiadas ainda existentes. Esta medida radical desagradou os vimaranenses, que começaram pouco e pouco, a movimentar-se no sentido de promover a restauração e manutenção da Colegiada de N. S.ra da Oliveira.

Assim por iniciativa parlamentar de João Franco, deputado eleito por Guimarães e do 1º Conde de Margaride, a Comissão dos Negócios Eclesiásticos a 1-7-1890, deliberava no sentido, que seria injustificado não satisfazer as aspirações do povo Vimaranense: «*O pensamento geral, e em que todos estão de acordo, é a conservação da colegiada, e a sua reorganização por forma que ministre a educação e ensino público*». O primeiro artigo de lei de 14-9-1890, autorizava a conservação da Real e Insigne Colegiada com todos os seus haveres e rendimentos, impondo-lhe a obrigação do serviço público e gratuito.[32]

A oficialização do Pequeno Seminário de N. S.ra da Oliveira, foi feita por carta régia de 8-1-1891, e dirigida ao Arcebispo de Braga, pela qual se estabeleceu o seguinte no seu artigo 6º «*É criado, junto da mesma colegiada, um instituto de instrução pública e gratuita, com a denominação de Pequeno Seminário de Nossa Senhora da Oliveira, que será por vós dirigido e administrado (...)*.», aplicando-se parte dos seus avultados rendimentos à manutenção dum instituto de instrução pública e gratuita, anexo à mesma colegiada. No Pequeno Seminário de N. S.ra da Oliveira, eram ministradas as disciplinas de habilitação para a matrícula no 1º ano do curso teológico para além de aulas de Princípios de Física, Química, História Natural, Desenho e Música. Esta convivência entre o ensino religioso e liceal fazia com que paralelamente ao curso normal dos seminários, o novo estabelecimento de ensino, pudesse também ser frequentado por alunos não destinados ao sacerdócio, o que na prática correspondia à criação do curso liceal em Guimarães. O quadro de pessoal, ficaria composto pelo D. Prior, presidente que exerceria ao

[32] cf. Maria Adelaide Pereira de Moraes – *Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Braga: Barbosa & Xavier, 1998, pp. 422, 434, 440 e Anthony Kinnin - *Guimarães: Século XIX de Vila a Cidade*, Braga: Barbosa & Xavier Lda-Artes Gráficas, 2006, pp. 112-113.

mesmo tempo as funções paroquiais da igreja, onde a corporação estava instalada e constituída de 10 colegiais, tendo 7 destes o título de *cónegos* e os 3 restantes o de *beneficiados*. Aos 7 cónegos e 1 beneficiado, era imposta a obrigação de ensino e os outros 2 beneficiados, seriam coadjutores ordinários e oficiosos do pároco. O Arcebispo de Braga, fez os estatutos pelos quais se deveriam reger o pessoal e os haveres da Colegiada e Instituto anexo por provisão de 12-11-1891, mas datados de 30 de Setembro e aprovados pelo Governo em 30-10-1891. Recomendava-se ao arcebispo, que desse as providências para que se pudesse conseguir, tanto a reorganização da Colegiada, com a instalação e manutenção do instituto de instrução pública e gratuita junto à mesma Colegiada. O instituto funcionaria no edifício do Priorado, onde se fariam as obras precisas para a instalação das aulas e acomodação dos alunos internos ali admitidos. Em 27-10-1891, foram nomeados os Cónegos da Colegiada vimaranense, com ónus de ensino no Pequeno Seminário.

A 29-11-1891, inaugurava-se o referido Pequeno Seminário de N. S.ra da Oliveira, numa casa do Largo de S. Tiago, com a presença de S.M. El-Rei D. Carlos I, rainha D. Amélia, João Franco Ferreira Pinto de Castelo Branco (1855-1929), Ministro das Obras Públicas (1891-1892) e Arcebispo de Braga, que dignaram-se a passar a tarde e a jantar na Casa do Carmo do 1º Conde de Margaride. Nesta ocasião, os soberanos visitam a Colegiada por volta das 14 horas e depois do *Te-Deum*, presidido pelo Arcebispo de Braga, seguem em direcção à casa do Carmo, onde o rei dá recepção e escuta atentamente o discurso do 1º Conde de Margaride então presidente da câmara vimaranense.[33]

A abertura das aulas efectuaram-se a 7-12-1891, em virtude duma portaria do prelado bracarense de 4-12, com 127 alunos matriculados nas diferentes disciplinas do curso de preparatórios. Por decreto de 19-8-1893, foi concedido o edifício do extinto Convento de S.ta Clara para a instalação do Pequeno Seminário, que com os melhoramentos materiais realizados, ficou sendo um dos melhores seminários do País. Mais tarde, a propósito da reforma do ensino secundário, levantou-se novo movimento dos vimaranenses a favor da reorganização do Pequeno Seminário em Liceu Nacional, o que

---

[33] cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 297-300, Maria Adelaide Pereira de Moraes, op. cit., p. 448 e João Lopes de Faria - Efemérides Vimaranenses. Vol. 4 (out.-dez.) de 17-11-1887, p. 163.

alcançaram por decreto de 16-9-1896. Esta convivência manteve-se até à implantação da República, tendo em 1911, com a lei da separação do Estado e da Igreja (decreto de 20-4-1911), o estabelecimento sido transformado em Liceu a cargo da câmara municipal, extinguindo-se nele o ensino religioso, a Colegiada e o Seminário de Guimarães.

A visita régia de 29-11-1891

«**A família real em Guimarães**

Foi sobremodo notável de entusiasmo e fervoroso de afecto o acolhimento que o brioso público vimaranense fez anteontem quando recebeu em seu seio os simpáticos monarcas portugueses.

O dia, por assim dizer, apresentou-se brilhante. Se levarmos em conta o de sábado que sem intervalos choveu copiosamente.

Cintilantes e aparatosas manifestações e imponentes as festas consagradas à recepção de S.S.M.M. Todos os elementos se uniram, para que no ânimo dos reais viajantes ficasse uma impressão que lhes recorde sempre com agradável satisfação e enternecido afecto as homenagens leais e respeitosas dos vimaranenses aos seus monarcas.

Com orgulho o dizemos: os festejos nesta cidade em honra da família real foram extraordinariamente brilhantes, veementes, indescritíveis.

Logo ao romper da manhã dez bandas de música percorreram os largos e ruas da cidade, e os trens coalhavam as estradas reais conduzindo gente de diferentes pontos do concelho e de outras terras, como Basto, Fafe, Felgueiras, Amarante, Póvoa de Lanhoso, etc., etc. (…).

Desde a rua de Paio Galvão, pelo Toural, rua da Rainha, largo da Oliveira, rua de Santa Maria, e largo do Carmo, enorme profusão de bandeiras, mastaréus com flâmulas e galhardetes, plintos com vasos e arbustos, escudos e toda uma série da mais caprichosa e brilhante ornamentação (…).

À meia hora depois do meio-dia veio o 1º batalhão de infantaria 20, sob o comando do snr. major Costa, com a banda regimental, postar-se no largo da Oliveira, para fazer a guarda de honra ao «*Te-Deum*» (…).[34]

---

[34] cf. Sociedade Martins Sarmento, Religião e Pátria de 2-12-1891, 50ª Série, n.º 48, p. 1.

À uma hora e meia da tarde chegou a esta cidade o venerando prelado desta arquidiocese, vindo expressamente para fazer a inauguração do Pequeno Seminário de Nossa Senhora de Oliveira, dirigindo-se à Colegiada onde foi recebido pelo revdm.º cabido sob a presidência do snr. D. Prior. Logo que aí chegou, revestiu-se na capela-mor, indo posteriormente esperar os soberanos portugueses à porta principal da igreja.

À entrada de sua exc.ª revdm.ª nesta cidade, os sinos repicaram em quase todas as torres (…).

Nas Taipas «aguardavam SS.MM. os srs. conde de Margaride e dr. Joaquim José de Meira, presidente e vice-presidente da camara (…)», autoridades eclesiásticas, civis, administrativas, judiciais, industriais, associações industriais e de beneficência, etc.[35]

Às duas horas menos dez minutos dava ingresso na rua de Paio Galvão o trem em que vinham S.S.M.M. e o snr. ministro das obras públicas. Ladeando o trem real vinham desde as Taipas, em luzida cavalgada, os nossos respeitáveis conterrâneos (…) José Martins Minotes, António Martins, Luiz Martins, João Margaride, João Pombeiro, Rodrigo Lobo, António Carneiro, Geraldo Guimarães, Bernardino Rebello, João Crisóstomo, Silvino Magalhães, António Vaz, Gaspar Miranda, Gaspar Lindoso, e Manoel de Freitas, que depois acompanharam o cortejo até Guimarães, ladeando o coche real (…).[36]

O cortejo real era composto por mais de 80 trens, que conduziam os representantes de todas as corporações civis e religiosas e pessoas gradas desta cidade e concelho (…).

Na cauda do cortejo, marchavam garbosamente os bombeiros voluntários depois de feita a continência militar (…).[37]

Logo que os reais hóspedes chegaram ao Proposto, centenares de foguetes estrugiram no ar e as bandas de música executaram o hino real, e à entrada na cidade estrepitosos vivas foram levantados ás majestades pelas milhares de pessoas que aguardavam a chegada dos monarcas, que às espontâneas manifestações do povo correspondiam afectuosamente.

Desde a Atouguia a multidão acotovelava-se numa compressão tamanha, que o trânsito era impossível. Quando os régios visitantes

---

35 cf. Sociedade Martins Sarmento, Commercio de Guimarães de 30-11-1891, VIII Anno, n.º 703, p. 2.

36 cf. Sociedade Martins Sarmento, Religião e Pátria de 2-12-1891, 50ª Série, n.º 48, p. 1.

37 cf. Sociedade Martins Sarmento, Commercio de Guimarães de 30-11-1891, VIII Anno, n.º 703, p. 2.

chegaram à rua de Paio Galvão, em frente da estação dos bombeiros voluntários (…), o cortejo teve de parar uns minutos, tanta era a multidão que ali se apinhava, tanto o entusiasmo dos vivas, tanto o calor das aclamações (…).

Dali o trajecto até ao largo da Oliveira foi um triunfo. De todas as janelas, adornadas de soberbas colgaduras de seda e de numerosíssimas damas em elegantes toilettes, chovia sobre o cortejo uma incessante chuva de flores. Os vivas e aclamações eram incessantes. No largo da Oliveira os régios visitantes, apeando-se, entraram no templo da Colegiada, onde os aguardava o snr. Arcebispo Primaz, D. Prior, Cónegos e Colegiada de Capellães de Nossa Senhora da Oliveira, afim de assistirem ao «*Te-Deum*». À entrada dos reais viajantes na igreja, a orquestra executou o hino real.

Ao *Te-Deum*, que foi entoado por sua exc.ª revdm.ª o snr. arcebispo, assistiram além da comitiva real, toda a oficialidade disponível do 20 e muitas pessoas gradas da cidade. No largo da Oliveira, durante a cerimónia religiosa, estacionava o primeiro batalhão de infantaria 20 com a respectiva banda (…).

Concluído o acto religioso, seguiu o séquito real para o largo do Carmo, onde está situado o palacete dos ilustres condes de Margaride. Eram 3 horas, pouco mais ou menos. A multidão de povo era imensa. A guarda de honra era feita por uma força do regimento aqui estacionado. Os soberanos foram esperados à porta pela Condessa de Margaride e várias senhoras da sociedade vimaranense.[38]

Decorridos alguns momentos, os reais hóspedes aproximaram-se à janela e então as aclamações da multidão, levantando vivas aos monarcas ao som das músicas que executavam o hino real e os foguetes que estrondeavam nos ares, tudo era indescritível – um perfeito delírio, a pura manifestação de quanto o nosso povo ama a família reinante.

Em seguida, teve lugar a recepção no espaçoso salão de baile do palacete dos srs. Condes [de Margaride], onde estava faustosamente armado um estrado com três poltronas encimadas de ricas colchas.

---

[38] cf. Sociedade Martins Sarmento, Religião e Pátria de 2-12-1891, 50ª Série, n.º 48, p. 1



S.M. El-Rei D. Carlos I de Portugal (1863-1908) e a Rainha D. Amélia de Orleães (1865-1951), oferecida e dedicada a D. Ana Júlia Rebelo Cardoso de Menezes, Condessa de Margaride em 1891 (colecção de D. Maria Amália Ana Júlia Cardoso de Macedo e Menezes)

Apresentaram os seus respeitos a SS.MM., o venerando Arcebispo, a câmara, autoridades administrativas, judiciais e eclesiásticas, titulares, Associação Comercial e Associação Artística, Sociedade Martins Sarmento, Ordens, bombeiros, etc., etc.[39] O sr. Conde de Margaride na qualidade de presidente da câmara (...), leu uma alocução.[40]

Terminada a recepção, que demorou meia hora, dirigiram-se os monarcas para o edifício onde devia ser inaugurado o seminário da Oliveira que é situado na praça de S. Tiago (...).

No largo estacionava uma força de infantaria 20 sob o comando do snr. capitão Tristão, com a respectiva banda, fazendo a guarda de honra e muitos milhares de pessoas, que tanto à entrada como à saída de SS.MM. os aclamavam longa e demoradamente.[41]

Aqui como em todas as partes por onde passavam os reais hóspedes, a multidão de povo era tão compacta, que se tornava

---

39 cf. Sociedade Martins Sarmento, Commercio de Guimarães de 30-11-1891, VIII Anno, n.º 703, p. 2.

40 cf. Sociedade Martins Sarmento, Religião e Pátria de 2-12-1891, 50ª Série, n.º 48, p. 1.

41 cf. Sociedade Martins Sarmento, Religião e Pátria de 2-12-1891, 50ª Série, n.º 48, p. 2.

precisa a intervenção da força armada para abrir caminho aos régios visitantes (…).

Os monarcas foram recebidos pelo venerando prelado, D. Prior e cónegos da Colegiada, e por outras pessoas de distinção.

Depois de tomarem assento debaixo de elegante e luxuoso dossel «(…) o venerando prelado leu uma alocução, cheia de citações históricas alusivas à origem da monarquia portuguesa, ao seu esplendor antigo, aos seus sentimentos cristãos, e aos benefícios e distinções feitas pela monarquia à Insigne e Real Colegiada, terminando por agradecer a SS.MM. a sua nova reorganização, destinada ao ensino publico e gratuito, o que tudo concretizava benefícios para Guimarães, para o Arcebispado e para a nação portuguesa.

El-rei agradeceu em igual alocução as suas palavras cheias de sentimentos cristãos e patrióticos; falou nos serviços prestados pelos monarcas seus antecessores, declarando que se orgulhava de continuar essa série de benefícios para com a Colegiada, de que que era prova o instituto que acabava de inaugurar.

Em seguida S.M. el-rei assinou o acto de inauguração, bem com S.M. a rainha, o ministro das obras públicas, Arcebispo de Braga, D. Prior da Colegiada, vários titulares, clero e corporações representadas (…)».[42]

Dali seguiu S.M. El-Rei, acompanhado pelos seus ajudantes, pelo snr. Marquês de Ficalho e pelo sr. general Quintino de Macedo, para o quartel de infantaria 20, e S.M. a Rainha, acompanhada do snr. Ministro das Obras Públicas, para o hospital da Misericórdia (…)

Cerca das 7 horas da noite, dirigiram-se SS.MM. para o palácio dos snrs. Condes [de Margaride], aonde lhes foi servido o jantar, que começou às 7 e três quartos (…).

O jantar foi de 30 talheres. A mesa estava deslumbrantíssima, e o serviço foi o melhor que se pode imaginar. A baixela era toda de prata, e os talheres de que SS.MM. se serviram eram de ouro (…).[43]

El-rei tinha à sua direita a sr.ª condessa de Margaride, ministro das obras públicas, coronel de infantaria 20, José Martins Minotes: à esquerda a condessa de Sabugosa, governador civil de Braga, barão de Pombeiro e Adolfo Pimentel.

---

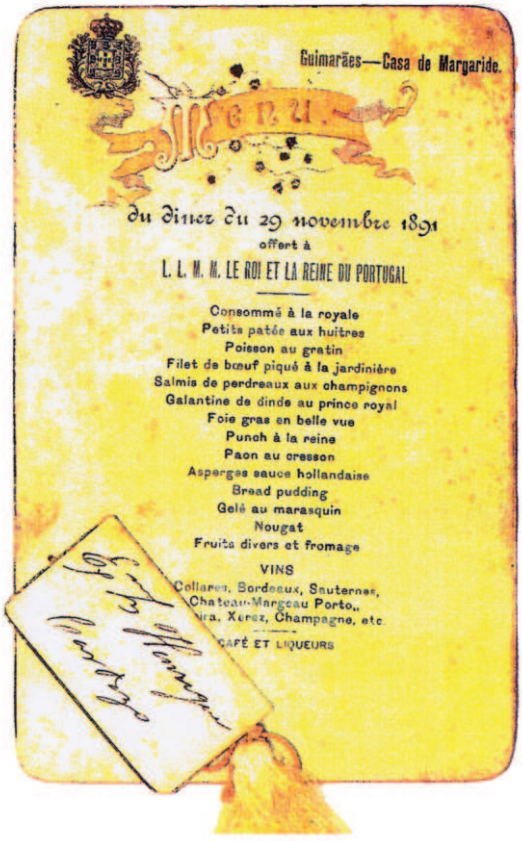
42 cf. Sociedade Martins Sarmento, Commercio de Guimarães de 30-11-1891, VIII Anno, n.º 703, p. 2.

43 cf. Sociedade Martins Sarmento, Religião e Pátria de 2-12-1891, 50ª Série, n.º 48, p. 2.

A Rainha tinha à direita os srs. Arcebispo Primaz, Dona Luísa Margaride, D. Prior da Colegiada, Henrique Margaride; à esquerda conde de Margaride, general Quintino de Macedo, Juiz de Direito, administrador do concelho.

Às cabeceiras – conde de Ficalho, conde de Tarouca, Bernardo Pindela e conde de Sabugosa.

Jantaram também à mesa, os srs. ajudante do general, oficiais da guarda, secretário do arcebispo, secretário do governador civil, secretario do ministro das obras públicas e delegado do procurador régio.[44]



Menu do jantar real, realizado na Casa do Carmo em Guimarães a 20-11-1891 – colecção de D. Isabel Maria Luísa Cardoso de Macedo e Menezes

[44] cf. Sociedade Martins Sarmento, Commercio de Guimarães de 30-11-1891, VIII Anno, n.º 703, p. 3

Eis o menu: Consommé à la royale, Petits patés au huitres, Poisson au gratin, Fillet de boeuf piquet à la jardinière, Salmis de perdreaux au champignons, Galantine de dinde au prince royale, Foie-gras en belle vue, Punch à la reine, Paon au cresson, Asperges sauce hollandaise, Bread pudding, Gelé au marasquin, Nougat, Fruits divers et fromage, Vin Collares, Bordeaux, Sauternes, Chateaux-Margeau, Porto, Madeira, Xerez, Champagne, Café et Liqueurs.

Antes do jantar algumas encantadoras raparigas filhas de artistas desta cidade, ofereceram à rainha um lindo ramo de flores artificiais.

S.M. El Rei brindou à cidade de Guimarães, respondendo-lhe em agradecimento, o Snr. Conde de Margaride. O brinde d'El-Rei foi o mais lisonjeiro para esta cidade, e a resposta do Snr. Conde de Margaride, foi, como era de esperar, brilhantíssima.[45] Durante o jantar, que terminou depois das 9 horas da noite, a banda de música de infantaria 20 tocou no átrio do paço.

Findo o jantar os monarcas percorreram algumas ruas a ver as iluminações antes de partirem para Braga.

As iluminações eram brilhantíssimas, especialmente as do jardim do Toural. Durante o dia e noite era enorme o concurso de povo nas praças e ruas da cidade, e os reais hóspedes foram sempre calorosamente vitoriados. Não houve um menor acidente desagradável.

Às onze horas pouco mais ou menos retiraram-se S.S.M.M. para Braga, sendo acompanhados até às Taipas por muitos cavalheiros da nossa melhor sociedade (...) e por uma numerosa comitiva em trens, e recebendo por essa ocasião, e durante o trajecto que fizeram pelas ruas da cidade, para verem as iluminações, as mais calorosas saudações de despedida (...)».[46]

---

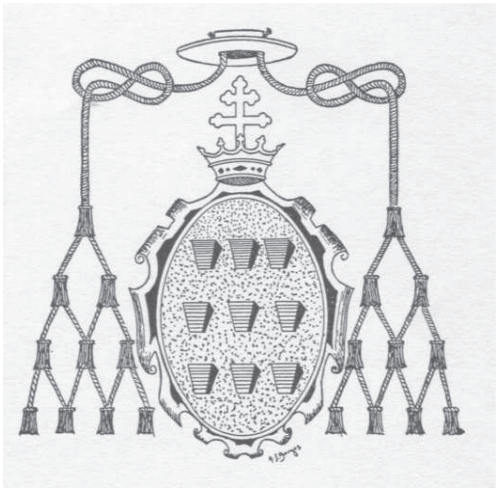
[45] cf. Sociedade Martins Sarmento, Religião e Pátria de 2-12-1891, 50ª Série, n.º 48, p. 2.

[46] cf. Sociedade Martins Sarmento, Vimaranense de 1-12-1891, I Anno, Numero 90, p. 2 e Religião e Pátria de 2-12-1891, 50ª Série, n.º 48, p. 2

D. MANUEL BAPTISTA DA CUNHA

Foi **D. MANUEL BAPTISTA DA CUNHA**, Arcebispo de Braga (de 3-2-1899 a 13-5-1913) e Bispo Auxiliar de Lisboa (1-6-1888 – 3-2-1899), que nasceu na freguesia de N. S.ra da Assunção de Espinhel em Paradela, concelho de Águeda, Aveiro a 16-4-1843, filho de Manuel Francisco Baptista e de D. Ana da Conceição da Cunha, abastados proprietários e residentes na dita freguesia.





D. Manuel Baptista da Cunha (1843-1913) Arcebispo de Braga (1899-1913)
(coleção Museu Pio XII) e armas episcopais de D. Manuel Baptista da Cunha

Frequentou o liceu de Aveiro e depois o de Coimbra. Matriculou-se em Teologia e Direito na Universidade de Coimbra em 1864. Em 15-6-1868, recebeu o grau de bacharel em Teologia e em 5-7-1869, concluiu a formatura em Direito.[47]

Depois de exercer algum tempo advocacia em Águeda, sendo em 20-7-1871, convidado pelo então Vigário-geral de Aveiro, Manuel Augusto de Sousa Pires de Lima para professor do curso Teológico do seminário daquela cidade de Aveiro, e pouco depois proposto para o cargo de Vigário-geral substituto. Em 19-7-1879, passou à efectividade daquele cargo, que desempenhou até Julho de 1881,

[47] cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, p. 309.

data em que foi transferido para idênticas funções na diocese de Pinhel, que todavia não aceitou. Continuou em Aveiro no professorado do Seminário até à extinção da diocese pela bula de Leão XIII, executada pela sentença do Cardeal Bispo do Porto a 4-9-1882.

Extinto o bispado de Aveiro em 1882, foi convidado pelo Bispo-Conde D. Manuel Correia Bastos Pina para exercer o magistério do seminário de Coimbra, onde regeu as cadeiras de História Eclesiástica e de Teologia Moral até a sua ida para Lisboa.[48]

Em 30-1-1888, foi nomeado Vigário-geral do Patriarcado e preconizado Arcebispo de Mitilene em Consistório de 1-6-1888. Recebeu a sagração na Sé Patriarcal de Lisboa em 15-7-1888.[49]

A 3-2-1899, por morte do arcebispo António José de Freitas Honorato a 28-12-1898 e confirmado pelas letras apostólicas *Apostolatus officium* de Leão XIII, expedidas a 23-5-1899, foi apresentado na Sé de Braga, de que tomou posse a 9-8-1899.[50]

Em 1910, foi repreendido pelo ministério de Teixeira de Sousa por ter executado um breve pontifício, que versava assuntos de doutrina e de consciência, sem preceder a beneplácito régio.[51]

Como em 5-1-1912, expedisse uma circular em que estabelecia a doutrina da Igreja, a condenar as associações *cultuais*, o Governo, publicou a 12-2-1912, um decreto pelo qual o expulsava do distrito de Braga por 2 anos. Foi então residir para a sua casa de Paradela e depois para Vila do Conde, onde faleceu a 13-5--1915. O seu cadáver foi trasladado de Vila do Conde para a terra da sua naturalidade em 23-5-1916.[52]

– VISITA PASTORAL de 3-11-1900 a 1-12-1900 de Manuel Baptista da Cunha (1843-1913) Arcebispo de Braga (1899-1913)

Em 3-11-1900, deu entrada D. Manuel Baptista da Cunha (1843--1913) Arcebispo de Braga (1899-1913) pelas Caldas das Taipas, no

---

48 cf. Fortunato de Almeida, Damião Peres, op. cit., p. 513 e José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 309-310.

49 cf. Fortunato de Almeida, Damião Peres, op. cit., pp. 513-514 e José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 310-311.

50 cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, p. 311.

51 cf. Fortunato de Almeida, Damião Peres, op. cit., p. 514.

52 cf. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, 1960- , vol. IV, p. 149 e Fortunato de Almeida, Damião Peres, op. cit., p. 514.

concelho de Guimarães, sendo aguardado pelas autoridades civis, administrativas, religiosas e militares, representantes das Ordens Terceira, etc.; daqui dirige-se para a Misericórdia, onde se paramenta, sendo aguardado pelas Ordem Terceira, confraria do Sacramento e Irmandade de S.to António, Infantaria n.º 20, Bombeiros Voluntários, representantes da Sociedade Martins Sarmento, Clube Comercial, etc.; depois de uma breve alocução do presidente da Câmara Municipal, segue em cortejo para a Colegiada de Guimarães, onde é celebrado um «*Te-Deum*» e daqui foi para o Pequeno Seminário de N. S.ra da Oliveira; a 5-11-1900, depois de ministrar o Crisma na Colegiada, foi visitar o hospital da S.ta Casa da Misericórdia, fez uma visita à igreja de S. Sebastião e daqui seguiu para a capela da V. O. Terceira de S. Domingos, hospital e por fim à igreja do Rosário; por volta das 15 horas, dirigiu-se à igreja e sacristia da Real Irmandade do Senhor dos Passos; em seguida, encaminhou-se para o Asilo de Mendicidade da mesma irmandade e colégio anexo, e daqui para o recolhimento dos Capuchinhos; por volta das 16 horas visitou a Sociedade Martins Sarmento, que visitou detalhadamente: sala de leitura, salão principal da biblioteca, sala de numismática, sala especial Martins Sarmento, claustro, onde examinou parte do museu arqueológico, seguindo depois para o cemitério; no dia 6-11-1900, visitou a igreja paroquial de S. Paio e esteve também na capela do Anjo; ao meio-dia, chegou a S. Francisco, onde percorreu a igreja da V.O. Terceira, a capela da mesma e presidiu à distribuição dos prémios aos melhores alunos; dirigiu-se posteriormente para a igreja de S. Dâmaso e daí para o Asilo de S.ta Estefânia; no dia 7-11-1900, foi-lhe oferecido um banquete e jantar pelos 1os Condes de Margaride na Casa do Carmo.

Durante o tempo que permaneceu no Arciprestado de Guimarães, que durou de 3-11-1900 a pelo menos de 1-12-1900, visitou 40 paróquias, nas quais crismou aproximadamente, 10.000 pessoas, interrompendo a mesma por volta de 22 ou 23 para regressar a Braga, mas retomando posteriormente. Por exemplo, visitou as freguesias e paróquias de S. Torcato (a 8-11-1900), S. Miguel de Creixomil (a 9-11-1900), Mesão-Frio (a 12-11-1900), S. Romão de Arões (a 13-11-1900), Vila Nova de Infantas (a 14-11-1900), Gémeos, S. Cipriano, S.to Estevão de Urgezes, Pevidém (a 15-11-1900), Costa (a 18-11-1900), S. João da Ponte e S.ta Eulália de Fermentões (a 28-11-1900) e Vila Nova de Sande (a 1-12-1900), onde é recebido pelos respectivos párocos, filarmónica local e administra o Cris-

ma. Fez ainda algumas visitas de cumprimentos e visitou a cadeia civil (16 e 17-11-1900).[53]

Em 1902, visita solenemente 12 freguesias do concelho de Braga, 3 de Barcelos, 19 de Viana do Castelo, 8 de Caminha, 13 de Vieira do Minho, 19 de Póvoa de Lanhoso, e os Santuários de N. S.ra do Porto de Ave e do Pilar, neste mesmo concelho, 1 freguesia de Guimarães e 5 de Barroso (Montalegre), num total de 90 paróquias, crismando mais de 24.000 pessoas.[54]

A visita episcopal de 3-11-1900

Chegou a esta cidade pelas 11 e meia hora da manhã no sábado passado [dia 3 de Novembro] o snr. D. Manuel Baptista da Cunha, Arcebispo e Senhor de Braga e Primaz das Espanhas. Nas Taipas foi S. Ex.ª Revm.ª esperado por grande número de cavalheiros esta cidade, entre os quais vimos os snrs. presidente e vereadores da Câmara Municipal, Conselheiro D. Prior, Desembargador dr. Conceição, Conde de Margaride, Barão de Pombeiro, Francisco Agra, Eduardo Almeida, Dr. Rodrigo Portugal, Dr. João Martins Machado, Prior de S. Paio, Dr. Henrique Margaride, Abade Joao Cândido, bastante clero dos arredores, Abade de Tagilde, reitor José António Fernandes Guimarães e representantes das Mesas de S. Francisco, S. Domingos e Santos Passos.

A povoação estava embandeirada. As janelas das casas estavam adornadas com colchas e bandeiras, e repletas de grande número de pessoas. Tocava uma banda de música. Uma grande girândola de foguetes anunciou a chegada de S. Ex.ª Revm.ª que desceu do carro para receber os cumprimentos de todos os presentes, depois que se pôs em marcha o cortejo composto de 25 trens. Os snrs. Administrador do concelho, Acipreste do Julgado e Vice-reitor do Seminário, foram esperar s. ex.ª ao extremo do concelho (…).

---

53 cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, p. 316 e Commercio de Guimarães de 6-11-1900, XVII Ano, N.º 1530, p. 2, Commercio de Guimarães de 9-11-1900, XVII Ano, N.º 1531, p. 2, Commercio de Guimarães de 13-11-1900, XVII Ano, N.º 1532, p. 2, Commercio de Guimarães de 16-11-1900, XVII Ano, N.º 1533, p. 2, Commercio de Guimarães de 20-11-1900, XVII Ano, N.º 1534, p. 2, Commercio de Guimarães de 30-11-1900, XVII Ano, N.º 1537, p. 2.

54 cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, p. 317.

À chegada s. ex.ª foi anunciada por girândolas de foguetes à rua de Paio Galvão, e uma banda de música com os alunos externos do Seminário-liceu e colégio da SS. Trindade, aguardava o préstito e à porta da Misericórdia, fazia a guarda de honra toda a força disponível de infantaria 20, com a respectiva banda.

Na Misericórdia, onde S. ex.ª tinha de revestir-se, era esperado pela Mesa da Irmandade e capelães de coro da Misericórdia, pelo Rev. Cabido e curaria da I. e R. Colegiada, Seminário, clero da cidade, Ordens Terceiras, confrarias do Sacramento, Irmandade de Santo António, Coronel e oficialidade de infantaria 20, Corpo activo dos Bombeiros Voluntários, representantes da Sociedade Martins Sarmento, Clube Comercial, Assembleia Vimaranense, pessoal do matadouro público e outros. Aí foi oferecido pelo snr. D. Prior o Cristo para beijar e o hissope pelo rev. Capelão-mor, sendo nesta ocasião cumprimentado pelo Provedor e mais membros da Mesa.

Ao sair da Misericórdia, o sr. presidente da câmara, leu uma alocução a que s. ex.ª respondeu.

As varas do pálio eram conduzidas pelos vereadores da Câmara e o cortejo, seguiu em muita boa ordem no meio de grande entusiasmo do muito povo que assistia, enquanto o que das janelas do trânsito, brilhantemente engalanadas, desciam sobre o préstito nuvens de pétalas de flores, que produziam um efeito surpreendente.

À entrada da Colegiada era esperado pelo snr. Cónego Pereira, respeitável octogenário, e relíquia veneranda da antiga Colegiada. Esta achava-se completamente cheia de fiéis, que ansiosos esperavam contemplar o seu bem-vindo Prelado, que entoou ao entrar o *Te-Deum* que um coro de seminaristas continuou cantando, acompanhado do magnífico órgão da igreja. Feita a visita ao SS. S. ex.ª dirigiu-se para o altar-mor, aonde depois de preenchidas as solenidades do costume deu o anel a beijar a todos os cavalheiros presentes. Finda esta cerimónia dirigiu aos presentes uma tocante alocução, que muito agradou e comoveu, dirigindo-se em seguida para o Seminário.

No Seminário [Pequeno Seminário de Nossa Senhora de Oliveira], assistiu ao entusiamo respeitoso dos estudantes, aos cumprimentos sinceros dos que se associaram à Sua visita Pastoral, dispensando a todos um sorriso de amabilidade, um testemunho sincero do Seu coração agradecido.

S. ex.ª na segunda-feira [5 de Novembro], depois de ter ministrado o Sagrado crisma na Colegiada a grande número de fiéis, foi

visitar o hospital da Santa Casa da Misericórdia, em que ficou magnificamente impressionado pelo asseio, limpeza e boa disposição do hospital. Ontem [ainda] fez visita pastoral à igreja da freguesia de S. Sebastião, onde foi recebido por grande número de irmãos das irmandades de S.to António e S. Sebastião ali erectas, e pelo pároco respectivo. Daqui seguiu para a capela da V. O. Terceira de S. Domingos, hospital e por fim à igreja do Rosário.[55]

Às 3 horas da tarde, dirigiu-se à igreja e sacristia da Real Irmandade do Senhor dos Passos, gostou imenso dos paramentos e da sua famosa instalação, afirmando que é o melhor que tem visto. Em seguida dirigiu-se ao Asilo de Mendicidade da mesma irmandade e colégio anexo, ficando de tudo gratamente surpreendido. Daí seguiu para o recolhimento dos Capuchinhos. Às 4 e meia visitou a Sociedade Martins Sarmento (…)[56], sendo esperado à porta por grande número de cavalheiros, directores e sócios daquela corporação, que ali tinham acudido pressurosos a prestar a devida homenagem ao ilustre prelado (…) O snr. dr. Domingos de Sousa, vice-presidente da direcção fez os cumprimentos e deu as boas vindas a Sua Ex.ª em nome da Sociedade, apresentando-lhe seguidamente os demais directores e sócios presentes. A visita do snr. Arcebispo Primaz começou pela sala de leitura, onde examinou atentamente os retratos dos sócios fundadores e protectores daquela casa, informando-se da data da sua fundação e de muitas outras circunstâncias relativas à vida social desta corporação, mostrando S. Ex.ª Revm.ª ter conhecimento de muitas das suas obras e empreendimentos. Seguiu depois pelo salão principal da biblioteca, que lhe mereceu especial reparo, ficando surpreendido com o número de avultados livros que nele encontrou e que muito excedeu a sua expectativa (…). Seguidamente passou à sala de numismática, examinando atentamente as moedas e as medalhas que ali se achavam patentes e lamentando o desgosto e prejuízo que para a Sociedade tinha advindo do roubo de que foi vitima aquela valiosa e importante secção dos seus museus. Visitou depois a sala especial Martins Sarmento, onde admirou a rica livraria que lhe foi legada há pouco pelo chorado e falecido arqueólogo, e em seguida à secção dos escritores vimaranenses, passando para o piso superior da galeria dos museus.

---

55 cf. Commercio de Guimarães de 6-11-1900, XVII Ano, N.º 1530, p. 2.

56 cf. Segundo o mesmo jornal Commercio de Guimarães de 6-11-1900, XVII Ano, N.º 1530, p. 2, depois da igreja de S. Domingos, terá seguido directamente para a Sociedade Martins Sarmento, in Commercio de Guimarães de 9-11-1900, XVII Ano, N.º 1531, p. 2

Nesta parte, seguramente uma das mais interessantes riquezas daquela casa S. Ex.ª tomou conhecimento não só das numerosas preciosidades arqueológicas, que ali se achavam depositadas, e que são de subidíssimo valor como elementos de estudo, mas também dos numerosos e variados espécimes das indústrias locais, que na mesma galeria se acham expostos, num início esperançoso de museu industrial, atestando largamente a quem desconhecer as poderosas e largas forças industriais do nosso concelho (...). Desceu Sua Ex.ª por último ao claustro, a examinar esta parte do museu arqueológico, as pedras ornamentadas do Sabroso e da Citânia, as inscrições, e toda aquela série de monumentos em pedra, que o vasto saber e paciente investigação do dr. Martins Sarmento e dos seus amigos ali fez acumular e recolher, num esforço tenaz e persistente de muitos anos, constituindo sem dúvida pelo seu número e pelo seu valor, o que de melhor há nesta especialidade em todo o país. Sua Ex.ª Revm.ª gastando para cima duma hora na sua visita manifestou à direcção e sócios da Sociedade Martins Sarmento, o seu pesar de não dispor de tempo bastante para um exame detalhado e minucioso todas as preciosidades ali juntas, como era seu desejo. Disse mais S. Ex.ª que levava daquela casa e das suas obras as mais agradáveis impressões, afirmando que muito embora conhecesse a sociedade e soubesse já do muito que havia a esperar do seu patriotismo e do seu génio empreendedor, não supunha encontrar em Guimarães, uma instituição o desenvolvimento e valor que presenciava. A biblioteca e os museus que tinha visitado faziam a sua admiração, e não tinha senão palavras de louvor e de estímulo para a sua direcção e para quantos com ela tinham colaborado e colaboravam em tão bela e simpática cruzada (...). Seguiu depois para o cemitério, que também visitou, não obstante a chuva.[57]

Hoje [6 de Novembro, terça-feira], faz uma visita pastoral à igreja paroquial de S. Paio e esteve também na capela do Anjo. Ao meio dia chegou a S. Francisco onde percorreu a igreja da V.O. Terceira, a capela e sacristia da mesma, visitou o hospital e asilo de entrevados, dirigindo palavras de conforto aos doentes e aos velhos; depois, presidiu à distribuição dos prémios aos meninos e meninas mais classificados das escolas daquela V.O., que recebeu S. ex.ª com todo o primor e gentileza, visitando o edifício escolar, donde

[57] cf. Commercio de Guimarães de 9-11-1900, XVII Ano, N.º 1531, p. 2.

saiu às 3 horas da tarde, dirigindo-se para a igreja de S. Dâmaso e daí para o Asilo de Santa Estefânia.[58]

No dia 7-11-1900, (...) o ilustre titular e digno par do reino, snr. Conde de Margaride, que em Maio passado conheceu S. Ex.ª Revm.ª em Roma por ocasião da peregrinação portuguesa, e por S. Ex.ª foi apresentado no Vaticano, ofereceu ao venerando prelado um jantar que anteontem [7-11-1900] se realizou no seu palacete (...) Foram em número de 30 os convivas. Além dos nobres Condes de Margaride, da sua família e de S. Ex.ª Revm.ª assistiram o snr. Conselheiro D. Prior, cónegos da insigne Colegiada, snrs. drs. Moreira e Miranda, Vasconcelos Gomes, Bacelar e Ribeiro, snrs. drs. Juiz de Direito e Delegado, vice-presidente da câmara snr. Dr. Faria, snr. Coronel Noronha, presidente da Associação Comercial snr. dr. Sousa Júnior, presidente da Sociedade Martins Sarmento snr. dr. Meira, snrs. Francisco Agra, Barão de Pombeiro, escrivão da Fazenda snr. Quintanilha, revs. Gomes da Silva e Pereira, mestre-de-cerimónias e mordomo do snr. Arcebispo.

Começou às 6 horas e terminou cerca das 9 horas e meia. Foi servido o seguinte menu:

Consommé aux perles de Nizan
Petits pàtés à la Reine
Sole du gratin
Filets de boeuf à la jardinière
Galantine de poulardes marbreés
Veau à la Primaz
Dinde aux cressons
Asperges en branches
Blanc manger
Pudding divers
Gateau Mousseline

Deserts
Fruits, fromages, vins: du pays, Bucellas, Collares, Xerez, madeira, Champagne, Porto, café et liqueurs

Ao dessert foram levantados numerosos brindes, sendo o primeiro o do snr. Conde de Margaride ao Senhor Arcebispo Primaz. Como é geralmente sabido, o snr. Conde de Margaride é singular-

[58] cf. Commercio de Guimarães de 6-11-1900, XVII Ano, N.º 1530, p. 2, Commercio de Guimarães de 9-11-1900, XVII Ano, N.º 1531, p. 3.

mente privilegiado neste género especial de fazer brindes em que poucos, pouquíssimos se lhe podem comparar. Desta vez foi como sempre feliz e o brinde feito a S. Ex.ª Revm.ª foi um verdadeiro modelo desta espécie literária. Em seguida brindou o snr. Arcebispo aos snrs. Condes de Margaride e sua família, agradecendo e fazendo por esta ocasião as mais lisonjeiras referências às instituições de beneficência de Guimarães e à recepção que o povo vimaranense lhe tem feito e de que S. Ex.ª se acha fundamente cativado. Muitos outros brindes se fizeram (...).



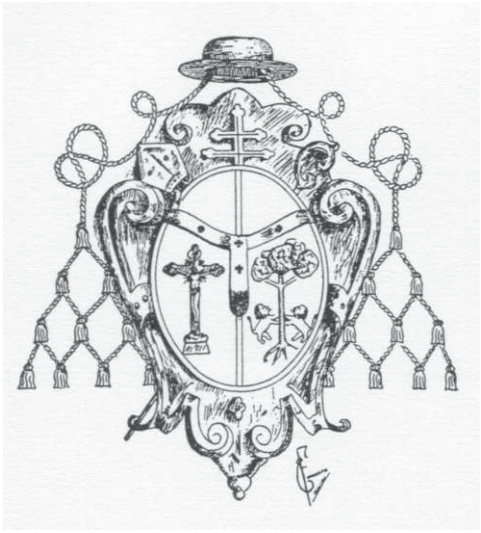
Jantar episcopal na Casa do Carmo dos Condes de Margaride a 7-11-1900

Seguidamente ao sumptuoso banquete (...), os salões do luxuoso palacete dos snrs. Condes de Margaride povoaram-se de grande número de damas e cavalheiros da mais selecta sociedade vimaranense. A recepção que os nobres titulares quiseram dar maior realce à sua festa e honrar o seu ilustre hóspede, estendeu-se até cerca da 1 hora da noite. O Snr. Arcebispo Primaz, retirou-se pouco depois da meia-noite plenamente encantado com a festa verdadeiramente principesca com que os snrs. Condes de Margaride, quiseram solenizar a visita de S. Ex.ª Revm.ª a esta cidade.[59]

[59] cf. Commercio de Guimarães de 6-11-1900, XVII Ano, N.º 1530, p. 2, Commercio de Guimarães de 9-11-1900, XVII Ano, N.º 1531, p. 3.

D. MANUEL VIEIRA DE MATOS





D. Manuel Vieira de Matos (1861-1932), Arcebispo de Braga (1914-1932)
(coleção Museu Pio XII) e armas episcopais de D. Manuel Vieira de Matos (1861-1932)

Foi **D. MANUEL VIEIRA DE MATOS**, Arcebispo de Braga (1-10-1914 – 1832), Bispo da Guarda (1-4-1903 – 1-10-1914), Arcebispo titular de Mitilene (15-8-1899 – 1-4-1903), que nasceu em S. Miguel de Poiares, concelho de Peso da Régua a 22-3-1861, filho de Manuel Vieira de Matos e de D. Rosa Alves Ferreira, lavradores-proprietários da mesma freguesia. Começou por estudar no Colégio de Lamego em 1873-1874, fazendo exame de instrução primária no liceu daquela cidade; concluiu o curso de preparatórios no seminário de Braga em 1879 e o de Teologia em 1882. Transitou para a diocese de Lamego, a sua terra natal, em virtude de uma circunscrição diocesana executada em 1882, e ficou a pertencer a essa diocese em cujo seminário, começou logo a exercer o ensino como professor de Ciências Eclesiásticas.

Ordenado presbítero em 22-9-1883, matriculou-se na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1885-1886.[60]

---

[60] cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 350-351.

Concluída a formatura em 11-7-1890, foi apresentado em 25 de Setembro num canonicato da Sé de Viseu, com ónus de ensino no Seminário, do qual tomou posse em 24-1-1891. O Bispo de Viseu, D. José Dias Correia de Carvalho, nomeou-o seu secretário particular e confiou-lhe a direcção espiritual do Seminário do Colégio do Sagrado Coração de Maria. Uma das suas grandes obras em Viseu, foi a reorganização e intensificação da Catequese e a instituição da Conferência de S. Vicente de Paula e da Congregação das Filhas e Filhos de Maria na Sé.

Em consistório de 22-6-1899, foi preconizado Arcebispo titular de Mitilene, inerente ao cargo de vigário-geral do Patriarcado e sagrado na Sé de Viseu a 15-8-1899, pelo referido prelado.[61]

Em 1903, foi apresentado pelo Governo para diocese da Guarda, recebendo a confirmação de Leão XIII em 1-4- , com o título de Arcebispo-Bispo. Entrou solenemente nesta diocese em 4-6-1903 e dirigiu então ao clero e fiéis uma alocução em que sintetizava o seu programa em três pontos: Seminário (que dotou de pessoal idóneo, reorganizou os estudos e a disciplina, tornando obrigatório o internato dos alunos, etc.), Escola (fundou um Pequeno Seminário na Mitra da Guarda e transformou a pequena capela do Grande Seminário, num templo vasto e elegante, que pudesse servir de escola de liturgia) e Oficina (estabeleceu no seminário da Guarda uma cadeira de Sociologia e simultaneamente um Circulo Católico Operário e fundou o boletim informativo A Guarda, que começou em 1904).[62]

Por bula *Commissum humiliati nostrae* do Papa Bento XV, foi nomeado e promovido a Arcebispo de Braga, por bula de 1-10-1914, tomando posse por procuração em 25-2-1915 e entrou solenemente na Sé primacial em 14-3, proferindo então uma saudação pastoral. Adquiriu nova residência para o paço arquiepiscopal, visto o antigo ter passado para a posse do Estado e procurou novas instalações para os seminários. Entre as medidas que tomou e introduziu, contam-se: reformas nos estudos eclesiásticos; publicou uma carta pastoral, sobre a União Católica e organização do Centro Católico (25-12-1917); reforma e restauração do antigo rito bracarense; aprovou novas Constituições do Arcebispado, que entraram em vigor a 15-8-1920; a nova edição do Breviário, obrigatória desde 1-1-1924 e

---

[61] cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 352-353.

[62] cf. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, 1960- , vol. XXXV, p. 269 e José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 355-359.

a do Missal, publicada por provisão arquiepiscopal de 20-5-1925; promoveu numerosos congressos religiosos, uns diocesanos, outros nacionais, os das obras católicas da arquidiocese. Tomou parte nos congressos eucarísticos internacionais de Roma (1922) e de Chicago (1926). Foi um dos maiores promotores da organização do Escutismo Católico, inaugurado em Braga em 1924. Fundou o Pequeno Seminário de N. S.ra da Conceição em 1924 e o Hospício do Clero; promoveu a fundação de um Museu de Arte Sacra em Braga, junto da Sé (1930); dotou a arquidiocese com um novo e grande seminário para o curso teológico, cujas obras decorreram entre 1928-1932, etc.[63] O Arcebispo bracarense, sofreu então por várias vezes os opróbrios do desterro e do cárcere com que o regime republicano o perseguia.[64]

Sentindo-se doente de saúde, pediu em 1932 à Santa Sé, nomeação de um coadjutor com futura sucessão, que recaiu em D. António Bento Martins Júnior, então Bispo de Bragança por bula de 14-7-1932.[65]

– VISITA PASTORAL de 8-5-1915 a 10-5-1915 e a **5-10-1915** de D. Manuel Vieira de Matos (1861-1932), Arcebispo de Braga (1914-1932)

Um pouco antes da sua visita pastoral a Guimarães, inaugura a igreja paroquial das Caldas da Taipas (que corresponde territorialmente à vila de Caldelas) a 11-4-1915, mandada construir a expensas pelo benemérito Conde de Agrolongo; chegando aí por volta das 10h, foi recebido pela comissão paroquial e das festas; depois de uma troca de cumprimentos, organizou-se um cortejo até à igreja paroquial, procedendo-se à bênção da nova igreja pelo Arcebispo Primaz; seguiu-se uma missa celebrada pelo pároco da freguesia e finda esta cerimónia religiosa, foi servido um almoço ao Prelado no Grande Hotel das Taipa; às 15 horas da tarde, seriam conduzidas em cortejo da igreja paroquial de S. Martinho de Sande para o novo edifício religioso, duas imagens religiosas (Coração de Jesus e Vir-

---

63 cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 409-412.

64 cf. Fortunato de Almeida, Damião Peres, op. cit., p. 514.

65 cf. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, 1960- , vol. XXXV, pp. 269-270 e Monsenhor J. Augusto Ferreira – Notas Biográficas...de D. Manuel Vieira de Matos, Famalicão, 1927.

gem da Conceição), que seria aguardado no novo templo pelo Arcebispo de Braga, seguindo-se um «*Te-Deum*», sermão do reverendo Gaspar Roriz, cerimónia de beija-mão, terminando com a inauguração dos retratos dos benfeitores.[66]

D. Manuel Vieira de Matos (1861-1932), Arcebispo de Braga (1914-1932), entra nas Caldas das Taipas em Guimarães a 8-5-1915, sendo aguardado pela Comissão Central e em cortejo dirigiu-se à igreja da Misericórdia, onde se paramentou; dai seguiu para a Colegiada de Guimarães, onde houve solene «*Te-Deum*», seguido dum discurso do prelado; depois dirigiu-se em cortejo para a Casa do Carmo do 1º Conde de Margaride, onde deu recepção às autoridades civis, militares, administrativas e representantes de várias corporações e colectividades vimaranenses civis e religiosas, fazendo no final um discurso; finda esta recepção, encaminhou-se para a Casa de Margaride em S. Romão de Mesão-Frio, de Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1868-1933), filho do 1º Conde de Margaride, onde se hospedou e realizou-se à noite um banquete em sua honra; a 9-5-1915, depois da aglomeração de fiéis e peregrinos junto ao Largo do Campo da Feira, da bênção e discurso proferido pelo arcebispo de Braga, ao pé da igreja **de N. S.ra da Consolação e Santos Passos**, deu-se início à peregrinação ao Monte da Penha (ermida e gruta-ermida), onde o prelado subiu a um púlpito improvisado e proferiu um discurso e deu a bênção, terminando assim as festividades; no dia seguinte (10-5-1915), o Arcebispo de Braga, retirou-se para Fafe e Cabeceiras, não conseguindo realizar as visitas às paróquias, hospitais e asilos vimaranenses, mas prometendo fazê-lo em breve.[67]

A visita episcopal de 8 a 10-5-1915

Apesar do tempo inconstante que se apresentou no sábado passado [8-5-1915], a recepção que a cidade de Guimarães fez ao seu Prelado, foi verdadeiramente deslumbrante. De todos os pontos do concelho, ainda os mais distantes, vieram pessoas a pé de carruagens que tornaram em breve a cidade extraordinariamente movi-

---

66 cf. Commercio de Guimarães de 6-4-1915, Ano XXI, n.º 2932, p. 3, Commercio de Guimarães de 16-4-1915, Ano XXI, n.º 2935, p. 2.

67 cf. Commercio de Guimarães de 30-4-1915, XVII, Anno XXI, n.º 2939, p. 3.

mentada, dando um tom festivo e alegre a todas as ruas por onde devia passar o cortejo. Estas viam-se repletas de povo, as janelas adornadas com bandeiras e ricas colgaduras, repletas de senhoras que galhardamente receberam o ilustre Antístite (…).

S. Ex.ª Rev.ma deu entrada na cidade, aclamado freneticamente por milhares de católicos, ao estralejar contínuo de girândolas de foguetes e no meio das mais calorosas manifestações de fé e de entusiasmo. Os vivas repetiam-se ininterruptamente, os lenços agitavam-se com entusiasmo e sobre o cortejo eram lançados carros de mimosas flores (…). À entrada da igreja da Misericórdia, onde S. Ex.ª Rev.ma se paramentou era recebido pela digníssima Mesa daquela corporação, e por milhares de pessoas que aclamavam com delírio o Senhor D. Manuel Vieira de Matos. Após alguns minutos, volta o cortejo, agora mais numeroso pela quantidade de clero, irmandades e associações que nele se incorporam, em direcção à Colegiada, aonde houve solene «*Te-Deum*».

Ali o Snr. Arcebispo, discursou com eloquência e brilho que lhe são conhecidos, sendo escutado por milhares de fiéis que por completo enchiam o vasto templo, e aos quais deixou as mais agradáveis impressões.

Novamente foi posto o cortejo em marcha, em direcção ao palacete do nobre conde de Margaride [na Casa do Carmo], continuando sem cessar as manifestações ruidosas e a ser lançadas sobre o nosso ilustre visitante e demais cortejo, flores e bouquets. À recepção assistiu, além das mais gentis damas vimaranenses, autoridades civis, militares, cavalheiros de alta representação social e representantes das várias colectividades vimaranenses, civis e religiosas. O senhor D. Manuel Vieira de Matos discursa então, eloquentemente, agradecendo comovido a recepção grandiosa com que o Povo de Guimarães o acolheu. Finda a recepção, dirigiu-se S. Ex.ª e Rev.ma para o palacete de Margaride [em S. Romão de Mesão-Frio], do nosso querido amigo e eminente correligionário, senhor doutor Henrique de Menezes [filho do 1º Conde de Margaride], aonde o glorioso Prelado se hospedou. À noite houve na bela vivenda do nosso distinto amigo, um banquete a que assistiram ilustres cavalheiros do nosso meio social.

Domingo [9-5-1915] devia ser, e foi para Guimarães um dia memorável. Há cinco anos que peregrinação alguma, subia o íngreme, mas formoso monte da Penha. De calcular é o entusiasmo louco que se divisava em todos os rostos que tinham a ventura de

poder acompanhar a peregrinação. O dia apareceu nebuloso e triste, mas o povo, com a sua fé e entusiasmo, do firmamento divisava pronuncio de bom tempo. Pelas 5 horas da manhã já os templos se viam repletos de fiéis e chegavam constantemente, bandos de peregrinos, que ora a pé, ora de trem se iam aproximando, e ora dispersos, ora agrupados nas suas associações se reuniam no espaçoso Largo do Campo da Feira. Quem pode como nós ir presenciar a reunião, destes milhares de peregrinos, ficou convicto se é que o não era, de que a fé persiste e a religião é imorredoura. Eram senhoras da nossa melhor sociedade que empunhavam ricas e vistosas bandeiras, eram agremiações religiosas das mais longínquas paragens do concelho, eram pessoas idosas e doentes, crianças, enfim era a religião, era a fé que lhes incutia coragem para subir a Penha. Nem o longínquo caminho, nem os prenúncios de chuva afrouxaram a concorrência e o entusiasmo (…). Perto das 9 horas, e quando já estava organizada a peregrinação, ouve-se um automóvel. Era o snr. Arcebispo, que vinha presidir a essa imponente manifestação de fé (…).

Passados momentos o ilustre Antístite, de mitra e báculo, assoma a uma janela da igreja do Campo da Feira. Então o delírio enlouquece o povo, os vivas repetem-se, os lenços e as bandeiras agitam-se de milhares de peitos, saem aclamações entusiásticas (…). De repente faz-se um religioso silêncio, o povo ajoelha. É o venerando arcebispo que o abençoa (…), Sua [Ex.ª] Rev.ma incorpora-se em seguida na peregrinação e ei-la em marcha. Dizem-nos que não há memória de se ter organizado peregrinação tão concorrida. De todas as janelas adornadas com damascos, são lançadas flores e ouvem-se aclamações. Os cânticos religiosos sucedem-se. O snr. arcebispo, ladeado de cavalheiros dos mais grados da cidade e rodeado de bandeiras acompanhou a peregrinação, através da cidade até fora de barreiras. O tempo presenciou a melhorar e apresentou-se um formosíssimo dia (…).

A direito à Penha, também seguiram milhares de pessoas que não puderam pela sua idade ou doença acompanhar a peregrinação. Pelo meio-dia, ouve-se o repicar festivo dos sinos da Penha. No ar estralejavam girândolas de foguetes. O povo, já então alguns milhares, corre para presenciar a chegada da peregrinação. Ei-la que chegou. Os peregrinos cansados com as faces afogueadas, mas com os olhos fitos na Virgem, caminham com alento e entusiasmo (...). Nem o cansaço da jornada, nem os cânticos que constantemen-

te soltavam, os faz afrouxar no entusiasmo. Agrupados em frente da Virgem, agitam os lenços e repetem os vivas…

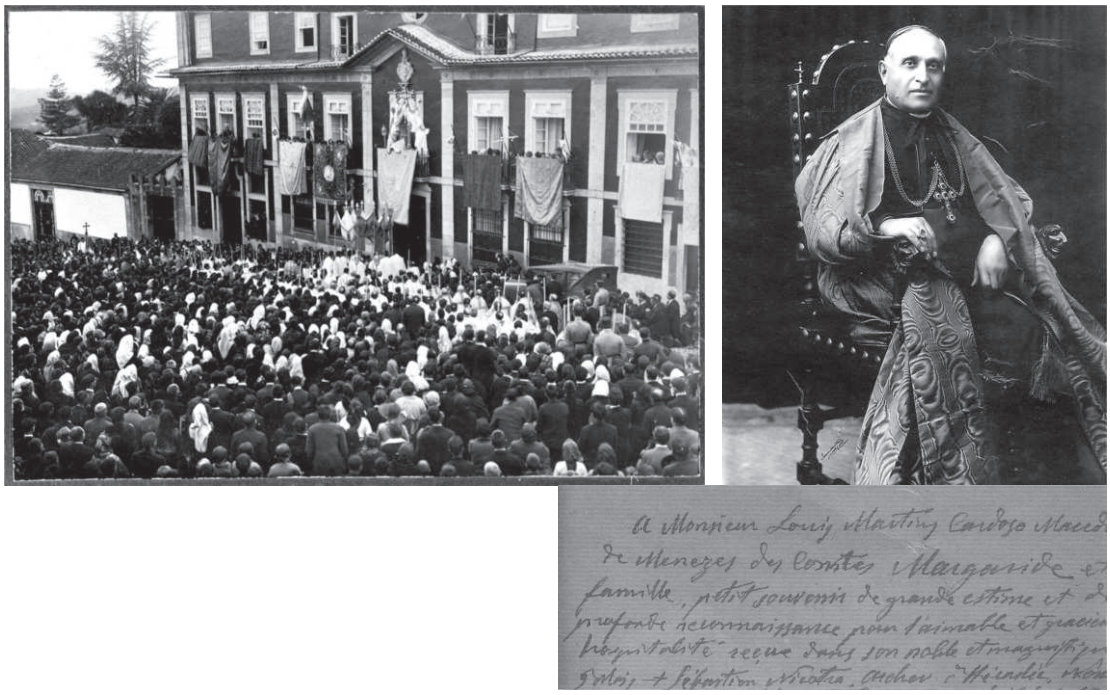
A custo rompe por entre a multidão compacta de povo o Venerando Arcebispo para tomar lugar na gruta. Em seguida o snr. D. Manuel Vieira de Matos, subiu a um improvisado púlpito. Sobre Sua Ex.ª Rev.ma são lançadas pétalas de mimosas flores e difícil foi calar o entusiasmo do povo. Acalmado um pouco, o snr. Arcebispo, pronunciou com voz forte e sonora, em linguagem sincera, mas terna e eloquentíssima um discurso, fazendo comparações verdadeiramente eloquentes. No fim repetiram-se as saudações e com dificuldade, pode retirar-se Sua [Ex.ª] Rev.ma. Nunca o monte da Penha teve tanto povo reunido. Durante o dia, dispersos pela Igreja, ermida e gruta-ermida, viam-se grupos de peregrinos entoando cânticos e rezando, entrando-se com dificuldade na gruta de Nossa Senhora e na gruta ermida. Sem desordens, nem roubos (…) assim terminou este dia sem uma única nota desagradável.

O snr. Arcebispo, retirou ontem [10-5-1915] para Fafe e Cabeceiras, não podendo fazer as anunciadas visitas às paróquias, hospitais e asilos. Dizem-nos que Sua [Ex.ª] Rev.ma virá particularmente visitá-los em breve.[68]

– VISITA PASTORAL de 8-6-1927 a 12-6-1927 de D. Manuel Vieira de Matos (1861-1932), Arcebispo de Braga (1914-1932) ao 3º Congresso Eucarístico Nacional de Guimarães.

O 3º Congresso Eucarístico Arquidiocesano de Guimarães ou Congresso Eucarístico Nacional de Guimarães, foi realizado entre 8 a 12-6-1927, em harmonia com a Exortação pastoral de D. Manuel Vieira de Matos (1861-1932), Arcebispo de Braga (1914-1832), expedida a 2-1-1927, sendo elevado à categoria de Nacional, de acordo com o episcopado português e presidido pelo Núncio Apostólico e Monsenhor Sebastiano Nicotra (1855-1929), Arcebispo de Heraclea (1917-1928) e Delegado de Sua Santidade o Papa Pio XI para Portugal (1923-1929).

[68] cf. O Commercio de Guimarães de 11-5-1915, Anno XXI, n.º 2942, p. 2.



Prelados na Casa do Carmo durante o 3º Congresso Eucarístico Nacional de Guimarães (8 a 12--6-1927), colecção Ilustração Moderna n.º 15, Porto, Julho de 1927 e Monsenhor Sebatiano Nicotra (1855-1929), Núncio Apostólico e Delegado de Sua Santidade o Papa Pio XI para Portugal (1923-1929), Arcebispo de Heraclea (1917-1928) – (colecção de D. Maria Luísa da Conceição Cardoso de Macedo e Menezes)

Este Congresso, deveria ser um curso de lições em que na parte teórica, se faria o ensino superior da Liturgia (então considerada uma ciência que estuda a razão filosófica e a intuição histórica dos ritos), e na parte prática os actos cultuais, que teriam um cerimonial pomposo e correcto. O Papa Bento XV (1854-1922) ao falar neste Congresso, referia «*Este rito* [bracarense eucarístico-mariano], *de que goza a Igreja de Braga desde remota antiguidade, deve colocar-se entre os principais títulos de glória, nos quais com fundados motivos se compraz o povo português, cuja benemerência para com a Igreja católica lhe mereceu dos Soberanos Pontífices o nome de Fidelíssimo* (…). *E, sendo um título de glória nacional, justo é que seja o Congresso também Nacional. Nele terão todos muito a aprender, porquanto se fará um estudo simultâneo de dois Ritos, bracarense e romano, o que tornará sobremodo interessante e de*

merecimento nacional. Esperamos que venha a ser um grandioso Congresso, tanto nas sessões de estudo, como nos actos de culto, porquanto as suas teses serão versadas por verdadeiras notabilidades litúrgico-cientificas, e os actos de culto serão realizados com a maior precisão litúrgica e com máximo esplendor, tomando parte nele mais de 200 clérigos (...)». Para Sua Santidade o Papa Bento XV, este congresso estava alicerçado no 1º Congresso Eucarístico Nacional de Braga (Julho de 1924), no 1º Congresso Mariano Nacional (Maio 1926) e com a realização do 3º Congresso Eucarístico Nacional de Guimarães (Junho de 1927), erguer-se-ia o projectado Congresso Litúrgico Nacional Romano-Bracarense (1930).[69]

Encontramo-lo ainda, na bênção solene da nova bandeira da Câmara Municipal de Guimarães na Colegiada de N. S.ra da Oliveira a 1-4-1929, antes da visita presidencial do General Óscar Carmona, presidente da República, acompanhado pelo presidente do ministério e ministros da Justiça e Agricultura a Guimarães de 3 a 5-4-1929.[70]

A visita episcopal e o Congresso Eucarístico Nacional de Guimarães de 8 a 12-6-1927

Estava naturalmente indicado o dar-mos conta aos leitores de todas as manifestações e solenidades do Congresso Eucarístico que com tanto brilho se realizou na semana finda. Assim no-lo confirmou a grandiosa manifestação feita a Sua Ex.a Rev.ma o Senhor Núncio Apostólico e ao Episcopado Português. O comboio especial, gentileza da Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte, chega mais tarde 15 minutos. Está tudo a postes, a pé firme; ferve-se; ouve-se de várias bocas o número de milhares de pessoas que estavam na «gare» (...).

O que se passou no momento em que o comboio entra nas agulhas e morteiros estralejavam no ar, não é para a nossa pena humilde que o descreve. Há vivas à religião católica; pronunciam-se os nomes dos recém-vindos, e ainda como um grito de alma, ouvem-se vivas à Pátria. Dificilmente se organiza o cortejo, Avenida abaixo o mesmo entusiasmo. Pétalas de flores são arremessadas

---

69 cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 465-467.

70 cf. Commercio de Guimarães de 5-4-1932, Ano XLV, n.º 4255, pp. 1-2.

por mãos das gentis patrícias. Há verdadeiras máscaras de intuição: bem-vindos! Chegamos à Praça D. Afonso Henriques. Em todas as janelas, há colgaduras e, apinhadas de gente que continua arremessando flores.

Sempre flores! E debaixo desta chuva, dos nossos campos e jardins, chegamos à Câmara. Não conseguimos entrar. Cá fora o povo não arreda pé. Ouvem-se palmas. É o snr. presidente da Câmara que dá as boas vindas. Sua Ex.ª Rev.ma o Senhor Núncio responde. Mais palmas. Espera-se mais um momento. Sua Ex.ª Rev.ma chega à varanda. Milhares de lenços, duma verdadeira mole humana, acenam com entusiasmo. A um gesto de Sua Ex.ª Rev.ma faz-se silêncio, e Sua Ex.ª Rev.ma diz: muito obrigado e viva Guimarães! Ouve-se o grito de resposta. E aqueles milhares de lenços, não cessam. Sua Ex.ª Rev.ma tem de retirar-se porque Guimarães não retira. Veem à janela os Rev.mos Bispos de Trajanópolis, Meliapor e Arcebispo Primaz de Braga. Novas e entusiásticas manifestações.

SS. Ex.as Rev.mas vão agora descansar. Vão agora tomar os aposentos que lhes estão destinados. Seguem pelas ruas da República, 31 de Janeiro até ao solar dos nobres Condes de Margaride. Aqui repetem-se as mesmas manifestações. S. Ex.as têm de assomar à janela. Após a sua retirada o povo debanda. É com estas principais passagens que Guimarães recebeu os seus ilustres e reverendos hóspedes.

Todas as solenidades da Igreja, revestiram a maior imponência. Milhares de fiéis entoam cânticos religiosos e fazem preces para os bons frutos deste Congresso, e que tragam tranquilidade da nossa querida Pátria.

À noite na Igreja de S. Francisco, S. Ex.ª Rev.ma o Bispo de Portalegre, faz a sua primeira oratória. S. Ex.ª, além de se referir ao Congresso e à Eucaristia, como visão e mistério de amor, fala ao nosso coração de vimaranenses. No dia 9[-6-1927], ainda é o snr. Bispo de Portalegre que nos fala.

Sexta-feira [10-6-1927]. Estava reservado à nossa vista um espetáculo inédito, gente de nosso bom povo, convergindo para os lados do Campo da Feira, com açafates de flores, organizam-se, para fazer a distribuição pelas casas da cidade, e com a banda dos Bombeiros Voluntários à frente, atravessam as ruas entoando cânticos ao Céu (…).

A chuva que por vezes caiu, não arrefece o entusiamo. À medida que se aproxima a noite, chegam centenas de automó-

veis, camiões e vários meios de transporte (…). No Campo da Feira, já há velas acesas (…). Já lá vem a sair a procissão. São milhares de luzinhas. É um espectáculo surpreendente. Ouvimos várias opiniões e todas elas nos afirmam que nunca em Portugal se fez coisa assim (...). Vimos na procissão gente humilde e gente grada. Todos entoam cantos ao Altíssimo. Vem agora a sair da igreja dos Santos Passos um andor (…). É um andor da Imaculada Conceição com o seu resplendor e focos eléctricos lhe davam um efeito soberbo.

Lá vão seguindo sempre, esses milhares de pessoas empunhando suas velinhas. No solar dos condes de Margaride, por onde a procissão passou e onde se encontrava o rev. Núncio e quase todos os Prelados, há vivas. Novamente milhares de lenços. O snr. Arcebispo Primaz acena que vão seguindo. O povo parece não querer sair. E cumprindo o itinerário lá vai aquele mar de luzinhas. Chega agora o andor. Vem apagado (…) e de repente ilumina-se. Vimos bem a admiração de S. Ex.ª o Senhor Núncio. Sente-se agora silêncio. É o Núncio que o interrompe. Foi ele que deu início às palmas. É como verdadeira revoada se lhe seguiram. Repetem-se os vivas, e assim vai recolhendo ao Campo da Feira, sempre com verdadeiro entusiasmo e acompanhada por milhares de fiéis (…).[71]

No salão nobre da Sociedade Martins Sarmento, foram expostas durante os dias do Congresso, algumas das mais preciosas obras [de arte sacra] dos nossos antepassados. A inauguração foi feita com a presença de Mr. Sebastião Nicotra e rev.mos Prelados e uma selecta assistência (…). S. Ex.ª refere-se ao passado artístico em Arte Sacra e foca os objectos expostos. Congratula-se em ver que se guarda com verdadeira religiosidade o que nossos antepassados nos legaram (…).

Com magnifica organização e uma imponência pouco vulgar realizou-se no sábado [11-6-1927] a majestosa procissão do SS. Sacramento, que já nos tínhamos referido. Nela se incorporaram autoridades civis, religiosas, muitas confrarias, clero da Diocese, Núncio, Arcebispo e Prelados, seminaristas, etc. (…). Nas ruas era difícil o trânsito. Na varanda da igreja dos Santos Passos foi lançada a primeira bênção aos milhares de fiéis que por completo enchiam o vasto largo. Da varanda do Palacete dos snrs. Condes de Margaride, foi lançada a 2ª bênção e no Toural, na Basílica de S. Pedro, foi lançada a 3ª bênção.

---

[71] cf. Commercio de Guimarães de 14-6-1927, XLIV Ano, N.º 4079, p. 1.

No largo vastíssimo de joelhos e acenando com lenços (…), viam-se milhares de pessoas. Na ocasião em que foi lançada a bênção foram soltas dezenas de pombas (…). Ao recolher foi lançada a última bênção, sendo sempre a procissão acompanhada por milhares de pessoas (…). Durante o percurso foram constantemente lançadas sobre o imponente cortejo, milhares de pétalas de flores.

É impossível descrever a grandiosa Peregrinação à Penha (…). Na Penha, estiveram no domingo [12-6-1927], dizem os entendidos para cima de 100.000 pessoas. As que não vieram, se uma chuva impertinente não tivesse amedrontado os menos crentes! (…).

Braga e Guimarães, se todos os anos continuarem realizando congressos, como até aqui, serão em breve as cidades mais prósperas e progressivas do Norte (…).

Eram perto das três horas da tarde e a Penha, apresenta um aspecto único. Milhares e milhares de pessoas entoam cânticos religiosos (…). Ouve-se um ruído estranho: divisa-se um ponto negro e como uma só voz, gritou-se: aí vem o avião (…). Um Vielker tripulado pelos aviadores, capitão Sérgio da Silva e tenente Moreira Cardoso, que vêm associar-se à homenagem que Guimarães presta aos insignes aeronautas Gago Coutinho e Sacadura Cabral, inaugurando-lhe um monumento. O avião faz várias evoluções. Vem agora muito baixo. O povo delira. Freneticamente acena com os lenços. Os aviadores compartilham desse entusiasmo (…).

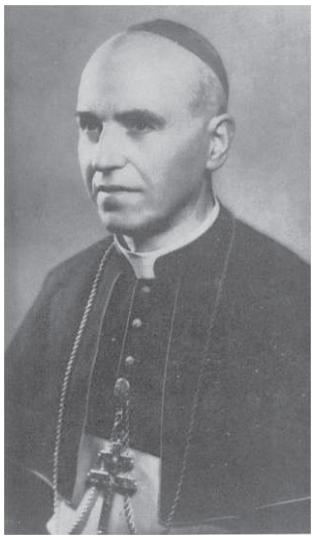
Inúmeras casas adornaram as suas fachadas, havendo algumas que pelo seu significado mereceram as atenções do público. Também muitas casas se iluminaram. Nunca Guimarães, qualquer que seja a festa que aqui se tenha realizado, teve tanto número de casas adornadas e embandeiradas, predominando nestas a Cruz Vermelha.[72]

D. ANTÓNIO BENTO MARTINS JÚNIOR

Foi **D. ANTÓNIO BENTO MARTINS JÚNIOR**, Arcebispo de Braga (28-9-1932-1963), Bispo de Bragança (20-6-1928-28-9-1932), que nasceu em S. Miguel dos Arcos, concelho de Vila do Conde, arcebispado de Braga a 5-5-1881, filho de António Bento Martins e de D. Teresa da Conceição Alves Torres.[73]

[72] cf. Commercio de Guimarães de 17-6-1927, XLIV Ano, N.º 4080, p. 1.
[73] cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, p. 530.







D. António Bento Martins Júnior (1881-1963), Arcebispo de Braga (1932-1963) (coleção Museu Pio XII) e armas episcopais de D. António Bento Martins Júnior (1881-1963)

Principiou os estudos preparatórios em 1895, que continuou em 1897, no Seminário de S.to António e S. Luís Gonzaga e concluía com distinção no Seminário Conciliar do curso teológico em 1903. Nos finais de Outubro de 1903, recebeu a sagrada ordem de presbítero e partiu para Roma, onde frequentou a Universidade Gregoriana até 1908, licenciando-se em Teologia e Filosofia e doutorando-se em Direito Canónico.

De regresso, exerceu os lugares de professor do Seminário de Braga de 7-10-1909 a 1928, desembargador da Relação Eclesiástica, procurador-geral da Mitra, secretário-geral do Arcebispado (1902--1928), cónego da Sé primacial de Braga em 27-3-1918, redigiu em co-autoria as novas constituições do arcebispado de Braga, aprovadas no sínodo diocesano de 25-7-1918, professor de Direito Eclesiástico no ano lectivo de 1918-1919. Pelos seus notáveis serviços, o Papa Pio IX, elevou-o à dignidade de Monsenhor ou pronotário apostólico *ad instar participantium* em 4-7-1922.[74]

Nomeado Bispo de Bragança e Miranda, pela bula *Commisum humilitati Nostrae* em 20-6-1928, espedida em 26, sendo sagrado na

[74] cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 531-532.

Sé Primaz em 15-8- , e fazendo a sua entrada na diocese em 11-10, do mesmo ano.[75] Ali permaneceu cerca de quatro anos, desenvolvendo uma actividade verdadeiramente prodigiosa, tanto de natureza apostólica, como na reorganização dos serviços da Diocese, inclusive na construção do novo Seminário.

Em 14-7-1932, foi nomeado coadjutor, com futura sucessão do Arcebispo Primaz, D. Manuel Vieira de Matos, com o título de Arcebispo de Ossirinco pela Bula *Commissum humilitati* do Papa Pio IX. Em 28-9-1932, por morte daquele arcebispo, tomou posse da arquidiocese, sendo designado arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas. A 16-3-1933, em Consistório foi deferido e outorgado o pálio pelo Papa Pio IX ao Arcebispo Primaz e entregue a 28, do referido mês ao seu procurador monsenhor Porfírio Cordeiro. A 4-4-1933, na capela particular do paço Episcopal de Braga, foi-lhe imposto o pálio.[76]

A acção desenvolvida na arquidiocese de Braga, traduziu-se numa série de realizações, não só no domínio espiritual, mas também no aspecto material: nas reformas das corporações religiosas (irmandades e confrarias), publicando o modelo dos estatutos a rever, dissolvendo bastantes mesas, e colocando em relevo sobretudo a Confraria do Santíssimo; interditou bandas e pessoas que recusassem a obedecer à legislação sobre romarias; na participação em Congressos que ficaram memoráveis; na construção do novo Seminário Conciliar de S.ta Margarida; na instituição do Seminário de Filosofia no edifício do Largo de S. Tiago, que depois de ter sido quartel durante 40 anos, voltou à posse da Arquidiocese; na construção do Seminário de Preparatórios de N. S.ra da Conceição; no incremento dado ao progresso do Santuário do Sameiro; no desenvolvimento da Acção Católica; em deslocações a Roma e muitas outras actividades, etc. A 29 de Março de 1947, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo e a 11-7-1959, com a Grã-Cruz da Ordem da Benemerência.

---

75 cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 532-534.

76 cf. Noticias de Guimarães de 25-8-1963, Ano 32, n.º 1652, p. 4; Faria, Cónego António Gonçalves Molho de Faria - Acção catholica: boletim archidiocesano, vol. XLIX, Outubro 1963, Fasc. X, Braga: Manuel Pereira Junior, 1916- , p. 454-455 e 457; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, 1960- , vol. XVI, p. 470 e José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, pp. 543-544.

– VISITA DE 4-6-1952 a **8-6-1952** de D. António Bento Martins Júnior (1881-1963), Arcebispo de Braga (1932-1963)

O Congresso Eucarístico Regional de Guimarães, decorreu de 4 a 8-6-1952, com a presença de altas individualidades e prelados; a 4-6-1952, houve nos Paços do Concelho, uma recepção oficial e breve sessão solene aos Prelados, pelo presidente do município; nesse dia (4-6-1952), D. António Bento Martins Júnior (1881-1963), Arcebispo de Braga (1932-1963), D. António Valente da Fonseca (1884-1972), Bispo de Vila Real (1933) e D. Abílio Augusto Vaz das Neves (1894-1980), 15º Bispo de Bragança e de Miranda (1939), deslocam-se para a Casa do Carmo do Conde de Margaride, onde são saudados pela população vimaranense; a 5-6-1952, foi dedicado às crianças, que em número de alguns milhares, se concentraram no Largo da República do Brasil, havendo missa campal presidida pelo Arcebispo-Primaz, comunhão geral, certame eucarístico e às 22 horas adoração solene ao SS.mo Sacramento no templo de S. Francisco, que se prolongou nos dois dias seguintes; o dia 6-6-1952, foi dedicado às senhoras, havendo missa na igreja de S. Francisco por um Prelado e à noite comunhão geral e Adoração Eucarística; o dia 7-6-1952, foi dedicado aos homens, havendo missa e comunhão geral no templo da Misericórdia. Na igreja de S. Francisco, foi celebrada missa pelo Arcebispo de Braga, com a assistência de todos os Prelados. A sessão de encerramento, teve lugar no teatro Jordão, sob a presidência do Arcebispo Primaz. Às 22 horas, realizou-se uma procissão Eucarística, só para homens; a 8-6-1952 deu-se uma imponente peregrinação à Penha, em que seria conduzida a imagem do Papa Pio X.

Nos dias 4 e 5, houve sessões de estudo, funcionando 5 sessões para o Clero, intelectuais, senhoras, trabalhadores, que decorreram no salão paroquial de N. S.ra de Oliveira, Ginásio do Liceu Nacional de Guimarães, salão nobre do Grémio do Comércio, salão do Sindicato Nacional da Indústria Têxtil e salão da Associação Artística Vimaranense.[77]

---

[77] cf. Notícias de Guimarães: semanário defensor dos interesses do concelho, Guimarães: A.D. Castro, 1932- , Notícias de Guimarães de 11-5-1952, Ano 21, n.º 1060, p. 3.

Contudo temos ainda conhecimento de outras visitas episcopais, ao arciprestado de Guimarães:

A 18-6-1933, esteve presente na missa pontifical e comunhão geral para adultos e crianças no Solene Tríduo Eucarístico na igreja de S. Francisco, seguido à tarde de procissão eucarística (composta por crianças da catequese, colégios, confrarias, clero, autoridades locais), presidida pelo mesmo Prelado, sendo dada a bênção do Santíssimo Sacramento, junto ao antigo castelo e da fachada de S. Francisco ao recolher.[78] Esteve ainda presente na sessão solene da Comemoração do 1º Centenário natalício do ilustre vimaranense Francisco Martins Sarmento na Sociedade Martins Sarmento às 22h30m, presidida pelo Governador Civil de Braga, representando o Chefe de Estado.[79]

Entre 1933-1934, visitou as paróquias e clero e as sedes dos Arciprestados: Senhora de Oliveira e S. Martinho de Sande em Guimarães, além de paróquias em Braga (S. Mamede de Este, S. Julião de Passos, Palmeira, Pedralva), Vila do Conde (Arcos), Barcelos (Matriz, Barqueiros, Celeiros, Tadim, Parelhal), Vila Verde (Soutelo), Caminha (Venade), Amares (Caires), Póvoa de Lanhoso (Monsul).[80]

A 5 e 6-7-1952, esteve presente nas comemorações do 1º Centenário da Trasladação de S. Torcato e da chamada Romaria Grande. No dia 5-7-, o prelado bracarense seria aguardado às 17 horas no lugar do Proposto em Guimarães, seguida duma novena pregada pelo padre José de Jesus Ribeiro, o solene *Te-Deum*, procissão das Velas aos lugares santos da freguesia. No dia seguinte (6-7-), decorreram os actos solenes em S. Torcato, com a procissão, incorporada com dois carros alegóricos, a urna com o corpo do milagroso Santo, conduzida pela irmandade de S. Torcato. Sob o pálio, o Arcebispo Primaz, conduzia o Santo lenho e atrás seguiam a câmara municipal e demais autoridades. Seguiu-se um solene Pontifical, presidido pelo Prelado bracarense, com a assistência de numerosos sacerdotes, autoridades administrativas, representantes das Ordens Terceiras, Irmandade de S. Torcato, etc. As cerimónias foram

---

78 cf. Noticias de Guimarães de 30-4-1933, Ano 2, n.º 66, p. 3, Noticias de Guimarães de 25-6-1933, Ano 2, n.º 74, p. 2.

79 cf. Noticias de Guimarães de 18-6-1933, Ano 2, n.º 73, p. 2.

80 cf. José Augusto Ferreira, op. cit., vol. IV, p. 559.

acompanhadas pelo grupo de S.ta Cecília e ao ofertório subiu ao púlpito o reverendo José de Jesus Ribeiro, Prior de S. Sebastião, que proferiu uma oração em louvor de S. Torcato. No templo, foi descerrada uma placa comemorativa do Centenário. Depois da cerimónia religiosa, foi oferecido um almoço ao Arcebispo Primaz, no salão da Casa do Povo pela pensão Portugal. Neste dia foi realizado um arraial, que durou até madrugada.[81]

Esteve também presente no Xº Congresso Nacional de Bombeiros, que decorreu entre 3 e 7-9-1952, nomeadamente na missa campal no Castelo da Fundação a 7-9-; a 3-9-1952, teve lugar a sessão inaugural na Sociedade Martins Sarmento; a 5-9-, deram-se várias sessões de trabalho, sobre os problemas que interessavam às corporações de bombeiros e ao País (Retalhos para uma palestra sobre as corporações de bombeiros, como escola de civismo, de Fernandes Martins; conferência dos congressistas, sob a admissão da Liga da Associação Hospitalar da Cruz de Malta, que foi rejeitada por maioria de votos); nesse dia, foi ainda feita a chamada dos mortos e prestada respeitosa homenagem a todos os que desde 1950, desapareceram das fileiras do voluntariado português e realizou-se um passeio dos congressistas à Penha; a 6-9-, teve lugar a sessão de encerramento no teatro Jordão, presidida pelo Governador Civil Major Armando Nery Teixeira e à noite assistiram a um arraial no parque de Turismo das Termas das Taipas, com banda de música e orquestra; a 7-9-, decorreu a missa campal, que o Arcebispo de Braga, celebraria junto ao castelo de Guimarães e desfile à tarde em parada de mais de 1200 bombeiros das Corporações dos Bombeiros Portugueses pelas ruas de Guimarães, cujo itinerário começaria no Largo da República do Brasil e terminaria junto ao quartel dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e seria feita uma visita às termas de Vizela; a 7-9, à noite, pelas 20 horas teve lugar o banquete oficial, oferecido pela municipalidade no restaurante Jordão, seguido dum arraial minhoto na parada dos Bombeiros Voluntários.

O Arcebispo de Braga, viria propositadamente a este encontro para celebrar a missa campal junto ao Castelo às 10 h e dirigir uma alocução aos Bombeiros de Portugal, tomando deste modo presença nos actos do Xº Congresso Nacional de Bombeiros.[82]

---

[81] cf. Notícias de Guimarães de 22-6-1952, Ano 21, n.º 1066, p. 1, Notícias de Guimarães de 13-7-1952, Ano 21, n.º 1069, p. 3.

[82] cf. Notícias de Guimarães de 24-8-1952, Ano 21, n.º 1075, p. 1, Notícias de Guimarães de 7-9-1952, Ano 21, n.º 1077, pp. 1-2.

A visita episcopal de 4 a 8-6-1952

A população vimaranense, dispensou aos Prelados que vieram tomar parte no Congresso um carinhoso acolhimento, tendo sido recebidos no Paço do Concelho, no fim da quarta-feira [4-6-], os Reverendíssimos Senhores Arcebispo Primaz e Bispos de Vila Real e Bragança, os primeiros que chegaram a esta cidade e foram hóspedes respectivamente da família Margaride, do sr. dr. Sebastião Lobo Cardoso de Meneses e de João Maria Rodrigues Martins da Costa (Aldão). Os restantes Prelados de Cizico, Lamego Porto, Mitilene e Guarda, chegaram nos dias seguintes e foram hóspedes dos srs. Eng.º Alberto Costa, Capitão José Maria Pereira Leite de Magalhães Couto, Belmiro Mendes de Oliveira, Comandante João de Paiva de Faria Leite Brandão e José da Silva Gonçalves.

Estiveram presentes na recepção na Câmara Municipal numerosas individualidades, entre as quais se viam representantes das instituições culturais, económicas, beneficentes, muitas senhoras e bastante povo. Os Prelados deram entrada nos Paços do Concelho, num ambiente da mais viva simpatia e franca hospitalidade, e foram saudados respeitosamente pelas numerosas individualidades ali presentes. No salão nobre dos Paços do Concelho (…), teve lugar uma breve sessão solene, no qual o sr. dr. Augusto Gomes de Castro Ferreira da Cunha, apresentou em nome da cidade os cumprimentos de boas vindas aos ilustres representantes do Episcopado Português. O Presidente do Município agradeceu a honra da presença dos Prelados e o brilho que com ela S. Ex.as Rev.mas vieram dar ao Congresso (…). Então o Rev.mo Senhor D. António Bento Martins Júnior, agradeceu os cumprimentos e saudações da cidade de Guimarães (…) em que começou por afirmar ser com justificado desvanecimento que os Prelados presentes ouviram e recolheram em seus corações as palavras que exprimem os nobres sentimentos desta boa terra, que foi fundada sobre um duplo alicerce espiritual no seu Mosteiro e militar no vetusto castelo. Ao falar de Guimarães, referiu-se à sua grandeza histórica, aos seus valores Artísticos e recordou o seu Congresso Eucarístico de há 25 anos (…). E fala então do ideal eucarístico que impulsionou os artistas e os guerreiros e os descobridores e da Arte religiosa, que ensinou o povo rude e analfabeto, referindo-se também às Artes modernas e ao seu valor na sociedade, afirmando que a Eucaristia é remédio soberano para os males do nosso tempo. O venerando Antístite continuou o seu dis-

curso numa saudação a Guimarães, Terra de Caridade, Templo da Arte, Solar da Nação (…) e terminou por agradecer a carinhosa recepção, saudando na pessoa do Presidente da Câmara o povo deste concelho.

A primeira cerimónia do Congresso teve lugar na quinta-feira [5-6] no espaçoso Largo da República do Brasil, em frente do elegante templo dos Santos Passos, junto do qual foram construídos estrados para a Missa Campal de Certame Catequístico. Milhares de crianças de todo o concelho ali afluíram desde manhã cedo: 6, 7, 8 mil crianças talvez estiveram presentes à Missa e receberam no final, a Sagrada Comunhão (…). Foi celebrante o sr. Arcebispo Primaz, acolitado por diversos sacerdotes. Em lugares de honra estavam outros Prelados e muitas figuras representativas no meio. A missa começou já passava das 9 horas e meia. Sobre o altar foi colocada a imagem de Pio X. Estavam presentes todas as freguesias do concelho, todas, com os seus párocos e muitas com os professores e muitos paroquianos. Da cidade também afluiu ao local muita gente, todos contemplando o primeiro grande acto do Congresso (…). Entretanto a concentração ia-se fazendo e grandiosa. O Venerando Primaz das Espanhas ao contemplar aquele maravilhoso quadro que foi posto ante os seus olhos, vibrou de entusiasmo e de alegria, dirigindo paternalmente a sua palavra de Pastor Amado às criancinhas que, em silêncio o escutavam e depois, entusiasticamente o aclamaram. A comunhão das criancinhas foi demorada. Vários sacerdotes a ministraram. Depois teve lugar o certame catequístico, terminando tudo por volta das 13 horas (…). E a todas aquelas crianças que participaram no acto soleníssimo da comunhão e do certame catequístico foi depois servido um lanche.

As sessões de estudo do Congresso, funcionaram nos dois primeiros dias [4 e 5-6] e registaram grande afluência de pessoas: sacerdotes, intelectuais, senhoras e trabalhadores, que funcionaram no ginásio do Liceu Nacional de Guimarães, foram apresentadas as seguintes teses: A eucaristia e a vida intelectual pelo dr. Luís de Pina e A eucaristia e o amor da pátria pelo dr. Fernando Pimentel de Almeida, professor catedrático da Universidade de Coimbra. No Grémio do Comércio, funcionaram as sessões para senhoras em que foram apresentadas as seguintes teses: A eucaristia e a formação da infância e da adolescência pela prof.ª D. Maria Luísa Gonçalves, O apostolado feminino pela eucaristia pela dr.ª D. Edwiges Machado, A eucaristia na formação da rapariga moderna, pela dr.ª

D. Maria da Adoração de Castro Xavier Monteiro. No Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil, funcionaram as sessões para os trabalhadores, tendo sido apresentadas as seguintes teses: A eucaristia e a paz familiar, pelo sr. Daniel Lobão Baptista da Silva, da Direcção Arquidiocesana da J.O.C., A eucaristia e a paz no mundo do trabalho, pelo dr. João Gomes de Abreu Lima, do I. N. de Trabalho e A eucaristia e a paz social, pelo sr. Edmundo de Jesus Costa, da Direcção Geral da A.C. As trabalhadoras tiveram as suas sessões de estudo na Ass. Artística, onde também foram apresentadas as seguintes teses: A eucaristia e a paz familiar, pela prof.ª Celeste Lopes de Andrade, A eucaristia e a paz social, pela sr.ª D. Irene do Carmo, da Direcção Geral da J.O.C.F. e A eucaristia e a paz no mundo do trabalho pela sr.ª D. Josefina de Oliveira Campos.

O sumptuoso templo da Ordem de S. Francisco, luxuosamente decorado pela casa João Augusto Passos, e profusamente iluminado com centenas de lumes, oferecia durante as Solenes Adorações de quinta e sexta-feira e ontem (5, 6 e 7-6-1952) no decorrer do imponente Pontifical, aspecto de rara magnificência. Nos dois primeiros dias, à noite, durante a exposição e a Adoração do SS.mo Sacramento, a ampla igreja esteve sempre repleta de fiéis, assistindo Prelados e muitos sacerdotes e fazendo-se ouvir no coro um numeroso conjunto de vozes de meninas do Colégio de N.ª S.ra da Conceição. Durante as adorações o nosso ilustre conterrâneo sr. D. Domingos Gonçalves, Bispo da Guarda, no púlpito fez a descrição da vida e excepcionais virtudes do Papa Pio X. Ontem no Pontifical, celebrado por S. Ex.ª Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz e com a assistência de todos os demais Prelados, cabido, Governador Civil do Distrito, Presidente da Câmara Municipal e demais autoridade locais e pessoas de representação (…), o templo esteve quase sempre cheio.

Na sexta e no sábado (6 e 7-6-1952), realizaram-se pela manhã em S. Francisco e na Misericórdia, respectivamente, precedidas de missas que foram celebradas por Prelados que se encontram em Guimarães as comunhões colectivas das senhoras e dos homens. Durante aquelas cerimónias, que registaram grande afluência de pessoas de todas as idades, foram entoados cânticos religiosos. Nestes dias, a cidade apresentou seu ar festivo e à noite, a maior parte dos edifícios iluminaram as suas fachadas.

A sessão solene de encerramento dos trabalhos do Congresso, efectuou-se ontem à tarde (a 7-6-1952), no amplo teatro Jordão, que se via repleto de pessoas de todas as camadas sociais, estando em

lugares reservados, além dos Prelados e das Autoridades, outras pessoas de representação no meio, oradores, muitas senhoras, membros das diversas comissões, etc. Usaram da palavra diversos oradores, que enalteceram os fins da jornada levada a efeito nesta cidade e se congratularam pela forma como os trabalhos decorreram. Sua Ex.ª Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz, que presidiu à brilhante sessão, proferiu também algumas palavras de louvor e de incitamento ao dar por encerrado o Congresso, sendo alvo, assim como os demais membros do Episcopado Português de calorosas manifestações de simpatia e de veneração.

A imponente Procissão Eucarística, constituída só por homens, em que tomaram parte numerosas confrarias do concelho (cerca de 70), irmandades, clero, Instituto Missionário de Soutelo, Seminário Conciliar de Braga, Internatos das oficinas de S. José de Guimarães, etc., percorreu ontem à noite [7-6-1952] as ruas da cidade, tendo saído do templo de S. Francisco, cerca das 23 horas. Foi manifestação grandiosa (...), nela tendo tomado parte os Prelados que se encontram em Guimarães, as autoridades locais e representantes de diversos organismos e enorme multidão de pessoas que seguiam após o pálio, sob o qual era conduzido o Santíssimo Sacramento pelo Sr. Arcebispo Primaz.

Todos rezavam e cantavam com fervor, sem tibieza ou respeitos humanos. Nas ruas do percurso todas as sacadas deixavam pender colgaduras, ostentando bandeiras e luminárias. Ao longo das ruas, uma massa compacta de pessoas, na sua quase totalidade senhoras assistiam com velas na mão, rezavam e ajoelhavam ao desfilar do préstito. E os sinos dos campanários tocavam alegremente à mistura com os cânticos que soavam, em uníssono de milhares e milhares de bocas. Ao recolher da majestosa procissão em S. Francisco, foi dada a bênção do SS.mo Sacramento, produzindo-se no final vibrantes aclamações. Terminada a Procissão, por especial deferência de Sua Santidade o Papa para a realização de Congressos Eucarísticos, celebrou-se na igreja de S. Francisco, à meia-noite, uma Missa à qual, só assistiram apenas homens, cerca de 5000.[83]

No pretérito domingo (8-6-1952), foi solenemente benzida por Sua Ex.ª Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz por volta das 9h30m, na

---

[83] cf. Notícias de Guimarães de 8-6-1952, Ano 21, n.º 1064, pp. 1-2 e Commercio de Guimarães de 13-6-1952, XVII Ano, N.º 5780, p. 1.

igreja de S. Miguel do Castelo e dali conduzida, procissionalmente, para o templo dos Santos Passos no Campo da Feira, a imagem de Pio X, que ficará desde hoje no Santuário Eucarístico da Penha à veneração dos fiéis. Tomaram parte também antecedendo o andor, os srs. Bispos da Guarda, Lamego, Vila Real e Cízico. A guarda de honra ao andor era feita pelos Bombeiros Voluntários. Na recepção do Prelado e na cerimónia da bênção da imagem e Sua trasladação para a Igreja dos Santos Passos, tomaram parte bastantes milhares de pessoas, tendo aqueles actos decorridos com muita imponência. Nela estavam representadas todas as freguesias do Concelho, assim como outras de Fafe, Paços de Ferreira, S.to Tirso, Braga, Felgueiras e Póvoa de Lanhoso. À frente uma numerosa representação dos Escutas e logo após, o grande e brioso estandarte dos honrados trabalhadores vimaranenses, com a sua simpática legenda: *Fé, Honra e Trabalho*, que era acompanhado por um considerável número de homens de trabalho. Abrilhantaram-nos duas bandas de música, tendo sido queimadas girândolas de foguetes. As aclamações foram constantes e calorosas. Antes da Peregrinação, foi celebrada missa campal no campo da Feira, presidida pelo Bispo de Cízico.

O longo cortejo, que foi sempre acompanhado pelo Prelado da Guarda, Rev.mo sr. D. Domingos Gonçalves, chegou à montanha já passava do meio-dia. O desfile foi longo, demorando quase uma hora e meia. No Alto da Montanha, haveria missa Campal celebrada pelo Bispo do Porto, com apoteose ao SS. Sacramento e entronização da imagem no seu altar, no Santuário Eucarístico. No final, D. Domingos Gonçalves, Bispo da Guarda fez uma alocução, após o que os peregrinos dispersaram, para se reunirem de novo às 16 horas, para receberem a Bênção Eucarística.[84]

[84] cf. Notícias de Guimarães de 8-6-1952, Ano 21, n.º 1064, pp. 1-2, Notícias de Guimarães de 15-6-1952, Ano 21, n.º 1065, pp. 1-2, e Commercio de Guimarães de 13-6-1952, XVII Ano, N.º 5780, p. 1.

BIBLOGRAFIA

FONTES SECUNDÁRIAS

1 – IMPRENSA:

– Commercio de Guimarães: 27-10-1887, IVº ano, n.º 316, p. 2; 14-11-1887, IVº ano, n.º 321, p. 2, 17-11-1887, IVº ano, n.º 322, p. 2, 21-11-1887, IVº ano, n.º 323, p. 2, 30-11-1891, VIIIº Anno, n.º 703, p. 2, 6-11-1900, XVII, Anno, N.º 1530, p. 2, 9-11-1900, XVII, Anno, N.º 1531, p. 2, 13-11-1900, XVII, Anno, N.º 1532, p. 2, 16-11-1900, XVII, Anno, N.º 1533, p. 2, 20-11-1900, XVII, Anno, N.º 1534, p. 2, 30-11-1900, XVII, Anno, N.º 1537, p. 2, 6-4-1915, Anno XXI, n.º 2932, p. 3, 16-4-1915, Anno XXI, n.º 2935, p. 2, 30-4-1915, XVII, Anno XXI, n.º 2939, p. 3, 11-5-1915, Anno XXI, n.º 2942, p. 2, 5-4-1932, Ano XLV, n.º 4255, pp. 1-2, 13-6-1952, XVII, Anno, N.º 5780, p. 1.

– Imparcial: 4-5-1877, Anno 5, n.º 411, pp. 2-3, de 15-11-1887, Anno 18, n.º 1338, p. 2; de 18-11-1887, Anno 18, n.º 1339, p. 2; de 22-11-1887, Anno 18, n.º 1340, p. 2.

– Notícias de Guimarães: semanário defensor dos interesses do concelho, Guimarães: A.D. Castro, 1932- : 30-4-1933, Anno 2, n.º 66, p. 3, 18-6-1933, Anno 2, n.º 73, p. 2, 25-6-1933, Anno 2, n.º 74, p. 2, 11-5-1952, Anno 21, n.º 1060, p. 3, 8-6-1952, Anno 21, n.º 1064, pp. 1-2, 15-6-1952, Anno 21, n.º 1065, pp. 1-2, 22-6-1952, Anno 21, n.º 1066, p. 1, 13-7-1952, Anno 21, n.º 1069, p. 3, 24-8-1952, Anno 21, n.º 1075, p. 1, 7-9-1952, Anno 21, n.º 1077, pp. 1-2.

– O Progresso Catholico: Revista religiosa, scientifica, litteraria, artistica e noticiosa, Guimarães-Braga: Typographia Luzitana, 1878-1925: 30-6-1882, 4 Anno, n.º 17, pp. 201-203; de 20-11-1887, 10 Anno, n.º 3, p. 34

– Religião e Pátria: 23-6-1882, 32.ª Série, n.º 2, pp. 1-2, 16-11-1887, 42.ª série, n.º 38 de 16-11-1887 e n.º 39 de 19-11-1887, pp. 1-2, 2-12-1891, 50.ª Série, n.º 48, p. 1

– Vimaranense: 1-12-1891, I Anno, Numero 90, p. 2 (SMS)

– A Voz da Verdade: 17-1-1-2016, Ano 84, n.º 4196, p. 2.

2 – MONOGRAFIAS

– ALMEIDA, Fortunato de, Damião Peres, ed. lit. – História da Igreja em Portugal, 3º vol., Porto; Lisboa: Livr. Civilização, 1970

– BRAGA, Alberto Vieira – Notas sobre a história da imprensa periódica em Guimarães, in Revista de Guimarães, n.º 50, 1940

– FARIA, João Lopes de – Efemérides Vimaranenses. Vol. 2 (abr.-jun.) de 28-4-1877

– FERREIRA, José Augusto – Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga (séc. III - séc. XX), tomo IV, Braga: Mitra Bracarense, 1928-1935

– FERREIRA, Monsenhor J. Augusto – Notas Biográficas... de D. Manuel Vieira de Matos, Famalicão, 1927

– GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, 1960- , vol. II, IV, XIII, XVI, XXXV

– KINNIN, Anthony – *Guimarães: Século XIX de Vila a Cidade*, Braga: Barbosa & Xavier Lda-Artes Gráficas, 2006

– MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Braga: Barbosa & Xavier, 1998

– OLIVEIRA, Manuel Alves de – Um motim de há 100 anos: entre Braga e Guimarães, in Boletim de Trabalhos do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, vol. XXVI, 1985

– SIMÕES, Eduardo Mendes – Apontamentos para a biografia do senhor D. António José de Freitas Honorato, Coimbra, 1885

O arquitecto Ernesto Korrodi e a cidade de Braga – que legado?

LUCÍLIA VERDELHO DA COSTA [1]

RESUMO

Ernesto Korrodi e a Arquitectura – definição de arquitectura segundo os novos parâmetros de estética funcional. Morar e habitar, a criação de um novo modelo burguês em finais do século, entre *home* e *house*. Arquitectura e *design* industrial no último quartel do séc. XIX.

Ernesto Korrodi e a sua relação com Braga. O repensar de novos modelos através das formas artísticas do passado. A descoberta de S. Frutuoso de Montélius e outros edifícios civis e religiosos da região (S. Pedro de Roriz, em Santo Tirso, os paços ducais de Barcelos, a casa dos Coimbra).

O projecto para uma "*Habitação nobre de província*" como modelo de um *domestic revival* destinado a uma burguesia enriquecida no Brasil de que é exemplo o chamado Castelo do Bom Jesus. Coerência entre os materiais e a linguagem das formas arquitectónicas a par da sua funcionalidade. A estética como resultado da "verdade" da adequação da forma à sua função. Edifícios construídos por Korrodi na região de Braga – Fafe, Santo Tirso, Palmeira, S. Paio de Merlim, ou, ainda, no Porto. Obra de Ernesto Korrodi realizada em Braga: 1) a arquitectura Arte Nova: a *Auto-garage Zenha* e o coreto do Parque de S. João da Ponte; 2) a renovação urbana e o prédio de rendimento – o prédio de rendimento em gaveto da Rua Francisco Sanches; a casa apalaçadade integração urbana

[1] Doutorada em História da Arte pela Universidade Nova de Lisboa. Por vontade expressa da Autora, este artigo, resultante da conferência pronunciada a 16 de Março de 2017 na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, em Braga, não segue a grafia do Novo Acordo Ortográfico.

– o palacete de Domingos Afonso na Rua do Carvalhal; 3) a casa burguesa característica do *domestic revival* – o palácio de J. Ferreira Rego, em Palmeira, em eco ao projecto do castelo do Bom Jesus. Revivalismo historicista e funcionalidade e disposição dos espaços interiores e sua integração paisagística. A obra de Ernesto Korrodi e a sua ligação à arquitectura nacional de finais do século XIX e primeiro quartel do século XX, nomeadamente à obra do italiano Luigi Manini (1848-1936) e ao Palácio da Regaleira (1904-1910),em Sintra. O legado de Ernesto Korrodi: ética (adequação entre as formas e a função, modernidade do *habitat*, criação de um estilo adequado às novas formas de estar e de viver), e estética (valorização dos materiais, trabalho artesanal e esmerado das cantarias, arte de viver e afirmação de um estilo artístico).

Palavras chave: Arquitectura e *design* industrial. Ernesto Korrodi. Braga. S. Frutuoso de Montélius. Habitação nobre de província. Castelo do Bom Jesus. Renovação urbana. Palacete urbano. Arte Nova. Palácio de J. Ferreira Rego, Palmeira. Arquitectura de finais do séc. XIX. Materiais e funcionalidade. Estética.

SUMMARY

Ernesto Korrodi and Architecture – architecture defined according to the functional national architecture new parameters. To live or to inhabit based on the creation of a new bourgeois model by the end of the century, between home and house. Architecture and industrial designin the last quarter of19th century.

Ernesto Korrodi and his stay in Braga. Thestudy of new models of architecture through the artistic forms of the past. The finding of S. Frutuoso de Montélius and other civil and religious buildings in the area, such as S. Pedro de Roriz, in Santo Tirso, Barcelos ducal palaces and Coimbra's stately home.

The project for a "noble province housing", as a model of a domestic revival assigned to a Brazilian enriched bourgeoisie. As exemple, Bom Jesus Castle. Coherence among materials and architectonic forms with itsfunctionality. Aesthetics as the result of the "true" adaptation of the forms to its function. Buildings built by Korrodi at Braga area, such as at Fafe, Santo Tirso, Palmeira, S. Paio de Merlim, including Oporto even. Ernesto Korrodi's oeuvre done at Braga: 1) Nouveau Art: Zenha garage and S. João da Ponte bandstand; 2) Urban renewal and the revenue building at Francisco Sanches street corner; the integration of urban palace style building, such as Domingos Afonso's stately home at Carvalhal Street; 3) the bourgeois building characteristic of the domestic revival, such as J. Ferreira

Rego's palace, at Palmeira, in accordance with the Bom Jesus Castel project. Historic revival and functionality in accordance with internal spaces setting out and theirlandscape's integration. Ernesto Korrodi's oeuvre and its connection to the end of 19th century and first 20th century four months national architecture, specially referring to Italian Luigi Manini's oeuvre (1848 1936) and Regaleira Palace (1904-1910) at Sintra. Ernesto Korrodi's legacy is based on ethics (adequacy among forms and the function, modernity of habitat, creation of a style connected to the forms of wellbeing and living) and aesthetics (the value of materials, artisanal work and stonework fancifulness, art of living and assertion of an artistic style).

Key words: *Architecture and industrial design. Ernesto Korrodi. Braga. S. Frutuoso de Montélius. Province noble home. Castelo do Bom Jesus. Urban renewal. Urban stately house. Art Nouveau. J. Ferreira Rego's Palace, Palmeira. End of 19th century architecture. Materials and its funcionality. Aesthetics.*

Desde que o Homem começou a construir os primeiros *habitats* e que a construção superou a necessidade básica de se proteger dos rigores do meio exterior para se transformar em um meio de usufruição estética, nasceu a Arquitectura. Este processo teria surgido no III milénio a.C., no Egipto antigo, junto à pirâmide de Zozer quando Imhotep, utilizando cantarias (pedras talhadas), concebeu as primeiras colunas embebidas nas paredes, não para as sustentar, ou as reforçar, mas para animar as superfícies com volumes e jogos de luz e sombra. Deste modo, a civilização humana criou «*um novo propósito expressivo*»[2], que encontra um eco longínquo na célebre definição de Le Corbusier: "*l'architecture est le jeu savant, correct et magnifique des volumes assemblés sous la lumière*"[3]. E assim a podemos definir igualmente na obra de Ernesto Korrodi (1870-1944), na sua acepção primordial.

Porém, a Arquitectura não se pode limitar a estas qualidades estéticas, sábias, das Belas-Artes, ou não se pode resumir a elas, como, de resto, o próprio Le Corbusier também sublinhou. A Arquitectura é a Arte, e a Ciência, que permite aos homens usufruir de

---

[2] JANSON, H. W., *História da Arte*, trad. de J. A. Ferreira de Almeida e de Maria Manuela Rocheta Santos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª edição, 1977, p. 56.

[3] LE CORBUSIER, *Vers une architecture*, Paris, Les éditions G. Crès et Cie, 2.ª éd., 1925, p. 16.

uma qualidade de vida, conceber o seu *habitat* com um sentimento de Beleza e de bem-estar e, ainda, de identidade em relação a um grupo social. Assim, a criação de espaço, superfícies, volumes e jogos de luz deve ter uma função que não é só a de "*habitar*" em sentido estrito, mas a de proporcionar, àqueles que utilizam o espaço civil ou religioso, público ou privado, uma fruição estética e uma função social.

No último quartel do século XIX, Fialho d'Almeida chamou a atenção para a vertente estética do «*habitar*», afirmando que «*em Portugal parece não haver já arquitectos, mas caixoteiros. O espírito artista elimina-se, apulhastra-se o gosto, numa ânsia de barato que é a chancela dos tempos chalros onde, pela nivelação das castas, toda a vida do espírito tende a afundar-se numa barbaria insuportável*»[4]. Como escrevi na minha obra sobre Fialho, mas que pode ser aplicado ao tema que aqui nos reúne, a função social da Arquitectura, em finais do século XIX, seria a de «*impedir que gente anémica e engaiolada, sem contacto com a natureza, vivendo confinada em escassos metros quadrados, onde come, onde dorme e onde se reproduz*» se transformasse «*em gente bestificada, apenas capaz de imitar* [e de seguir] *os padrões de vida dominantes segundo a lei das maiorias*»[5].

O meu propósito pode suscitar uma certa perplexidade, na medida em que, invocando Le Corbusier para a definição do que é a qualidade estética intrínseca da Arquitectura, a este pode ser imputável o desastre da uniformização do «*habitar*» após a divulgação à escala mundial das teorias do Modernismo no que se refere às unidades habitacionais e às casas *"em série*". No entanto, seria esquecer o facto que Le Corbusier não só pretendeu construir com novos materiais, produzidos industrialmente, mas também dar uma componente estética à revolução dos tempos modernos, sobre as ruínas da Primeira Guerra mundial. Ora, como Fialho d'Almeida o pressentiu, e teorizou à sua maneira, no último quartel do século XIX a burguesia instalou-se como classe destinada a sublevar a ordem social estabelecida. Parte dela, substituindo-se à antiga aristocracia, procurou criar um quadro de vida que evocasse o da nobreza tradicional, outra, de novas classes urbanas, ia criando as condições das primeiras habitações em série, com o prédio de rendimento.

---

[4] VERDELHO DA COSTA, Lucília, *Fialho d'Almeida um decadente em revolta*, Lisboa, Frenesi, 2004, p. 91.

[5] *Idem, op. cit*, pp. 89-90.

A obra de Ernesto Korrodi inseriu-se nesta problemática que Fialho d'Almeida, a par de outros, mas talvez com maior clarividência, teorizou e que consistiu na renovação urbana com o seu tecido de moradias individuais, de prédios de rendimento e dos edifícios adequados às novas necessidades económicas, como os bancos, ou às instalações sanitárias, como os dispensários e hospitais, ou de lazer, como os parques, os coretos, os teatros, ou de culto, como as igrejas, ou, ainda, dos espaços funerários, como os cemitérios. Neste período de intensa mutação económica e social, de criação de novos hábitos de sociabilidade e mundanos, como os cafés, as termas e as vilegiaturas em hotéis, Ernesto Korrodi desempenhou um papel de primeiro plano a nível nacional, ao criar um novo estilo de Arquitectura que transformou profundamente o panorama artístico nacional e o de Braga em particular, com dois edifícios emblemáticos como o palacete Ferreira Rego em Palmeira e o denominado Castelo do Bom Jesus.

Esta transformação profunda do *habitat* humano, assim como dos objectos ou utensílios que começaram a invadir o quotidiano graças à revolução industrial, teve início em 1851, data da primeira Exposição Universal em Londres, e prolongou-se até aos primeiros anos do século XX. A grande exposição de Londres, que se realizou no primeiro edifício construído em ferro e vidro, o Palácio de Cristal de Joseph Paxton, foi, ao mesmo tempo, uma tomada de consciência sobre a necessidade de conceber objectos com formas artísticas novas, em ruptura com os estilos históricos das épocas precedentes, e cuja produção pudesse ser realizada industrialmente, em grande escala.

A necessidade de adaptar a forma dos objectos à sua função, sem perder intrinsecamente as suas qualidades estéticas, levou à criação de escolas de desenho com aplicação à indústria. Centros importantes deste impulso das artes industriais foram a Inglaterra, a França, a Bélgica e a Áustria, bem como a Suíça, através da criação da Escola Politécnica de Zurique, em 1854. Foi nesta que Ernesto Korrodi completou a sua formação, com um curso de escultor-decorador e de desenho aplicado às artes. E esta corrente de renovação chegou também a Portugal com a criação das primeiras escolas de desenho industrial, pelo decreto de 3 de Janeiro de 1884, de António Augusto de Aguiar, que instituiu oito escolas de desenho industrial – três em Lisboa e no Porto, uma em Coimbra e

outra em Caldas da Rainha[6]. No ano seguinte, é criada a escola de desenho industrial de Braga, elevada a escola industrial em 1888[7].

Para ensinar nestas escolas foi recrutado pessoal docente no estrangeiro, através das legações consulares portuguesas, nomeadamente de Berna, na Suíça. Foi assim que Ernesto Korrodi chegou a Braga em 1889, a par de dois outros suíços, August Stamm e Robert Roginmoser[8]. A escola industrial onde leccionou situava-se num edifício arrendado ao Conselheiro Jerónimo da Cunha Pimentel, no Largo das Carvalheiras. Cinco anos depois, Ernesto Korrodi pede a sua transferência para Leiria, para onde fora também leccionar outro suíço, Joseph Bielman, e onde tinha ido visitar um amigo holandês, muito possivelmente Van Krieken, cujo lugar veio a ocupar e aí se estabelecendo definitivamente.

Como lhe teria aparecido a cidade de Braga? Korrodi veio de Zurique, onde nascera em 30 de Janeiro de 1870. O pai, João Henrique Korrodi, era professor do Liceu cantonal desta cidade, onde a família teria possuído uma pensão, ou hotel, muito frequentado por estrangeiros[9]. Capital do cantão, Zurique tinha tido um grande desenvolvimento industrial e de serviços, no domínio dos seguros e bancário. Berna, capital do Estado federal em 1848, conheceu uma importante renovação urbanística com a inauguração, em 1857, da sede do Governo (com um edifício de linhas sóbrias, neo-renascentista, que foi inserido no actual, que é de 1902). Contudo, a Suíça era um país rural, de emigração. Muitas cidades como Friburgo, por exemplo, não deveriam diferenciar-se muito de Braga, cuja história é riquíssima, como sabemos.

No entanto, Korrodi afirmará, mais tarde, ter-se mantido ali "*num relativo estado de inactividade e mal-estar, tempo que nos foi preciso para nos orientar no meio [...] que se nos apresentou tão estranhamente diferente de tudo quanto a nossa imaginação podia architectar*"[10].

---

6 Ver VERDELHO DA COSTA, Lucília, *Ernesto Korrodi 1889 – 1944. Arquitectura, ensino e restauro do património*, Lisboa, Editorial Estampa, Col. Teoria da Arte, 1997, p. 33.

7 *Idem, op. cit.,* pp. 36-37 e nota 49.

8 *Idem, op. cit.,* pp. 39-40 e p. 110 e ss.

9 Estas informações foram-me dadas por descendentes de familiares vivendo ainda em Zurique onde criaram uma fundação de família com o nome Korrodi.

10 VERDELHO DA COSTA, Lucília, *op. cit.,* p. 11. Carta a SOUSA VITERBO, que a reproduziu no *Diccionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou a Serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Naciona, 1904.

Apesar de ter permanecido apenas cinco anos em Braga, a sua influência na arquitectura e na cultura bracarenses viria a ser profunda no modelar da imagem da cidade e da sua história. Em primeiro lugar, no domínio dos estudos histórico-arqueológicos. O estudo da arquitectura medieval do país, fonte da identidade nacional, era uma questão que nascera com o Romantismo e os seus principais expoentes, Garrett e Herculano. Os Monumentos nacionais, cuja teorização e organização incipiente começara a surgir então, constituíam um alicerce da nova nação liberal. Os "*monumentos pátreos*", na acepção de Alexandre Herculano, faziam parte de um Passado em nome do qual o país podia ressurgir e remodelar-se pois eram os porta-vozes do povo e a sua expressão. Lembremo-nos do conto *A Abóbada*, de Alexandre Herculano, publicado na revista *O Panorama*[11], onde exalta as virtudes de um arquitecto português, Afonso Domingues, o qual, apesar de ter ficado cego, executa com êxito uma ousadíssima abóbada de ogivas, numa prova de independência em relação aos mestres estrangeiros (Mestre Ouguet), e de génio nacional.

Se os estudos arqueológicos de Ernesto Korrodi em Braga se filiam no mesmo movimento cultural, de descoberta das raízes nacionais, eles processam-se, porém, num período tardio, sem a mesma motivação ideológica. O interesse de Korrodi pela arqueologia é o de um construtor. Ele filia-se, claramente, na obra de outro mestre e construtor, e estudioso da Idade Média, que revolucionou o restauro dos edifícios, em particular da época medieval. Trata-se de Viollet-Le-Duc, autor do célebre *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française*, em oito volumes, uma obra que influenciou a maior parte dos arquitectos que iriam lançar as bases do movimento moderno, como Victor Horta, Hector Guimard, Antoni Gaudì, Louis Sullivan, Frank Lloyd Wright, Auguste Perret e, enfim, Le Corbusier, para citar apenas os mais importantes. Ernesto Korrodi possuía esta obra de Viollet-Le-Duc, que lhe foi de uma grande utilidade para lançar as bases da sua carreira de estudioso e de arquitecto.

Esta sua inclusão no *Diccionário*, onde Viterbo abriu a entrada da letra «K» expressamente para a de «Korrodi», foi uma honra e um reconhecimento para Ernesto Korrodi, a quem será atribuído o Diploma de Arquitecto pela Escola de Belas-Artes de Lisboa, em 6 de Maio de 1926, nos termos do Decreto n.° 11089, de Setembro do mesmo ano.

[11] Ver *O Panorama*, Vol. III, n.° 89, de 16 de Março de 1839, e n.° 102, de 13 de Abril de 1839.

Se os trabalhos que expôs no âmbito da sua actividade de professor na escola industrial de Braga foram considerados de "*valor secundário*" por Joaquim de Vasconcelos[12], já o mesmo não se pode dizer da sua actividade de estudioso dos vestígios do passado. O mais notável foi certamente o estudo sobre S. Frutuoso de Montélius, publicado em 1898 no *Boletim de Architetura e de Archeologia* da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses[13].

Tomando como ponto de partida uma passagem da crónica de S. Bento mencionada por António Carvalho da Costa na *Corographia Portuguesa*, Korrodi identifica o edifício como sendo a antiga igreja do mosteiro de S. Salvador, fundado pelo 8.° Bispo de Dume, S. Frutuoso, em Montélios. O edifício encontrava-se então completamente alterado pelas obras do contíguo convento de frades capuchos. Korrodi descreve a igreja como sendo de fundação remota, de estilo latino-bizantino. Korrodi referia-se, na realidade, ao estilo pré-românico, bizantino pela planta em forma de cruz grega e a cúpula de pendentes, latino pela tradição romana de planta basilical que deu origem ao estilo românico, este sendo, no fundo, uma confluência de legados entre Ocidente e Oriente.

Todavia, o que é notável é o facto de Korrodi ter identificado este edifício visigodo de planta central, numa época em que este período artístico estava ainda tão pouco estudado na península. Como sabemos, Manuel Monteiro, num artigo publicado em 1939, insiste em considerar S. Frutuoso de Montélios como uma igreja moçárabe e a reconstituição que propõe do edifício é, em minha opinião, completamente fantasiosa[14].

Foi essencialmente o trabalho da pedra que contribuiu para a análise de Korrodi, que distinguiu a existência de capitéis de colunas de modelos romanos eruditos e de outros executados com uma técnica diferente, com o trépano. Os visigodos foram, com efeito, grandes especialistas no trabalho dos metais e recorreram sobretudo a uma gramática decorativa de motivos abstractos. O alto e o

---

[12] No relatório da *Exposição das Escholas de Desenho Industrial*da secção Norte referente aos trabalhos do ano lectivo de 1889-1890, cf. VERDELHO DA COSTA, Lucília, *Ernesto Korrodi 1889-1944. Arquitectura, ensino e restauro do património*, *op. cit.,* p. 111.

[13] Ver VERDELHO DA COSTA, Lucília, *op. cit.,* p. 149 e ss.

[14] MONTEIRO, Manuel, «S. Frutuoso, uma igreja mozárabe», in *Dispersos,* Assembleia Distrital de Braga, ASPA, Braga, 1980, pp. 251-279 e estampas LVIII-LXII.

baixo-relevo eram uma tradição greco-romana que os visigodos tiveram dificuldades em assimilar e reproduzir, abastardando-a. Este trabalho de imitação é visível em parte das colunas de S. Frutuoso de Montélios.

Korrodi reconstituiu a igreja colocando a nave central, mais longa, desnivelada em relação às três outras naves, de planta central, com quatro arcos torais sobre os quais se eleva a cúpula de pendentes. No braço mais longo, imagina duas ordens de colunas, de sete cada uma. Entre os arcos do cruzeiro vêm inscrever-se tríplices arcadas de volta ultrapassada, assentes em capitéis coríntios. Exteriormente, a igreja possui uma decoração de arcadas e arcos de mitra, sendo rematada por um telhado de quatro águas. Creio que foram os degraus que reconstituiu na separação da nave mais longa ao nível do transepto que induziram Korrodi em erro, não podendo imaginar que se tratasse de um baptistério em cruz grega[15] onde o desnível era importante para a imersão dos conversos nas águas baptismais.

Não nos demoraremos mais sobre a história do restauro de S. Frutuoso de Montélios. O que é importante é sublinhar esta descoberta para a História de Braga e a sua apropriação do passado, como componente simbólica e cultural da cidade, para a qual Korrodi contribuiu definitivamente. Do mesmo modo, de Braga deixará ainda a memória do motivo da cruz gamada da "*Porta do sol*" da catedral no seu estudo de reconstituição da empena da igreja românica de S. Pedro, no castelo de Leiria[16].

À época visigótica, sobre a qual, como referimos, não havia praticamente então nenhum estudo, está ainda associada a descoberta por Korrodi de um mosaico nos arredores de Leiria. Korrodi comunicou a descoberta a José Leite de Vasconcelos, que o adquiriu para o Museu etnológico. O tema central é o de Orfeu atraindo animais simbólicos, como o pavão, o veado e a serpente, com a lira. Este mosaico, que faz parte do património português graças a Ernesto Korrodi, é muito semelhante ao que foi descoberto no Arnal e adquirido por John Martin em meados do século XIX para o Museu Britânico.

---

[15] Como modelo arquitectónico de S. Frutuoso de Montélius salientemos o Baptistério e o Mausoléu de Gala Placídia em Ravenna, do séc. V.

[16] Cf. VERDELHO DA COSTA, Lucília, *op. cit.,* p. 198.

Durante a sua estadia em Braga, desenhou ainda a igreja de S. Pedro de Roriz, em Santo Tirso, e os paços ducais de Barcelos, em 1898, a par de um importante projecto de reconstituição. Desenhou igualmente a casa dos Coimbras, magnífico exemplar de arquitectura civil da época manuelina, com a janela geminada de ângulo[17], e interessara-se também pelo castelo de Bragança, que desenhara em 1890. O volume das construções fascinava-o. O desenho da cobertura do edifício dos paços ducais de Barcelos, assim como o aspecto maciço da construção a flanco sobre a muralha, impressionam pelas suas proporções agigantadas. No entanto, no seu projecto de reconstituição dos paços ducais, Korrodi imagina uma construção do século XV, do apogeu da época gótica, enquanto que, já noutro projecto, destinado ao restauro dos mesmos[18], a arquitectura se aproxima mais da época românica, com aspecto de fortaleza.

A verdade histórica poderá talvez situar-se entre os dois projectos, ambos nascidos da idealização das premissas dos elementos construtivos. Porém, devemos sublinhar que Ernesto Korrodi, a pedido da Câmara de Barcelos, apresentou, em 1901, o primeiro projecto de reconstrução e de restauro de um monumento da arquitectura civil e militar no Norte do país. A doutrina subjacente assentava na célebre definição de Viollet-Le-Duc segundo a qual *restaurer un édifice ce n'est pas l'entretenir, le réparer ou le refaire, c'est de le rétablir dans un état complet qui peut n'avoir jamais existé à un moment donné*[19].

Restaurar um edifício é, assim, segundo Korrodi, na esteira de Viollet-Le-duc, imaginar o edifício na sua coerência estilística formal em relação a uma dada época do passado, e, inclusivamente, utilizar e recorrer a técnicas de construção modernas, incluindo o betão. Restaurar não se distingue, assim, de conceber *ex novo*, como no caso do denominado castelo do Bom Jesus de Braga, encomenda cujas obras devem ter iniciado por volta de 1900 e prolongado até meados dos anos 20.

Se não incluí esta obra na minha tese de Mestrado, que apresentei em 1985, na Universidade Nova de Lisboa, foi porque na

---

17 Sabemos que a casa foi demolida e reconstruída com os elementos de origem manuelina na década de 20 pelo arquitecto Francisco Vilaça.

18 Do arquitecto Francisco de Azeredo, de 1954.

19 VIOLLET-LE-DUC, E. E., artigo «Restauration», in *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française*, T. VIII, Paris, A. Morel Éditeur, 1864, p. 14.

altura não pude identificar o projecto de uma "*Habitação nobre de província*", ao qual Korrodi dedicou muito tempo, e muitos estudos, com a obra realizada. Uma das razões foi também a evolução e as formas que o projecto assumiu, desde a sua primeira concepção, com data de 24 de Abril de 1897. Posteriormente, Korrodi realizou um projecto igualmente ambicioso, e com um programa arquitectónico semelhante, para o palacete Ferreira Rego, em Palmeira. Na realidade, o que eu pensava tratar-se de um projecto ideal, como os que fez para as reconstruções de castelos, eram, provavelmente, uma ou duas encomendas de arquitectura historicista, uma das quais, a ter sido realizada, nunca pude localizar.

Não existia um projecto completo do que Korrodi intitulou uma "*Habitação nobre de província*" nos arquivos de Ernesto e de seu filho, Camilo Korrodi[20]. De um projecto de 1897, o mais completo, pude ver os desenhos dos alçados e das plantas, do rés-do-chão ao 4.° pavimento. É este o que apresenta mais afinidades com o Castelo do Bom Jesus, nomeadamente no desenhos das torres e na volumetria dos vários corpos do edifício. O facto de ser articulado em torno de uma única torre central – pelo menos assim parece resultar do estudo das plantas –, não exclui modificações ulteriores, em particular a ligação do eixo central não a uma, mas a duas torres octogonais. Chamo a atenção que esta particularidade arquitectónica é típica da arquitectura militar do século XV, onde duas torres, normalmente cilíndricas, protegem a porta principal de acesso ao recinto fortificado.

Da existência de dois projectos com a denominação de "*Habitação nobre de província*", que é por si só um programa arquitectónico, deduzi então que Korrodi ambicionava realizar uma construção apalaçada onde pudesse pôr em prática os seus conhecimentos da arquitectura e das técnicas de construção dos séculos passados, sem uma encomenda concreta. Ora, o Castelo do Bom Jesus, onde combina elementos arquitectónicos do Palácio da Pena com os que

---

[20] Recentemente tive conhecimento pelo bisneto de Ernesto Korrodi, o Senhor Engenheiro Miguel Korrodi Ritto, que o projecto, ou uma parte do projecto do Castelo do Bom Jesus, se encontra na Direcção Geral do Turismo de Lisboa. Com efeito, o proprietário anterior do imóvel, o Senhor Dr. Manuel de Castro Meirelles, pedira um subsídio para fazer obras de recuperação do Castelo do Bom Jesus, por volta de 1990, e entregou, para o efeito, toda a documentação arquitectónica que possuía sobre o edifício. O palacete pertence actualmente a outros proprietários, também de Braga.

elaborou da reconstrução do castelo de Porto de Mós, que datei de cerca de 1895, e cuja notável *loggia* desenhou em pormenor, assim como um projecto de reconstrução do paço, é a concretização desse ideal de arquitectura onde a arte e a técnica da construção se associam na busca de uma unidade formal onde avultam a coerência do desenho e o emprego de materiais nobres.

A procura de um estilo, com uma linguagem arquitectónica que se traduz por uma gramática e uma síntaxe, e que levou a lançar as bases do Modernismo, através da funcionalidade das estruturas em novos materiais – criando pontes entre a Arquitectura e a Engenharia –, condicionou este projecto extremamente ambicioso, que é o do Castelo do Bom Jesus de Braga. Korrodi encontrava-se já em Leiria, mas a sua ligação a Braga e ao Norte do país durante os anos 90 é, assim, permanente, como o atestam o desenho da casa dos Coimbras, possivelmente de 1897[21], o estudo de reconstituição de S. Frutuoso de Montélios, do ano seguinte, o projecto de restauro dos Paços ducais de Barcelos, em 1901, o da "*Habitação nobre de província"*, que o ocupou desde 1897, e que seria a primeira casa de habitação que realizaria segundo este programa historicista, e, ainda, o desenho da Capela de Santo António, demolida em 1949, e os estudos da Capela dos Coimbras e da Igreja de S. João do Souto, em Setembro de 1919[22].

Os estudos, desenhos e projectos para a *"Habitação Nobre de Província"*, são extraordinários, entre os quais esboços a pena, em *lavis*, a tinta da china, concebendo, em todas as etapas, uma habitação apalaçada com torres e torrinhas de ângulo, platibandas, merlões e arcaturas, varandas com arcadas, capelas e escadarias. Nos desenhos de 1899, a composição articula-se segundo um eixo rectangular longo, em cujas extremidades avultam dois corpos avançados, com telhados de duas águas, um dos quais destinado a capela. Korrodi inspira-se nos solares portugueses, mas imprime-lhes uma originalidade nova, ao conferir-lhes uma unidade estilística formalmente criada a partir do gótico internacional, como no rendilhado cego em pedra, nos arcos carenados de decoração flamejante, ou nas platibandas das empenas, rematadas por merlões chanfrados assentes sobre arcaturas, nas torres e nas arcadas da *loggia*.

---

[21] O desenho, de que possuo uma velha fotografia, está assinado, com a data de 1897 ou de 1899.

[22] Cf. «*Ernesto Korrodi. Inventário Artístico*», in VERDELHO DA COSTA, Lucília, *op. cit.,* pp. 315 e sss [p. 317].

No Castelo do Bom Jesus, Korrodi optou por duas torres (idêntica a uma torre octogonal que projectou no interior do recinto do castelo de Porto de Mós, num desenho de 1895), enquadrando uma janela geminada assente sobre *mâchicoulis* e que corresponde ao *boudoir* dos quartos de dormir dos proprietários no primeiro andar. O corpo principal, que prolonga o da entrada, abre-se lateralmente ao exterior com duas generosas arcadas, cujos arcos são também semelhantes aos da reconstituição da *loggia* do castelo de Porto de Mós. Nos interiores, a decoração pictural da casa de jantar inspira-se no gótico flamejante do mosteiro da Batalha, como, mais tarde, nos interiores do palacete Ferreira Rego. Os tectos de estuque dos quartos principais, e dos dois aposentos da entrada principal, são muito trabalhados, o que é raro na obra de Korrodi.

Exteriormente, o trabalho da pedra, em particular nas platibandas flamejantes e nos pilares em forma de pináculos, é esmerado, mas menos rico do que o que realizará em Palmeira, onde todo o embasamento é em cantaria rusticada e as fachadas executadas em alvenaria aparente, o que não sucede no Castelo do Bom Jesus. Nas *loggias* do rés-do-chão, destacam-se painéis de azulejos, cujos motivos são imagens de arquitectura militar, com os principais castelos do país, e também do castelo da Pena. Neste último, pode ver-se a assinatura P. Gonçalves, e a data de 1925. Os azulejos foram realizados na fábrica do Carvalhinho, no Porto, conforme se pode ler num dos painéis. Este programa arquitectónico, extremamente importante no legado de Ernesto Korrodi à cidade de Braga, materializar-se-ia, uma vez mais, no palacete Ferreira Rego, em Palmeira.

Korrodi tinha uma formação de desenho aplicado às artes. Esta primazia do desenho como suporte dos materiais levou-o a repensar, por vocação ou por necessidade, o papel das artes aplicadas à Arquitectura, em particular o trabalho da pedra. Ora, sendo também a pedra material de construção, ou seja, simultaneamente utilizada como estrutura e como decoração, Korrodi vai conceber a Arquitectura como uma unidade em si, que integram as cantarias. Assim, por exemplo, copiou os modelos dos capitéis de S. Frutuoso de Montélios para serem reproduzidos na escola onde ensinava, e, mais tarde, na sua própria oficina de canteiros. Estes elementos decorativos seriam utilizados como parte de um todo constituído pelo desenho do projecto, a massa dos volumes e os ornamentos agindo sobre a superfície.

Deste modo, Korrodi seguia os preceitos de Viollet-Le-Duc para o qual construir "*c'est employer les matériaux en raison de leurs qualités et de leur nature propre, avec l'idée préconçue de satisfaire à un besoin par les moyens les plus simples et plus solides; de donner à la chose construite l'apparence de la durée, des proportions convenables soumises à certaines règles imposées par les sens, le raisonnement et l'instinct humains*"[23]. São estes preceitos que Korrodi utilizou na construção das duas habitações de programa historicista em Braga, rivalizando, em modernidade, com os palácios da velha nobreza, do mesmo modo que os aplicou nas edificações religiosas que deixou no Norte do país, de Fafe, a Santo Tirso, a Palmeira, a S. Paio de Merlim, ou, ainda, no Porto, bem como nas construções bancárias, as novas catedrais de Oitocentos.

Adaptar a arquitectura à sua função, utilizar os materiais adequados, empregar a decoração em função das qualidades intrínsecas desses materiais e do tipo e da funcionalidade do edifício, eis o que vai definir a Arquitectura moderna, eis o grande legado de Ernesto Korrodi à Arquitectura portuguesa e à cidade de Braga em particular.

No programa religioso, Korrodi recorreu muitas vezes aos modelos da arquitectura do Norte do país, que desenhara na interessantíssima fachada de S. Pedro de Roriz de Santo Tirso, de inícios do séc. XIII, onde espreita já o gótico mendicante, e que o inspiraram para o projecto, também em Santo Tirso, da igreja de Nossa Senhora da Assunção, de 1928, em Monte Córdova. Nesta obra notável, Korrodi cria um espaço relativamente centralizado, como é frequente nas igrejas de peregrinação, e que podemos associar a S. Frutuoso de Montélios nas aberturas em tripla arcada das naves. Com ela, Korrodi revelou-se um excelente construtor, em plena maturidade da sua obra.

De 1929 a 1932, restaurou, ou reconstruiu, a igreja paroquial de Palmeira. O alçado da fachada principal apresenta elementos e uma decoração tardo-barroca que aparentemente assimilou no projecto, sendo rematada por uma imponente torre sineira coberta por uma cúspide piramidal. A fachada lateral conserva igualmente um portal ou uma fachada de uma capela de época barroca, com uma cartela rococó articulada a dois nichos encimados por uma cruz.

---

[23] VIOLLET-LE-DUC, E. E., *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française*, T. IV, Paris, B. Bance Édit., 1859, pp. 1-2.

O interior, de uma nave singela precedida por uma galilé sobre a qual assenta um coro, altares laterais e um tecto de madeira sugerindo caixotões, foi profundamente restaurado, mas Korrodi soube integrar os elementos de época barroca existentes.

A transformação da igreja de S. Paio de Merlim, provavelmente executada pela mesma época, obedeceu aos mesmos princípios. No desenho do projecto, Korrodi conservou a fachada barroca, com um portal articulado a uma varanda assente sobre pilastras e mísulas, abertura que é acentuada por duas elegantes colunas. A fachada é rematada por um frontão e por uma torre sineira, com um imponente coruchéu de colunas com aberturas, que não chegou a ser construída.

Na igreja de Santa Eulália de Fafe (1937), a verticalidade do espaço é maior, a inspiração no gótico da Batalha mais acentuada[24]. A galilé da fachada filia-se nas das torres das igrejas do Norte da Europa (*beffrois*), servindo simultaneamente de torre sineira.

Outro projecto importante foi, em 1931, a igreja do SS. Sacramento na Rua Guerra Junqueiro, no Porto, edifício de uma grande modernidade onde tira o maior partido da técnica do betão armado. A nave ampla, com altares laterais, é iluminada com duas ordens de aberturas de triplas arcadas e coberta por uma notável abóbada de caixotões. Apesar do emprego do betão, Korrodi não renuncia à decoração clássica nos capitéis das pilastras e nas cartelas da capela-mor.

Todavia, no domínio onde Korrodi foi mais inovador, ao nível da concepção integral dos edifícios, que passava pelo desenho minucioso dos espaços e do mobiliário interior, foi na arquitectura dos numerosos bancos, principalmente nas filiais do Banco Nacional Ultramarino, que deixou por todo o país. No Norte, o mais importante foi o edifício do Banco Nacional Ultramarino da Avenida dos Aliados, um projecto imponente onde predominam as linhas geométricas e onde o espaço interior, desenhado na sua integralidade, desde as portas e janelas, aos tectos, aos espaços de distribuição, às salas de reuniões e aos balcões de atendimento, é pensado

---

[24] Numa fotografia publicada por Miguel Monteiro, apercebemo-nos que havia o projecto de uma construção neogótica que já havia sido iniciado e que condicionaria o de Ernesto Korrodi. A técnica da construção é a tradicional, em pedra. Ver MONTEIRO, Miguel, *Fafe dos «Brasileiros» (1860-1930). Perspectiva histórica e patrimonial*, Fafe, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, E. P., 1991. O autor denomina-a Igreja Nova de São José, mas no projecto de Korrodi surge como Igreja de Santa Eulália.

estritamente em vista da sua funcionalidade. O mobiliário, realizado todo em madeira, era de uma qualidade admirável.

Korrodi não deixou nenhum banco em Braga. Em 1918, Moura Coutinha terminava a construção da filial do Banco Nacional Ultramarino bracarense[25]. Korrodi, que por esses anos como que alcançara o estatuto invejável de arquitecto "oficial" do Banco Nacional Ultramarino, ocupar-se-á, em 1920, das filiais do Banco Nacional Ultramarino do Porto e de Póvoa do Varzim.

O edifício do Banco Nacional Ultramarino de Braga, de Moura Coutinho, apresenta afinidades com as filiais do Banco Nacional Ultramarino de Beja e da Covilhã, de Korrodi. No entanto, ele lembra também o do Banco de Portugal de Viseu, de Moura Coutinho, segundo atribuição recente baseada no projecto (assinado) e na correspondência entre Moura Coutinho e os responsáveis do Banco de Portugal[26], e que eu tinha atribuído a Korrodi pelo mesmo projecto se encontrar no seu espólio (sem assinatura, prática que era frequente sobretudo nas cópias de *atelier*). No entanto, da análise do edifício, considerei ser este um "*caso quase isolado no conjunto da produção arquitectónica de Ernesto Korrodi*"[27], singularidade que tinha atribuído à encomenda mais do que ao seu programa. Na realidade, tanto a vistosa cúpula que remata o gaveto como os elementos neoclássicos da fachada inspirados na arquitectura do Segundo Império e, em particular, no edifício da Ópera de Charles Garnier, em Paris, inaugurado em 1875, são raros na obra de Korrodi, com excepção do Mausoléu dos Condes de Burnay[28].

Por sua vez, Moura Coutinho realizaria o *Theatro-Circo* de Braga, em 1911, que foi, certamente, uma das obras mais ambiciosas da

---

[25] Cf. página de cobertura da revista *A Construção Moderna*, Ano XVIII, n.° 23, 10 de Dezembro de 1918.

[26] MARTINS, Rita Maria Machado, *João de Moura Coutinho de Almeida D'Eça (1872-1954). Arquitectura e urbanismo*. Tese de Mestrado em História da Arte Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Setembro de 2010, 1.° Vol., pp. 65-66; 2.° Vol., pp. 220-225. https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55698/2/TESEMESRITAMARTINSV1000126626.pdf

[27] Ver VERDELHO DA COSTA, Lucília, *Ernesto Korrodi 1889-1944. Arquitectura, ensino e restauro do património*, *op. cit.,* p. 260. Ver também p. 304, onde afirmo que este Banco, na obra de Ernesto Korrodi, é uma obra isolada e que convém comparar o projecto com o da filial do Banco Nacional Ultramarino de Moura Coutinho em Braga, que reproduzi na minha tese.

[28] *Idem, op. cit.,* pp. 257 e ss. Este Mausoléu foi edificado no Cemitério dos Prazeres, em 1910-1911.

renovação da arquitectura e do urbanismo bracarenses[29]. Ao mesmo tempo, por volta de 1910-1911, Ernesto Korrodi projectava o coreto destinado ao Parque de S. João da Ponte. O coreto, assente sobre alvenaria, semi-escondida por um interessante arranjo paisagístico, de pedra e vegetação, eleva-se sobre finos colunelos de ferro, com uma cobertura metálica encimada por uma pequena cúpula. A grade de ferro, dos degraus e do recinto, em estilo Arte Nova, é desenhada com primor e elegância. Sob as grades, numa espécie de arquitrave que o circunda, e entre as poderosas cantarias encurvadas que sustêm as colunas, corre um painel de azulejos de motivos florais que evocam os da casa de Korrodi em Leiria, a Villa Hortênsia, edificada entre 1905-1910. No Castelo do Bom Jesus existe também, no parque, um pavilhão cujas formas gráceis, em contracurvas, são mais fantasiosas, assim como duas grutas imponentes e um pequeno lago artificial; as grades da rampa de acesso ao pavilhão, imitando ramos de árvores entrelaçados, e construídas em cimento, evocam-me o arranjo paisagístico que Korrodi realizou para o aformoseamento da Montanha russa em Leiria (provavelmente por volta de 1908).

Em 1914, realizaria ainda para Braga um projecto de estilo Arte Nova, a *Auto-garage Zenha*. A fachada apresenta um elegante arco duplo rasgado por triplos vãos em articulação com uma varanda ao centro, e, lateralmente, vãos tripartidos separados por pilares de cantaria ligados entre si por pares de mísulas a uma cornija saliente. Este edifício foi certamente demolido, não tendo conseguido localizá-lo em Braga, embora se saiba que o proprietário possuía um terreno por detrás do *Teatro-circo*[30]. Por sua vez, as oficinas pequenas da garagem, para as quais elaborou um projecto com a mesma data, situavam-se na Rua Constantino Domingos.

Ainda no programa da renovação urbana, atribuí, na altura, um outro edifício a Korrodi, o prédio de rendimento em gaveto da Rua Francisco Sanches, devendo a construção datar de cerca de 1930. Desta data é ainda o projecto de uma casa de habitação em Pal-

---

[29] Ver MONTEIRO, Manuel, «Theatro-Circo de Braga», in *Dispersos, op. cit.,* pp. 200--204 e estampas L-LVI. Ver igualmente MARTINS, Rita Maria Machado, *João de Moura Coutinho de Almeida D'Eça (1872-1954). Arquitectura e urbanismo, op. cit.,* 1.° Vol., pp. 41 e ss; 2.° Vol., p. 164 e ss.

[30] Cf. MARTINS, Rita Maria Machado, *João de Moura Coutinho de Almeida D'Eça (1872--1954). Arquitectura e urbanismo*, *op. cit.*, pp. 95-96.

meira, propriedade de José Graça[31]. Quanto ao prédio da Rua Francisco Sanches, não tenho dúvidas tratar-se de uma obra de Korrodi, o tratamento do gaveto do prédio de Braga sendo muito semelhante ao das ruas Mouzinho de Albuquerque e Travessa de S. Francisco, de 1920, em Leiria[32]. É também um prédio cujo rés-do-chão é destinado a comércio, como no de Leiria, havendo uma evolução dos vãos no de Braga, este último possuindo aberturas em ângulo recto que acusam já a influência da art Déco.

Os elementos decorativos são, assim, mais tardios. Curiosa é a elevação do corpo central em pilastras, com decoração de mísulas e de festões. As grades têm um desenho ainda Arte Nova, assim como são vestígios Arte Nova o friso da porta principal e as cantarias e as consolas das varandas, onde podemos observar o motivo do malmequer que surge igualmente num friso da fachada do palacete Ferreira Rego, em Palmeira, e que empregara em numerosas casas de habitação, nomedamente na Villa Hortênsia, em Leiria, que projectara para sua residência, como já mencionámos.

De uma grande elegância, este edifício moderno podia ter-se inspirado nas revistas de artes decorativas que recebia do estrangeiro, nomeadamente da França, e da Alemanha. No meu livro fiz o elenco destas revistas[33], sem as quais não se pode compreender a modernidade de Korrodi, numa linguagem arquitectónica que soube adaptar ao gosto nacional.

Assim, por exemplo, a casa de habitação da Rua do Carvalhal, também conhecida por palacete de Domingos Afonso, que na altura atribuí a Korrodi apenas pela observação e o estudo do exte-

---

31 O projecto encontra-se no Arquivo distrital de Leiria, Rolo 75: *«Projecto de uma casa de habitação e portão de ferro e respectiva vedação para a propriedade de José Graça, sito em Palmeira»*. Assinado, datado, 1930. Outro projecto, no mesmo arquivo (Rolo n.° 255), relacionado com Braga, é o da «*Transformação de uma varanda anexa ao prédio de habitação pertencente a Bernardo Sequeira, em Braga*», assinado e datado, 1918. Os Arquivos de Ernesto e de Camilo Korrodi, que consultei em 1983 e 1984 em Leiria, no antigo *atelier* do filho, Ernesto Camilo, e do sócio, o Arquitecto Célio Cantante, foram doados e transferidos para o Arquivo distrital de Leiria graças à iniciativa dos descendentes.

32 Por esta razão lhe tinha atribuído uma data análoga à do projecto de Leiria, mas o prédio de Braga, pela sua composição arquitectónica e elementos decorativos utilizados, é mais tardio, talvez de finais dos anos 20.

33 Cito aqui, a título de exemplo, a revista *Documents d'atelier. Art Décoratif Moderne.* Bibliothèque de la Revue des Arts Décoratifs publiée sous la direction de Victor CHAMPIER, 2 Vols, Paris, Librairie de la Revue des Arts Décoratifs, 1ère série, 1898.

rior do edifício, atribuição que depois veio a confirmar-se[34], e que datei então de cerca de 1905, atesta a ligação de Korrodi não só a Braga mas também à arquitectura tradicional portuguesa.

Com efeito, nesta longa fachada nobilitada por portais de pedra em silhares com varandas em consola e vãos de triplas arcadas, rectangulares ou de arco perfeito enquadrados por molduras e ritmando sucessivamente o espaço, escondem-se interiores requintados. Nestes salões com tectos, frisos e molduras de madeira, pinturas murais, e certamente um rico mobiliário – mobiliário que Korrodi desenhou com um grande requinte, nada ficando a dever aos mestres da Escola de Nancy, ou da Arte Nova belga ou vienense –, vivia uma clientela rica, discreta e citadina.

Tendo encontrado por acaso uma menção do pedido do passaporte para o Brasil de Domingos Afonso, em 1877 (no Arquivo distrital de Braga), podemos concluir que tanto a clientela do palacete Ferreira Rego como a do da Rua do Carvalhal é a de "brasileiros" enriquecidos de torna-viagem. O aturado e dispendioso trabalho em cantarias das respectivas casas de habitação vinha a dar uma nota de nobreza numa referência explícita aos solares de antão.

A habitação apalaçada de Domingos Afonso é a mais requintada. No grande jardim das traseiras, cujo estado de ruína pude avaliar através de fotografias recentes, e que lembra o de uma quinta urbana, Korrodi construiu um magnífico salão, com ornamentos e madeiras e pinturas e que é digno da melhor aristocracia do findo século XIX. Este ambiente requintado, que poderia ter sido frequentado por um Afonso da Maia, não desdenha o da casa do Ramalhete, que Eça de Queirós descreveu n'*Os Maias*.

Em 1915, Korrodi vai realizar um outro palácio para um cliente rico, o palácio de J. Ferreira Rego, em Palmeira. Parece que a personalidade da mulher do proprietário, D. Francisca Ferreira Rego[35], comprometeu a conclusão das obras, tendo-me sido contado pelo Arquitecto Ernesto Camilo Korrodi, filho de Ernesto, que teria havido uma aventura entre ela e o desenhador de Korrodi, Fernando Santa-Rita. Para o mesmo proprietário, Korrodi terá ainda realizado o restauro e a ampliação do Castelo e da Quinta da Mata, em Seme-

---

[34] Com efeito, há poucos anos fui contactada por um jovem arquitecto que estava a trabalhar na sua renovação e que me confirmou que o projecto era de Korrodi. Enviou-me, igualmente, fotos dos interiores, em ruína, e de um pavilhão no jardim, que eu não visitara.

[35] Seria a ela, e não ao marido, a quem pertenceria a fortuna angariada no Brasil.

lhe. João José Ferreira Rego teria adquirido, e murado, esta propriedade entre 1915 e 1920[36]. Este projecto, com data de 1918, foi recentemente oferecido por um descendente de Ernesto Korrodi ao Arquivo distrital de Leiria[37].

Nesta obra ambiciosa, Korrodi inspira-se no gótico da Batalha como sistema construtivo e decorativo – arcobotantes, colunas, abóbodas, decoração dos capitéis, dos ábacos, dos frisos, dos arcos e das bandeiras. Estes elementos históricos associam-se a outros, renascentistas, como a *loggia* de elementos serlianos da fachada principal, ou a varanda do andar superior. A este revivalismo historicista corresponde, no interior, um conforto burguês de lareiras, de ascensores, de *boudoirs,* numa rica decoração em pedra do gótico flamejante. A disposição dos espaços obedece aos divulgados no século XIX para programas semelhantes, de novas *villae* palladianas imersas na tranquilidade de imensos parques e aptas igualmente a servir esquemas mundanos.

Segundo estes preceitos, que constavam dos manuais e eram ensinados nas Academias, as áreas de receber (vestíbulos e antecâmaras), de jantar e de estar, com respectivamente casa de jantar, salão e sala de fumo, orientavam-se de leste para oeste. Uma escadaria, a leste, dava acesso à intimidade do jardim. O jardim de Inverno, aqui situado junto à entrada principal (na fachada lateral sul), começou a surgir no Segundo Império, tendo ficado famoso o da princesa Matilde Bonaparte na sua residência parisiense[38].

A esta disposição no "*andar nobre*", correspondia a disposição dos quartos no primeiro andar, segundo o grau de importância, o dos *maîtres d'ouvrage,* a oeste, abrindo-se ao exterior por uma importante *bow-window,* precedido de um *boudoir*. Os espaços destinados aos serviços e aos domésticos localizavam-se nos pisos térreos sobrelevados, nos subsolos ou, ainda, nos sótãos e mansardas. O guarda, que muitas vezes era uma espécie de intendente, disfrutava geralmente de uma situação privilegiada com uma casa à parte, embora integrando-se no edifício, como a que Korrodi desenhara na "*Habitação nobre de província"*, junto à capela. No entanto, no

---

[36] Ver «Castelo e Casa da Quinta da Mata – Semelhe, Braga», in http://bragaon.blogspot.ch/2012/06/castelo-da-quinta-da-mata-semelhe-braga.html.

[37] Pelo Senhor Engenheiro Miguel Korrodi Ritto, que por sua vez o obteve de um primo, neto da filha de Ernesto Korrodi, Maria Teresa.

[38] Cf. *Spectaculaire Second Empire* (Catálogo), Paris, Musée d'Orsay, 2016, cat. n.° 4, p. 29.

projecto do palacete Ferreira Rego, onde a casa do guarda fora projectada junto ao portão de entrada, a capela já não fazia parte do programa arquitectónico, Korrodi tendo elaborado mais tarde um projecto para a igreja paroquial de Palmeira, como já referimos.

Quando visitei o palacete Ferreira Rego, o proprietário de então chamou-me a atenção para a existência de um "*poço de luz*", uma espécie de percurso espiritual no mesmo estilo do da gruta da Quinta da Regaleira, em Sintra, sem, obviamente, as mesmas proporções, e do da gruta do Castelo do Bom Jesus. É verdade que Ernesto Korrodi integrou a maçonaria em 1911, com o nome pouco original de "*Helvetius*", e é possível que aquele espaço cúbico que descia até ao subsolo, fosse, de facto, destinado a rituais maçónicos. Todavia, só um especialista da maçonaria poderá corroborar tal análise.

Voltando ao palacete, este apresenta semelhanças com os *cottage* pela planta assimétrica e os volumes das torres e da elegante *bow-window* a oeste – o jardim de Inverno sob os arcobotantes, a sul, tendo ficado inacabado –, e, simultaneamente, todas as características de um solar moderno. O mais notável do edifício é, sem duvida, o impressionante trabalho em pedra – cantarias rusticadas do embasamento, em granito azul da região de Afife, silhares almofadados, cantarias com decoração do gótico flamejante, ou o magnífico friso de malmequeres que corre ao longo da fachada principal ao nível do segundo piso.

Korrodi executou um palácio destinado a uma nova burguesia rica, com um desenho cuidado e casando modernidade e tradição. Podemos afirmar que elaborou um modelo, um programa doméstico de arquitectura único no seu género, na época em que o materializou. Korrodi procurou criar um estilo coerente, que se adaptasse aos novos materiais e às exigências do conforto moderno, mas sem renunciar também aos materiais tradicionais, como a pedra, que o dignificava e lhe dava as sua cartas de nobreza. Este programa destinava-se a uma burguesia que procurava afirmar-se socialmente[39].

Foi este, sem dúvida, o seu maior legado à cidade de Braga, aquele que ainda hoje apela para a imaginação, pois, no fundo, criar um estilo é sempre uma utopia – sonhos que se materializam em pedra, como no caso do Palácio da Pena em Sintra, o mais

[39] Na revista *Illustração Portuguesa*, 2.ª série, n.° 514, 27-12-1915, p. 829 («*Figuras e Factos*»), é publicado o projecto da fachada principal do palácio e o seu orçamento: 390 contos. O retrato de Ernesto Korrodi, como autor do projecto, surge num medalhão junto à imagem do palácio.

emblemático da arquitectura revivalista portuguesa. E no entanto, à escala nacional, os dois palácios que Korrodi deixou em Braga não temem, nem desmerecem, a comparação de outros que, a exemplo do da Pena, foram edificados na serra de Sintra, nomeadamente o da Regaleira, que Luigi Manini (1848-1936) construiu, entre 1904 a 1910, para António Augusto Carvalho Monteiro (1848-1920), mais conhecido como Monteiro Milhões[40].

Por definição, o revivalismo inspira-se nas formas do passado e, por isso, é, no contexto de renovação da arquitectura oitocentista, uma projecção do Romantismo. Ao mesmo tempo, ele é ecléctico porque, mesmo se busca a unidade de estilo, esta é uma quimera, nasce da fantasia dos arquitectos do século XIX, como as gárgulas e outras esculturas que Viollet-Le-Duc imaginou (e realizou), para a catedral de Notre-Dame de Paris. Hoje, quem olha para estas esculturas pensa que são representações medievais, elas fazem parte integrante do património cultural e do imaginário colectivo associado a esta época histórica. Do mesmo modo, a obra de Ernesto Korrodi, através destas realizações, impregnou a cidade e deu uma feição cultural ao seu passado recente, imprimindo-lhe uma identidade arquitectónica, urbanística e paisagística.

Outra vertente do legado de Ernesto Korrodi à cidade de Braga foi, sem dúvida, o da Arte Nova. Como já referi, Korrodi recebia muitas revistas de artes decorativas do estrangeiro, mas, no que diz respeito à Arte Nova, cabe salientar as que recebia da Alemanha e que divulgavam as novas realizações arquitectónicas que veiculavam o gosto das "*neuen freien schule*" ou "*novas escolas livres*". Muitas das obras de Korrodi traduzem essa influência, filtrada pela sua arte bem peculiar de organizar o espaço e de utilizar as cantarias para modelar as superfícies e os volumes, sem nunca perder de vista a coerência formal do traçado.

No âmbito da Arte Nova, um projecto retém, em particular, a minha atenção, que é o do Asilo de Mendicidade, assinado por Moura Coutinho a 18 de Novembro de 1907[41]. Se tivesse visto o desenho do alçado da fachada principal, sem conhecer o autor, teria pensado imediatamente tratar-se de um projecto de Korrodi. Uma

---

[40] Ver FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XIX*, II Vol., Lisboa, Livraria Bertrand, 1966, p. 175 e ss.

[41] Cf. MARTINS, Rita Maria Machado, *João de Moura Coutinho de Almeida D'Eça (1872--1954). Arquitectura e urbanismo*, *op. cit.,* 2.° Vol., p. 144 e ss.

fachada longa onde se destacam três corpos salientes, o central articulando-se com os dois laterais por dois corpos rectangulares numa proporção 3/5.

O desenho das cantarias é precioso e cuidado, com embasamento rusticado e silhares laterais. Todos os vãos são realçados por molduras nas triplas arcadas e nos parapeitos e nas cornijas das janelas, desenhando uma linha vertical animada pelos agrafes de pedra. A elevação do corpo central é também característica do traçado dos volumes de Korrodi, com a ligação do portal aos vãos em tripla arcada e à varanda. Por fim, a cornija possui elementos decorativos da Arte Nova, com painéis de azulejos e elementos verticais ritmando a sucessão dos vãos.

Curiosamente, já o desenho da remodelação da fachada do Salvador anexa, aprovado em 7 de Março de 1917, não apresenta as mesmas características[42]. Do mesmo modo, a qualidade do desenho das cantarias que é palpável no desenho do projecto não se encontra na sua execução, o tratamento do embasamento não é o mesmo e as cantarias limitando-se a decorar o edifício e não a modelar as superfícies e os volumes em jogos de luz e de sombra.

Sabemos que os dois arquitectos cultivaram relações de amizade e que colaboraram entre ambos. De que modo, nunca o saberemos. No entanto, este exemplo de análise de um projecto manifestamente inspirado na Arte Nova serve-me para ilustrar qual foi o legado de Ernesto Korrodi à cidade num domínio em que foi exímio: o das cantarias e das artes aplicadas à arquitectura.

Em Braga, com efeito, Ernesto Korrodi foi um dos principais actores da renovação da cidade num momento em que a arquitectura procurava sair do impasse do revivalismo e criar um estilo novo cuja gramática decorativa se ajustasse a uma nova vivência urbana e a novas clientelas que adoptavam um novo estilo de vida. Embora a ruptura com a tradição só se instale verdadeiramente após a 2.ª Guerra Mundial, a afirmação do Modernismo não pode ser compreendida sem o papel dos precursores.

Viollet-Le-Duc, por exemplo, que foi um dos mais importantes teorizadores do revivalismo e do restauro de monumentos, foi também um dos primeiros a sustentar a necessidade de criar um estilo próprio ao séc. XIX, ao tentar lançar as bases lógicas e estruturais de uma linguagem nova segundo principios que são constantes na

---

42 *Idem*, *op. cit.*, 2.° Vol., p. 149.

arte de construir nos séculos passados: "*Le passé est passé*", afirma Viollet-Le-Duc, mas do antigo nasce o novo se se proceder com lógica: "*Essayons de nous soumettre de nouveau à ces principes invariables; voyons comment nos devanciers les ont traduit par des formes qui étaient l'expression de leurs moeurs et de leur temps, et marchons alors librement dans ce qu'on appelle la voie du progrès*"[43].

Ora, Ernesto Korrodi, apoiando-se em elementos tradicionais como a pedra, repensando-a em função de um todo, segundo um método racional, que não desdenhava recorrer às mais modernas técnicas da engenharia – como, por exemplo, na sua casa de habitação, a Villa Hortênsia, cujos métodos de construção, com vigas de ferro, são idênticos aos que foram empregados na construção do metropolitano parisiense –, renovou a arquitectura e o urbanismo bracarenses em finais do século XIX, recorrendo a essa mesma lógica construtiva de que falava Viollet-Le-Duc.

Esta aliança entre progresso e tradição está bem presente no projectado jardim de Inverno do palacete Ferreira Rego, onde uma poderosa estrutura em ferro e vidro vinha a acostar-se sob os arcobotantes em pedra. A arquitectura do ferro, neste caso, como que ilustrava o estilo que a tornara possível e que foi a análise das forças de tensão na lógica construtiva do gótico aplicada a outros materiais. Por outro lado, a pedra serviu-lhe também para racionalizar, em termos de ética, uma linguagem arquitectónica ecléctica, que foi a tendência de muitos arquitectos nacionais em finais do século.

Sob este aspecto, Ernesto Korrodi foi um arquitecto moderno. As cantarias, reabilitando o trabalho manual, repensando as artes aplicadas, foram, assim, uma ética e uma estética na sua obra. E nesta relação racional entre a forma e o ornamento, Korrodi deixou em Braga um estilo pessoal, onde primam os efeitos dos volumes, da luz e da sombra, aplicados à arquitectura na sua concepção espacial e no tratamento das superfícies.

Não é por acaso que, reconhecendo a marca que imprimiu à cidade, o convidaram para fazer parte da sua comissão estética, em 1919 e em 1920[44]. Podemos, assim, afirmar que o seu magistério

---

[43] VIOLLET-LE-DUC, E. E., *Entretiens sur l'Architecture*, Paris, Pierre Mardaga édit., 1977, 1er Entretien, p. 32.

[44] Ver VERDELHO DA COSTA, Lucília, *Ernesto Korrodi 1889-1944. Arquitectura, ensino e restauro do património*, *op. cit.,* p. 133 e nota n.° 82.

em Braga, de 1889 a 1894, se prolongou de uma outra forma, pela via da Arquitectura e a estética das construções.

Neste contexto, Korrodi, ao confrontar os bracarenses com as suas obras, que são à escala humana, dentro de valores que se casam com os da arquitectura tradicional portuguesa, deixou à cidade o maior legado que se pode transmitir àqueles que o usufruem e que é o de ver e viver com a Arquitectura.

E, para terminar, voltando ainda às propostas de Ernesto Korrodi entre estrutura, lógica e decoração que deixou em Braga, direi como Le Corbusier que "*l'architecte, par l'ordonnance des formes, réalise un ordre qui est une pure création de son esprit; par les formes, il affecte intensivement nos sens, provoquant des émotions plastiques; par les rapports qu'il crée, il éveille en nous des résonances profondes, il nous donne la mesure d'un ordre qu'on sent en accord avec celui du monde, il détermine des mouvements divers de notre esprit et de notre coeur; c'est alors que nous ressentons la beauté*"[45].

[45] LE CORBUSIER, *Vers une architecture*, *op. cit,* p. 3.

«O culto de Nossa Senhora da Conceição na cidade de Braga»

RUI FERREIRA [1]

RESUMO: O culto de Nossa Senhora da Conceição encontra um profundo enraizamento na cidade de Braga. Particularmente desenvolvido a partir do século XVI, tem o seu auge na centúria seguinte, momento em que surgiram diversos espaços de culto centrados nesta invocação mariana, nomeadamente dois conventos femininos e um templo vinculado a uma corporação de inspiração franciscana, entre outras manifestações. Porém, a mais relevante manifestação deste culto haveria de ter origem no ano de 1863 e transformar-se no maior centro de devoção mariana em Portugal, elevando Braga no âmbito deste ideário devocional.

Palavras-chave: Conceição; Braga; Coimbras; Terceiros; Penha; Sameiro.

ABSTRACT: *The cult of Our Lady of the Conception finds a deep rooting in the city of Braga. Particularly developed from the sixteenth century onwards, it had its high moment in the next century, when various centers of worship emerged centered on this Marian invocation, namely two women's convents and a temple linked to a Franciscan--inspired corporation, among other manifestations. However, the most relevant manifestation of this cult would have originated in the year 1863 and become the largest center of Marian devotion in Portugal, raising Braga within the framework of this devotional ideology.*

Keywords: *Conceição; Braga; Coimbras; Terceiros; Penha; Sameiro.*

---

[1] Doutorando em Estudos Culturais pela Universidade do Minho (ruimgferreira@gmail.com)

1. *CONCEBIDA SEM PECADO ORIGINAL*: UM DEBATE SECULAR

Uma mulher vestida de sol, coroada com doze estrelas, esmagando uma serpente e com a lua debaixo dos pés. Prevista no pensamento divino desde toda a eternidade, nela se cumpriu o projeto de salvação da humanidade que os judeus anunciaram ao longo de séculos. A sua representação inspira-se no livro do Apocalipse[2] e a mancha que todo o ser humano está condenado a transportar por via da sua geração carnal não habita nela[3]. Debatida ao longo de séculos, a sua conceção isenta de mácula vai tornar-se uma problemática sobretudo filosófica e teológica.

O mal é um problema que, colocado num horizonte humano, pede uma resposta evidente e clara. A definição do pecado original foi uma solução possível no contexto da história da humanidade e da própria Igreja. Desde cedo o ser humano procurou solucionar o problema do mal, partindo de uma reflexão estruturada, contudo podemos afirmar que tocou o seu limite especulativo.

Santo Agostinho vai debruçar-se particularmente sobre a temática do pecado original, na ânsia absoluta de querer perceber o absurdo do mal. A condição de toda a humanidade pecadora fazia prever uma força dissuasória do bem, à qual todos estamos sujeitos. As consequências desta afirmação teriam que nos fazer rever a nossa conceção da criação e da própria divindade de Jesus Cristo.

As teorias agostinianas marcaram profundamente a resposta da Igreja à gnose maniqueia. Com a negação da existência efetiva do mal enquanto substância, seria atestada a criação divina de tudo o que existe, inclusivamente do ser humano. Contudo, nunca o ser humano poderia aspirar a perfeição divina: há sempre uma distância. Essa distância marcaria o horizonte da nossa imperfeição. Apesar da nossa bondade originária, carregamos sobre nós o peso da imperfeição, que nasce connosco. O pecado original é a mácula inicial dos nossos primeiros pais transmitida às gerações consequentes. O mal não estaria fora de nós, mas seria realidade da nossa condição humana.

No momento histórico em que a Igreja sentiu a necessidade de afirmar inequivocamente a natureza humana e divina de Jesus

---

[2] Apocalipse 12, 1: «E viu-se um grande sinal no céu: uma mulher vestida do sol, tendo a lua debaixo dos seus pés, e uma coroa de doze estrelas sobre a sua cabeça».

[3] Cântico dos Cânticos 4, 7: «Tu és toda formosa, meu amor, e em ti não há mancha».

Cristo, era imperativo excluir liminarmente a possibilidade da inclinação para o mal subsistir a partir do momento da sua conceção. Por isso mesmo, Maria "concebeu do Espírito Santo", não estando Jesus Cristo sujeito, admitindo esta narrativa, à concupiscência da carne. Esta proposta doutrinal manifesta o recorrente pressuposto de que a relação sexual é uma ação impura podendo, por conseguinte, contradizer a natureza divina que se pretende assumir em Jesus Cristo. Este tipo de leitura exclui a possibilidade de a relação sexual se tratar de um ato de amor cuja consequência direta é o surgimento da própria vida humana. Poderá o ato inaugural da existência humana ser entendido como propensão para o mal? Não poderia Jesus Cristo ter nascido na sequência de uma relação de amor autêntica entre um homem e uma mulher, sem que isso implicasse uma menor divinização da sua natureza?

A inclinação egocêntrica do ato sexual, bem como os princípios e as motivações que tendencialmente presidem à sua decisão e concretização, acabaram por criar um problema teológico de difícil resolução. Uma espécie de inclinação para o mal seria inerente à nossa condição humana e nasceria com todos "os descendentes de Eva". O conceito de pecado original surgiu, historicamente falando, para estancar as gnoses que manchavam a pureza da doutrina cristã e colocavam em causa pontos essenciais da fé.

Segundo o Catecismo da Igreja Católica[4], o pecado original é "a privação da santidade e justiça originais" devido fundamentalmente à nossa condição humana, nascidos de uma relação entre homem e mulher. No entanto, acrescenta, "a natureza humana não se encontra totalmente corrompida: está ferida nas suas próprias forças naturais, sujeita à ignorância, ao sofrimento e ao império da morte, e inclinada ao pecado (inclinação para o mal, que se chama concupiscência)". Para a Igreja Católica, o batismo é o meio que permite anular o pecado original e reorientar o homem para Deus.

O aprofundamento deste tipo de questões, provocado grandemente pelo surgimento de teorias que questionavam os princípios básicos sobre os quais se erguia a teologia cristã, acabou por permitir a estruturação racional do ideário cristão. Nesse processo, a afirmação de Jesus Cristo como estando isento desta "inclinação para o mal" que é inerente à nossa condição humana foi um imperativo. Partindo do princípio que Maria é o vínculo fundamental da

[4] Cf. parágrafos 402-406.

humanidade de Cristo, dado ser a sua única progenitora carnal, foi-se tornando essencial fundamentar a natureza divinizante de Maria, destacando-a progressivamente dos demais homens e mulheres de virtude. Estando Cristo isento do pecado original por via da sua conceção divina, continuava evidente a sua fragilidade humana quando se confrontava com a humanidade de sua mãe. Por isso mesmo, a mulher escolhida por Deus para ser a mãe do seu filho devia ser alguém excecional, limpa de toda a mancha tanto na conceção como no parto.

A insuficiência de referências evangélicas à Mãe de Jesus acabou por ser um dos elementos dissuasores de uma mais assertiva participação mariana no primeiro desenvolvimento doutrinal e teológico da Igreja. Apenas os evangelhos de Lucas e Mateus expuseram significativos relatos referentes à infância de Jesus, onde obviamente Maria era protagonista. A figura de Maria apenas volta a merecer referência nos Evangelhos durante as Bodas de Caná, episódio no qual aparece particularmente ativa e que apenas é narrado por João. Até aparecer, pela pena do mesmo evangelista, junto à cruz onde Jesus expirou, Maria apenas é mencionada uma única vez nos evangelhos canónicos, marcando presença numa das pregações do seu filho[5].

O silêncio sobre a sua vida acabou por ser o melhor fundamento para a génese de propostas devocionais ao longo da história da Igreja Católica. As grandes ordens religiosas renderam-se à figura circunspecta de Maria, dando-lhe um lugar de relevo na sua proposta espiritual e no seu próprio modo de vida. A imagem da Mãe de Jesus foi construída sobre a ideia de uma mulher abnegada, de profunda interioridade, em sintonia plena com aquilo que se manifestou como sendo a vontade de Deus para si e revelando uma particular capacidade para, estoicamente, aceitar os mais dolorosos acontecimentos na vida de uma mulher: a morte do seu único filho.

A afirmação de Maria como "Mãe de Deus" (Theotokos) no concílio de Éfeso, em 431[6], por um lado deu continuidade a uma

---

5 Cf. Mateus 12, 46-50 | Marcos 3, 31-35 | Lucas 8, 19-21.

6 Éfeso foi o momento determinante para uma alteração paradigmática no Cristianismo no que diz respeito à figura de Maria. Não podemos esquecer que a Mulher detinha um lugar periférico em toda a estrutura social dominante na Europa de então e, por conseguinte, na organização interna da própria Igreja Católica. O destaque que progressivamente foi almejado pela figura feminina, personificada em Maria, secundada por outras mulheres destacadas nos relatos evangélicos, acabou por ser despoletador de mudanças na própria sociedade onde o Cristianismo se solidificara, não deixando, contudo, de enfrentar resistências significativas. A concreção do estatuto de Maria na estrutura doutrinal da Igreja haveria de potenciar a sua presença crescente na devoção e na arte.

tradição devocional que ia crescendo em relevantes setores do Cristianismo, mas também serviria de fundamento a um processo de progressiva valorização da sua figura nas dinâmicas devocionais e no edifício doutrinal da própria Igreja. A partir do momento em que foi inequivocamente reconhecida a sua maternidade divina, Maria viu também ser crescentemente afirmada a sua conceção isenta da mácula original. Esta sequência foi embatendo em diversos argumentos ao longo dos séculos seguintes, mas acabou por prevalecer na tradição cristã particularmente ao longo da Idade Média, sendo formalmente corroborada apenas em 1854.

Irineu de Lyon e Ambrósio de Milão, dois vultos da reflexão cristã dos primeiros séculos, já haviam aflorado argumentos em favor de uma "conceção sem mácula" da Virgem Maria, no entanto as grandes discussões surgiriam ao longo do século XIII. Tomás de Aquino e até o célebre marianista Bernardo de Claraval foram vozes contundentes quanto à tese maculista, defendendo que Maria não poderia estar isenta do pecado original dado ter sido concebida por relação carnal e dado que, confirmando-se essa isenção da mancha, quebraria a mediação universal atribuída ao seu filho na qualidade de único possuidor desse privilégio. Os debates eram fundamentalmente racionais e progressivamente este tipo de argumentação foi sendo rebatido pela chamada tese imaculista. Foi o franciscano João Duns Escoto[7] quem mais se afirmou na defesa de uma "imaculada conceção" da Virgem Maria, tendo prevalecido a virtude da sua argumentação. A sua ordem haveria de ser a mais ativa na propagação desta invocação mariana.

---

[7] Filósofo e teólogo franciscano, nascido em 1266. Sabe-se que Duns Escoto foi ordenado em 1291, mas a sua vida antes disso é em grande parte desconhecida. Ensinou em Cambridge e em Oxford, depois em Paris, onde se tornou mestre-regente em Teologia; morreu em Colónia (1308). A sua morte prematura impediu a conclusão do seu comentário sobre as "Sentenças" de Pedro Lombardo. Duns Escoto foi sobretudo um metafísico, preocupado com a natureza e a realidade de Deus, com as categorias transcendentais. Tinha um ponto de vista realista quanto ao problema dos universais e a ênfase que colocou no indivíduo único e na sua importância na metafísica e no conhecimento reflete-se na primazia que atribui à liberdade individual na sua ética, de novo como reação ao ponto de vista fatalista sobre o problema da omnipotência de Deus.

2. NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO: *PADROEIRA DESTE REYNO E SENHORIOS DE PORTUGAL*

Apesar das divergências racionais e da ausência de fundamentação bíblica, a conceção imaculada de Maria começou a ser celebrada bem cedo em diversos lugares da Cristandade, nomeadamente no oriente, o berço da devoção mariana. A partir do século IX, esta invocação vai aparecer na Irlanda e, ainda na Idade Média, em outras comunidades cristãs particularmente aquelas em que os franciscanos detinham singular influência (Réau, 2008: 84). Seria precisamente um Papa franciscano, Sisto IV, quem no ano de 1477 haveria de integrar a festa de Nossa Senhora da Conceição no calendário litúrgico católico, validando desta forma toda a doutrina subjacente. O Concílio de Trento, reagindo aos ataques protestantes à relevância da figura de Maria para a Igreja Católica, acabou por ser impulsionador das dinâmicas devocionais marianas, particularmente as invocações que se revelavam mais polémicas como a assunção ou a conceção (conceição).

O século XVI já havia sido pródigo no surgimento de representações artísticas inseridas neste âmbito devocional, atestando o seu enraizamento no ideário cristão. Em Portugal registam-se diversas ocorrências, que se vão intensificando com o decorrer da centúria e se estendem, por via da epopeia ultramarina, para os seus territórios de influência. No entanto, seria no século seguinte que um acontecimento precipitaria uma especial predileção portuguesa por esta invocação.

O momento determinante para a propagação desta devoção mariana no nosso país foi, indubitavelmente, a proclamação de Nossa Senhora da Conceição como padroeira de Portugal, efetuada a 25 de Março de 1646 pelo Rei D. João IV:

> "*assentamos de tomar por padroeira de nossos Reynos e senhorios, a Santissima Virgem nossa Senhora da Concepção, na formados Breves do Santo Padre Urbano VIII, obrigandome a haver confirmação da Santa See Apostolica, e lhe offereço de novo em meu nome e do Principe Dom Theodosio meu sobre todos muito amado e presado filho, e de todos os meus descendentes, successores, Reinos, Senhorios, e Vassalos, a Sua Santa Caza da Concepção sita em Villa Viçosa*".[8]

[8] Cf. *Revista dos Centenários*, Jul-Ago. 1940, p.5.

A devoção a Nossa Senhora da Conceição, fomentada muito particularmente pelos franciscanos, terá tido um momento de forte implantação durante a dominação castelhana, já que os espanhóis foram pioneiros na propagação desta invocação mariana[9]. Desconhecendo-se exatamente de que forma foi introduzida esta devoção em Vila Viçosa, não nos custa crer que a proximidade à fronteira com Castela poderá ter sido decisiva para o surgimento deste culto naquele local. A vinculação da Casa de Bragança àquela localidade alentejana tornou premente esta devoção quando aquela linhagem atinge o trono português. A proximidade do dia da reconquista da independência – 1 de dezembro – com o dia em que se celebrava liturgicamente a festa da Virgem Nossa Senhora da Conceição – 8 de dezembro – acabou por fazer surgir a crença de uma intercessão divina ligada à causa portuguesa, como já havia sucedido na crise de 1383-1385, em que a vitória sobre os castelhanos foi celebrada com um grande monumento em honra de Nossa Senhora.

Consciente desta tradição e imbuído numa profunda crença, D. João IV tornou permanente esta devoção, proclamando Nossa Senhora da Conceição como padroeira do Reino de Portugal. Esta solene definição, secundada pelo entusiasmo da hierarquia eclesiástica, acabou por ter repercussões imediatas nas dinâmicas devocionais existentes no território português. O surgimento de incomensuráveis templos e confrarias sob esta invocação mariana foi uma evidência no território português durante as décadas seguintes.

3. A PROCLAMAÇÃO DOGMÁTICA *INEFFABILIS DEUS*

Se para Portugal a ação de D. João IV foi particularmente instigadora da propagação do culto a Nossa Senhora da Conceição, a proclamação dogmática “Ineffabilis Deus”, que o Papa Pio IX empreendeu no ano de 1854, acabou por dar origem a um renovado impulso desta invocação mariana em toda a Igreja Católica.

Em meados do século XIX não se retomara o intenso debate que, particularmente no século XIII, colocou maculistas e imaculistas

[9] No século XVII, Velasquez e Murillo foram autores das mais influentes representações artísticas da Imaculada Conceição. Desde 1644 a festa foi declarada “de preceito” no território espanhol.

numa acesa troca de argumentos. O dogma da Imaculada Conceição foi proclamado quando a temática parecia totalmente assumida em termos devocionais e teológicos. A celebração litúrgica já integrava o calendário desde 1477 e após a constituição apostólica "Sollicitudo Omnium Ecclesiarum" datada de 8 de dezembro de 1661 pelo Papa Alexandre VII, na qual foi "proibido ensinar doutrina contrária", não mais se verificaram tentativas significativas de questionamento a respeito da conceção sem mácula de Maria.

Apesar de não encontrar fundamentação nas escrituras validadas pela tradição da Igreja Católica, nem brotar de uma clarividente revelação divina mas de uma reflexão filosófica, o Papa Pio IX delibera a sua proclamação dogmática, dispensando a habitual validação em sede conciliar. O dogma da Imaculada Conceição foi uma iniciativa papal que, contudo, contou com o pronunciamento de uma comissão de teólogos constituída em 1848, e com uma consulta geral aos bispos realizada no ano seguinte.

Sem encontrar objeções à sua pretensão e motivado pelo ímpeto da devoção mariana experimentado pela Igreja Católica naquele momento histórico, o Papa Pio IX promulga o dogma da Imaculada Conceição no dia 8 de dezembro de 1854:

> *«declaramos, afirmamos e definimos que tenha sido revelada por Deus e, de conseguinte, que deve ser crida firme e constantemente por todos os fiéis, a doutrina que sustenta que a santíssima Virgem Maria foi preservada imune de toda mancha de culpa original no primeiro instante de sua Concepção, por singular graça e privilégio de Deus onipotente, na atenção aos méritos de Jesus Cristo, salvador do género humano.»*

A proclamação dogmática, associada, quatro anos após, às aparições de Lourdes nas quais Maria se intitularia como "Imaculada Conceição", acabou por impulsionar esta invocação mariana, agora solenemente assumida como verdade inquestionável de fé.

4. O MAIS SIGNIFICATIVO CULTO MARIANO DA CIDADE DE BRAGA

Numa pastoral enviada a toda a Arquidiocese de Braga a 23 de Janeiro de 1904, tendo em vista a preparação para as celebra-

ções jubilares que decorreriam sob numerosa assistência a 12 de Junho desse ano, o Arcebispo Primaz D. Manuel Baptista da Cunha afirmara que "esta nossa cidade de Braga a nenhuma outra cedeu o lugar de devotíssima deste santo mistério, muito antes da definição dogmática". A afirmação, que podia aparecer como mera apologética, acaba por encontrar na história uma profícua verificação.

Se o santuário do Sameiro se afirmou inequivocamente como o mais relevante centro de devoção à Imaculada Conceição em Portugal, antes da sua fundação já na cidade de Braga existiam inúmeros focos desta invocação. A 24 de Fevereiro de 1647, a cidade de Braga foi consagrada a Nossa Senhora da Conceição, dando sequência ao que já havia ocorrido no sínodo da diocese, na década anterior. Podemos afirmar que o Sameiro foi uma consequência do enraizamento que se verificara nas dinâmicas devocionais bracarenses desde alguns séculos antes.

O século XVI terá sido o momento em que esta invocação mariana foi introduzida na cidade de Braga, mais propriamente por intermédio de D. João de Coimbra, o Provisor do Arcebispo D. Diogo de Sousa. A Capela de Nossa Senhora da Conceição, mais conhecida pelo nome da família que a edificou, é a primeira manifestação significativa deste ideário devocional.

A chegada dos franciscanos à cidade de Braga em 1523 haveria de precipitar uma progressiva implantação deste culto. Primeiro no convento dos Capuchos da Piedade em S. Jerónimo de Real, no século seguinte com a fundação de um convento de inspiração franciscana denominado "da Conceição" e, na mesma centúria, com a edificação da Igreja dos Terceiros. Ao mesmo tempo, em diversos espaços de culto ia sendo instaurada a devoção "nacional". Na ancestral porta medieval de Santiago, surgiria o mais relevante núcleo devocional de Nossa Senhora da Conceição, cuja imagem haveria de ser declarada padroeira da cidade em meados do século XVIII. A Capela do Paço do Arcebispo, edificada no início do século XVIII, também iria adotar como padroeira Nossa Senhora da Conceição. No mesmo período, é fundado o convento da Penha de França, devotado à mesma invocação.

A fundação do santuário do Sameiro a partir de 1863 haveria de confirmar esta especial predileção bracarense pela devoção a Nossa Senhora da Conceição, independentemente da confirmação dogmática e, apesar de uma evidente influência do padroado que lhe fora concedido pelo Rei D. João IV.

4.1. A Capela de D. João de Coimbra



Imagem 1 – Imagem de Nossa Senhora da Conceição inserida num retábulo renascença no interior da Capela dos Coimbras

Para além da casa, D. João de Coimbra mandou construir uma capela para servir de sepultura aos seus descendentes dedicada a Nossa Senhora da Conceição, erigida, como era costume, em dependência da igreja paroquial de S. João do Souto.

Belíssimo exemplar tardo-gótico de Braga, a capela foi construída em 1525, sendo obra provável dos artistas biscainhos. A abóbada de nervuras e o conjunto esculpido do sepultamento de Jesus são de uma qualidade superior. Únicas são também as grades e as portas, decoradas com aprumo e com um conteúdo simbólico relevante que por vezes passa despercebido ao mais incauto olhar. As estátuas em pedra de ançã que preenchem a decoração exterior merecem um particular realce, bem como o conjunto de azulejos setecentistas que recobre as paredes do interior com temática alusiva a Adão e Eva.

No seu interior destaca-se um retábulo em estilo renascentista policromado no qual se apresenta a imagem de Nossa Senhora da Conceição ladeada pela representação de Santa Ana e S. Joaquim. Regista-se também a presença de um conjunto esculpido com a temática do sepultamento de Jesus, voltado para a passagem que dava acesso ao interior da igreja paroquial. Esculpido em pedra de ançã e assente em um retábulo revestido de elementos decorativos renascentistas, este conjunto repete o conhecido modelo de João de Ruão, razão pela qual lhe é atribuída a autoria. A representação apresenta o corpo de Jesus a ser deposto em primeiro plano, carregado por duas figuras masculinas (Nicodemos e José de Arimateia?), tendo ao fundo a representação de Nossa Senhora, exibindo profundo dramatismo, ladeada por outras quatro figuras identificadas como sendo João Evangelista, Maria de Magdala, Marta e Maria Madalena.

Segundo Alberto Feio, o facto de a Capela dos Coimbras deter uma galilé voltada à rua permitiria que o senhor da Casa assistisse aos ofícios divinos desde a sua residência, dado que a casa ficava exatamente defronte da capela. Apesar das dúvidas que subsistem sobre a autoria da capela, que implicou até um interessante debate entre os bracarólogos Alberto Feio e Manuel de Aguiar Barreiros no primeiro quartel do século passado, não há dúvidas que se trata de um monumento de enorme valia no contexto do património bracarense.

A capela, declarada monumento nacional desde 1910, abre ao público apenas durante a Semana Santa devido ao conjunto da deposição de Jesus, que deu origem à denominação popular de Capela do Senhor Morto, e também a 8 de dezembro, dia da padroeira, Nossa Senhora da Conceição.

4.2. O oratório de Nossa Senhora da Torre

Recuemos ao dia 1 de novembro de 1755. O chão tremeu brutalmente na cidade de Lisboa, deixando um inelutável rasto de destruição e morte. Em Braga, o terramoto também foi sentido, tendo até deixado algumas marcas, contudo não despertou particular acuidade nas populações. O cronista bracarense Inácio José Peixoto chega mesmo a afirmar que “o povo não fazia juízo ainda do estrago”. Apenas dois dias depois se começou a divulgar a destruição de Lisboa na cidade de Braga. “Então cresceu o susto e a

proporção, se fizeram preces e penitências públicas (...) tomando o povo por sua protectora a devota imagem da Torre, colocada na da cidade que então era dos jesuítas". O povo, afetado pelo impacto da notícia, juntava-se na igreja de Santiago, saindo dali a visitar aquela imagem mariana. As réplicas sentidas também na cidade de Braga, como a que sucedeu na noite de 12 para 13 de novembro, acabaram por gerar o receio de mais sismos e destruição. Procissões e terços sucederam-se nos meses seguintes, antecedendo a fundação de uma Irmandade na qual se congregaram os fiéis de Nossa Senhora da Torre, que frequentemente se juntavam no Pátio do Colégio. Mas por que é que os bracarenses optaram por esta invocação mariana para implorar a proteção pós-tragédia, quando existiam algumas outras enraizadas com maior impacto na cidade? Foi precisamente devido à ação missionária do sacerdote jesuíta João Marcos, a quem se deviam as práticas devocionais instituídas em torno da imagem de Nossa Senhora da Torre imediatamente após o terramoto, que foi fomentada esta particular veneração entre os bracarenses.



Imagem 2 – O retábulo e imagem de Nossa Senhora da Torre na atualidade [Rui Ferreira, 2012]

Na realidade, esta devoção já estava instituída na Torre de Santiago[10] havia algumas décadas. Recordemos que a restauração da independência nacional almejada em 1640 acabou por ser responsável pelo enraizamento do culto a Nossa Senhora da Conceição, invocação declarada por D. João IV como Rainha de Portugal. Nossa Senhora da Torre é precisamente uma réplica da imagem venerada em Vila Viçosa. Fora trazida para Braga, algures na segunda metade do século XVII, por intermédio de um devotado sacerdote, o padre João Nunes Barreto, natural da freguesia de Santa Maria de Freiriz, que ficaria para a história como o primeiro Patriarca da Etiópia. Em 1690 já se edificava uma edícula para melhor acomodação da imagem, colocada no interior da Torre, por onde então se fazia a passagem. A reformulação da Torre ocorrida em 1721, momento em que se construiu o campanário e em que a porta passou para a lateral, também terá alterado a localização do oratório em que a imagem estaria integrada.

Foi porventura no período posterior ao terramoto que definitivamente se decidiu assinalar esta devoção com uma edificação de vulto. As obras iniciar-se-iam ainda em vida do Arcebispo D. José de Bragança, sendo fomentadas pelas esmolas surgidas na sequência do surto de veneração provocado pelo terramoto de 1755 e, claro, pelas pregações do padre João Marcos. Iniciadas em abril de 1756, acabariam por ver o seu epílogo em 1758. O oratório haveria de ser delineado pelo inevitável André Soares. O arquiteto do rococó bracarense traçou uma capela com duplo piso e escadaria bem saliente, que ocupava a metade inferior da fachada norte da Torre de Santiago. A devota imagem de Nossa Senhora da Torre ocupa o piso superior, enquadrada num interessante retábulo que se vislum-

---

[10] A torre de Santiago é um dos resquícios da cidadela medieval mandada reformar pelo Rei D. Fernando. Deve o seu nome ao facto de se localizar a escassos metros da Paroquial de Santiago da Cividade, erigida no século XIII. A torre não servia então apenas como posto de vigia das muralhas, mas também era, em si mesma, uma das portas da muralhas, que se fazia então por dentro da torre (em L), tal como acontece, por exemplo, em muitas das entradas da vila de Óbidos. Ainda hoje é possível vislumbrar-se ambas as portas integradas na torre, bem como o primitivo pavimento, bastante elevado relativamente à atual cota das ruas. A torre, integrada após 1560 no Colégio de São Paulo, foi aumentada em altura para permitir a colocação de sinos e relógio. Mais tarde, em 1721, viria a ser reformulada, construindo-se o campanário na fachada norte e passando a porta para a lateral da torre. O oratório de Nossa Senhora da Torre haveria de moldar-lhe a fisionomia atual. Entre 1879 e 1927 a Câmara Municipal tentou, por diversas vezes, a sua demolição.

bra desde o exterior graças a uma abrangente janela habitualmente com as portadas abertas para o antigo Pátio do Colégio. Ali se aninharam sucessivas gerações de bracarenses invocando a poderosa intercessão da sua mor protetora.

Esta invocação mariana acabou mesmo por ser declarada "especialíssima defensora da Augusta Braga", tal como é possível vislumbrar na elegante cartela desenhada por Carlos Amarante em 1765 para os primeiros Estatutos da Irmandade de Nossa Senhora da Torre. O secular padroado de Santa Maria de Braga, consagrado até hoje no altar-mor da Catedral e na heráldica da cidade, haveria de ficar na sombra perante a popularidade da imagem exposta na Torre de Santiago.

Anualmente, no primeiro domingo de Maio, o oratório acolhia uma grande celebração em honra de Nossa Senhora, complementada a cada dia 1 de novembro – aniversário do terramoto – com uma majestosa procissão em torno das muralhas medievais da cidade. Os atos devocionais haveriam de registar alguma animação até às primeiras décadas do século XX, momento em que esta invocação mariana foi cedendo o seu protagonismo à homónima Conceição do Monte Sameiro. A imagem, concebida em roca e ricamente vestida, voltou a ser conduzida processionalmente pelas ruas de Braga desde 2014, integrada na Procissão de São João, após seis décadas de reclusão na sua varanda sobre o Largo de São Paulo.

4.3. A Capella do Paço dos Arcebispos

A cidade de Braga foi pródiga no desaparecimento de elementos patrimoniais que se constituiriam no presente como um interessante complemento aos diferentes legados que as eras foram gerando. Um dos monumentos mais lamentados dos anais bracarenses é a Capela do Paço dos Arcebispos, uma obra conjunta dos Arcebispos D. Rodrigo de Moura Telles e D. José de Bragança, que outrora esteve implantada no interior do quarteirão delimitado pelo largo do Paço e rua da Misericórdia. São escassos os testemunhos visuais ou ilustrados deste antigo edifício, no entanto são suficientes para provocar um profundo lamento pelo seu desaparecimento. Este pequeno templo detinha um elegante recorte, com uma cúpula octavada e uma torre sineira. São, aliás, estes os parcos elementos que conseguimos entrever a respeito da sua estrutura, já que do seu interior apenas subsistem elementos descritivos.

É muito provável que o Paço onde residiam os Arcebispos detivesse uma capela no seu interior, embora esta fosse certamente para uso exclusivo dos prelados e dos seus convidados. Terá sido o Arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles quem mandou executar um templo de maiores dimensões, certamente com a pretensão de o franquear aos fiéis em algumas ocasiões. O que sabemos é que, em outubro de 1708, ou seja, apenas quatro anos após tomar posse do sólio bracarense, D. Rodrigo de Moura Telles colocou solenemente o «Sacramento no Sacrário», acontecimento devidamente assinalado com «danças e folias», segundo nos informa Manoel Silva Thadim. Os "Fastos Episcopais" informam-nos que o prelado «fez de novo» a capela, indiciando a existência de uma construção anterior. Albano Bellino acrescenta ainda que a fatura deste templo se ficou pelos «2:000:000 reis», tendo com a torre e sinos despendido mais «1:600:000 reis».

A capela que por este tempo se fez teria planta centrada, octogonal, tal como foi tendência em muitas das obras patrocinadas por D. Rodrigo. Em 1751 o Arcebispo D. José de Bragança haveria de mandar reformular esta capela, adaptando-a certamente ao novo gosto artístico que então vigorava. Recordemos que aquele prelado mandou construir uma nova ala do palácio arcebispal, voltada à Praça Municipal, sob desenho de André Soares. Muito provavelmente, a estrutura arquitetónica seria a mesma da capela mandada executar por D. Rodrigo de Moura Telles. O Arcebispo D. José de Bragança deverá ter alterado todo o seu conteúdo decorativo, tendo certamente acrescentado magnificência à versão anterior e adaptado os acessos ao interior da capela dada a construção da nova ala do paço.

A reinventada Capela do Paço foi inaugurada em 16 de Agosto de 1751. Devotada a Nossa Senhora da Conceição, estava revestida com telas dedicadas ao nascimento de Cristo, Adoração dos Pastores e dos Magos, complementada por esculturas dos quatro Evangelistas e ainda referências iconográficas aos Doutores da Igreja. O seu interior detinha ainda uma tribuna comunicante com o interior do Paço, que permitia ao Arcebispo deter um lugar reservado de acesso à capela. A fisionomia exterior era marcada pela torre sineira e uma interessante cúpula octogonal, visível ainda em algumas objetivas tiradas a partir da Praça Municipal. O acesso público à capela era feito através do Largo do Paço, embora esta não abrisse aos fiéis muitas vezes ao longo do ano.



Imagem 3 – Postal da Praça do Município nos finais do século XIX, percebendo-se, ao fundo, a silhueta da Capela do Paço

Em meados do século XVIII, o "Dicionário Geográfico" descreve a capela da seguinte forma: «tem huma grande Capella publica da invocação de Nossa Senhora da Conceição, e sobre a porta, sustentado em columnas está hum Oratório, que lhe serve de Coro, com seu Altar, e nelle varias imagens, onde os Prelados desta Igreja celebram pela semana». Quase um século mais tarde, João Baptista Vieira Gomes acrescenta que a capela estava construída «ao gosto romano», detendo «suficiente capacidade» e ostentando um altar «com seu retábulo e nele tribuna de mediana capacidade». O autor das "Memórias de Braga Escriptas e Illustradas" acrescenta que eram «de todo o mérito» as telas que adornavam a capela, bem como as «imagens dos quatro evangelistas».

A Capela do Paço acabou por ser desmantelada no ano de 1921, não se conhecendo as motivações para esta deliberação. O trágico incêndio que afetou e destruiu parcialmente a ala oeste do antigo Paço na noite de 15 de Abril de 1866 não terá afetado o templo, nem o seu entorno, pelo que a decisão da sua demolição prender-se-á com outros motivos. Desconhecemos se há uma vincu-

lação lógica entre este acontecimento e o facto de no ano anterior ter sido formalmente solicitado o edifício, por intermédio de Alberto Feio, para a instalação da biblioteca e arquivo. O projeto, cuja conceção se iniciou em 1922, teve o seu epílogo em 1934 com a total reformulação do edifício do antigo Paço Arquiepiscopal, que já havia sido desocupado pelos Arcebispos desde 1911 na sequência das manobras anticlericais levadas a cabo pelo regime republicano.

Apesar dos escassos elementos visuais subsistentes, detemos dois testemunhos da existência da Capela do Paço. Subsiste desmantelado um interessante pórtico rococó que terá pertencido a esta malogrado templo. Este exemplar rococó, proveniente do génio de André Soares, foi colocada no muro que delimitava a Biblioteca Pública, após o restauro levado a cabo pelo Estado Novo. Possivelmente para abrir a atual rua Eça de Queiroz, a porta foi desmontada, tendo as suas pedras sido colocadas no interior do parque da Ponte, servindo como elementos de adorno. Em 2009, após as obras de remodelação do interior daquele espaço, estas pedras foram levadas para o recinto exterior do edifício do Pópulo, onde ainda se encontram. Desta antiga capela sobra ainda um retábulo concebido a duas mãos – Marceliano de Araújo e André Soares – que terá sido inicialmente projetado para a Capela do Paço, mas que não foi do agrado do Arcebispo D. José de Bragança. Foi, entretanto, destinado à Igreja de São Paulo, sendo o último retábulo lateral do lado esquerdo.

4.4. A Igreja da Ordem Terceira de São Francisco

A espiritualidade franciscana já dava mostras de querer despontar na cidade de Braga passados mais de três séculos do surgimento da ordem religiosa fundada pelo “pobre” de Assis em 1209. Devido às prerrogativas inerentes ao senhorio eclesiástico que vigorava sobre o território bracarense desde o século XII, os franciscanos preferiram instalar-se em outras localidades, atrasando o ingresso da proposta de Francisco de Assis na cidade arcebispal. Foi no século XVI que surgiram os primeiros núcleos instituídos sobre esta inspiração. Primeiro, com a criação de um convento franciscano da Ordem dos Capuchos da Piedade, junto à capela de São Frutuoso, em 1523. Depois, em 1544, com a fundação do Convento de Nossa Senhora da Piedade e dos Remédios no atual largo Carlos Amarante, o primeiro a surgir em espaço urbano e, curiosamente, o

primeiro a ser demolido no período 1908-1911. A estas duas referências haveria de juntar-se uma corporação de leigos, a arquiconfraria do cordão de S. Francisco, instituída em 1615 numa capela da Sé Primaz, intitulada de "S. Francisco das Chagas", por intermédio do cónego Francisco da Costa. Foi precisamente partilhando o espaço ocupado por esta confraria, vinculada também a alguns dos seus confrades, que a Ordem Terceira[11] vai ser formalmente instituída no ano de 1672.



Imagem 4 – Perspetiva da Igreja dos Terceiros na "Ilustração Catholica" em março de 1916

[11] Recorde-se que a Ordem Terceira é uma das três instituídas por Francisco de Assis, subdividindo-se no ramo regular e no ramo secular. Este último ramo recua a 1221, tendo porém sofrido um grande reforma no ano de 1606 na sequência das disposições do Concílio de Trento. Este ramo, que congrega leigos e casados, emana da necessidade de agregar os fiéis cristãos em torno desta espiritualidade. Contudo diga-se que esta não era uma confraria como as que no período pós-tridentino proliferaram nas comunidades eclesiais. Os membros da Ordem Terceira eram chamados a uma estrita observância de uma regra de vida, que mesmo que aliviada de algumas orientações fundacionais, era bastante mais apertada que a proposta devocional protagonizadas pelas demais corporações.

Após alguns anos instalada na antiga capela do Espírito Santo do Hospital de S. Marcos, por especial cedência da Misericórdia encetada em 1674, a Ordem Terceira vai manifestar a pretensão de construir um templo próprio. No ano de 1686 são adquiridas umas casas junto à fonte de Cárcova tendo como propósito a construção do templo, cuja primeira pedra foi solenemente lançada no dia 7 de maio de 1690. O lugar era bastante frequentado, dado situar-se junto do Campo de Santana, onde se localizavam os alpendres e o mercado da Porta do Souto, e num espaço de passagem para o Campo da Vinha.

O plano de construção desta igreja foi então entregue ao mestre Domingos Moreira, mas um litígio com o Definitório da Ordem acabaria por fazer surgir uma significativa adenda ao projeto inicial, traçada pelo inevitável Manuel Fernandes da Silva. Construída a expensas dos fiéis, tal como vem referido numa das cartelas que ladeiam a entrada principal, a igreja dos Terceiros acabaria por iniciar o culto apenas 22 anos após o início formal das obras.

Em 1712 o novo templo foi benzido pelo então Deão da Catedral, Francisco Pereira da Silva, tendo sido transportada processionalmente a imagem de S. Francisco. Este facto não significa, porém, que as obras tivessem sido concluídas, pois só na década seguinte seria terminada a construção da capela-mor e da imponente torre sineira, construída em posição posterior tal como era moda na arquitetura religiosa bracarense. A fachada da igreja apresenta, por isso um frontão e um óculo central onde já desponta a linguagem do barroco, ainda que os apontamentos maneiristas se apresentem nítidos no pórtico coroado de frontão triangular e nas cartelas colocadas em posição simétrica a fazer lembrar similares ocorrências na coeva igreja de S. Victor. No nicho que centraliza o frontão destaca-se a imagem de Nossa Senhora da Conceição, a padroeira da Ordem Terceira.

No interior a linguagem é já neoclássica, beneficiando das inovações decorativas introduzidas na década de 1780. O retábulo-mor terá saído da inspiração de José de Magalhães Calheiros e os retábulos laterais têm sido atribuídos a Carlos Amarante. O grande destaque decorativo são os painéis azulejares pintados por Nicolau de Freitas e aqui aplicados em 1734, onde estão expostas cenas da vida de S. Francisco além de referências a alguns dos santos “leigos” da Ordem, nomeadamente Santa Margarida de Cartona, São Roque, Santa Rosa de Viterbo e Santa Isabel da Hungria. Além do

templo, a Ordem Terceira edificou um edifício anexo onde deveria residir o sacerdote franciscano assistente, bem como a sede da corporação e a sacristia[12]. Anexado à parede norte da igreja esteve, até ao início do século XX, um oratório devotado ao Senhor dos Aflitos. Desmantelado o oratório, a imagem passou a ser venerada, em altar próprio, no interior do templo.

4.5. O Convento da Conceição



Imagem 5 – Detalhe do pórtico do templo, onde se exibe em destaque a imagem de Nossa Senhora da Conceição, ladeada por representações de São João Evangelista e São João Baptista [Rui Ferreira, 2012]

[12] Quem, porventura, já teve a oportunidade de admirar a sacristia da igreja dos Terceiros não terá deixado de se sentir interpelado, não apenas pelo fabuloso retábulo-relicário de inspiração rococó, mas principalmente pela ampla vitrina onde se expõem as imagens que outrora compunham a procissão de Cinzas. Este préstito, organizado pela Ordem Terceira de S. Francisco desde o último quartel do século XVII, realizava-se na tarde da quarta-feira de Cinzas e era composto por um elevado número de andores. Realizada pela última vez em 1905, a procissão das Cinzas conserva ainda o seu legado. Na vitrina sobrevive grande parte das imagens de roca que compunham o préstito: S. Francisco com Santa Bona e São Lúcio (os Bem-Casados), Santa Isabel da Hungria, S. Luís de França, Santo Ivo, Santa Margarida de Cartona, Santa Rosa de Viterbo, São Roque, S. Francisco recebendo as chagas ou de Nossa Senhora da Conceição.

O antigo Convento de Nossa Senhora da Conceição, localizado na provecta rua dos Pelames e num local onde outrora se implantava a cidade romana[13], foi fundado no ano de 1625 por iniciativa do cónego Geraldo Gomes e de seu irmão Francisco Gomes, ambos clérigos e ambos naturais da cidade de Braga. Pertencente à Ordem da Conceição, fundada pela portuguesa Santa Beatriz da Silva em 1489, foi o primeiro convento desta congregação religiosa feminina a instalar-se em território português.

Inicialmente ocupou instalações modestas, construídas sobre umas casas pertença dos seus fundadores. O único testemunho da primitiva edificação é o claustro seiscentista ainda hoje integrado no antigo complexo conventual. No tempo da sua fundação era Arcebispo de Braga D. Afonso Furtado de Mendonça (1618-1626), a quem coube a autorização para a instalação do convento. Os trabalhos ficaram concluídos em 1629, tendo sido formalizada a entrega à Ordem da Conceição em 1631, sendo já Arcebispo D. Rodrigo da Cunha (1627-1636).

A primeira comunidade era constituída por quatro religiosas e seis noviças, provenientes do Convento de Nossa Senhora dos Remédios, o mais antigo cenóbio feminino bracarense. Chegou a deter uma população de religiosas a rondar as oito dezenas, em meados do século XVIII, após as obras de reformulação de que o convento foi alvo na década de 1720. Até aí o complexo conventual não conseguia acolher mais do que quarenta religiosas.

Na sequência da extinção das ordens religiosas em 1834, o convento da Conceição haveria de conhecer um novo destino. A última freira professa deste convento foi a Irmã Maria Adelaide do Sacramento, falecida a 29 de Junho de 1883. A partir desta data, o edifício foi formalmente entregue ao Estado.

A atual igreja da Conceição data de 1728, sendo o segundo templo que o convento conheceu. A primitiva igreja situava-se na

---

[13] O antigo convento da Conceição está implantado numa área outrora ocupada pela cidade romana de Bracara Augusta. A muralha da urbe passava sensivelmente no limite sul da cerca do convento, pelo que é bem provável que tenham sido reaproveitados alguns blocos de pedra para o primitivo edifício do convento. Recentemente, intervenções arqueológicas no local atestaram isso mesmo. Porém, o dado mais entusiasmante é o relato da "Gazeta de Lisboa" datada de 2 de Julho de 1752, que deu nota do achado de um tesouro nos terrenos deste cenóbio bracarense. Eram ao todo 57 kg de objectos em prata, entre os quais figuravam estatuetas de pequenas dimensões, que foram posteriormente fundidos.

ala oposta do convento. Tem uma fachada lateral onde apenas se destaca a zona frontal do pórtico, onde prontifica a imagem de Nossa Senhora da Conceição inserida num nicho sobrepujando uma placa onde se lê: «BRACHARA HAEC VIRGO EST EJUS SUN / / TEMPLA GERALDO / ILLA SUO SUMPTUS CONTULIT ILLA ANIMOS». Nas laterais salientam-se as imagens de S. João Batista e S. João Evangelista. Apesar da singela fachada, discretamente escondida por detrás de um muro, o interior do templo é um dos mais majestosos entre as edificações conventuais bracarenses. Decorado ao gosto do barroco do período joanino, conserva ainda o coro baixo e coro alto, bem como grande parte das opções decorativas adjudicadas no segundo quartel do século XVIII. As obras de reformulação e aumento do convento foram patrocinadas por D. Rodrigo de Moura Telles (1704-1728), no derradeiro ano da existência terrena deste prelado. O plano do templo saiu das mãos de Manuel Fernandes da Silva, e o belíssimo conjunto constituído pelo retábulo-mor e retábulos laterais, o púlpito e o órgão terão saído das mãos de Pedro Salgado. As seis telas que recobrem a capela-mor são da autoria de Jacinto Silva, que as terá concebido no ano de 1736.No corpo do templo salienta-se ainda um conjunto azulejar do mesmo período e o órgão de tubos, entalhado ao gosto do período nacional do barroco, recentemente recuperado. Na capela-mor da igreja repousam, em túmulo de mármore, os restos mortais do Monsenhor Airosa.

Da atual construção, muito alterada e aumentada aquando da instalação do Colégio da Regeneração a partir de 1879, salienta-se o grande mirante voltado a oriente, que terá sido construído durante o ciclo de obras iniciado 1725, bem como o claustro seiscentista também adulterado. Sobram ainda alguns conjuntos de azulejos também do século XVII, tipo-tapete, que poderão ter sido reaproveitados a partir de alas intervencionadas em finais do século XIX. O grande muro da cerca, que ainda hoje marca a integração urbana do antigo convento, foi mandado fazer e reforçar pelo Arcebispo D. José de Bragança (1741-1756).

O Instituto Monsenhor Airosa, obra social iniciada por João Pedro Ferreira Airosa, sacerdote da Arquidiocese bracarense, é, desde 1879, a alma do antigo convento. Esta instituição é herdeira do Colégio de Regeneração, que havia sido iniciado em 1869 com a missão de «retrair do caminho de perdição e reabilitar religiosa e civilmente as pessoas do sexo feminino extraviadas e sem meios

de subsistência». Depois de ter estado instalado provisoriamente no Areal e na Quinta da Armada, o Colégio da Regeneração acabou por vir parar à Casa do Avelar de Baixo, na Rua dos Pelames, mesmo defronte do antigo convento. Autorizado a ocupar parte do complexo conventual em 1879, vai passar a ocupar a totalidade das instalações a partir de 1883, data em que morre a última freira professa do convento. Posteriormente, durante os finais do século XIX e o início do século seguinte, o primitivo espaço conventual foi submetido a diversas obras de adaptação e ampliação para corresponder às características da instituição que passou a albergar.

4.6. O Recolhimento de Nossa Senhora da Penha de França

Outro dos conventos devotados a Nossa Senhora da Conceição é o Recolhimento de Nossa Senhora da Penha de França, localizado no lado sul do antigo Campo de Santana, atual Avenida Central. De singela construção, este edifício conserva o templo setecentista praticamente inalterado, pouco restando da reedificada zona conventual.

A origem desta instituição religiosa recua ao ano de 1652, momento em que um casal devoto, Pedro Aguiar e Maria Vieira, que também deixaram o seu rasto de benemerência no Hospital de São Marcos e na Igreja da Senhora-a-Branca, decidira fundar um recolhimento para acolher um pequeno grupo de mulheres piedosas a viver sob a regra da Ordem Terceira de S. Francisco. De pequenas dimensões e dotado de rendas pelos seus fundadores, esta singela comunidade religiosa seria transformada em convento regular da Ordem da Imaculada Conceição por iniciativa do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles no ano de 1719. A 7 de junho do ano seguinte seria lançada a primeira pedra, e a 8 de dezembro de 1721 seria benzido o templo conventual, precisamente no dia em que se celebrava Nossa Senhora da Conceição a cuja proteção foi entregue a instituição[14]. Apesar de ter sido celebrada a primeira missa, as obras continuariam, nomeadamente na zona conventual.

A instituição religiosa apenas haveria de ser estabelecida depois de terminadas as obras, o que veio a suceder apenas seis anos depois. No dia 4 de Julho de 1727, segundo testemunha

[14] Cf. ***Anno historico, diarioportuguez****, noticia abrevidada de pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal*, 1744, p.173.

Manoel Silva Thadim, foram para o "novo" convento da Penha de França as suas primeiras instituidoras, nas quais se integravam duas religiosas do Convento do Salvador e uma proveniente do Convento da Conceição. Nesse dia de grata memória, se formou uma procissão desde a Capela de Santana que integrava clérigos, religiosos, a confraria de Santana, bem como as religiosas do novo convento, seguidas pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles assessorado pelos vereadores do Senado da Câmara. Ao chegarem ao templo da Penha de França foi entoado um "Te Deum Laudamus" e, nos dias que se seguiram, houve tríduo com exposição do Santíssimo Sacramento e sermões.

A sua primeira abadessa foi a Madre Josefa Maria da Assunção, sendo porteira a Madre Maria Susana de Jesus, ambas provenientes do Convento do Salvador. A Mestra de Noviças, Madre Maria Josefa de Jesus, veio do Convento da Conceição. No total a comunidade religiosa detinha "33 religiosas e 6 conversas" (Ferreira, 1932).

Segundo sublinha Thadim, o convento foi feito "à custa" do Arcebispo D. Rodrigo de Moura Telles. As obras terão obrigado o prelado a um investimento na ordem dos 22 mil reis, aos quais acresceu uma generosa comparticipação da Misericórdia bracarense.

O templo não impressiona pela frontaria, ao contrário de outras edificações religiosas do mesmo período. Tratando-se de uma instituição conventual feminina, o templo não detém fachada frontal mas apenas um pórtico lateral com relativo adorno, à imagem do que sucedera com os espaços de culto das demais ordens religiosas femininas instaladas na cidade[15]. De feição barroca, o pórtico detém o brasão do Arcebispo instituidor, encimando o conjunto um nicho com a imagem de Nossa Senhora da Penha de França. Ainda no exterior, nota para a pequena torre sineira que se esconde na zona anterior do templo.

[15] Cf. Remédios, Conceição e Salvador.



Imagem 6 – Capela-mor e altares colaterais da Igreja da Penha [José Marques Abreu Junior/SIPA, 1958]

O interior do templo foi adornado ao gosto do barroco do período nacional, exibindo três retábulos em talha dourada, completados por azulejos historiados a revestir a totalidade das paredes. O elemento decorativo mais saliente é o púlpito, obra-prima do barroco bracarense que se estica do pavimento até ao teto com um conteúdo ornamental complexo e admirável. Diz-nos o precursor dos estudiosos do barroco bracarense, Robert Smith, que se trata de uma obra do escultor e entalhador bracarense Marceliano de Araújo, que a terá executado algures na década de 1730. Manuel Fernandes da Silva terá sido o mestre das obras requisitado por D. Rodrigo de Moura Telles, num templo onde o azulejista Policarpo de Oliveira Bernardes haveria de deixar a sua marca. A decoração azulejar recorda os mistérios gozosos na capela-mor e a vida de S. Francisco no corpo do templo, fazendo alusão aos dois núcleos fundamentais da vida espiritual das religiosas. A imagem de Nossa Senhora da Conceição é venerada num dos retábulos laterais, embora tenha existido um grande painel a cobrir a tribuna representando este mistério mariano.

A fachada da zona conventual que se localizava no seguimento do templo desapareceu por completo com as intervenções realizadas no final do século XIX. O único testemunho dessa edificação é uma ilustração de João Baptista Vieira Gomes, realizada em 1834. Dessa primitiva edificação sobram resquícios do claustro, fontes e estátuas, entre outros espaços que acabaram por ser integrados na renovada construção.

Com a extinção das ordens religiosas decretada em 1834, o edifício conventual conheceria um novo destino. Após a morte da última freira professa, Maria Luísa da Natividade, ocorrida apenas a 21 de dezembro de 1874, o edifício conventual foi destinado a acolher o Asilo da Infância Desvalida D. Pedro V. Esta instituição, cuja fundação ocorrera em 1861 sob a proteção de relevantes figuras da sociedade bracarense, teve as suas primeiras instalações no Campo das Carvalheiras. Dedicada ao malogrado rei falecido precisamente naquele ano, esta obra social obteve autorização para ocupar o antigo convento da Penha de França a 12 de maio de 1879. A fachada do edifício conventual, bem como alguns dos seus espaços interiores, foi alterada significativamente, mantendo contudo o funcionamento e integridade do templo. Ainda hoje a instituição está devotada à educação de crianças e jovens, mantendo em funcionamento uma casa de acolhimento para jovens provenientes de famílias desestruturadas, além de uma escola e jardim de infância.

4.7. O conservatório de Nossa Senhora da Conceição do Monte das Penas

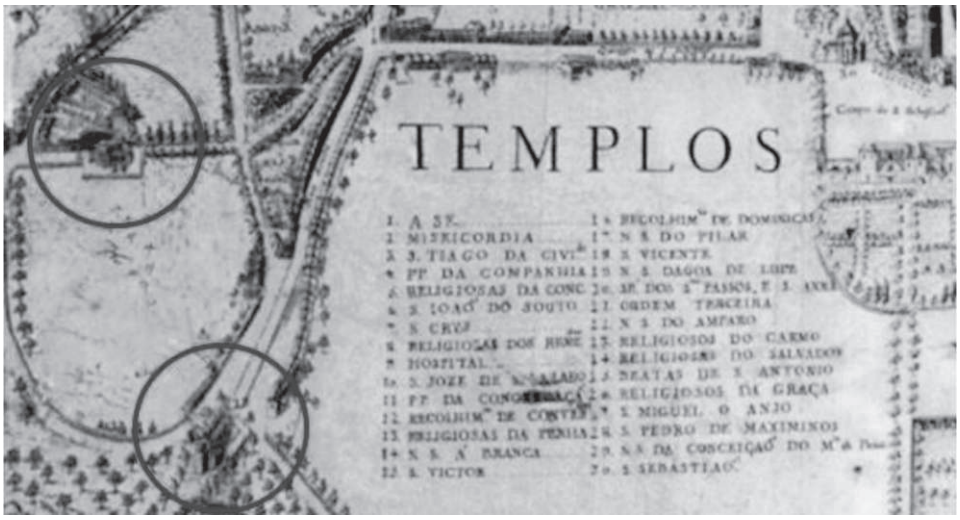


Imagem 7 – O antigo templo de São Pedrode Maximinos (28) e o templo de Nossa Senhora da Conceição do Monte das Penas (29) assinalados no mapa de André Soares [1756]

Um dos espaços mais relevantes do culto a Nossa Senhora da Conceição existentes na cidade de Braga foi, durante um período significativo, uma ermida sob esta invocação localizada no chamado "Monte das Penas"[16], na freguesia de S. Pedro de Maximinos.

Segundo informavam umas lápides inventariadas por Albano Bellino, no início do século XX, esta ermida havia sido fundada por Francisco Pereira da Cruz, que foi pároco em Queimada, e ali mandou fazer a sua sepultura. Aquele espaço de culto teve indulgências concedidas pelo Papa Paulo V (1605-1621), que já haviam sido confirmadas pelo seu antecessor, Clemente VIII, em 1604. Através das informações da lápide, temos conhecimento que a ermida teria sido fundada, pelo menos, no início do século XVII.

Do seu interior sabemos que detinha três altares, o maior com a imagem de Nossa Senhora da Conceição e os colaterais com as imagens de S. Tomás de Villa-Nova e S. Caetano.

---

[16] Segundo o memorialista oitocentista Senna de Freitas, a atual igreja paroquial de Maximinos localizava-se no «lugar da forca», na elevação do monte de Penas (castigos),onde seriam executados os criminosos bracarenses.

Sabemos ainda que o Arcebispo D. José de Bragança (1741--1756), terá conseguido que a confraria ali sediada abdicasse do templo e das respetivas rendas, com o intuito de ali fundar um convento das religiosas de Santa Úrsula, intento que acabou por não ter seguimento. No entanto, o seu sucessor, D. Gaspar de Bragança, acabaria por alterar o destino daquela ermida, tornando-a a sede da paróquia de S. Pedro de Maximinos.

Maximinos é uma das primitivas paróquias de Braga, situada fora dos limites medievais da cidade de Braga, mas abordando uma parte significativa da urbe romana de Bracara Augusta. A sede da paróquia que, segundo consta, seria um templo de origem paleocristã, situava-se umas dezenas de metros a norte da atual localização[17]. O cronista Inácio José Peixoto, nas suas Memórias Particulares, descreve o processo de demolição da antiga "parochial" de S. Pedro de Maximinos com lamentos, deixando-nos algumas pistas sobre este templo[18]. O mapa de André Soares dá algumas indicações da sua localização, demolido durante a prelazia de D. Gaspar de Bragança (1758-1789). Diz o cronista, citando as obras realizadas por este arcebispo, que esta demolição foi uma "manobra", expressando uma crítica veemente à ação de D. Gaspar de Bragança, que, recorde-se, esteve ligado à demolição de muitos outros edifícios em Braga. Segundo este memorialista, a decisão do Arcebispo não deixou todos os "fregueses" contentes, tendo provocado tumultos e manifestações junto do paço. Como o prelado se recusara a escutar as manifestações de desagrado dos fregueses de Maximinos, estes terão endurecido a sua luta, acabando «presos pela polícia» e deixando «aborrecido» o pároco de Maximinos.

---

[17] A antiga igreja localizava-se sensivelmente no espaço hoje marginado por garagens de mecânica, localizado entre a travessa das Laranjeiras e a rua do Caires, na continuação do largo do Beco. Recorde-se que o atual largo do Beco, outrora chamado de Beco de S. Pedro, tinha continuação na vertente ocidental da rua do Caires, culminando precisamente junto à antiga igreja paroquial de Maximinos.

[18] «Esta igreja estava no sitio quasi fronteiro a hua quelha, chamada o beco, que sahe do meio da Rua da Crus da Pedra e defronte de huas casas que estão em outra quelha que vai ter a fonte de S. Pedro. Ahi havia adro e casas de residencia e hoje tudo se acha reduzido a passal. Era na verdade a igreja antiga e baixa. O abbade Manoel Jose Leite querendo fazer, como fes, casas de residencia face da entrada da cidade, de fronte da capella de Nossa Senhora da Conceição, pedio a Sua Alteza esta capella que não era delle, mas do Conservatorio. Elle deu-lha, porque nada dava seu. Mudou para ahi a paroquia com algua repugnancia dos fregueses. Privou-os do caminho da fonte pelo adro e ficou com a capella intitulada da Conceição, mas freguesia de S. Pedro de Maximinos. E acabou assim a mais antiga igreja dedicada a S. Pedro que existia desde o tempo dos romanos e escapou no tempo dos mouros.»

Com a demolição da antiga igreja, a paróquia de Maximinos passou a estar sediada no atual local, reedificando-se e alargando-se significativamente o anterior espaço de culto, conservando no nicho da fachada a imagem mariana da sua primitiva invocação.

4.8. O santuário de Nossa Senhora da Conceição do monte do Sameiro



Imagem 8 – O santuário do Sameiro, com a basílica em primeiro plano, segundo postal datado de 1940

A grande homenagem da cidade de Braga à Imaculada Conceição é o Santuário do Sameiro, local de privilegiada implantação e um dos mais significativos espaços de convívio dos bracarenses.

Após séculos de lutas e discussões em torno da conceção da mãe de Jesus Cristo, o Papa Pio IX promulga o dogma da Imaculada Conceição a 8 de dezembro de 1854. Este foi, pois, um momento relevante para todo o universo cristão. Era tal o regozijo por toda a cristandade, que se foram erigindo memoriais em muitos lugares do mundo. Um deles foi a cristianíssima Braga que, por inspiração de um sacerdote, decidiu também homenagear tão importante definição.

Poucos anos após a proclamação do dogma, um padre bracarense, Martinho da Pereira da Silva, entusiasmado pela ação do Papa Pio IX e pelas potencialidades da montanha mais alta que se debruçava sobre Braga, decide empreender a construção de um monumento, que se tornará na maior homenagem portuguesa em honra da Imaculada Conceição.

Desta forma, no monte Espinho, lugar privilegiado de onde se avista o vale em que se estende a cidade de Braga, foi levantada uma estátua, cuja primeira pedra foi colocada no dia 14 de junho de 1863. Este dia marca o início de uma história marcada pela fé e pela devoção. Mesmo depois de a estátua da Imaculada ter sido, talvez maldosamente, destruída na noite de 9 de Janeiro de 1883, a devoção continuou a crescer tanto que os peregrinos já chegavam «de muitos lugares do Reino». Em 1880 surgiu uma capela, que deu lugar à basílica, a partir de 1890, tendo sido concluída no ano de 1941. A elevada afluência de peregrinos na última década do século XIX e nas primeiras do século seguinte, confirmaram a centralidade do Sameiro na devoção mariana em Portugal.

A mais recordada peregrinação ao Sameiro aconteceu no dia 12 de junho de 1904. Estariam cerca de meio milhão de peregrinos, naquela que foi a maior enchente do santuário, só comparada à que sucedeu em 1982, com a visita do Papa João Paulo II. No início desse ano, mais propriamente a 23 de janeiro, o Arcebispo Primaz, D. Manuel Baptista da Cunha, expediu uma pastoral na qual afirmava que «o monumento ao Sameiro era o que no nosso país tinha mais direito a ser visitado». Uma semana mais tarde, vai ser o Papa Pio X a apelar a todas as dioceses da cristandade para prestarem as maiores homenagens à Mãe de Deus, recordando o cinquentenário da definição dogmática da Imaculada Conceição. Entretanto, a 15 de abril, o Santo Padre acedia ao pedido da Arquidiocese para que a imagem de Nossa Senhora[19] fosse oficialmente coroada. Foram decretadas festas jubilares ao longo desse ano de

[19] A imagem de Nossa Senhora do Sameiro foi esculpida em Itália, no ano de 1876, por Eugénio Maccagnani. Benzida pelo Papa Pio IX, a imagem ancorou no Porto dois anos depois, tendo sido considerada por Soares dos Reis como «um autêntico prodígio da escultura». Chegada a Braga a 7 de agosto de 1878, a imagem ficou exposta à veneração na igreja do Pópulo, tendo sido transportada festivamente para o Sameiro no dia 29 de agosto de 1880.Ficou célebre ainda a apreciação do poeta e dramaturgo João de Lemos que, referindo-se à estátua, afirmou emocionado «Mais bela, só no Céu!». Esta mesma frase está hoje gravada nas lajes do santuário.

1904 e programada uma peregrinação nacional ao Sameiro, que deveria decorrer a 12 de junho. Foram feitos apelos a todos os cristãos portugueses para marcarem presença nesta jornada de devoção mariana e toda a cidade de Braga se engalanou para celebrar a coroação da sua nova padroeira. Numa celebração presidida pelo Núncio Apostólico em Portugal, em representação do Papa, a imagem de Nossa Senhora do Sameiro foi coroada, perante o júbilo de uma multidão de fiéis, que confirmou o Sameiro como o maior centro de peregrinação mariana em Portugal.

Com o surgimento de Fátima, o Sameiro passou a ser o segundo maior destino mariano de Portugal, tendo recebido a visita do Papa João Paulo II em 15 de Maio de 1982, que foi indubitavelmente um dos momentos mais elevados da sua história. É um dos lugares de passagem obrigatória para quem visita Braga, sendo o melhor miradouro sobre a cidade.

4.9. Outras manifestações bracarenses deste ideário devocional

Os principais templos da cidade de Braga acabaram por ver refletida esta invocação mariana, nomeadamente os que estavam adstritos às ordens religiosas masculinas. Os carmelitas, historicamente fieis à causa imaculista, exibem no interior do seu templo uma capela lateral dedicada a esta invocação. A Igreja do Pópulo detém igualmente uma elegante capela lateral do período barroco instituída sob esta devoção mariana. Também a igreja do antigo Colégio de São Paulo possui uma capela lateral devotada a Nossa Senhora da Conceição inserida numa rara iconografia da árvore de Jessé. A mesma foi instituída no ano de 1658, escassos anos após a declaração de D. João IV, por António Ferreira e sua mulher Isabel da Costa Tinoco[20].

Para completar o périplo pelos conventos masculinos bracarenses, falta abordar os Congregados, antigo convento dos padres oratorianos. Nas dependências do templo exibe-se um pequeno oratório, denominado de Capela do Monge, que impressiona pelo requinte decorativo, e que foi concebida em 1768 por André Soares. Devotado, segundo as crónicas, a Nossa Senhora Aparecida, exibe no seu retábulo uma imagem mariana cuja representação iconográ-

---

[20] Cf. *Diccionariogeográfico,* p. 260.

fica corresponde à de Nossa Senhora da Conceição. Atestando esta tendência mariana, além do convento, os Oratorianos possuíam uma "casa de campo para sua recreação". Localizava-se a menos de uma légua, no lugar das Golladas, junto a um ribeiro, e detinha uma ermida devotada a Nossa Senhora da Conceição[21].

Nos subúrbios da cidade de Braga encontra-se desde 1523 o Convento de S. Francisco, reedificado ao gosto do barroco em 1728. Construído sobre o antigo mausoléu de S. Frutuoso, este convento foi devotado a Nossa Senhora da Conceição, evocação mariana primordial para a ordem franciscana, que surge em destaque encimando a fachada e coroando com uma elegante imagem barroca o retábulo-mor do templo.

Também a Sé Primaz possuía uma especial veneração a Nossa Senhora da Conceição. No antigo claustro de Santo Amaro, desmantelado aquando das obras promovidas pela DGEMN[22] no segundo quartel do século XX, existia um oratório sobre a porta da Capela de São Geraldo devotado a esta invocação mariana, que havia sido instituída em 1606 pelo Cónego Francisco da Costa, curiosamente o mesmo sacerdote que esteve na origem da instalação em Braga da "franciscana" arquiconfraria do Cordão. A Capela dos Reis, também conhecida como de Nossa Senhora do Livramento, chegou a existir uma imagem de Nossa Senhora da Conceição[23].

Mais recente destaque-se a imagem da Imaculada Conceição venerada na Capela de São João da Ponte, que foi concebida em 1916 pelo afamado escultor bracarense João Evangelista Vieira, tendo sido premiada num certame de arte sacra realizado no mesmo ano. Esta imagem, no entanto, veio substituir uma outra com origem provável no século XVII, atestando o prévio enraizamento desta invocação neste espaço de culto.

Após a popularização da devoção a Nossa Senhora do Sameiro, um número significativo de templos da cidade de Braga adotou igualmente representações iconográficas daquela invocação que se refere igualmente à "conceição" de Maria.

O último significativo espaço de culto devotado a Nossa Senhora da Conceição surgiu em 1924. O Seminário Menor, erigido sob

---

21 Cf. *Diccionario geográfico,* p. 263.
22 Direcção-geral dos edifícios e Monumentos Nacionais.
23 Cf. *Diccionario geográfico,* p. 254.

esta invocação, foi uma iniciativa do Arcebispo D. Manuel Vieira de Matos, e surgiu na sequência dos Seminários preparatórios de Santo António e São Luís Gonzaga, outrora instalados nos edifícios da rua de Camões. Edificado sobre o antigo recolhimento dominicano da Tamanca, localizado na rua de S. Domingos, o Seminário de Nossa Senhora da Conceição continua em atividade, acolhendo hodiernamente a Cúria Diocesana, o Centro Cultural e Pastoral da Arquidiocese e o Espaço Vita. Em 2015, a Capela do Seminário, intitulada da Imaculada, sofreu obras de profunda reformulação arquitetónica e decorativa. O projeto de reconstrução foi inspirado no mistério da Conceição Imaculada de Maria.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O número de ocorrências de templos, conventos, ermidas ou retábulos dedicados a Nossa Senhora da Conceição é tão significativo que certamente tornará a cidade de Braga num caso singular a nível nacional.

É inequívoca a influência positiva que a proclamação de Nossa Senhora da Conceição como padroeira de Portugal promovida em 1646 teve no incremento exponencial deste culto quer na cidade de Braga, quer no restante território nacional. No entanto, atesta-se que a mesma já encontrava réplicas no devocionário bracarense antes desse acontecimento. A Capela dos Coimbras (1525), o Convento de S. Francisco (1523), a Ermida do Monte das Penas (> 1604) ou o retábulo introduzido na Sé Primaz (1606) são exemplos anteriores à restauração da nacionalidade.

A presença de ordens religiosas com elevados índices de formação teológica e que permitiam uma frequente mobilidade dos seus membros, mormente as masculinas, deverá ter sido um dos veículos fundamentais para o surgimento de focos devocionais referentes à Conceição de Maria. Não será coincidência o facto de encontrarmos um núcleo devocional deste culto mariano associado aos espaços de culto de todas as ordens masculinas instaladas na cidade de Braga. Além disso, verifica-se essa mesma influência nos outros lugares onde se instaurou o culto: na ermida do Monte das Penas entrevê-se uma presença agostiniana (S. Tomás de Vilanova); a Igreja dos Terceiros surge por influên-

cia dos franciscanos, tal como os conventos femininos da Conceição e da Penha; os oratorianos levantariam uma ermida na zona das Goladas; deve-se aos Jesuítas a devoção de Nossa Senhora na Torre de Santiago.

No momento em que o Papa Pio IX proclama o dogma da Imaculada Conceição em 1854, já o culto em honra desse mistério mariano se encontrava plenamente assumido pelas dinâmicas devocionais bracarenses. O surgimento do santuário do Sameiro foi, podemos afirmar, a afirmação definitiva desta peculiar inclinação da cidade de Braga para o ideário devocional da Conceição de Maria.

Apesar de Vila Viçosa deter a imagem coroada pela mão do monarca português como Rainha de Portugal, e de Coimbra lhe ter consagrado a mais antiga academia nacional, não sobram dúvidas de que foi a cidade de Braga a que mais testemunhos acumula desta tão discutida invocação e também a que lhe dedica maior vitalidade.

Braga, 5 de novembro de 2017

BIBLIOGRAFIA

BARREIROS, Manuel de Aguiar – *A capela dos Coimbras*. Porto, Marques de Abreu: 1922.

BARREIROS, Manuel de Aguiar – *A catedral de Santa Maria de Braga*. Porto, Marques de Abreu: 1922.

BELINO, Albano – *ArcheologiaChristã*. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1900.

CAPELA, José Viriato; FERREIRA, Ana Cunha – *Braga Triunfante ao tempo das Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: 2002.

CARDOSO, Luiz -*Diccionariogeografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas***.** Lisboa: na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747-1751. [Cópia pública em http://purl.pt/13938].

COSTA, Avelino de Jesus da – "A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média". *Lusitania Sacra*. Lisboa (1957), pp. 7-49.

COSTA, António Carvalho da – *Corografia portugueza e descripçamtopografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens.* Tomo primeyro [-terceyro] / Author o P. Antonio Carvalho da Costa.... – Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, 1706-1712. 3 vol. [Cópia pública em http://purl.pt/434/4/].

CUNHA, D. Rodrigo da – *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Reprodução fac-similada com nota introdutória de José Marques. Tomo II. Braga, 1989.

DIAS, Geraldo Coelho – "A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos". *Revista da Faculdade de Letras*, N.º 4, 1987, pp. 227-256.

FEIO, Alberto – *A catedral de Braga e a capela dos Coimbras: itens contra os erros e fantasias do sr. Pe. Manuel d'Aguiar Barreiros*. Braga: 1923.

FERREIRA, José Augusto – *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial Bracarense (século III – século XX)*. Tomo III. Braga: Mitra Bracarense, 1932.

FREITAS, Bernardim José de Sena – *Memórias de Braga*. Braga: Imprensa Catholica, 1890.

GUERREIRO, Sabrina & PINTO, Liliana (2011) – *Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco – Braga*. Braga: Instituto de História e Arte Cristãs / Arquidiocese de Braga.

LEITE, Fernando – *História do Sameiro*. Braga: Confraria de Nossa Senhora do Sameiro, 1964.

MONTERROSO MONTERO, J.M. – "Mitología y emblemática en la iconografía mariana". *Barroco. Actas II Congresso Internacional*. Porto. 2002, pp. 365-376.

PEIXOTO, Inácio José – *Memórias Particulares.* Braga: Arquivo Distrital/Universidade do Minho, 1992.

PROENÇA, Maria José (1998) – *A Ordem Terceira Franciscana em Braga e sua Igreja*. Braga: Venerável Ordem Terceira de S. Francisco.

PORTUGUÊS, Ernesto (coord.) – *Do Convento ao Instituto – Portas Para A Vida*. Braga: Instituto Monsenhor Airosa, 2011.

PORTUGUÊS, Ernesto – *Seminário de Nossa Senhora da Conceição: aspectos histórico-pedagógicos*. Braga: Oficinas de São José, 1998.

RÉAU, Louis – *Iconografíadel arte cristiano: Iconografía de la Biblia. Nuevo Testamento*. Barcelona: EdicionesdelSerbal, 2006.

SANTA MARIA, Francisco de – *Annohistorico, diarioportuguez, noticia abrevidada de pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal*, Lisboa: 1744.

TAVARES, António Augusto – "A concepção virginal em questão". *Didaskalia.* Lisboa (1972), pp. 287-298.

THADIM, Manoel José Silva – *Época dos Annaes e Memórias bracarenses.* Ed. Fac-simile.

VASCONCELOS, Maria de Assunção Jácome de – "Breve noticia das obras realizadas pelo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles no Paço Arquepiscopal". *Fórum* 11, 1992.

As Cores de Braga:

– Levantamento Cromático da Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa

ANA ISABEL DA CUNHA RODRIGUES

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar o resultado do estudo da cor e a sua relação com a arquitetura, levado a cabo na dissertação de mestrado "As Cores de Braga: Levantamento Cromático da Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa"[1]. Para isso, estudou-se, em particular, duas ruas da cidade de Braga – a Rua do Souto e a Rua D. Diogo de Sousa – descriminando pormenorizada e rigorosamente as cores dos seus edifícios. Foi realizado um levantamento cromático (com o auxílio de técnicas e instrumentos de medição de cor), suportado por fundamentos teóricos e metodológicos de referência. Os dados recolhidos permitiram o preenchimento de fichas individuais, que descriminam tipologias arquitetónicas e cromáticas, dando origem a uma "base de dados".

A cor é parte dos próprios edifícios, bem como das ruas, conferindo-lhes não só identidade, como também um valor estético, cultural e patrimonial. Este levantamento cromático pode / deve ser consultado para questões de manutenção, restauro e reabilitação dos edifícios, visando a preservação do nosso património e permite um conhecimento profundo e rigoroso sobre as cores do espaço estudado.

Com esta investigação procurou-se sublinhar que é importante começar a ver, a olhar, a observar a cidade de uma maneira diferente, prestando mais atenção às suas características cromáticas e arquitetónicas, em vez de utilizar-se as ruas apenas como vias de circulação.

Palavras-chave: Cor, Levantamento Cromático, Urbano, Sistemas Cromáticos, Braga.

---

[1] RODRIGUES, Ana Isabel da Cunha – *As Cores de Braga: Levantamento Cromático da Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa*: Universidade do Minho, 2016. Orientadora: *Mestre Pintora Natacha Antão Moutinho*

INTRODUÇÃO

Habituada à forte presença de cores que se encontra no Centro-Histórico das cidades, pensava que a cor fosse um dos temas explorados no meu curso académico – Mestrado Integrado em Arquitectura. Todavia, não foi assim. A cor, ao contrário das minhas expectativas, foi uma temática muito pouco abordada[2].

Segundo o meu ponto de vista, a cor ajuda a atribuir identidade às construções, a definir espaços, e a criar emoções e ambientes. Pode ser empregue em qualquer superfície (seja ela fachada, pavimento, teto, parede, ...) e de várias formas (materiais utilizados na construção – estrutura à vista –, materiais coloridos – revestimentos –, pinturas e luz.

Quando a cor é aplicada às fachadas, não ajuda só na atribuição de identidade: ela causa impacto. Impacto esse que pode ser ao nível da envolvente, cultural e social, simbólico ou ambiental. Por exemplo, em relação à envolvente, a cor pode destacar ou camuflar o edifício no meio que o rodeia. Relativamente ao impacto cultural, este depende muito da reação e da própria cultura da sociedade onde se insere, uma vez que existem culturas mais associadas à cor do que outras. O significado também se associa, de certo modo, à experiência cultural e social, tendo cada cor o seu significado. Os impactos ambientais estão ligados ao local de implantação da construção. Por exemplo, se um edifício revestido a preto for erguido numa região fria e húmida, a sua coloração vai permitir-lhe tornar o "lugar" mais quente, pois o preto tem a capacidade de absorver a radiação solar, libertando, posteriormente, calor.

Assim, com a vontade de aprender mais sobre a cor e da sua relação com a arquitetura, comecei a ver algumas pesquisas e monografias, até encontrar uma tese intitulada "As Cores do Porto", da especialista Helena Soares, que tinha como objetivo o estudo

---

[2] Tirando as aulas de Desenho, apenas em algumas aulas de Teoria vimos exemplos de edifícios que utilizava a cor. No entanto, eu creio que este facto se deve, essencialmente, aos materiais que utilizamos para a realização de maquetas – principalmente esferovite e k-line, pois estes são os materiais mais acessíveis, mais práticos de manusear e que possuem medidas (tamanhos e espessuras) mais favoráveis às nossas necessidades.

das cores da cidade "Invicta", contextualizadas no espaço contemporâneo. A qualidade e a riqueza de toda a pesquisa e desenhos produzidos atraíram, instantaneamente, a minha atenção e o meu interesse, despertando, assim, o desejo de realizar um projeto semelhante na minha cidade – Braga.



Imagem 1 – Rua da Fonte Taurina (Bairro da Ribeira) – Desenho presente na investigação "As Cores do Porto"

O **objetivo** essencial desta pesquisa foi estudar a cor e a coloração na arquitetura. Para tal, estudou-se, em particular, duas ruas da cidade de Braga – a Rua do Souto e a Rua D. Diogo de Sousa – descriminado pormenorizadamente e de modo rigoroso as cores existes nos edifícios. Assim, foi realizado um levantamento cromático, com o auxílio de técnicas e instrumentos de medição de cor, e efetuada uma análise aos dados obtidos. Este processo levou ao preenchimento de uma ficha individual[3] (caracterização arquitetónica e cromática) para cada um dos edifícios, dando origem a uma "base de dados". Este conjunto de informações pode ser utilizado para obter dados sobre as cores dos edifícios das ruas – informação útil para a recuperação e restauro dos edifícios, com base nos estudos cromáticos rigorosos, visando a preservação do património.

Este levantamento cromático permitiu observar e refletir sobre os processos técnicos e resultados obtidos, reconhecendo a importância do estudo da cor em arquitetura.

[3] **Anexo I –** Exemplo de uma Ficha Identificativa (Caracterização Arquitetónica e Cromática), página 21.

Este levantamento cromático é **relevante** a vários níveis.

Em primeiro lugar, permite um conhecimento cromático aprofundado e rigoroso sobre as ruas estudadas – Rua do Souto e Rua D. Diogo de Sousa – e das suas características arquitetónicas. Em segunda instância, era essencial e fundamental a criação de um registo detalhado das cores existentes na Rua do Souto e na Rua D. Diogo de Sousa, uma vez que, em nenhuma das monografias, investigações e artigos consultados, se encontrou qualquer informação ligada à colorimetria destas vias, ou mesmo relativa às cores da cidade de Braga.

Em terceiro, como referido, a cor faz parte da caracterização dos próprios edifícios, bem como das ruas, conferindo-lhes não só identidade, como também um valor estético, cultural e patrimonial. Deste modo, este registo pode ser útil em questões de restauro/ /reabilitação de edifícios, uma vez que o Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga[4] dita, essencialmente, que a substituição dos rebocos deve procurar reproduzir a aparência original do edifício. No que diz respeito aos azulejos, as normas dizem que, caso não seja possível manter os cerâmicos primitivos, estes devem ser substituídos por outros o mais semelhantes possível aos originais. A valorização da manutenção das cores do espaço público implica que deveria existir um levantamento cromático prévio, que ajudasse a compreender as principais características cromáticas da rua, da zona, ou da cidade, e que auxiliasse na reabilitação e/ou restauro arquitetónicos.

Por fim, este trabalho diz-nos que é importante começar a ver, a olhar para a cidade de uma maneira diferente.

METODOLOGIA

A CIDADE DE BRAGA COMO CASO DE ESTUDO

Fazer o levantamento das cores de toda a cidade de Braga seria uma tarefa demasiado vasta para o tempo reservado a uma dissertação de mestrado. Assim, limitou-se o espaço geográfico deste estudo a duas das ruas mais importantes e emblemáticas da cidade: a Rua do Souto e a Rua D. Diogo de Sousa.

[4] MUNICÍPIO DE BRAGA – Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga.

Estas vias, como se pode constatar na Imagem 2, formam um eixo claramente presente no centro-histórico, ligando vários pontos fundamentais da cidade (a Arcada, o Paço Arquiepiscopal, a Igreja da Misericórdia e o Arco da Porta Nova), e é ele o principal responsável por alojar o comércio tradicional.

Morfologicamente, as ruas são relativamente estreitas para o fluxo de movimento que recebem. Apresentam, maioritariamente, edifícios de pequena largura e grande comprimento, que se desenvolvem em altura, reservando o rés-do-chão para o comércio característico destes loteamentos. A estrutura das construções é fundamentalmente de pedra (granito), podendo encontrar-se, em alguns casos, uma estrutura secundária de madeira (normalmente em piso adicionados posteriormente). No que diz respeito ao revestimento das fachadas voltadas para o eixo, destacam-se o reboco e o azulejo. Contudo, é notória a presença de dois grandes volumes em que a estrutura, em granito, é também ela o revestimento (Reitoria da Universidade do Minho e a Igreja da Misericórdia).

O contínuo desenvolvimento da Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa provoca constantes alterações nos edifícios destas vias, sejam elas a nível arquitetural, funcional ou ambos, dando, assim, origem a uma gradual descaraterização e recaraterização (a transformação pelas diferentes cores faz parte do modo como construímos espaço) deste eixo tão fundamental e caraterístico da cidade.



Imagem 2 – Eixo formado pela Rua do Souto e pela Rua D. Diogo de Sousa, no centro-histórico de Braga

METODOLOGIA DO LEVANTAMENTO CROMÁTICO

PRIMEIRA FASE – ANÁLISE DO LOCAL

A análise do local iniciou-se com uma observação atenta da Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa. Nesta observação pôde notar-se, essencialmente, que os materiais estruturais e de revestimento são locais, ou seja, pertencem à região do Norte de Portugal (zona onde se situa a cidade de Braga), verificando-se a inexistência de vegetação. O granito foi o material de construção mais presente, e o reboco e o azulejo, os materiais de revestimento mais frequentes. Relativamente às cerâmicas é importante referir que se verificou uma grande diversidade das mesmas: lisas, com relevo, monocromáticas, policromáticas, com desenhos e sem desenhos.

Seguidamente, de modo a tornar o levantamento mais prático e funcional, dividiu-se o eixo formado pelas ruas em dois lados: o Lado A e o Lado B. O Lado A, no sentido Rua do Souto-Rua D. Diogo de Sousa, diz respeito ao lado esquerdo, e o Lado B, ao lado direito.

Uma vez feita esta separação (A/B), atribuiu-se a cada edifício um número, com o fim de tornar mais operativa a sua identificação (Imagem 3).

Posteriormente, procedeu-se ao registo fotográfico de todos os edificados das ruas em estudo.

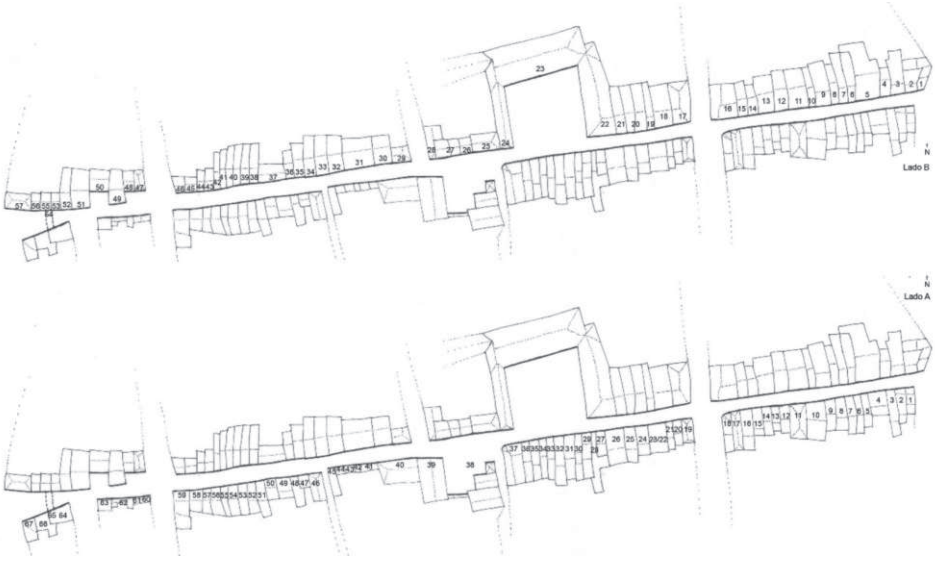


Imagem 3 – Plantas de Identificação dos Edifícios

SEGUNDA FASE – PREPARAÇÃO DA RECOLHA DE DADOS

Quando nasceu a ideia de realizar esta dissertação, pensava-se em fazer a recolha das cores, com recurso a uma paleta de cores. No entanto, este é um método que depende bastante do observador, da sua subjetividade, da sua visão e das condições ambientais: "*os atlas de cor têm limitações muito claras: não evitam os erros de observação, nem os defeitos de visão por parte do observador; os seus padrões de cor deterioram-se com o tempo; mesmo que representem milhares de tons, dificilmente neles se encontram cores absolutamente idênticas às que examinamos; outra limitação óbvia consiste em que, se obtivermos concordâncias de cor, estas serão iguais apenas "condicionalmente iguais", ou seja, serão iguais apenas quando observadas debaixo do mesmo tipo de luz utilizado no momento da sua observação ou reprodução*".[5]

Foi, então, que surgiu a ideia de utilizar um espectrómetro[6] para fazer a colheita dos dados. Este instrumento permite, de uma forma rigorosa e científica, fazer a medição das cores através de espectros.

Como não foi possível aceder a desenhos (digitais ou outros) dos edifícios que compõem a Rua do Souto e a Rua D. Diogo de Sousa foi necessário proceder à criação dos mesmos (Imagem 4). Tratou-se de um processo demorado e realizado a partir de fotografias, uma vez que o que estava em causa era o rigor do levantamento cromático e não, necessariamente, o rigor métrico.



Imagem 4 – Ampliação de uma área dos Desenhos Arquitetónicos

---

5 AGUIAR, José – *Cor e a cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto, 2002, página 165.

6 Espectrómetro – Aparelho cientifico, que regista as cores através de espectros, que por sua vez, são representados por um sistema de coordenadas.

Para registo dos dados obtidos pelo levantamento cromático com o espectrómetro, elaborou-se uma tabela, para cada um dos lados da rua (Lado A e Lado B), e para cada edifício.[7]

TERCEIRA FASE – RECOLHA DE DADOS

A recolha de dados cromáticos, com base no espectrómetro, foi realizada em parceria com Rúben Pastilha[8] e em três dias: no dia 4 de Março (2015), no dia 5 de Março (2015) e no dia 10 de Junho (2015).

Foram levantadas as cores de todos os elementos que compunham os alçados dos 124 edifícios em estudo: fachadas, socos, desníveis, emolduramentos, faixas (geralmente de granito) verticais e horizontais, portas (comerciais, residenciais, principais e secundárias), caixilharias (portas, janelas e montras), aros (portas e janelas), portadas, estores, cortinas, grades, tubos-de-queda e toldos. As cores das publicidades eram recolhidas apenas quando se revelavam indispensáveis para a compreensão dos edifícios.

Os primeiros passos a realizar, sempre que se chegava ao local, eram a definição de parâmetros de medição e a calibração do aparelho. Seguidamente, encostava-se o espectrómetro à superfície que se pretendia medir, carregava-se no botão e registava-se o número obtido na tabela correspondente[9].

Uma vez recolhidos os dados, era necessário transferi-los para o sistema informático[10].

---

7 A Tabela Modelo pode ser consultada no Volume II – Levantamento Cromático, página 1, da tese: RODRIGUES, Ana Isabel da Cunha – *As Cores de Braga: Levantamento Cromático da Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa*: Universidade do Minho, 2016.

8 Rúben Carpinteiro Pastilha – Na data, aluno do terceiro ano do Curso de Optometria e Ciências da Visão, a frequentar a Unidade Curricular de Ciências da Visão (ano letivo 2014/2015).

9 As Tabelas Preenchidas podem ser consultadas no Volume II – Levantamento Cromático, página 5, da tese: RODRIGUES, Ana Isabel da Cunha – *As Cores de Braga: Levantamento Cromático da Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa*: Universidade do Minho, 2016.

10 Este registo deu origem a uma tabela que pode de ser consultada no Volume II – Levantamento Cromático, página 19, da tese: RODRIGUES, Ana Isabel da Cunha – *As Cores de Braga: Levantamento Cromático da Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa*: Universidade do Minho, 2016.

Durante a medição das cores, surgiram algumas **dificuldades** que conduziram à tomada de algumas decisões operativas. Estas dificuldades relacionaram-se com a medição da cor de alguns materiais (granito e azulejo), com a inacessibilidade a algumas das superfícies cromáticas e com as qualidades operativas do instrumento de medição cromática:

QUARTA FASE – PREENCHIMENTOS DAS FICHAS CARACTERIZADORAS DOS EDIFÍCIOS

Após o levantamento de todas as cores das fachadas dos edifícios da Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa, procedeu-se ao preenchimento de uma Ficha Identificativa[11] de cada edificado. Nela pode-se encontrar: a Identificação do Edifício (Localização do Edifício, Tipo de Propriedade e Tipo de Ocupação); a Caraterização do Edifício (Época de Construção/Época da última Intervenção Relevante, Tipologia, Volumetria, Estrutura e Estado de Conservação); a Caraterização da Fachada (Fachada do Edifício, Frente da Rua, Material de Revestimento, Elementos Decorativos, Elementos Perturbadores e Azulejo); a Caraterização Cromática (Fachada e Outros Elementos); e por fim, as Observações

Relativamente à Caraterização Cromática, optou-se por fazer o registo em três sistemas cromáticos diferentes: em L*a*b*, em NCS e em RGB[12]. O primeiro por ser o modelo científico mais utilizado, principalmente pela indústria, e que recorre a instrumentos de medição de cor precisos; o segundo pelo facto de ser um sistema cromático descritivo, que permite uma interação direta com o atlas de cor, e por ser, ainda, o modelo que mais se aproxima da perceção humana; e o terceiro, por ser o arquétipo mais frequente nos programas /sistemas informáticos.

No entanto, como os dados foram recolhidos com o espectrómetro, apenas se possuía a informação no sistema L*a*b* e RBG.

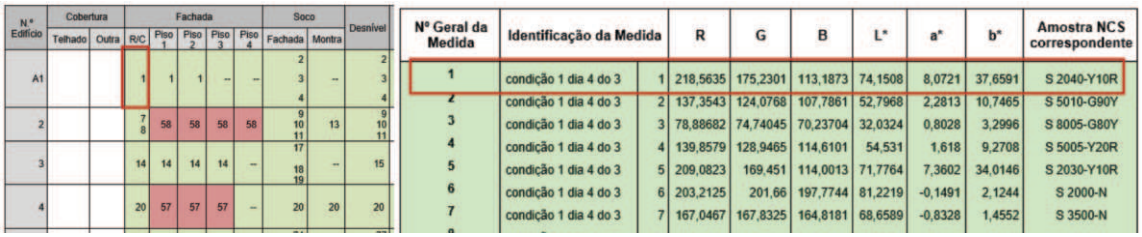
---

[11] **Anexo I –** Exemplo de uma Ficha Identificativa (Caracterização Arquitetónica e Cromática), página X.

[12] Mais informações sobre estes Sistemas Cromáticos podem ser consultadas no Volume I – Metodologia, página 29, da tese: RODRIGUES, Ana Isabel da Cunha – *As Cores de Braga: Levantamento Cromático da Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa*: Universidade do Minho, 2016.

A passagem das informações para NCS, foi realizada por Rúben Pastilha[13], através da criação de um programa que permitiu a conversão dos dados em L*a*b para o dito sistema[14].

Para preencher os quadros das fichas individuais dos edifícios, referentes à Caraterização Cromática das Fachadas, era necessário a consulta de duas das tabelas produzidas: a Tabela do Levantamento e a Tabela de Conversão de Dados. Na primeira via-se o número referente à cor do elemento pretendido, para, posteriormente, na segunda, se ver que dados é que lhe diziam respeito. A Imagem 5 exemplifica melhor este procedimento.



N.º Edifício	Cobertura		Fachada					Soco		Desnível
	Telhado	Outra	R/C	Piso 1	Piso 2	Piso 3	Piso 4	Fachada	Montra	
A1			1	1	1	--	--	2 3 4	--	2 3 4
2			7 8	58	58	58	58	9 10 11	13	9 10 11
3			14	14	14	14	--	17 18 19	--	15
4			20	57	57	57	--	20	20	20

Nº Geral da Medida	Identificação da Medida		R	G	B	L*	a*	b*	Amostra NCS correspondente
1	condição 1 dia 4 do 3	1	218,5635	175,2301	113,1873	74,1508	8,0721	37,6591	S 2040-Y10R
2	condição 1 dia 4 do 3	2	137,3543	124,0768	107,7861	52,7968	2,2813	10,7465	S 5010-G90Y
3	condição 1 dia 4 do 3	3	78,88682	74,74045	70,23704	32,0324	0,8028	3,2996	S 8005-G80Y
4	condição 1 dia 4 do 3	4	139,8579	128,9465	114,6101	54,531	1,618	9,2708	S 5005-Y20R
5	condição 1 dia 4 do 3	5	209,0823	169,451	114,0013	71,7764	7,3602	34,0146	S 2030-Y10R
6	condição 1 dia 4 do 3	6	203,2125	201,66	197,7744	81,2219	-0,1491	2,1244	S 2000-N
7	condição 1 dia 4 do 3	7	167,0467	167,8325	164,8181	68,6589	-0,8328	1,4552	S 3500-N

Imagem 5 – Consulta de Tabelas

ANÁLISE DOS DADOS

PRODUÇÃO DE DESENHOS

A produção de desenhos foi uma tarefa bastante demorada, uma vez que a introdução das cores nos desenhos-base (desenhos arquitetónicos) foi agrupada em várias pastas e *layers*. Uma pasta para cada elemento, e um *layer* para cada referência levantada, de modo a tornar mais prática e operativa a realização de desenhos gráficos referentes a elementos específicos, como por exemplo, só caixilharias, ou apenas socos.

---

13 Rúben Carpinteiro Pastilha – Na data, aluno do terceiro ano do Curso de Optometria e Ciências da Visão, a frequentar a Unidade Curricular de Ciências da Visão (ano letivo 2014/2015).

14 Informações mais detalhadas sobre a conversão do Sistema L*a*b* para o Sistema NCS podem ser consultadas no Volume I – Metodologia, página 48, da tese: RODRIGUES, Ana Isabel da Cunha – *As Cores de Braga: Levantamento Cromático da Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa*: Universidade do Minho, 2016.
A tabela com a Conversão dos Dados pode ser consultada no Volume II – Levantamento Cromático, página 47, da mesma tese.

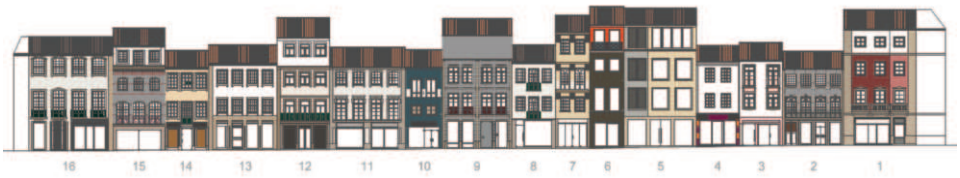


Imagem 6 – Ampliação de uma área dos Desenhos Cromáticos

Nesta fase, encontrou-se uma dificuldade que diz respeito aos azulejos que possuíam gravuras. As figuras destas cerâmicas não foram representadas nos desenhos (por uma questão de escala), ficando, assim, uma área "limpa" a ser preenchida. Deste modo, optou-se por fazer uma redução de pixéis, para obter uma interpretação do que poderia ser uma cor total. Seguidamente, com o devido comando, retirou-se a referência RGB da nova imagem produzida. A Imagem 7, demonstra um exemplo desse processo.



Imagem 7 – Redução de Pixéis

ANÁLISE DOS DESENHOS PRODUZIDOS

Com o objetivo de se conseguir uma análise a diferentes níveis, aprofundada e específica, foram realizados vários desenhos – gerais e específicos. **Os Desenhos Gerais** permitem estudar as fachadas em conjunto com as coberturas e os elementos secundários[15] entre si. Os **Desenhos Específicos** analisam separadamente as fachadas, os socos e os desníveis, os emolduramentos, as faixas verticais e horizontais, os vãos e as grades.

Os desenhos permitem, ainda, o estudo separado de cada um dos lados (Lado A e Lado B) das ruas, ou a sua análise conjunta.

Devido ao elevado número de desenhos específicos, neste artigo, apresentam-se apenas os desenhos gerais.

---

[15] Elementos secundários – socos; desníveis; emolduramentos; faixas verticais e horizontais; vãos (aros, portas e caixilharias) e grades.

Fachadas e Coberturas



Imagem 8 – Ampliação de uma área dos desenhos Fachadas e Coberturas

As fachadas e as coberturas são os elementos principais de um edifício, pois é neles que reparamos em primeiro lugar. Nos desenhos observa-se que o grupo de fachadas analisadas apresenta várias cores, especialmente nos edifícios que possuem azulejos.

Através da análise das fichas caracterizadoras dos edifícios, pode-se notar que algumas construções partilham cerâmicas idênticas.

Elementos Secundários



Imagem 9 – Ampliação de uma área dos desenhos Elementos Secundários

Este estrato revela uma forte presença de tons castanhos, cinzas, verdes e brancas. Os castanhos e cinzas pertencem aos socos, desníveis, emolduramentos e faixas, que são formados, principalmente, por granito. Os tons verdes dizem respeito às grades que, apesar de serem de ferro, foram posteriormente revestidas com tinta verde. Os brancos estão associados às tintas que revestem/cobrem os caixilhos de madeira.

Deste modo, pode-se concluir que as cores mais “fortes” e “chamativas” – mais saturadas – encontram-se nos panos de parede (fachadas).

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO DO LEVANTAMENTO CROMÁTICO

A conclusão do levantamento cromático é realizada através dos Desenhos-Síntese. Estas imagens são a sobreposição de todos os estratos dos Desenhos-Específicos e mostram a relação global de todas as partes que constituem os alçados dos edifícios.

Os desenhos permitem, também, o estudo separado de cada um dos lados (Lado A e Lado B) das ruas, ou a sua análise conjunta.



Imagem 10 – Ampliação de uma área dos Desenhos Síntese

Os desenhos-síntese mostram as várias cores que se podem encontrar ao longo da Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa. Estas colorações estão presentes nos elementos que constituem as fachadas dos seus edifícios. Ou seja, as cores das ruas advêm dos edifícios que, por sua vez, ganham cor através da conjugação dos diversos elementos que os compõem.

Reunindo as informações adquiridas a partir dos desenhos, com as das fichas individuais dos edifícios, pode-se constatar que o principal material construtivo é o granito, e os revestimentos primordiais são o reboco e o azulejo.

A Rua do Souto e a Rua D. Diogo de Sousa apresentam uma forte presença de granito, visível nos socos, desníveis, emolduramentos e faixas verticais e horizontais. Os tons acinzentados e acastanhados observados, permitem deduzir que os edifícios, que formam o eixo, foram erguidos todos na mesma altura.

Nas ruas estudadas, apenas se encontrou reboco com uma textura áspera. Por outro lado, o leque de cores foi significativo, apresentando tons azulados, amarelados, rosados, avermelhados e esbranquiçados.

Uma constatação que se pode retirar a partir dos desenhos e das fichas, é que, quando o último piso é posterior ao resto da construção, este tende a ser recuado, de madeira e pintado de branco.

A Rua D. Diogo de Sousa tem mais edifícios brancos do que a Rua do Souto. A presença deste neutro (branco) é mais constante do que se previa no início da investigação. Este facto é preocupante e é cada vez mais frequente a sua aplicação em processos de manutenção, restauro ou reabilitação dos edifícios, pondo em risco a identidade e o caráter das ruas.

No eixo formado pelas Rua do Souto e Rua D. Diogo de Sousa apenas se pode observar o Azulejo em ladrilho e em pastilha. Estes apresentam-se de várias formas: lisos, com relevos, monocromáticos, policromáticos, sem desenhos, com figuras geométricas e motivos vegetais. Foram, ainda, encontrados edifícios que possuíam os mesmos azulejos.

Relativamente aos aros, estes são construídos principalmente em madeira, predominando a core verde e o branco. Existem edifícios em que as colorações dos aros mudam consoante os pisos.

O branco estende-se por quase todos os caixilhos dos pisos superiores, e estes têm como material primordial a madeira. Nas caixilharias ao nível do rés-do-chão, destaca-se o alumínio de tons cinzas.

Quase todas as portas habitacionais são de madeira e apresentam tons verdes.

Todas as grades são de ferro, com predominância de colorações verdes. Apenas um edifício possui grades azuis.

Importa, ainda, salientar que, durante o levantamento cromático, vários edificados alteraram as suas funções comerciais, tendo implicações na paleta cromática (por exemplo, alteração cromática das placas publicitárias).

No registo dos dados, segundo o Sistema Cromático NCS, houve uma supremacia das referências terminadas em YR.

As observações relativas aos materiais foram retiradas através da análise das fichas individuais dos edifícios, pois o espectrómetro

não tem a capacidade de registar as propriedades dos materiais medidos: texturas, brilhos, transparências, apenas regista a sua cor. Porém, é de sublinhar o caso da iridescência[16] presente em muitos dos azulejos. Esta caraterística permite aos materiais cerâmicos exibirem diferentes cores e tonalidade consoante o ângulo de observação e o grau de luminosidade existente.

CONCLUSÃO GERAL

A cor é uma mais valia para a valorização de um edifício. Ela ajuda a atribuir identidade, carateriza as construções e auxilia na definição de espaços. Além de poder transmitir e provocar diferentes sensações, a cor é um elemento cheio de significado. Esta simbologia está intrincadamente ligada à cultura e à sociedade de um local, fazendo, assim, parte do seu património, da sua história e da sua vivência.

Um levantamento cromático é sempre importante, pois permite a criação de uma base de dados que pode ser consultada, por exemplo, em questões de manutenção, restauro e reabilitação de edifícios. Este registo torna-se ainda mais essencial se as construções em causa pertencerem ao centro-histórico de uma cidade, uma vez que existem regulamentos que visam a preservação da imagem original dos mesmos.

Assim, este levantamento fornece um conjunto de informações sobre a cidade de Braga – Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa –, permitindo um conhecimento mais aprofundado da mesma.

A formação de uma base de dados cromáticos para estas ruas é fundamental, pois estas encontram-se em contínuo desenvolvimento, estando os edifícios constantemente sujeitos a intervenções (manutenções, restauros e reabilitações). A inexistência de informação, na bibliografia consultada, referente à coloração das construções que formam estas vias, realça a importância da existência de um registo, organizado e detalhado, das cores presentes neste eixo tão carismático e caracterizador do centro-histórico da cidade.

---

[16] Iridescência – Fenómeno ótico que permite a alguns materiais refletirem as cores do arco-íris.

As fachadas dos edifícios da Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa revelaram um vasto leque de cores, concedido pelos seus materiais construtivos (granito) e pelos seus revestimentos (reboco e azulejo, essencialmente).

O granito está presente em elementos como os socos, os desníveis, os emolduramentos e as faixas verticais e horizontais, exibindo tons acinzentados e acastanhados.

O reboco e os cerâmicos são os materiais que mostram colorações mais saturadas ("fortes"). No entanto, é necessário chamar à atenção para o aumento do número de edifícios pintados de branco. A alteração da cor das construções e dos seus materiais leva, não só à sua descaraterização, mas também à perda de valor estético e de identidade das ruas. Apesar de existir um regulamento que objetiva a preservação do centro-histórico, situações de descaraterização, quer arquitetónica, quer cromática, continuam a ocorrer.

A nível prático e metódico, o levantamento cromático deveria ter sido realizado em dias mais próximos, evitando, ainda mais, o desgaste dos materiais e o desbotar das cores, provocados pela passagem do tempo, pelos agentes ambientais e pelos agentes biológicos.

Apesar de não ter sido realizada, por questões de ordem prática, uma recolha de amostras de materiais "in situ", para posterior análise em laboratório, considera-se que este seria um processo essencial para a investigação, pois, através da análise das várias camadas da amostra, chegar-se-ia à cor, verdadeiramente original, do edifício.

O espectrómetro, mesmo sendo um instrumento científico e portátil, revela algumas desvantagens.

Em primeiro lugar, apesar de possuir um tamanho relativamente pequeno, o aparelho não consegue chegar a áreas muito estreitas, estando, assim, limitado a zonas que possuam um tamanho igual ou superior ao seu.

Em casos, como o granito e alguns azulejos, que revelam partículas coloridas muito pequenas ou desenhos com contornos muito finos, o instrumento não consegue isolá-las com precisão.

O espectrómetro mede uma área muito reduzida e específica, pelo que basta deslocar um pouco o aparelho para se obter uma referência diferente para a mesma coloração. Este facto deixa dúvidas

quanto a validade da medida registada, isto é, se essa referência cromática será a certa.

O aparelho não consegue medir vidros, pois o vidro é um material "incolor" e transparente. Esta característica (a transparência) faz com que o espectro enviado pelo instrumento atravesse o material, não permitindo o registo da sua medida.

O aparelho tem uma desvantagem a nível visual, não permitindo a visualização direta da cor medida, uma vez que só fornece um conjunto de coordenadas. Seria uma mais valia se existisse um instrumento que permitisse uma combinação entre estas duas questões.

Os meios de medida de cor, sejam eles aparelhos científicos ou paletas de cor, não fornecem nenhuma informação sobre os materiais medidos. Saber quais foram os materiais de onde se retiraram as referências cromáticas é muito importante, pois estes podem demonstrar texturas, relevos, brilhos, caraterísticas que são fundamentais para a caraterização de um edifício, e de uma rua, pois podem provocar alterações de cor, ao longo do dia, através das variações da luz e do ângulo de observação.

Nesta investigação observou-se que alguns edifícios eram revestidos por azulejos que mostravam iridescência. Esta característica permite ao edifício exibir várias cores e tons, que se vão modificando ao longo do dia e/ou com o ângulo de visão. Se uma pessoa estiver parada, de frente para o edifico, focando um ponto deste material, ele parece-lhe ter uma cor "constante" (sem variações). Porém, se a pessoa desviar o olhar – apenas uns centímetros – observa, imediatamente, cores completamente diferentes. Se o observador estiver a percorrer as ruas, este fenómeno será, ainda, mais forte, pois o seu ângulo de visão estará em constante mudança. Esta característica – a iridescência – cria a sensação de que o edifício tem "vida", de que se "mexe", ou de que o edifício está coberto por escamas de peixe, uma vez que estas possuem propriedades que lhes permitem uma variação de cores semelhante à iridescência.

O rés-do-chão dos edifícios que formam a Rua do Souto e a Rua D. Diogo de Sousa destinam-se ao comércio. Com a intenção de atrair clientes, através da exibição dos produtos, as lojas utili-

zam vidro nas suas portas e montras. O vidro é um material com propriedades muito próprias, que se mostra "incolor" e capaz de refletir a luz e o que o rodeia. Assim, estas características criam a ilusão de que as ruas são mais largas, fazendo com que os transeuntes se sintam "menos desconfortáveis", pois o eixo é demasiado estreito para o fluxo de pessoas que diariamente o percorrem.

Os materiais têm cor e fazem parte dos edifícios. São eles que suportam e protegem as construções, atribuindo-lhes, também, valores estéticos e identidade. Os arquitetos, são aqueles que desenham, projetam os edifícios e que decidem os seus materiais. Ou seja, ao escolherem os materiais, têm obrigatoriamente de pensar em cor. São aspetos que estão interligados e que não se podem separar.

Segundo o meu ponto de vista, a cor deveria ser um tema mais presente e abordado na área de arquitetura. Penso que o facto de existir pouca bibliografia em português, e de a cor ser um tema, de certa forma, "desconhecido", leva-nos a optar por soluções que nos façam sentir "confortáveis e seguros". No entanto, se soubermos mais sobre a cor, bem como a sua relação com a luz, pode ser uma mais valia para nós e para a criação e definição de espaços – permitir-nos-ia uma melhor compreensão do funcionamento dos mesmos.

Quando se percorre o eixo, têm-se diferentes sensações, dependendo da rua em que se passa. Na Rua do Souto, sente-se uma maior agitação, comparativamente à Rua D. Diogo de Sousa. Depois do estudo, pude fazer uma associação entre estes sentimentos e a presença de cor. A primeira rua, revela um ritmo maior, mais agitado de cores, mudando o tom, de edifício para edifico. A segunda rua, como apresenta uma grande sequência e presença de edifícios brancos, cria uma menor agitação visual, tornando o percurso mais calmo. Todavia, no período noturno, a presença de tons claros na Rua D. Diogo de Sousa, cria a ideia de maior iluminação, luz.

O estudo das cores ao longo do dia, nestas ruas, seria uma experiência interessante pois, com a variação luminosa, a cor é percebida de maneira distinta e provoca sensações diferentes das que foram referidas anteriormente.

Por fim, este levantamento cromático pode servir de base a outras investigações e análises ligadas a este tema ou às ruas em estudo. Dá, também, o mote, o incentivo para que se aplique estes

procedimentos em outras ruas e em outras cidades, de modo a criar bases de dados que auxiliem nas manutenções, restauros e reabilitações de edifícios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Monografias

- AGUIAR, José – *Cor e a cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património*. 1ª edição. Porto: FAUP Publicações, 2002. ISBN 972-9483-47-7.
- ANTER, Karin Fridell – *What Colour is the red house?: Perceived colour of painted facades*. Stockholm, Sweden: Royal Institute of Technology (KTH), Department of Architectural Forms Institute of Architecture, 2000. ISBN 91-7170-595-3.
- BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo – *O Espaço Urbano de Braga em Meados do Século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- CODOÑER, Ángela Garcia, OLIVEIRA, Maria Isabel Braz de – *Cor da rua da Junqueira*: La imprenta. ISBN 978-989-640-156-6.
- *Colour for Architecture Today*. Edited by Tom Porter and Byron Mikellides. 1st Edition. Oxon: Taylor & Francis, 2009. ISBN 978-0-415-43815-5.
- FAULKNER, Waldron – *Architecture and colour*. 1st edition. New York: Wiley-Interscience, A John Wiley & Sons, 1972. ISBN 0-471-25630-7.
- HOLL, Steven, PALLASMAA, Juhani, PÉREZ-GÓMES, Alberto – *Questions of Perception: Phenomenology of Aechitecture*. Tokyo, Japan: William Stout Publishers, San Francisco, 2006. ISBN 0-9746214-7-1.
- HUNT, R. W. G. – *Measuring Colour*. 2nd edition. New York: Ellis Horwood, 1991. ISBN 0-13-567686-X.
- LENCLOS, Jean-Philippe, LENCLOS, Dominique – *Couleurs de la France: Géographie de la Couleur*. Paris: Éditions du Moniteur, 1990, ISBN 2 281 15111 5.
- MAHNKE, Frank H. – *Color, Environment, and Human Response: An Interdisciplinary Understanding of Color and its Use as a Beneficial Element in the Design of the Architectural Environment*: Van Nostrand Reinhold. ISBN 0-442-01935-1.

- OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Estudos sobre Braga e o Minho nos séculos XVII e XVII I*: *História e Arte*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1996. ISBN 972-8195-69-9.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Estudos sobre o século XVIII em Braga*: *História e Arte*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1993. ISBN 972-95930-1-9.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Estudos sobre os séculos XIX e XX em Braga*: *História e Arte*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga, 1995. ISBN 972-8195-10-2.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de, SOUTO MOURA, Eduardo, MESQUITA, João – *Braga: Evolução da estrutura urbana*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1982. 2.ª Tiragem.
- PORTER, Tom, MIKELLIDES, Byron – *Color for Architecture*. 1st Edition. United Kingdom: Van Nostrand Reinhold Company, 1976. ISBN 0-442-26619-7.

Trabalhos Académicos

- PASTILHA, Rúben Carpinteiro – *NCS cumpre as espectativas dos seus usuários?* Braga: Escola de Ciências, Departamento de Física da Universidade do Minho, 2015. Trabalho Académico realizado no âmbito da Unidade Curricular "Visão das Cores", no ano letivo 2014/2015.
- RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a Época Romana e a Idade Moderna: Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Braga: Universidade do Minho, 2008. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia, área do Conhecimento de Arqueologia e Paisagem e do Povoamento, da Universidade do Minho, Instituto das Ciências Sociais.
- RODRIGUES, Ana Isabel da Cunha – *As Cores de Braga: Levantamento Cromático da Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa*: Universidade do Minho, 2016. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade do Minho, Escola de Arquitectura.
- SOARES, Helena Teresa Correia – *As Cores do Porto*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2008. Dissertação de Mestrado da Universidade de Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura.

Artigos em Periódicos

- RIBEIRO, Maria do Carmo – A evolução da paisagem urbana de Braga desde a Época Romana até à Idade Moderna: Síntese de resultados. *Forum*: Universidade do Minho: número 44/45 (2009/2010) páginas 180-201.

Documentos Eletrónicos

- ROCHA, João Carlos – *Cor Luz, Cor Pigmento e os Sistemas RGB e CMY: TheAdditive Color Model RBG, andSubtractive Color Model CMY*. In URL: http://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/3/cor-luz-cor-pigmento-e-os-sistemas-rgb-e-cmy.pdf. 13-01-2016. 15:17h.
- *Sistemas de Cores: Sistema RGB/Sistema CMYK*. In URL: **Erro! A referência da hiperligação não é válida.** 13-01-2016. 15:19h.

Publicações

- archi News: Revista de Arquitectura, Urbanismo, Interiores e Design. Maria João Durão editorial. Edição Especial 02, [2012]. ISBN 5 607727 100485 00002.

Regulamentos

- MUNICIPIO DE BRAGA – Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga. In URL: http://www.cm-braga.pt/. 28-02-2015. 14:13h.

Fontes Informáticas

- NCS – *Natural ColourSystem*. In URL: http://www.ncscolour.com. 08-09-2015. 16:15h.
- MUNICÍPIO DE BRAGA. In URL: http://www.cm-braga.pt/. 28-02-2015. 14:13h.

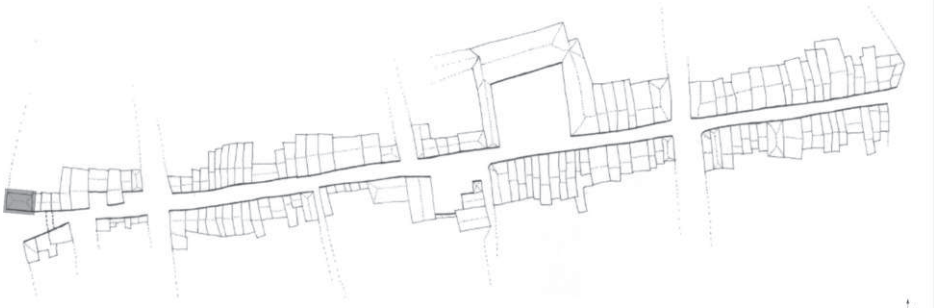
Anexo I – Exemplo de uma Ficha Identificativa (Caracterização Arquitetónica e Cromática)

Centro-Histórico de Braga: Rua do Souto / Rua D. Diogo de Sousa

Identificação Arquitetónica / Levantamento Cromático
2015

1 – Identificação do Edifício 57_Lado B

1.1 – Localização do Edifício



1.2 – Tipo de Propriedade

- Mista

1.3 – Tipo de Ocupação

- Residência
- Comércio
- Parcialmente Devoluto

2 – Caracterização do Edifício

2.1 – Época da Construção / Época da última Intervenção relevante

- Século XXI

2.2 – Tipologia

- Gaveto

2.3 – Volumetria

- 4 Pisos

2.4 – Estrutura

- Pedra (Granito)

2.5 – Estado de Conservação

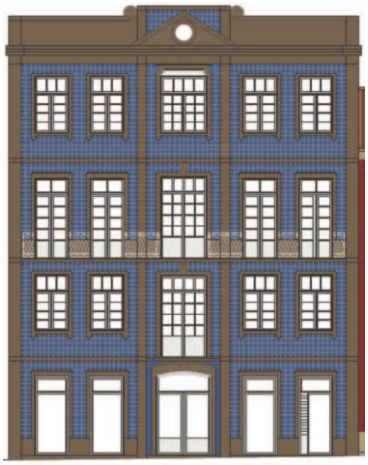
- Bom

3 – Caracterização da Fachada

3.1 – Fachada do Edifício



Fotografia



Desenho (Sem Escala)

3.2 – Frente da Rua

- Mais de 10 metros

3.3 – Material de Revestimento

- Azulejo

3.4 – Textura do Revestimento

- Liso

3.5 – Elementos Decorativos

- Cornijas
- Varandas
- Gradeamento
- Outros

3.6 – Elementos Perturbadores

- Cabos (de Energia e Telefónicos)
- Publicidade
- Tubos-de-Queda
- Outros

3.7 – Azulejo





4 – Caracterização Cromática

4.1 – Fachada

Pisos	Material	Cor	Valores Sistema RGB			Coordenadas Sistema CIE L*a*b*			Referência NCS
			R	G	B	L*	a*	b*	
Rés-do-Chão	Azulejo		209	203	200	82,1567	1,279	2,099	S 1502-R
			50	60	129	28,1929	18,4227	-40,377	S 4055-R70B
1º Andar	Azulejo		209	203	200	82,1567	1,279	2,099	S 1502-R
			50	60	129	28,1929	18,4227	-40,377	S 4055-R70B
2º Andar	Azulejo		209	203	200	82,1567	1,279	2,099	S 1502-R
			50	60	129	28,1929	18,4227	-40,377	S 4055-R70B
3º Andar	Azulejo		209	203	200	82,1567	1,279	2,099	S 1502-R
			50	60	129	28,1929	18,4227	-40,377	S 4055-R70B
4º Andar	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Cobertura	Telha		189	124	94	52,192	33,163	18,984	S 3040-Y60R

4.2 – Outros Elementos

Elementos	Material	Cor	Valores Sistema RGB			Coordenadas Sistema CIE L*a*b*			Referência NCS
			R	G	B	L*	a*	b*	
Soco	Granito		142	123	104	52,9154	3,8843	13,1491	S 5010-Y30R
Desnível	Granito		142	123	104	52,9154	3,8843	13,1491	S 5010-Y30R
Emolduramento	Granito		142	123	104	52,9154	3,8843	13,1491	S 5010-Y30R
Faixas Verticais / Horizontais	Granito		142	123	104	52,9154	3,8843	13,1491	S 5010-Y30R
Porta Residencial	Vidro	–	–	–	–	–	–	–	–
	Alumínio		237	237	234	93,7421	-0,7242	1,4842	S 0500-N
Porta Comercial	Vidro	–	–	–	–	–	–	–	–
	Alumínio		237	237	234	93,7421	-0,7242	1,4842	S 0500-N

Caixilharia Porta Residencial	Alumínio		237	237	234	93,7421	-0,7242	1,4842	S 0500-N
Caixilharia Porta Comercial	Alumínio		237	237	234	93,7421	-0,7242	1,4842	S 0500-N
Caixilharia Montra	Alumínio		237	237	234	93,7421	-0,7242	1,4842	S 0500-N
Aros Janelas / Portas Varanda	Alumínio		237	237	234	93,7421	-0,7242	1,4842	S 0500-N
Caixilharia Janelas / Portas Varanda	Alumínio		237	237	234	93,7421	-0,7242	1,4842	S 0500-N
Portadas / Estores / Cortinas	Alumínio		237	237	234	93,7421	-0,7242	1,4842	S 0500-N
Grades	Ferro		239	237	232	93,8924	-0,4421	2,8549	S 0500-N
Tubos-de-Queda	Metal/Plástico		192	191	183	77,2338	-1,2674	4,1154	S 2002-Y
Publicidade	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Toldo	Lona		194	208	210	78,144	-4,024	-2,352	S 2005-B20G

5 – Observações

- Redução, ao máximo, da quantidade de pixéis, para obter uma interpretação do que poderia ser uma cor total do azulejo.



Azulejo



Redução de Pixéis

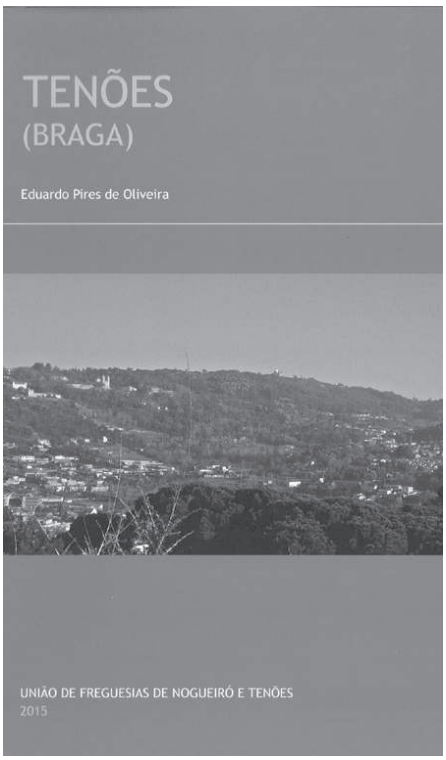


Valores Sistema RGB

(98, 115, 153)

Recensões

■ **OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Tenões (Braga)*. Braga, União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, 2015 (240x170mm, 341pp. ISBN: 978-989-20-5623-4).**



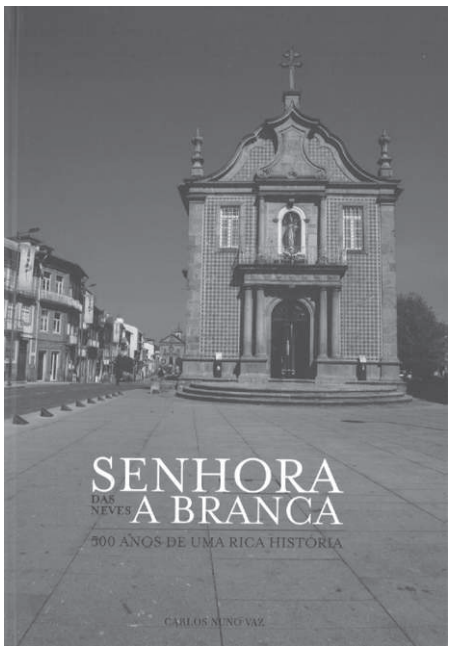
Edições desta natureza contribuem muito para a formação de um sentimento de pertença a uma comunidade. Quem habita numa freguesia que vê a sua monografia publicada fica a saber um pouco melhor quem é. Fica a saber um pouco mais das suas origens históricas, por vezes, muito antigas (a primeira referência escrita a Tenões data do ano de 899), da sua geografia, da sua demografia, das tradições religiosas, das famílias mais ilustres que nela viveram ou ainda vivem, dos acontecimentos mais relevantes da sua vida política e social, do património construído, neste caso verdadeiramente precioso, uma vez que na freguesia se encontra edificado o monumental Bom Jesus. Todas estas dimensões da vida de uma freguesia se encontram analisadas e, na medida do possível, documentadas nesta monografia que é mais um dos muitos trabalhos de índole histórica e cultural que o historiador Eduardo Pires Oliveira, conhecedor profundo da vida da cidade e suas freguesias, nos tem oferecido.

L.S.P.

■ **VAZ, Carlos Nuno, *Senhora das Neves / a Branca: 500 anos de uma rica história*. Braga, Irmandade de Nossa Senhora-a-Branca, 2017. (225x175mm,574 pp., ISBN:978-989-20-7499-3).**

Estamos perante um imponente volume de quase seiscentas páginas que nos inicia na já longa história de 500 anos deste templo, tantos são os que decorreram desde a fundação da igreja de Nossa Senhora-a Branca nos tempos do arcebispo D. Diogo de Sousa. É um trabalho verdadeiramente impressionante quer pela quantidade, quer pelo rigor, quer pela minúcia da informação que nos transmite ao longo de 15 densos capítulos. Vamos,assim, acompanhando o nascimento e transformação de confrarias e irmandades, as obras que se vão fazendo, os artistas que ali trabalharam, os inventários, as imagens e alfaias que se vão adquirindo e reparando, os capelães que se vão sucedendo no cuidado das almas, as despesas e receitas, os necessitados que se vão socorrendo, os conflitos entre os poderes religiosos e políticos, enfim, é o quotidiano de cinco séculos que vai desfilando perante os nossos olhos curiosos. Julgamos que esta obra de Carlos Nuno Vaz constitui um valioso contributo não só para o estudo da vida e do sentimento religioso bracarense durante estes últimos cinco séculos, mas também para o estudo da própria vida civil da cidade.

De assinalar ainda as numerosas ilustrações e, sobretudo, o valioso apêndice documental e fotográfico na parte final

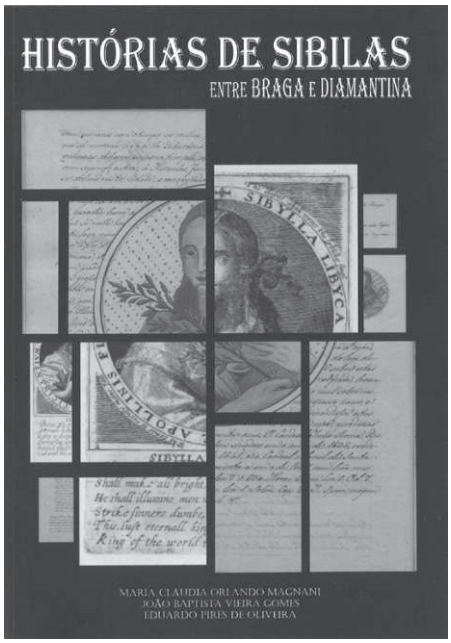


do volume. Saliente-se ainda a vasta bibliografia apresentada logo no começo da obra, quer de fontes documentais próprias, depositadas no Arquivo da Irmandade, quer de outras fontes bibliográficas que apoiaram o trabalho de investigação. O cuidado com a clareza do seu trabalho leva ainda Carlos Vaz a incluir um breve dicionário de termos utilizados e actualmente pouco conhecidos da generalidade dos leitores.

L.S.P.

■ **MAGNANI, Maria Cláudia Orlando; GOMES, João Baptista Vieira; OLIVEIRA, Eduardo Pires de, *Histórias de Sibilas entre Braga e Diamantina*, Braga, 2017. (240x170mm,71pp., ISBN: 978-989-20--7647-8).**

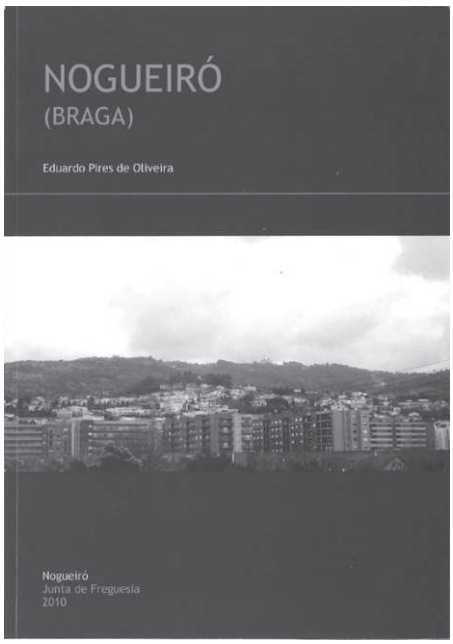
As investigações sobre as influências que terão levado o pintor setecentista bracarense José Soares de Araújo a pintar Sibilas no arraial do Tijuco, actual Diamantina, no Brasil, concretamente no tecto da capela de Nosso Senhor do Bonfim e nos véus quaresmais de todas as igrejas, levaram à descoberta, na Biblioteca Nacional, em Lisboa, de um manuscrito do também bracarense José Batista Vieira Gomes, ou Dr. Chasco, intitulado "Historia rezumida das Sibylas". Tem data de 1808 e apresenta 12 desenhos a cores das Sibilas bem como a história de cada uma delas. É esse manuscrito que aqui se publica acompanhado de um precioso estudo intitulado "Sibilas: entre Braga e Diamantina" da autoria de Maria Cláudia Almeida Magnani, e de um outro de Eduardo Pires de Oliveira sobre o autor do manuscrito.



A importância deste manuscrito dos inícios do século XIX, embora não possa ter influenciado, obviamente, a pintura de José Soares de Araújo que lhe é bastante anterior, está em mostrar que na cidade de Braga havia uma cultura sibilina, ou pelo menos, o conhecimento dessas profetisas greco-romanas. Conhecimento esse que se pode confirmar não só por este manuscrito, mas também pela presença na liturgia natalícia bracarense do chamado "Cântico da Sibila", que continuou a ser entoado em Braga mesmo após a proibição imposta pelo concílio de Trento para a generalidade da liturgia cristã. Estamos, portanto, diante de um opúsculo que muito útil será a quem se interessar pela história da cultura bracarense e das relações artísticas entre Braga, o Minho e Minas Gerais.

L.S.P.

■ **OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Nogueiró (Braga)*. Braga, Junta de Freguesia de Nogueiró, 2010 (240x170mm, 279 pp., ISBN: 978-989-20-2197-3).**



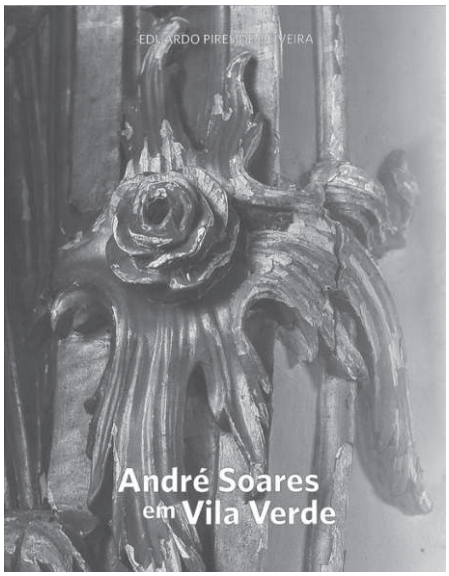
Aqui temos outra preciosa monografia que, paralelamente à de Tenões, vem enriquecer o conhecimento desta antiquíssima freguesia de Nogueiró cujas origens remontam aos tempos castrejos, portanto a cerca de dois mil anos atrás. Ainda que sucintamente, o autor não deixa de relevar os momentos mais marcantes da longa história da freguesia, desde a Idade Média até aos nossos dias, relevando acontecimentos de maior impacto como as invasões francesas e a Maria da Fonte. Interessante nos parece o estudo demográfico desde que há registos, no séc. XVI, até aos nossos dias, quando a freguesia é praticamente absorvida pela cidade; ou o rol dos artistas que na freguesia viveram ou para ela trabalharam. De notar a descrição das infra-estruturas, do património cultural construído, civil e religioso, as referências às Confraria de Nossa Senhora da Consolação, do Subsino, das Almas, um pouco de história da Congregação de S. José de Cluny e das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus. A obra termina com uma cronologia geral da freguesia e com um apêndice documental.

L.S.P.

■ **OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *André Soares em Vila Verde*. Prefácio de Júlia Rodrigues Fernandes. Fotografia de Luís Leite. Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde, 2016. (227x 222 mm, 83 pp., ISBN: 978-989-99066-2-4).**

Magnificamente ilustrado, este volume apresenta um estudo sobre as duas obras que André Soares deixou no concelho de Vila Verde: o retábulo-mor da igreja matriz de S. Paio de Pico de Regalados, e o retábulo que desenhou para a capela de Santa Rita de Cássia, também conhecida por Capela dos Barbosas, na freguesia de Arcozelo, trabalhos estes delineados em 1768-1769.

André Soares tinha raízes vilaverdenses. O pai e os avós paternos eram naturais da freguesia de Parada de Barbudo. O autor apresenta as relações familiares do artista numa resenha biográfica prévia ao estudo dos retábulos. Também prévio ao estudo central, deparamos com um enquadramento estético muito elucidativo sobre a arte de André Soares (pp. 21-27) que ajuda o leitor a compreender melhor as obras em análise. Estudos desta natureza constituem uma contribuição preciosa para despertar nas pessoas o gosto pela arte e a consciência do património artístico que os mais antigos deixaram à



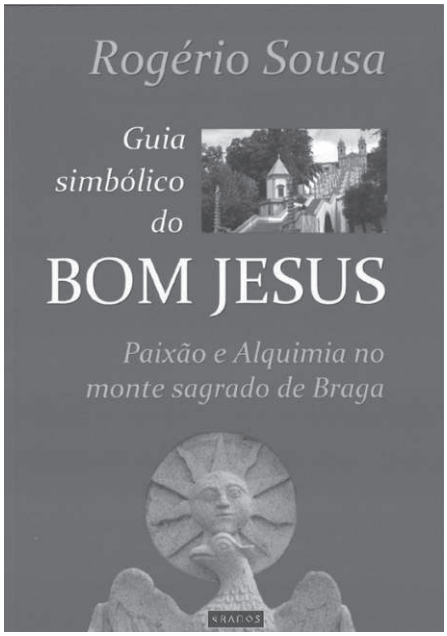
comunidade a que pertencem, consciência essa que levará as pessoas a valorizá-lo e defendê-lo.

L.S.P.

■ **SOUSA, Rogério, Guia Simbólico do Bom Jesus do Monte. Uma viagem alquímica. Miraflores, Eranos Edições, 2016 (210x150mm, 255 pp., ISBN 978-989-99478-3-2).**

Obra singular pela perspetiva que segue na abordagem ao rico simbolismo do Bom Jesus do Monte, em Braga. Licenciado em Psicologia e Doutorado em História, o autor vem desenvolvendo o seu trabalho de investigação na área da Egiptologia.

Está por isso particularmente preparado para fazer uma leitura da simbólica do Bom Jesus numa perspectiva diferente da habitual, mais ampla e abrangente. Sem negar, obviamente, o sentido radicalmente cristão do monumento, chama a atenção para um outro mundo simbólico que nele se encontra presente e passa frequentemente despercebido, e que vai da mitologia greco-romana à linguagem hermética e alquímica. Que a cultura cristã assimilou facilmente a tradição mitológica greco-romana, sobretudo a partir do Renascimento é sobejamente conhecido. Já não é, porém, tão conhecida a influência do hermetismo e da alquimia na arte e no pensamento de matriz cristã. Parece-nos, por isso, muito interessante este notável e enriquecedor Guia Simbólico que vem confirmar a riqueza semântica do programa



iconográfico e simbólico desta grande, em todos os sentidos, obra de arte que é o Bom Jesus.

L.S.P.

Índice

Nota de Apresentação	Director	3
O Foral do Mosteiro de Tibães: contexto e efeitos da sua outorga	José Marques	5
Percursos de vida Espiritual e Temporal dos Monges Bernardos na Congregação de Santa Maria de Alcobaça (Séculos XVI a meados de XIX)	Salvador Mota	21
Philippe III d'Espagne *(II du Portugal)* et l'Inquisition portugaise face au projet du 3e pardon général pour les nouveaux-chrétiens portugais, en 1602	José Marques	107
A monumental cozinha setecentista da Casa dos Biscainhos. Subsídios para o seu conhecimento	Teresa D'Almeida D'Eça	121
As visitas pastorais dos Arcebispos de Braga a Guimarães	Luís Miguel Pulido Garcia C. Menezes	153
O arquitecto Ernesto Korrodi e a cidade de Braga – que legado?	Lucília Verdelho da Costa	223
«O culto de Nossa Senhora da Conceição na cidade de Braga»	Rui Ferreira	249
As Cores de Braga: Levantamento Cromático da Rua do Souto e da Rua D. Diogo de Sousa	Ana Isabel da Cunha Rodrigues	285
Recensões	Luís da Silva Pereira	311

FICHA TÉCNICA

Paginação: **Câmara Municipal de Braga**

Impressão e Acabamento: Graficamares, Lda.

400 exemplares

Depósito Legal n.º 27697/89

ISBN 972-9169-14-4

À

Redacção

BRACARA
AUGUSTA

Câmara Municipal de Braga / Arquivo Municipal

Praça Municipal

4700-435 BRAGA

Acuso a receção do(s) vol.(s)_____n.º(s)_____da Revista Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga ***Bracara Augusta***

Nome_____

Direcão _____

_____

Data_____/_____/ 201__

Assinatura _____

Nota: *A confirmação da receção pode ser feita por e-mail*

"A não confirmação de receção implica a cessação do envio das edições desta Câmara"



Telef. 253 203 150 – e-mail: revistabracaraaugusta@cm-braga.pt